



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA GEOVANA MELIM FERREIRA

**O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: SUJEITO
COLETIVO DE DIREITO CONSTITUÍDO NA PRÁXIS**

VITÓRIA

2023



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA GEOVANA MELIM FERREIRA

**O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: SUJEITO
COLETIVO DE DIREITO CONSTITUÍDO NA PRÁXIS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Castro de Oliveira

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F383c FERREIRA, MARIA GEOVANA MELIM, 1960-
O Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo: sujeito coletivo de direito constituído na práxis / MARIA GEOVANA MELIM FERREIRA. - 2023.

250 f. : il.

Orientadora: Edna Castro de Oliveira.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação do campo. 2. Educação popular. 3. Movimentos sociais. 4. Educação e Estado. I. Oliveira, Edna Castro de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



MARIA GEOVANA MELIM FERREIRA

O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: SUJEITO COLETIVO DE DIREITO CONSTITUIDO NA PRÁXIS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Educação.

Aprovada em 06 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Edna Castro de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Eliza Bartolozzi Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Debora Monteiro do Amaral
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Clarice Santos
Universidade de de Brasília

Professor Doutor Salomão Antônio Muffarej Hage
Universidade Federal do Pará



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Ata da sessão da defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, da discente **Maria Geovana Melim Ferreira**, candidata ao título de Doutora em Educação, com defesa realizada às 14 horas, do dia 06 de outubro do ano dois mil e vinte e três, apresentada presencialmente e remotamente por meio de videoconferência, conforme recomendado pela Portaria Normativa 03/2020 da PRPPG. A presidente da Banca, Edna Castro de Oliveira, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituídos pelos Doutores: Eliza Bartolozzi Ferreira, Débora Monteiro do Amaral, Clarice Santos e Salomão Antônio Muffarej Hage. Em seguida, cedeu a palavra à candidata que em trinta minutos apresentou sua Tese intitulada “O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: SUJEITO COLETIVO DE DIREITO CONSTITUÍDO NA PRÁXIS”. Terminada a apresentação da aluna, a presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. A presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e a presidente informou aos presentes que a Tese foi **APROVADA**. A Presidente alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Doutora após o cumprimento de todas as obrigações Curriculares e Regimentais do PPGE e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico. Então, deu por encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 06 de outubro de 2023.

Professora Doutora Edna Castro de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Eliza Bartolozzi Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Debora Monteiro do Amaral
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Clarice Santos
Universidade de de Brasília

Professor Doutor Salomão Antônio Muffarej Hage
Universidade Federal do Pará



REGISTRO DE JULGAMENTO DA TESE DO CANDIDATO AO GRAU DE DOUTOR PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado intitulada “O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: SUJEITO COLETIVO DE DIREITO CONSTITUIDO NA PRÁXIS” elaborada por **Maria Geovana Melim Ferreira**, candidata ao Grau de Doutora em Educação, recomendou, após apresentação da Tese, realizada no dia 06 de outubro de 2023, que a mesma seja (assinale um dos itens abaixo):

(x) Aprovada

() Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Aprovada

Reprovada

Edna Castro de Oliveira

Eliza Bartolozzi Ferreira

Debora Monteiro do Amaral

Clarice Santos

Salomão Antônio Muffarej Hage



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EDNA CASTRO DE OLIVEIRA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 14/10/2023 às 11:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/817201?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELIZA BARTOLOZZI FERREIRA - SIAPE 2220230
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 17/10/2023 às 12:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/818961?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
DEBORA MONTEIRO DO AMARAL - SIAPE 2202507
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 18/10/2023 às 10:34

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/819733?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
WAGNER DOS SANTOS - SIAPE 2374772
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 20/10/2023 às 13:52

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/821583?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar minha gratidão e lembrar pessoas importantes com as quais compartilhei o estudo, a militância, a vida e o amor, que foram fundamentais para a realização desta nossa conquista.

Minha imensa gratidão e respeito à Professora Edna Castro de Oliveira, pelo rigor intelectual e pela humildade na partilha de estudo e de vida, especialmente por caminhar ao meu lado nesta busca do ser mais!

Gratidão às professoras Clarice Santos, Eliza Bartolozzi, Débora Amaral, e aos professores Adelar Pizetta e Salomão Hage, pelo carinho, incentivo, confiança e especialmente pelos desafios propostos. Vocês foram fundamentais!

Minha gratidão às professoras Jane Paiva e Silvanete Pereira, por nos apoiarem nesta reta final.

Gratidão às companheiras Dalva Mendes de França e Fátima Ribeiro, exemplos de generosidade e valentia na luta e na vida, pela afinidade e cumplicidade teórica e pela forte presença nesta caminhada.

Minha gratidão ao companheiro Ireneu Gonçalves e às companheiras Paula Mosquem e Carminha Paolielo, que gentilmente compartilharam documentos/memórias do Comeces.

Aproveito para agradecer ao companheiro Damián Sánchez, que organizou e disponibilizou, no seu *drive*, para o coletivo do Comitê, documentos de ações atuais.

Às companheiras e aos companheiros do Grupo de Pesquisa: EJA e EP, na cidade e no campo, do Fórum EJA/ES e do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. Gratidão pela potência da práxis, em especial às companheiras Karla Cezarino e Tatiana Santana.

Gratidão à Márcia Roxana, pelo carinho com que nos apoiou neste trabalho.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, pelas leituras e momentos de aprendizagem.

Aos profissionais do PPGE pelo empenho, carinho e atenção com que nos atendem.

Aos colegas da turma 16 D, pelo convívio alegre, agradável, solidário, pela troca de saberes e pelos vínculos de amizade que ficaram.

A Lílian Cristiane Moreira, pelo cuidado e profissionalismo na revisão desta tese.

À Capes, pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

Gratidão aos camaradas do Fórum Nacional de Educação do Campo, por tanta aprendizagem!

Gratidão às companheiras e companheiros do Comeces, pela grande aprendizagem nesta caminhada de quase 15 anos, em especial Paula Mosquen, Glorinha Sartori, Carminha Paoliello, Josimara Pezzin, Dalva Mendes, Cristina Soprani, Paulo Scarim, Fabrício Moraes, Carlos Alberto Soprani, João Luiz Cerri, Ireneu Gonçalves, Damián Sánchez, Francisco Rodrigues, Fátima Ribeiro, Tadeu da Silva e Alex Nepel.

Às companheiras e companheiros da Frente Estadual das Licenciaturas em Educação do Campo do ES.

Minha gratidão à Zilé, Geruza e Solange, por ajudarem a cuidar de mim e da minha família.

Agradeço imensamente à toda minha família, que compreendeu minhas ausências, em especial aos meus irmãos queridos, Francisco José e Luiz Henrique. Estou voltando!

Minha gratidão ao meu filho Gabriel e à Michelle, pelo amor e carinho; às nossas crianças, Francisco e Maia, que mesmo tão distantes aquecem meu coração. Vovó “Zô” ama muito!

Às minhas filhas Mariana e Marina, pela alegria de ser a mulher que me tornei!

Ao Adelson, amor de toda uma vida, meu porto seguro!

Aos que vieram antes e partiram muito cedo, Leonor e Francisco, meus pais. Imagino como ficariam orgulhosos por mim!

REINVENTAÇÃO

Neste tempo, aparentemente opaco, sem sonho,
Onde todas as manhãs amanhecem cinzentas, sem cores
Há mãos tecendo o tempo que a utopia anuncia,
Há palavras reinventando os verbos, os adjetivos, ressignificando o diálogo
Em tempos de tantos monos e monólogos.
Em tempos de tantos medos
Há corações e mentes pulsando a rebeldia
Em tempos de tantas inteligências e racionalidades
Há intuições filosóficas vendo as coisas que parecem invisíveis.
Em tempos em que os textos banais e fúteis esgotam a coerência da palavra,
As tantas indignações que perpassam o tempo,
Recriam as palavras tornando-se inesgotáveis.
Neste tempo sem brilho na tela da vida,
Há olhares cheios de luz, mirando outro caminho.
Neste tempo cheio de incômodos e desafios,
Cabe-nos redesenhar como queremos nos ver noutra sociedade.
Aí, então, saberemos
O tamanho de nossas tarefas
E o significado de nossa responsabilidade.

Derli Casali

RESUMO

A tese defendida nesta pesquisa tem como tema a experiência do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (Comeces) em que buscamos investigar: Que desafios, contradições e ações de resistência têm envolvido o Comeces nas lutas em defesa e fortalecimento da Educação do Campo do Espírito Santo, nos últimos 14 anos? Objetivou analisar as ações que foram assumidas no âmbito das lutas frente aos desafios e contradições que emergiram no processo de consolidação do Comeces, ressaltando as possibilidades de fortalecimento da formação da classe trabalhadora do campo. Partimos da hipótese de que o Comeces se constitui como espaço fundamental na formação e luta do movimento da Educação do Campo no ES. O aporte teórico que subsidia esta pesquisa dialoga com o pensamento de Florestan Fernandes, Paulo Freire, em conexão com a Educação Popular e a Educação do Campo, com Roseli Caldart e Derli Casali, dentre outros. A opção metodológica pela sistematização de experiências como metodologia de pesquisa do campo da Educação Popular, em diálogo com Alfredo Guiso, Raul Mejía e Oscar Jara, possibilitou sistematizar a práxis do Comitê, a partir das suas dimensões de atuação, na perspectiva da pesquisa militante com Breno Bringel. Contou com a participação de sujeitos representantes dos movimentos sociais, populares e sindicais e sociedade civil, que integram o Comitê. A base empírica envolveu a análise de documentos produzidos pelo Comeces, registros de diário de bordo, dados levantados no questionário e na roda de conversa. Os resultados indicam que o Comeces se constitui um sujeito coletivo de direito e como espaço formador e indutor da política, na promoção de ações concretas de intervenção na transformação da realidade que vem produzindo, ao longo de sua existência, ações de resistência aos processos de fechamento de escolas, exercendo pressão sobre órgãos públicos pela garantia e efetivação de direitos, que o colocam no patamar de um intelectual orgânico coletivo das camponesas e dos camponeses, em sua inspiração gramsciana. Evidencia, a partir de suas contradições, a produção de conhecimentos e indicadores sobre a realidade da educação do campo no ES, que se constituem referências para formulação de políticas e fortalecem os processos formativos das comunidades.

Palavras-chave: Educação do campo; Políticas educacionais; Movimentos sociais; Intelectual orgânico coletivo; Comeces.

ABSTRACT

The thesis defended in this research has as its theme the experience of the Countryside Education Committee of Espírito Santo (Comeces) in which we seek to investigate: What challenges, contradictions and actions of resistance have involved Comeces in the struggles to defend and strengthen the Countryside Education in Espírito Santo in the past 14 years? It aimed to analyze the actions that were taken within the scope of the struggles in the face of the challenges and contradictions that emerged in the process of consolidating Comeces, highlighting the possibilities of strengthening the professional development of the countryside working class. The theoretical contribution that supports this research dialogues with the thoughts of Florestan Fernandes, Paulo Freire, in connection with Popular Education and Rural Education, with Roseli Caldart and Derli Casali, among others. The methodological option for the Systematization of Experiences as a research methodology in the field of Popular Education in dialogue with Alfredo Guiso, Raul Mejía and Oscar Jara, made it possible to systematize the Committee's praxis, based on its dimensions of action, from the perspective of Breno Bringel's militant research. It included the participation of representatives of social, popular and union movements and civil society, who are part of the Committee. The empirical basis involved the analysis of documents produced by Comeces, logbook record, data collected in the questionnaire and in the conversation circle. The results indicate that Comeces constitutes a collective legal entity and, as a space that forms and induces politics, in promoting concrete actions of intervention in the transformation of the reality that has been producing throughout its existence, actions of resistance to the closure processes of schools, exerting pressure on public segments to guarantee and enforce rights, which place him at the level of an organic collective intellectual of peasants, taking Gramsci as an inspiration. It calls attention, from its contradictions, the production of knowledge and indicators about the reality of the countryside education in ES, which constitute references for policy formulation and strengthen the communities' educational processes.

Keywords: Countryside education; Educational policies; Social movements; Collective organic intellectual; Comeces.

RESUMEN

La tesis defendida en esta investigación tiene como tema la experiencia del Comité de Educación del Campo del Espíritu Santo (Comeces) en la que buscamos investigar: Qué desafíos, contradicciones y acciones de resistencia han involucrado al Comeces en las luchas en defensa y fortalecimiento de la Educación del Campo en el estado de Espíritu Santo, en los últimos 14 años? El objetivo fué analizar las acciones que se asumieron en el ámbito de las luchas frente a los desafíos y contradicciones que surgieron en el proceso de consolidación del Comeces, destacando las posibilidades de fortalecimiento de la formación de la clase trabajadora del campo. Partimos de la hipótesis de que el COMECES se constituye como espacio fundamental en la formación y lucha del movimiento de la Educación del Campo en ES. El aporte teórico que sustenta esta investigación dialoga con el pensamiento de Florestan Fernandes, Paulo Freire, en conexión con la Educación Popular y la Educación del Campo, con Roseli Caldart y Derli Casali, entre otros. La opción metodológica de investigación es por la Sistematización de Experiencias que se constituye como método de investigación del campo, de la Educación Popular en diálogo con Alfredo Guiso, Raúl Mejía y Oscar Jara, permitiendo sistematizar la praxis del Comité, a partir de sus dimensiones de actuación, en la perspectiva de la investigación militante con Breno Bringel. Contó con la participación de sujetos representantes de los movimientos sociales, populares y sindicales y de la sociedad civil, que integran dicho Comité. La base empírica implicó el análisis de los documentos elaborados por el Comeces, registros y anotaciones del cuaderno de bitácora, los datos recogidos en el cuestionario y en el círculo de conversación. Los resultados indican que el Comeces se constituye un sujeto colectivo de derecho y, como espacio formador e inductor de la política, al promover acciones concretas de intervención en la transformación de la realidad que viene produciendo a lo largo de su existencia, acciones de resistencia a los procesos de cierre de escuelas, ejerciendo presión sobre los organismos públicos para garantizar y hacer cumplir los derechos, que lo sitúan al nivel de un intelectual colectivo orgánico de campesinos/as, en su inspiración Gramsciana. Destaca, desde sus contradicciones, la producción de conocimientos e indicadores sobre la realidad de la educación del campo en el estado de ES, que se constituyen referenciales para la formulación de políticas y fortalecimiento de los procesos formativos de las comunidades.

Palabras clave: Educación del campo; Políticas educativas; Movimientos sociales; Intelectual orgánico colectivo; Comeces.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Síntese das Pautas/ações Recorrentes do Comeces 2009-2022.....	41
Imagem 2 - Dimensões de atuação do Movimento da Educação do Campo.....	42
Imagens 3 e 4 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo	64
Imagem 5 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo	65
Imagem 6 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo	66
Imagem 7 - Contracapa do folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo	67
Imagem 8 - Página do Fórum EJA/ES	69
Imagem 9 - Registros da participação do Comeces na plenária do Fórum EJA/ES .	71
Imagem 10 - Auto-organização do Comeces	85
Imagem 11 - Organicidade do Fonec	87
Imagem 12 - Convite para o 1º Seminário Estadual da Frente das Escolas do Campo do ES.....	88
Imagem 13 - Organicidade do Comeces	89
Imagens 14 a 17 - Assembleia Popular da Educação	133
Imagem 18 - Em vermelho, municípios em que a Nota Comeces de Repúdio ao TAG foi protocolada	138
Imagem 19 - Divulgação do adiamento do prazo de assinatura do TAG	139
Imagem 20 - Reunião com a Defensoria Pública do ES.....	143

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mulheres contra o TAG	48
Fotografias 2 e 3 - Registro da roda de conversa.....	50
Fotografia 4 - Reunião do GT de Educação do Campo no Ceforma MST/ES	72
Fotografia 5 - Reunião do GT de Educação do Campo na Escola Família Agroecológica de Colatina	74
Fotografia 6 - Grupos de Trabalho durante Seminário Estadual de Criação do Comitê	76
Fotografia 7 - Composição da Mesa de Encerramento do Seminário com autoridades locais, estadual e nacional	77
Fotografia 8 - Plenária na apresentação do Comitê e entrega dos documentos para o poder público	77
Fotografias 9 e 10 – Delegação do ES no Encontro Nacional 20 anos da Educação do Campo e 10 anos do Pronera	80
Fotografia 11 – Mesa de abertura do Seminário Popular: Memórias, Encontros e Lutas	81
Fotografias 12 e 13 – Plenária de abertura do Seminário Popular: Memórias, Encontros e Lutas	82
Fotografias 14 a 21 - Apresentação do Comeces para a Sedu e para a Undime	84
Fotografias 22 a 27 - Debate do Programa Escola Viva.....	128
Fotografia 28 - Representantes do Comeces protocolam recurso contrário ao TAG no Ministério Público de Contas do TCEES	140
Fotografias 29 a 32 - Manifestação do Comeces contra o TAG	141
Fotografias 33 e 34 - Reunião com o Presidente do TCEES.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento Pesquisa Militante na ANPED – 2011-2021	35
Tabela 2 - Formação Específica em Educação do Campo.....	45
Tabela 3 - Escolas extintas no Brasil no período de 2018-2020.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pautas defendidas pelo Comeces	41
Quadro 2 - Dimensões da atuação do Comeces no período de 2009 até 2022.....	43
Quadro 3 - Catálogo de Teses e Dissertações Capes / Teses	51
Quadro 4 - Catálogo de Teses e Dissertações Capes / Dissertações	52
Quadro 5 - Relação dos participantes do Seminário de criação do Comeces	75
Quadro 6 - Relatos apresentados pelo Comeces	80
Quadro 7 - Organização Interna.....	83
Quadro 8 - Organicidade da coordenação colegiada	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos sujeitos da pesquisa.....	44
Gráfico 2 - A relação dos sujeitos da pesquisa com os movimentos sociais/ populares.....	46

LISTA DE SIGLAS

Amunes - Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo
Anca - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Anfope - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Apib - Associação dos Povos Indígenas no Brasil
APNPs - Atividades Pedagógicas Não Presenciais
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
CEE - Conselho Estadual de Educação
Ceforma - Centro de Formação Maria Olinda
Ceier - Centro Estadual Integrado de Educação Rural
Cier - Centro Integrado de Educação Rural
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Comeces - Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo
Depe - Defensoria Pública Estadual
Dipeceei - Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena
EdoC - Educação do Campo
EFA - Escola Família Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ES - Espírito Santo
FEE - Fórum Estadual de Educação
Fetaes - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Espírito Santo
Fonec - Fórum Nacional de Educação do Campo
Fopeis - Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo
Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Geperuaz - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia

GT - Grupo de Trabalho
Ifes - Instituto Federal de Educação
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEdoC - Licenciatura em Educação do Campo
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
Mepes - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPCES - Ministério Público de Contas do Espírito Santo
MPES - Ministério Público do Espírito Santo
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Neja - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
Occa - Observatório dos Conflitos do Campo
OMS - Organização Mundial de Saúde
Paes - Pacto pela aprendizagem no ES
Pedeag - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
PJC - ST - ProJovem Campo - Saberes da Terra
PL - Projeto de Lei
Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
Raceffaes - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão
Sedu - Secretaria Estadual de Educação
Semep - Secretaria Municipal de Educação de Pancas
Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TAG - Termo de Ajuste de Gestão
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCEES - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Undime - União dos Dirigentes Municipais de Educação
Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAMINHOS QUE NOS ENSINAM A CAMINHAR	23
1 CONFIGURAÇÃO DO ESTUDO E PROCESSO FORMATIVO DA PESQUISA NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	30
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS QUE SE ENTRELAMAM.....	37
1.2 O COMECES NO ÂMBITO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS	51
2 MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES.....	63
2.1 ORGANICIDADE DO COMECES	83
3 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E AGRÁRIO: ANTIGOS DILEMAS, NOVAS ROUPAGENS NA EDUCAÇÃO	90
3.1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO FRENTE AO CONTEXTO AGRÁRIO DO PAÍS	96
3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DISPUTA.....	104
3.3 O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ES.....	113
4 O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES – SUJEITO COLETIVO DE DIREITO	118
4.1 A LUTA COLETIVA DO COMECES CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS.....	123
4.2 ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE	131
4.3 FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO SOB NOVAS ROUPAGENS.....	135
4.3.1 A roda de conversa: um diálogo necessário com os sujeitos do Comeces.....	145
CIRCUITO QUE SE ABRE PARA FECUNDAR NOVOS CULTIVOS.....	153
REFERÊNCIAS	157

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	170
APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DAS PAUTAS/AÇÕES DO COMECES 2009/2022.....	173
APÊNDICE C - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA	187
APÊNDICE D – TESES DEFENDIDAS NO PPGE ENTRE 2008 E 2020	188
APÊNDICE E - DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS PPGE PERÍODO DE 2008 – 2021.....	189
APÊNDICE F - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CE CAMPUS GOIABEIRAS	191
APÊNDICE G - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CE CAMPUS SÃO MATEUS.....	193
APÊNDICE H - TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	195
ANEXO A - MANIFESTAÇÃO DO COMECES ACERCA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA	200
ANEXO B - OFÍCIO AO DLCE/CE/UFES - PROGRAMA ESCOLA DA TERRA...202	
ANEXO C - NOTA SOBRE A CRIAÇÃO DO COMECES NO <i>SITE</i> DO MDA	205
ANEXO D - FICHA DE DESCRIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PARA O GT.....	206
ANEXO E - INDICAÇÃO DO GT PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ.....	207
ANEXO F - CONVITE DA SEDU PARA COMPOSIÇÃO DO GT DAS DIRETRIZES.....	208
ANEXO G - ORIENTAÇÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DE COMITÊS MUNICIPAIS.....	211
ANEXO H – PANFLETO FECHAR ESCOLA É CRIME	213
ANEXO I – INFORMATIVO COMECES Nº 02.....	214
ANEXO J – FECHAR ESCOLA É ILEGAL	218
ANEXO K – PAUTA UNIFICADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES	220
ANEXO L – MANIFESTO DE IBIRAÇU.....	225
ANEXO M - NOTA: ESCOLAS ESTÃO SENDO FECHADAS	227
ANEXO N – NOTA: A SEDU ESTÁ EXTINGUINDO CONSELHOS DE ESCOLA!!!	230

ANEXO O – SOLICITAÇÃO À SEDU PARA REABERTURA DE ESCOLAS	232
ANEXO P - ANOTAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES.....	236
ANEXO Q - NOTA TÉCNICA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ES (MPCES).....	242
ANEXO R - MANIFESTO MST	243
ANEXO S – RECURSO PROTOCOLADO NO MPCES	245
ANEXO T - HISTÓRICO ENCAMINHADO À DIPECEEI / SECADI	247

CAMINHOS QUE NOS ENSINAM A CAMINHAR

Caminho se conhece andando
 Então vez em quando é bom se perder
 Perdido fica perguntando
 Vai só procurando
 E acha sem saber
 Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver [...]

Chico Cesar¹

As ideias que delineiam os caminhos desta pesquisa vêm sendo germinadas no percurso de uma práxis que me interroga² e me instiga como militante social, a partir de sua problematização, e me chama a refletir sobre os entrelaçamentos e a indissociabilidade entre a produção acadêmica e a pesquisa militante, conforme sugerem Breno Bringel e Renata Versiani Scott Varela (2016), quer seja, a pesquisa que emerge do meu engajamento com as lutas sociais, na perspectiva coletiva de produção do conhecimento e transformação social.

A experiência vivida desde a participação no Grupo de Trabalho (GT) de Educação do Campo em 2007, responsável pela criação do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (Comeces), em 2008, moveu-me no sentido de refletir sobre todo esse percurso, avançar nos estudos e, por meio da elaboração acadêmica, sistematizar teoricamente nossas práticas como possibilidade de contribuir para a Educação do Campo (EdoC).

Busco refletir sobre as ações e as pautas de luta que foram assumidas pelo Comitê no período de 2008 a 2022, na perspectiva de entender os diferentes contextos de atuação, as contradições, os avanços, limites e os desafios no acompanhamento da política de Educação do Campo no Espírito Santo (ES). Assim, ao exercitar a pesquisa sobre as contribuições do Comeces, interessa-me compreender as diferentes dimensões de atuação do Comitê, buscando problematizar os contextos em que se desenvolveram as lutas em favor da escolarização das camponesas e dos camponeses.

¹ Canção “Deus me proteja”.

² Acatando a sugestão da banca, nesta parte inicial a opção é pela primeira pessoa.

No processo, procurei registrar o movimento que antecede a criação do Comitê e seu percurso até os dias atuais, analisando os elementos contraditórios que nos indicam os limites, na tentativa de compreender, a partir das ações realizadas ao longo dessa trajetória, os desafios e as possíveis contribuições no fortalecimento da luta por uma educação pública e popular para a classe trabalhadora do campo.

Os caminhos trilhados como pedagoga na rede pública de ensino, por opção, e, mais tarde, a militância em movimentos sociais, ajudaram na minha compreensão da relação entre escola, família, comunidade e os movimentos sociais, como forças e possibilidades de integrar diferentes saberes, para além dos muros da escola. Ajudaram na luta por um projeto de educação que articule a problemática da vida aos conteúdos escolares.

Como pedagoga na escola pública³ desde 1995, procurei ir além das tradições autoritárias, em que a prática educativa fica imune “[...] ao que se passa nas ruas do mundo” (FREIRE, 2001). A atuação com jovens do Ensino Médio da rede estadual de ensino delimita o início da minha aproximação com os movimentos sociais, no ano de 2005, a partir das Conferências da Juventude e da participação no Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo (Fórum de EJA-ES)⁴. Naquela época, ao assumir a Coordenação Pedagógica do Programa de Inclusão de Jovens, o ProJovem Urbano, em Vitória (ES), também pude acompanhar a implementação de ações nas comunidades, a partir da proposta pedagógica do referido Programa.

Em 2008, assumi na Secretaria Estadual de Educação (Sedu) a coordenação estadual do Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra (PJC - ST), que inicialmente foi implementado dentro da Subgerência de Educação de Jovens e Adultos. Nessa época, não existia a Modalidade da Educação do Campo na estrutura

³ Da experiência na escola podemos relatar, dentre outras práticas que nos constituem enquanto sujeito histórico, a organização de uma rádio como forma de democratização do espaço, empoderamento dos jovens e de mobilização estudantil. Destaca-se, ainda, a oficina do Projeto “Fazedores de Artes”, que contribuiu para a permanência dos jovens na escola, atuando como forma de enfrentamento dos processos perversos de exclusão a que estão expostos na escola.

⁴ O Fórum de EJA/ES emerge pela ampliação do Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos da Grande Vitória, criado em 1998, através de um Projeto de Extensão Universitária. Surge como demanda de formação de educadores que buscavam na Universidade Federal do Espírito Santo oportunidades de formação. Disponível em: <http://forumeja.org.br/es>.

da Sedu. Havia uma Gerência de Juventude e Diversidade⁵, com três Subgerências: a da EJA, a da Educação Especial e a de Projetos Especiais (que abarcava, dentre outros projetos, a Educação Indígena). Com o debate da Educação do Campo oriundo da proposta e dos processos formativos do ProJovem Campo, tencionamos por um espaço próprio para a modalidade ou, ao menos, por sua composição junto da Educação Indígena, uma das únicas ações desenvolvidas naquela época pela Sedu, além do acompanhamento do “Agrinho” nas escolas rurais.

Assim, passei a atuar com a técnica responsável no acompanhamento da formação de educadoras e educadores indígenas, na Subgerência de Projetos Especiais. Como desdobramento, tivemos a chegada na equipe de uma educadora da rede estadual, para acompanhar o Programa Escola Aberta, justamente no momento de implementação do Programa Escola Ativa. Em função de seus conhecimentos acerca da Educação do Campo, conseguimos que fosse redirecionada para coordenar o Programa Escola Ativa. Assim, em dupla, passamos a acompanhar as escolas localizadas no perímetro rural e participar do debate do currículo da Educação do Campo, momento em que também representamos a Sedu no recém-instituído Grupo de Trabalho de Educação do Campo que, em dezembro daquele mesmo ano (2008), constituiu-se no Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (Comeces).

Foi a partir da participação nas reuniões do Comitê que me aproximei dos movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Quilombola.

A participação nos espaços de formação de educadoras e educadores do MST, bem como no processo de formação do ProJovem Campo me possibilitou aprofundar estudos sobre a Educação do Campo e aprender, com as companheiras e companheiros do Movimento, a valorizar ainda mais e lutar por uma Educação do Campo como direito e tensionar o Estado na garantia desse direito.

As experiências vividas como Coordenadora Estadual do Programa “Saberes da Terra” e como integrante do grupo de formadores do Núcleo de Educação de Jovens

⁵ Na estrutura organizacional básica da Sedu, reorganizada pela Lei Complementar nº 390, de 10 de maio de 2007, a educação “no” campo aparece uma única vez, no Art. 15, que se refere às atribuições da Gerência de Educação, Juventude e Diversidade: “[...] Definir e articular com os municípios políticas de Educação Indígena e de Educação no Campo [...]”.

e Adultos⁶ (Neja/Ufes) muito me provocaram a aprofundar estudos por meio da pesquisa, buscando identificar, nas nossas práticas pedagógicas, indícios que pudessem contribuir na formulação de propostas para a EJA, evidenciando processos coletivos e encontrando possibilidades nas contradições vivenciadas. Contradições essas expressas na fala de uma Assentada do MST que, durante visita de acompanhamento do Programa, após indagar sobre a possibilidade de participação, humildemente se desculpou dizendo: “[...] *a senhora me desculpa pela pergunta, mas é que eu já estou com 50 anos e eu queria muito aprender a ler e escrever*”.

Assim, a pesquisa do mestrado me possibilitou refletir sobre a experiência do “ProJovem Campo - Saberes da Terra Capixaba”, em que a vivência da pedagogia da alternância e do currículo integrado, bem como o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a auto-organização foram compreendidos como importantes contribuições para se pensar o currículo da EJA Campo.

Cabe ressaltar que, no âmbito da execução do “Saberes da Terra Capixaba”, o processo de formação de educadoras e educadores se constituiu como espaço de formação política, considerando que a formação pedagógica da qual participei não estava descolada da leitura crítica da realidade. A natureza da equipe de formação, constituída pela articulação entre o Neja, o Observatório dos Conflitos do Campo (Occa) e a Incubadora de Economia Solidária, junto aos movimentos sociais do campo me deram elementos para refletir sobre o *que fazer* da formação de educadoras e educadores do campo.

É importante, aqui, refletir sobre a relação do “Saberes da Terra” e seus imbricamentos com a trajetória do Comeces. Com a adesão da Sedu ao Programa, buscamos⁷ no Neja o apoio para a formação das educadoras e educadores que seriam contratados. Surgiu daí a possibilidade de articulação da formação atrelada aos movimentos sociais do campo, o que fez com que aproximações fossem estabelecidas e proporcionada a retomada do recém-instituído GT de Educação do Campo⁸.

⁶ Responsável pela formação de educadores e educadoras do Programa.

⁷ Na ocasião, atuava, enquanto técnica da Sedu, na Coordenação Estadual do Programa “ProJovem Campo - Saberes da Terra Capixaba”.

⁸ GT estabelecido durante Seminário Estadual de Educação do Campo, ocorrido em 2007, responsável por organizar um Fórum ou Comitê de Educação do Campo, no estado.

Assim, caminhamos juntos, fortalecendo o GT, que passou a ter um papel importante dentro do Programa como responsável pelo acompanhamento social, compondo a Comissão Pedagógica⁹, participando inclusive das formações em âmbito nacional. Tal articulação viabilizou o retorno das reuniões do GT, a partir do encontro realizado na Ufes para a apresentação do Programa, possibilitando a intensificação da articulação para a criação do Comeces, no final de 2008.

Mais tarde, passei a contribuir, como representante do Fórum EJA/ES, na Coordenação Colegiada do Comeces e como representante do Comeces no Colegiado da Licenciatura de Educação do Campo da Ufes, bem como no Fórum Estadual de Educação (FEE) e no Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec).

Esse envolvimento me fez avançar como militante social, sendo que a formação permanente, a partir da participação no debate da educação da classe trabalhadora, impulsionou-me a buscar ferramentas teóricas como potencial para o fortalecimento das nossas lutas (CALDART, 2008).

Com mais força nesse momento, a imersão no doutorado, na linha de pesquisa “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas”, tem me permitido buscar o aprofundamento da teorização do campo e a atualização de ferramentas analíticas de compreensão dos fenômenos.

Em função desse movimento e de minha imbricação no processo, o estudo no doutorado foi se reconfigurando. A motivação inicial surgiu a partir dos resultados de pesquisa do mestrado, buscando ampliar o debate da EJA Campo. Contudo, “[...] a escolha do campo da pesquisa não é prerrogativa de quem pesquisa, mas se dá na necessidade que a prática impõe” (OLIVEIRA, E., 2005, p. 20).

Apanhada pela pandemia de Covid-19 e o aumento das demandas por atuação política do Comitê, o foco do estudo foi deslocado. Contudo, não perdemos a perspectiva de reflexão sobre a educação de jovens e adultos e idosos camponeses, que nos desafiam constantemente a buscar os elementos contraditórios para o

⁹ De acordo com o Projeto Base do Programa, a Comissão Pedagógica, “[...] constituída por Escolas Agrotécnicas e Instituições de Ensino Superior públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem na Educação do Campo e tenham experiência na realização de programas de educação de jovens e adultos, comitê e/ou fórum de educação do campo”, tinha como objetivo articular as ações pedagógicas do Programa.

enfrentamento dessa realidade desumana em que se encontram os sujeitos do campo. Como nos provoca uma camponesa, militante do MPA, “[...] *nós camponeses estamos levando outro tombo na história [...] a escola não faz parte da nossa realidade [...] os meninos da roça com 13 anos estão saindo da escola [...] daqui há 40 anos teremos mais analfabetos*”. Ao denunciar a humanidade negada na injustiça, na opressão, na violência que fere a “[...] ontológica e histórica vocação do homem - a de ser mais” (FREIRE, 1971, p. 94), essa camponesa também me provoca a refletir sobre o meu papel de, junto a esses sujeitos, “[...] transcender a superação do analfabetismo” e assumirmos “[...] uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização” como tarefa nossa (OLIVEIRA, E., 2001, p. 12).

Os desafios encontrados nos dois primeiros anos do doutorado foram grandes, pois foi preciso iniciar o curso trabalhando¹⁰ e, depois, tive necessidade de interromper o movimento da pesquisa para cuidar da saúde – em novembro de 2020, para o tratamento de Covid-19 e, em dezembro de 2021, para tratamento de um câncer –, situações que me provocaram a refletir ainda mais sobre a essência da vida e o cuidado de si e dos outros. Mas também me deram muita força para seguir, valorizando toda e qualquer conquista.

Na organização do texto, meu envolvimento com o movimento da educação do campo no ES foi traduzido como “**Caminhos que nos ensinam a caminhar**”. Esses caminhos se fortaleceram com o estudo organizado na sequência, no capítulo 1 - **Configuração do Estudo e Processo Formativo da Pesquisa na Perspectiva dos Movimentos Sociais**, em que apresentei o problema da pesquisa, os objetivos e refleti sobre a imbricação das lutas sociais e as políticas públicas como aproximações necessárias, no item 1.1 – Caminhos metodológicos que se entrelaçam, busquei, na revisão das produções acadêmicas, por estudos já realizados que se aproximam desta pesquisa. Assim, o item 1.2 – O Comeces no âmbito das pesquisas acadêmicas me permitiu evidenciar a originalidade e a contribuição desta investigação.

No capítulo 2, sistematizamos as **Memórias e Trajetórias do Comitê de Educação do Campo do ES**, explicitando em 2.1 a Organicidade do Comeces.

¹⁰ Iniciei o doutorado em 2019, trabalhando como pedagoga em uma escola de ensino médio, até outubro de 2020, quando consegui uma licença sem vencimentos.

No capítulo 3 - **Contexto Sociopolítico e Agrário: Antigos Dilemas, Novas Roupagens na Educação**, analisamos a disputa entre dois projetos de campo – o do agronegócio e o da agricultura camponesa – problematizando o contexto em que estão inseridas as lutas por uma educação do campo, em âmbito nacional, abordando-as no campo do ES, nos itens 3.1- Desafios da Educação do Campo frente ao contexto agrário do país, 3.2 - A Educação do Campo em disputa e 3.3 - O campo da Educação do Campo no ES.

Assim chegamos ao capítulo 4 - **O Comitê de Educação do Campo do ES – Sujeito Coletivo de Direito**, em que prosseguimos a sistematização da experiência do Comeces desde sua criação, refletindo sobre as pautas de luta que impulsionaram sua articulação com os movimentos sociais e populares do campo e urbanos. Buscamos analisar a relação do estado com a educação do campo e problematizar o papel do Comeces nessa relação, no processo de luta pela garantia da Educação do Campo no ES. Nesse limiar, no item 4.1 – A luta coletiva do Comeces contra o fechamento de escolas, desafiamo-nos a compreender os limites, desafios e contradições encontradas no movimento de consolidação e monitoramento das políticas públicas no âmbito da Educação do Campo no ES, a partir de documentos e registros inventariados, produzidos pelo Comitê, que testemunham a dinâmica das ações do Comeces. No item 4.2 – Articulação política dos movimentos sociais do campo e da cidade, buscamos traduzir as dimensões das ações do Comeces nas lutas em defesa e fortalecimento da Educação do Campo no ES, no período analisado, como força propulsora para nossas aprendizagens na perspectiva de avançarmos nas conquistas e realizações da educação do campo, que se complementa no item 4.2.1 – A Roda de conversa: um diálogo necessário com os sujeitos do Comeces, que nos proporcionou novas aprendizagens que se abrem para algumas considerações que constam no item: Circuito fecundo que se abre para novos cultivos.

1 CONFIGURAÇÃO DO ESTUDO E PROCESSO FORMATIVO DA PESQUISA NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Amar o campo, ao fazer a plantação,
 Não envenenar o campo é purificar o pão [...]
 Amar a terra, e nela plantar semente,
 A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente!
 Zé Pinto¹¹

Os caminhos da pesquisa foram traçados no sentido de problematizar a práxis do Comitê, compreendendo a luta coletiva como propulsora das políticas públicas. Buscamos compreender as lutas que foram assumidas, tomando como base o conhecimento da realidade concreta na perspectiva da realização das transformações demandadas pela ação dos movimentos sociais articulados nesse coletivo.

O compromisso com o movimento de educação do campo nos impulsionou a centrar o foco neste estudo, que objetiva a sistematização da experiência do Comeces, como forma de contribuir, a partir do resgate da memória, com o fortalecimento de políticas de Educação do Campo que potencializem seus princípios e práticas na perspectiva de uma educação libertadora. Consideramos, na procura de novos caminhos, a dialética apontada por Paulo Freire (1983, p. 36), para quem “[...] pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento”, no sentido da produção do conhecimento como práxis que provoca encaminhamentos para novos conhecimentos e contribuições para a transformação da realidade. Nesse sentido, destacamos o diálogo, “[...] entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos [...] o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 64), como um dos principais fundamentos nesse processo de produção de saberes.

A dimensão pedagógica dos movimentos sociais se constitui com um dos eixos de análise, reconhecendo que “[...] os trabalhadores [trabalhadoras] dos campos são sujeitos de sua própria educação, formação humana, política, social, ética, identitária” (ARROYO, 2020, p. 12). A partir dessa constatação,

[...] trazer [as] histórias-memórias de resistências coletivas tem um significado político radical em tempos de golpe [e pós-golpe], de repressão de tentativas hegemônicas de recolocar os movimentos sociais no seu lugar: às margens

¹¹ Canção “Caminhos Alternativos”, Zé Pinto.

da política, do poder, da educação. Da história. Tempos de não apagar essas memórias, de afirmá-las (ARROYO, 2020, p. 13).

Com a intenção de revelar as experiências do Comeces, no sentido de serem preservadas e testemunhadas, o problema de pesquisa se impôs com a instigação que nos envolveu na busca de investigar: Que desafios, contradições e ações de resistência têm envolvido o Comeces nas lutas em defesa e fortalecimento da Educação do Campo do Espírito Santo, nos últimos 14 anos?

Partimos da hipótese de que o Comitê de Educação do Campo se constitui como espaço fundamental na formação e luta do movimento da educação do campo no ES.

Nessa perspectiva, propusemos como objetivo geral analisar as ações que foram assumidas no âmbito das lutas frente aos desafios e contradições que emergiram no processo de consolidação do Comeces, ressaltando as possibilidades de fortalecimento da formação da classe trabalhadora do campo. Definimos como objetivos específicos:

- Sistematizar a experiência do Comeces desde sua criação, situando as lutas que impulsionaram sua articulação com os movimentos sociais e populares do campo e urbanos;
- Inventariar documentos e registros produzidos pelo Comitê que testemunham a dinâmica das ações do Comeces ao longo do percurso temporal da pesquisa;
- Analisar diferentes momentos da luta histórica envolvendo a questão agrária, as disputas por projetos de sociedade, de campo e de educação e em específico no ES;
- Problematizar o papel do Comeces na relação com o Estado, no processo de regulamentação da Educação do Campo no ES.

Para atender aos objetivos propostos e responder à questão principal da tese, realizamos um estudo de abordagem qualitativa (BRANDÃO, 2003), na perspectiva da pesquisa militante (BRINGEL; VARELA, 2016) e da sistematização de experiência (GHISO, 1998) como opção metodológica, aliada à pesquisa documental. Com essa opção, procuramos operar com ferramentas teóricas em favor do povo, das lutas sociais, no processo coletivo de aprendizagem e elaboração de conhecimento, de reflexão da práxis, no sentido de avançarmos nas conquistas e realizações da educação do campo.

Nessa lógica, argumenta Brandão (2003, p. 184):

Um dos grandes ganhos daquilo que damos o nome de pesquisa qualitativa reside no fato de que através dessa abordagem da busca de conhecimentos confiáveis sobre o mistério da pessoa humana, da sociedade em que ela vive, da cultura que ela tece e em que se enreda para viver e conviver, nós recuperamos a confiança em nós mesmos [...] O que está em jogo não é uma pura e simples questão de escolha metodológica. É uma postura ética e epistemologicamente existencial que de maneira ousada se reescreve.

A perspectiva da pesquisa militante nos aproxima de uma vertente epistemológica própria, de produção de conhecimento a partir da nossa práxis no movimento social, oportunizando o diálogo com a produção acadêmica de forma horizontal. Esse exercício nos encoraja ao estranhamento da necessidade de distanciamento entre sujeito e objeto da pesquisa. Esse distanciamento tem sido parâmetro da ciência moderna e única forma de produção de saber (BRINGEL; VARELLA, 2016). Conforme esses autores,

A pesquisa sobre as realidades dos movimentos sociais populares [...] passa a ser uma investigação com/nos/ a partir dos movimentos sociais, o que implica um descentramento na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo da pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador e a explicitação do compromisso ético-político com a transformação das condições sociais existentes. Referida articulação acadêmico-militante acaba por revelar uma abertura teórico-metodológica e epistemológica que modifica consideravelmente as noções, os termos e as categorias para a interpretação da realidade, em que pese nem sempre representar uma renovação radical das matrizes político-ideológicas presentes no debate científico (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 482).

Seguindo essa linha de pensamento, resgatamos as contribuições de Orlando Fals Borda, precursor do pensamento crítico latino-americano. Conforme Bringel e Maldonado (2016, p. 392), esse autor colombiano contribuiu para que se mantivesse “[...] acesa uma perspectiva crítica e subversiva na construção do conhecimento sociológico”, além do seu papel fundamental na institucionalização desse campo na Colômbia e na América Latina. Esses autores indicam que Fals Borda,

[...] mesmo tendo realizado sua formação acadêmica inicial nos Estados Unidos, sendo influenciado inicialmente pelo estrutural-funcionalismo, desde o seu retorno à Colômbia defendeu a formação de um pensamento regional próprio e profundamente crítico aos modismos e colonialismos intelectuais, tanto de direita como de esquerda (BRINGEL; MALDONADO, 2016, p. 394).

Ainda,

[...] ‘o conhecimento pelo conhecimento’ não era suficiente para Fals Borda, quem realizou uma instigante demonstração prática de possibilidade de descolonização das ciências sociais, construindo propostas metodológicas concretas – como o método de *Investigación Acción Participativa* (IAP) –

mediadas pela *práxis*, que vinculava o engajamento do pesquisador junto às classes subalternas com o avanço do conhecimento sociológico (BRINGEL; MALDONADO, 2016, p. 394, grifos dos autores).

Ainda de acordo com Bringel e Maldonado (2016, p. 391), Fals Borda “[...] desenvolveu importantes pesquisas [...] da violência ao conhecimento, da questão agrária à marginalidade urbana”. Ele dirigiu seu foco “[...] para a questão agrária e o campesinato, pois em sua opinião não haveria como alterar as injustiças sistêmicas sem uma profunda alteração do modelo de concentração de terras predominante no seu país e nos demais países latino-americanos”, inserindo, assim, uma perspectiva sócio-histórica nos seus estudos e dando “[...] centralidade para a construção teórica a partir das vozes dos sujeitos” (BRINGEL; MALDONADO, 2016, p. 391). Conforme esses autores,

O engajamento político e o trabalho com as bases e com um movimento campesino radicalizado, bem como a construção de uma relação de “devolução sistemática” do conhecimento não negava o trabalho científico como ponto de partida, e sim buscava enriquecê-lo a partir da diversificação de fontes e da construção de uma concepção de ciência autônoma e a serviço do povo. [...] Longe da difusão de dogmas e de doutrinas e de uma relação de mera reprodução da voz dos sujeitos, Fals Borda preocupava-se pela reflexividade crítica resultante destes processos de mediação e interação com os grupos organizados de camponeses, operários, indígenas, negros, entre outros, que não deveriam ser exaltados sem contradições. A centralidade da *práxis* aparece assim como um elemento de destaque (BRINGEL; MALDONADO, 2016, p. 397-398).

Fals Borda, apesar de pouco lembrado no meio acadêmico,

[...] foi amplamente difundido entre as décadas 1970 e 1980 no Brasil, por Paulo Freire [...] e Carlos Rodrigues Brandão, [...] o que indica que sua entrada foi mais profícua [na educação popular] que na academia, como ocorreu em outros países, aonde chegou a ter maior penetração nas universidades (BRINGEL; MALDONADO, 2016, p. 391-392).

Nessa inspiração, no processo desta pesquisa, embalada por convicções e compromissos militantes, a aproximação do saber acadêmico como o saber produzido nas lutas foi buscada no afã de compreender as imbricações entre a elaboração intelectual e ação política (GRAMSCI, 2021).

Procuramos nos apropriar de metodologias que nos aproximassem dos sujeitos da pesquisa, no sentido de compreender as situações limites (FREIRE, 1975), pois, para além de uma simples documentação/registro da *práxis*, pretendíamos entender a sua lógica, o seu sentido e as suas interlocuções, a partir de uma interpretação crítica do campo da pesquisa.

Encontramos no conceito de militância apontado por Bringel e Varella (2016, p. 482) o fundamento para esse debate, traduzido como:

[...] o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme esses autores, a atuação política e acadêmica não se dissocia e a pesquisa militante “[...] recoloca, em um patamar digno e legítimo [...] as investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas” (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 482).

Miguel Arroyo (2020) reconhece a aproximação entre militância e universidade como algo novo, devido ao antagonismo entre a lógica militante e a racionalidade da pesquisa.

Acho que é uma das coisas mais ricas: a aproximação entre lógicas aparentemente contraditórias, se encontram em um universo de educadores, professores, militantes pesquisadores. Estamos aproximando campos antes tão distantes, lógicas antes tão distantes, quase impossível dialogar. [...] Como se fosse possível deixar em casa a militância e, depois, na universidade, sermos invadidos ou iluminados pela racionalidade. Nos anos 60, isso era dominante: esqueça quem você é para poder ver a realidade. Aí, como esquecíamos quem éramos não víamos a realidade (ARROYO, 2020, p. 218).

Na compreensão de Arroyo (2020, p. 218-219), a partir de um diálogo de saberes, “[...] os diversos movimentos se enriquecem quando vão às universidades [...], mas quem se enriquece mais são as próprias universidades. Elas percebem outras coisas [...] surge um outro conhecimento [para elas e] delas mesmas”.

Com a mesma ênfase e a partir dos representantes da teoria crítica, Carlos Alberto Torres (2013, p. 534) reitera que “[...] la investigación no puede separarse de la lucha política; por lo tanto, el trabajo académico [...] y el activismo son inevitablemente parte integrante de nuestra vida”¹².

Embora a literatura indique a possibilidade de abertura para pesquisas mais engajadas, ainda é incipiente esse tipo de abordagem teórico-metodológica nas pesquisas em educação, fato que identificamos a partir de levantamento feito nos

¹² “[...] a pesquisa não pode ser separada da luta política; portanto, o trabalho acadêmico [...] e o ativismo são inevitavelmente parte integrante de nossas vidas”.

Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), mais especificamente no GT 03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e no GT 06 – Educação Popular, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Levantamento Pesquisa Militante na ANPEd – 2011-2021

Levantamento Pesquisa Militante na ANPEd 2011- 2021					
Reunião	Ano	GT 03		GT 06	
		Total	Achados	Total	Achados
40 ^a	2021	39	0	27	0
39 ^a	2019	32	0	27	0
38 ^a	2017	15	0	19	0
37 ^a	2015	21	0	18	0
36 ^a	2013	8	0	12	0
35 ^a	2012	15	0	13	0
34 ^a	2011	17	0	10	0

Fonte: elaborado pela autora a partir das análises dos Anais das Reuniões Nacionais da Anped.

Conforme observamos, durante o período analisado, não encontramos nenhum trabalho que utilizasse a pesquisa militante, o que nos indica o compromisso e o desafio deste trabalho.

Este estudo também se abre para a interlocução com as Epistemologias da Política Educativa, enquanto campo teórico, concebendo a necessidade da não neutralidade da investigação e da produção do conhecimento, procurando manter um posicionamento consistente e coerente, conforme nos orienta César Tello (2013). De acordo com o autor, existem muitas perspectivas teóricas para a investigação da política educativa e devemos observar, a partir do enfoque das Epistemologias da Política Educativa, uma perspectiva coerente e sólida, que sustente nosso posicionamento epistemológico (político e ideológico).

Nesse sentido, Jefferson Mainardes (2013, p. 523-524)¹³ expõe que

¹³ Ao explicitar ou refletir sobre a perspectiva epistemológica e o posicionamento epistemológico, o pesquisador de políticas pode fazer com que o uso de referenciais teóricos seja mais consistente e

Al hacer explícita o reflejar la perspectiva epistemológica y el posicionamiento epistemológico, el investigador de políticas puede hacer que el uso de referenciales teóricos sea más consistentes y reflexivos y, en ese proceso, obtener un nivel más elevado y sofisticado de densidad teórica y coherencia entre las perspectivas epistemológicas y el proceso de análisis de políticas educativas.

Tello (2013) nos chama atenção para a necessidade de distinção entre o estudo da Política Pública dos estudos das Políticas Públicas. Segundo o autor, precisamos distinguir, no desenvolvimento de nossas análises, o estudo da política – que cuida do estudo do campo teórico –, do estudo das políticas – que cuida das ações e fenômenos políticos.

Mainardes (2017, 2018) nos alerta para a importância da flexibilidade e da vigilância epistemológica a partir da explicitação da perspectiva teórico-metodológica, como possibilidade de pesquisas mais coerentes e consistentes, alinhadas às perspectivas epistemológicas que adotamos. Para esse autor, a investigação acerca das políticas educativas, campo teórico ainda não consolidado, necessita de um alinhamento entre a perspectiva epistemológica¹⁴, o posicionamento epistemológico e o enfoque epistemometodológico.

Assim, buscando essa coerência, trilhamos caminhos investigativos que oportunizaram o diálogo com os sujeitos da pesquisa, para com eles e elas refletir sobre o percurso de lutas e resistências do Comeces desde a sua criação, considerando os avanços, as contradições e os desafios.

Acreditamos que este trabalho poderá contribuir com a ampliação e aprofundamento de conhecimentos referentes às dimensões do movimento da Educação do Campo, na perspectiva de uma educação problematizadora, que busque refletir sobre a necessidade da construção de um projeto popular de campo e de sociedade, que tenha como princípio a defesa dos direitos fundamentais à vida. Espera-se que possa

reflexivo e, nesse processo, alcançar um nível mais elevado e sofisticado de densidade teórica e coerência entre as perspectivas epistemológicas e o processo de análise das políticas educativas.

¹⁴ “A perspectiva epistemológica é a perspectiva teórica que o pesquisador emprega em seu processo de investigação [...] O posicionamento epistemológico decorre da própria perspectiva epistemológica ou dela deveria decorrer, em uma investigação consistente e coerente [...] Pode ser entendido também como um posicionamento político do pesquisador. [...] O enfoque epistemometodológico é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa com base em determinada perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico” (MAINARDES, 2018, p. 6).

contribuir, ainda, com o fortalecimento dos Fóruns e Comitês de Educação do Campo, na luta por uma educação no/do campo, em especial o Comeces.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS QUE SE ENTRELAÇAM

Para além de situar a importância da pesquisa militante como metodologia que integra produção acadêmica e ação política, este estudo toma a sistematização de experiências como uma opção metodológica da educação popular que se conjuga com a pesquisa documental, como já sinalizado. A sistematização de experiência é uma forma de pensar sobre o que se faz, pois acreditamos que ela nos possibilita uma interpretação crítica dos processos vividos, buscando sua essência, na perspectiva da totalidade, apreendendo sínteses e produzindo teoria, conforme nos indica Alfredo Ghiso (2004).

En la sistematización interesa tanto el proceso como el producto. El proceso que vincula múltiples componentes uno de ellos es el pedagógico; nos formamos para sistematizar y sistematizando nos formamos. Estamos hablando aquí de aprendizajes altamente significativos para los que participan¹⁵ (GHISO, 1998, p. 6).

Nesse sentido, a sistematização de experiências nos possibilitou reconhecer nosso percurso de luta que, convertido em processos de empoderamento e produção de novas sínteses, pode nos fazer avançar.

Exercitamos a sistematização da experiência com os movimentos sociais a partir da vivência no Comeces, movendo-nos no esforço de refletir sobre os fundamentos do que se viveu no processo, para apreender o que emergiu da produção de saberes e conhecimentos, a partir das teorias que lhe conferem sentido (MEJÍA JIMÉNEZ, 2007). Segundo esse autor, a educação popular tem feito o exercício de reconhecer os saberes populares, que exercem um importante papel de mediação entre diferentes saberes e práticas, na perspectiva de um pensamento crítico sul-americano. Os saberes produzidos nesse processo remetem à conjugação metodológica da sistematização com a pesquisa documental como inerente ao processo que, como já vimos, impôs-se no percurso da investigação como necessária ao alcance dos objetivos propostos.

¹⁵ Na sistematização, tanto o processo quanto o produto estão interessados. O processo vincula múltiplos componentes, um dos quais é pedagógico; formamos para sistematizar e sistematizando formamos. Estamos falando aqui de uma aprendizagem altamente significativa para quem participa.

A sistematização de experiências se faz, assim, uma forma de socializar os resultados das experiências do Comitê, ao passo em que procuramos “[...] compreendê-las nas suas contradições, complexidade e interrelações, no seu movimento em permanente mudança, no conjunto de condições objetivas e subjetivas” (HOLLIDAY, 2006, p. 21).

Como uma forma de pesquisa qualitativa, os pressupostos conceituais e metodológicos dessa estratégia participativa de produção de conhecimento nos exigem assumir a realidade social como uma construção coletiva de significado, em que a teoria surja dos próprios dados, e emerjam as categorias, conceitos e teorias da análise da própria informação (TORRES CARRILLO, 1996).

Para Alfonso Torres Carrillo (1996, p. 10), “[...] en la investigación cualitativa todo se encuentra sobredeterminado por los objetivos de comprender cada realidad particular: personas, escenarios y relaciones no se reducen a variables; son vistos como un texto a descifrar e interpretar”¹⁶. De acordo com esse autor, essa forma de pesquisa qualitativa pressupõe o envolvimento do grupo que investiga com os sujeitos da pesquisa.

Partindo dessas referências, procuramos apreender, com os sujeitos envolvidos, as lutas assumidas ao longo da caminhada no Comitê de Educação do Campo, buscando captar, na materialidade das práticas, a compreensão do *que-fazer* do Movimento de Educação do Campo, bem como sua importância na atualidade, identificando nas nossas ações e nas contradições, os desafios e os conhecimentos produzidos, na perspectiva de reafirmar o que se constituiu movimento de resistência e o que podemos projetar enquanto inédito viável (FREIRE, 1975).

Desse modo, buscamos organizar o trabalho de campo em três movimentos que se complementaram, tendo em vista os objetivos propostos. Tomamos a pesquisa documental como ponto de partida da sistematização, considerando o limite da nossa capacidade de memória e a importância do documento escrito, que nos permite acrescentar a dimensão do tempo (CELLARD, 2012).

¹⁶ Na pesquisa qualitativa, tudo é sobredeterminado pelos objetivos de compreensão de cada realidade particular: pessoas, ambientes e relacionamentos não são reduzidos a variáveis; eles são vistos como um texto a ser decifrado e interpretado.

Baseamos a análise documental à luz de uma perspectiva histórica, dos documentos inventariados produzidos pelo Comitê, como relatórios, memoriais e pautas de reuniões, notas, orientações, dentre outros registros preservados ao longo desses 14 anos de atuação no Comeces, recuperados do nosso acervo pessoal. Também foram inventariados documentos preservados por antigos integrantes da Coordenação Colegiada, responsáveis pela secretaria dos encontros/reuniões, na tentativa de reunirmos o máximo de informações que nos possibilitassem registrar todo percurso formativo do Comitê.

Em síntese, o conjunto de materiais (convites, pautas e memórias de reuniões, informativos, notas, manifestos, fotografias, orientações e ofícios), considerados como documento, pois são “[...] vestígio do passado, [e servem] de testemunho” (CELLARD, 2012, p. 296), passou a integrar o *corpus* da pesquisa, compondo, assim, como fontes primárias e secundárias produzidas na experiência do Comeces.

Tomamos os registros fotográficos como fonte histórica, como memória pujante: “[...] [naquilo] que se registra e alguém guarda, permanece a história vivida e contada, um patrimônio oculto alimentando as identidades de classe e as lutas do tempo presente para não apagar o futuro” (CIAVATTA, 2020, p. 259). Assim, trazemos ao longo do texto alguns registros fotográficos que nos ajudam a sistematizar a experiência do Comeces, nas suas memórias de trajetória, no sentido de desconstruir “[...] esse não lugar dos trabalhadores [e trabalhadoras] do campo” (ARROYO, 2020, p. 13). Como observa esse autor,

A memória tem sido um campo de disputa. Há uma história cultuada, a história-memória das elites. Há uma história olvidada, negada, a história dos grupos sociais decretados às margens da história, do poder. Dos ‘sem lugar’, ‘sem-história’. É a visão passada dos povos do campo, da Educação do Campo nas histórias-memórias hegemônicas, até na história da educação.
Grifos do autor

A organização do material coletado foi feita de acordo com a sua natureza. Os documentos digitalizados (convites, pautas e memórias das reuniões, ofícios, notas, manifestos, fotografias, boletins) foram organizados em pastas, por ano, constituindo um acervo que pretendemos disponibilizar para domínio público, após conclusão da pesquisa, de acordo com o entendimento do coletivo do Comeces. Os documentos originais impressos (acervo pessoal) também foram separados por ano e alguns digitalizados para compor nossas análises.

Como um segundo movimento da pesquisa, lançamos mão de um questionário virtual¹⁷ (Apêndice A), utilizando a plataforma “Google Forms”, que foi compartilhado por *e-mail*, individualmente¹⁸, buscando alcançar os 77 participantes do Grupo Comeces no WhatsApp. Desse Grupo, tivemos acesso ao *e-mail* de 56 pessoas. Também foram convidadas pessoas que participaram conosco da criação do Comeces, com isso, totalizamos 60 convidados para contribuírem com a pesquisa. Alcançamos, assim, um número expressivo de participação nessa etapa da pesquisa, a partir do retorno de 24 questionários respondidos, que contabilizam 40%.

O questionário, com duração estimada de resposta em 20 minutos, contou com 11 questões fechadas que objetivaram levantar o perfil desses participantes do grupo Comeces, sua relação com o Campo e, mais especificamente, seu envolvimento com os movimentos sociais/populares e comitês municipais de educação; e 14 questões abertas, com intuito de dialogar com os sujeitos da pesquisa acerca das pautas de lutas assumidas pelo Comitê e sobre o que eles consideravam como avanço, contradições e desafios do movimento de educação do campo protagonizado pelo Comeces ao longo desses 14 anos. Também indagamos sobre a percepção que têm da relação do Comeces com o poder público.

A partir das análises dos documentos inventariados (convites com as pautas e memórias das reuniões), no período de 2009-2022, confrontados com os registros de nosso diário de bordo, organizamos em quadros, por ano (Apêndice B), o apanhado das pautas/ações que foram discutidas e encaminhadas, com o propósito de identificar os debates que foram recorrentes, ao longo do período analisado. Tal apanhado nos possibilitou produzir a síntese na imagem a seguir (Imagem 1).

¹⁷ Para procedermos esse contato com os sujeitos da pesquisa, submetemos o Projeto da Tese para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/Ufes – Parecer nº 5.695.356 / CAAE: 59692022.8.0000.5542.

¹⁸ De acordo com as orientações do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Imagem 1 - Síntese das Pautas/Ações recorrentes do Comeces 2009-2022



Fonte: organizada pela autora.

As mesmas pautas (Quadro 1) emergiram do Questionário da Pesquisa (Apêndice A) e foram articuladas aos eixos da sistematização, no movimento que realizamos no Capítulo 4.

Quadro 1 - Pautas defendidas pelo Comeces

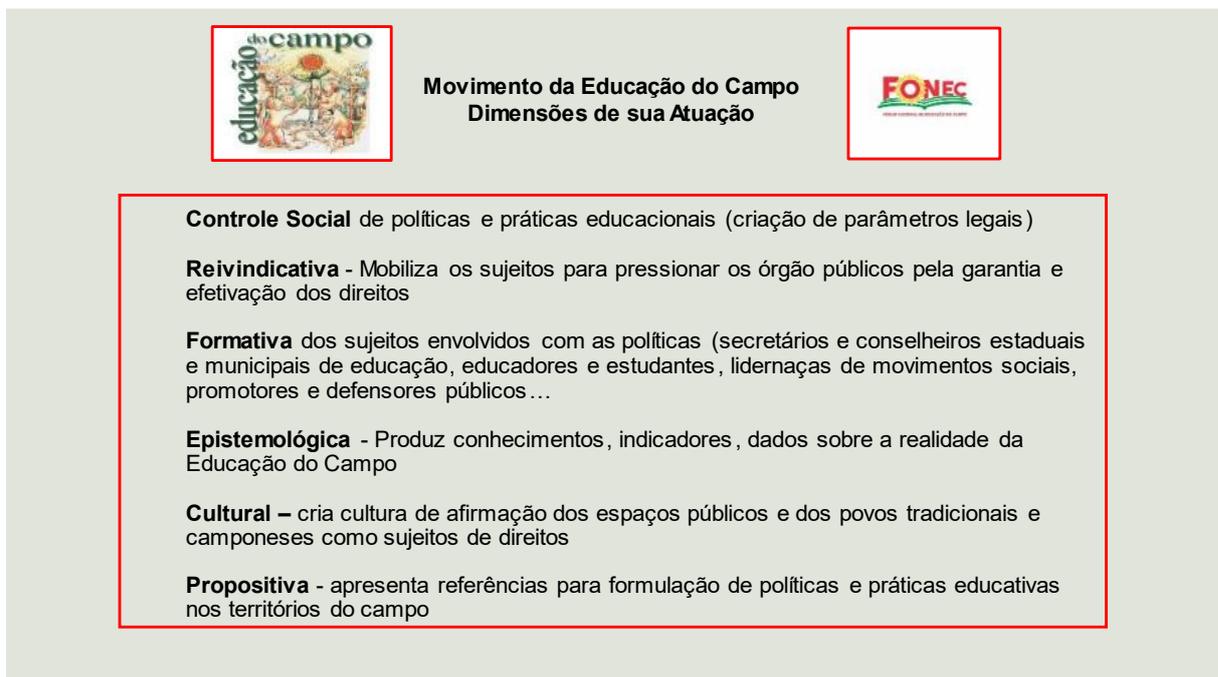
PAUTAS DEFENDIDAS PELO COMECES	
Diretrizes da Educação do Campo do ES	14
Fechamento de escolas	14
Termo de Ajuste de Gestão – TAG	4
Organicidade do Comeces	3
Criação de Comitês Municipais de Educação do Campo	3
Licenciaturas	2
Editais de contratação de professores	2
Defesa do direito à vida e à educação durante a pandemia	2
Gerência de Educação do Campo	1
Fechamento de Conselhos Escolares	1
Formação de educadores	1
Fortalecimento do Comeces	1

Fonte: organizado pela autora a partir dos dados do Questionário, 2022.

Essa síntese, depreendida das nossas análises, possibilitou-nos delimitar os eixos da sistematização das experiências do Comeces, articuladas às ações analisadas ao longo dos capítulos.

Para tal, acolhemos como referência para a sistematização das experiências, as dimensões sinalizadas pelo Prof. Salomão Hage, durante a sua participação na avaliação do Relatório de Tese (Exame de Qualificação II), proposta referendada pelos demais membros da banca presentes. Na imagem a seguir (Imagem 2), temos a síntese das dimensões de atuação do movimento da educação do campo que orientou nossas análises.

Imagem 2 – Dimensões da atuação do Movimento da Educação do Campo



Fonte: adaptada pela autora a partir da apresentação¹⁹ disponibilizada pelo Prof. Salomão Hage.

Tais referências sugeridas por Hage (2023) possibilitaram a organização do quadro a seguir (Quadro 2), em que relacionamos as pautas/ações às dimensões de atuação do Comeces.

¹⁹ Apresentação em PowerPoint disponibilizada para estudo pelo Prof. Salomão Hage.

Quadro 2 – Dimensões da atuação do Comeces no período de 2009 até 2022

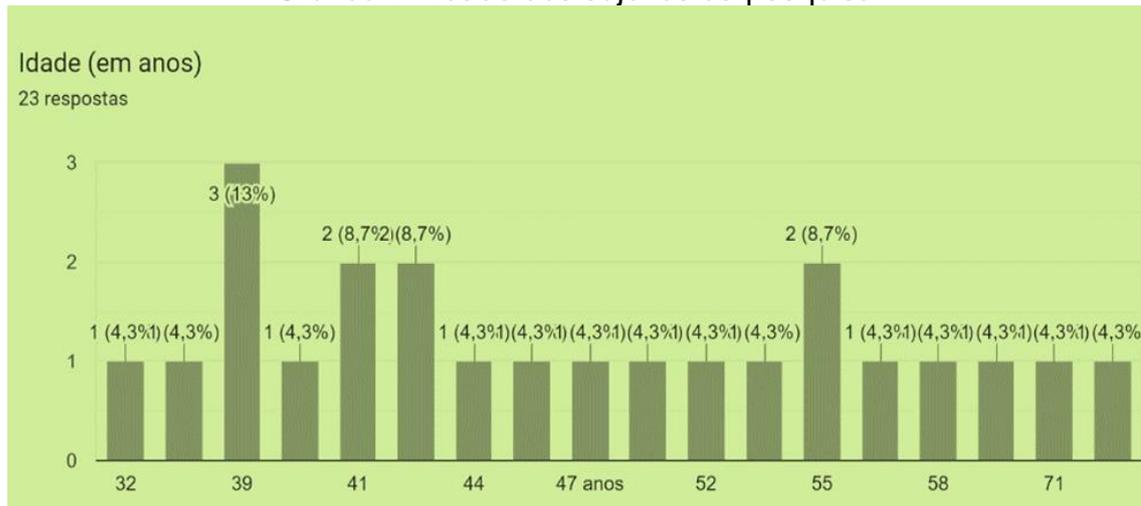
Pautas/Ações	Controle Social	Reivindicativa	Formativa	Epistemológica	Cultural	Propositiva
Organicidade do Comitê						
Comitês Municipais de Ed.do Campo						
Plano de Ação						
Ministério Público						
Fechamento de Escolas						
Municipalização das Escolas Multisseriadas						
Nucleação das Escolas Estaduais						
Editais de Contratação e Concurso Público						
Gerência da Educação do Campo						
Diretrizes Operacionais						
EJA Campo						
LEdoC						
Formação dos Educadores do Campo						
Participação dos Indígenas e Quilombolas						
EECOR Colatina						
CEIERS						
Expansão da Pedagogia da Alternância pela via pública						
Termo de Ajuste de Gestão (TAG) do TEE/ES						
Frente Popular em Defesa do Direito à Educação						

Fonte: organizado pela autora a partir dos dados levantados nos documentos inventariados e do Questionário da Pesquisa, 2022.

As pautas/ações recorrentes evidenciadas na Imagem 1, apresentada anteriormente, foram analisadas considerando o fato de serem as que mais sobressaem, tendo em vista o contexto e a correlação de forças. Nesse sentido, a sistematização de experiências contribuiu, enquanto opção metodológica, na valorização dos saberes produzidos pelas práticas e nos fortaleceu, enquanto sujeitos produtores de conhecimento a partir das reflexões acerca das nossas ações (MEJÍA JIMÉNEZ, 2007).

No que se refere ao questionário (Apêndice A), cabe retratar o perfil das/os colaboradoras/es da pesquisa que contribuíram respondendo ao questionário, refletindo inicialmente sobre a idade desses sujeitos. Os dados nos chamaram a atenção ao revelarem a ausência da juventude engajada nessa frente de luta que constitui o Comeces. Observa-se que a faixa etária varia de 32 a 71 anos, conforme evidenciamos a seguir (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Idade dos sujeitos da pesquisa



Fonte: organizado pela autora a partir dos dados do Questionário da Pesquisa, 2022.

Essa constatação nos alerta para uma preocupação, por entendermos que o tempo presente sinaliza para lutas perenes e nos leva a indagar sobre a possibilidade de inserção deste segmento da sociedade, os jovens, no nosso movimento de luta. Nesse sentido, cabe considerar o fato de que a maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta dos anos 2000, alguma instância organizativa da juventude, conforme evidenciado por Elisa Guaraná de Castro (2012). Tal juventude, de acordo com a autora,

[...] ainda se confronta com preconceitos das imagens 'urbanas' sobre o campo, [que] se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como [...] pequenos produtores familiares, lutando pela terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos (CASTRO, 2012, p. 440).

Castro (2012, p. 441) assevera que, de acordo com pesquisas, há consenso em relação às dificuldades de os jovens do campo terem acesso à escola e ao trabalho, contudo, “[...] a demanda decorrente em pautas protocoladas no governo federal e em eventos organizados pela juventude rural [...] é o acesso permanente à educação pública com um conteúdo teórico-pedagógico que dialogue com a realidade do campo”.

Esse contexto nos provoca a pensar em possíveis articulações que nos aproximem dessas representações da juventude do campo, buscando fortalecer nossas ações de acompanhamento das políticas de educação do campo.

Outro dado relevante em relação ao perfil dos sujeitos da pesquisa é que a maioria (17) é de educadoras e educadores, sendo que uma educadora também se define

como agricultora e dirigente. Desses sujeitos, 3 se definem como agricultor/agricultora, dentre eles um também se define como dirigente. E 6 sujeitos exercem outra ocupação, conforme relatam: uma atua como educadora na formação e na pesquisa; outro na direção itinerante; um outro é camponês/advogado e militante da Via Campesina e do MPA, uma atua como colaboradora do Comitê de Educação do Campo do ES, outra é gestora e outra é coordenadora da biblioteca pública municipal.

Dados referentes à escolarização dos sujeitos da pesquisa nos mostram que a maioria (21) possui pós-graduação, 2 possuem graduação e 1 possui somente a escolarização básica.

Quanto à participação em algum curso específico da Educação do Campo, constata-se que, além de esses sujeitos já terem vivenciado todo um processo de escolarização básica, conforme evidenciado anteriormente, 21 deles tiveram acesso importante à formação específica na Educação do Campo, sendo que 5 atuaram como formadores, conforme identificamos a seguir (Tabela 2).

Tabela 2 - Formação Específica em Educação do Campo

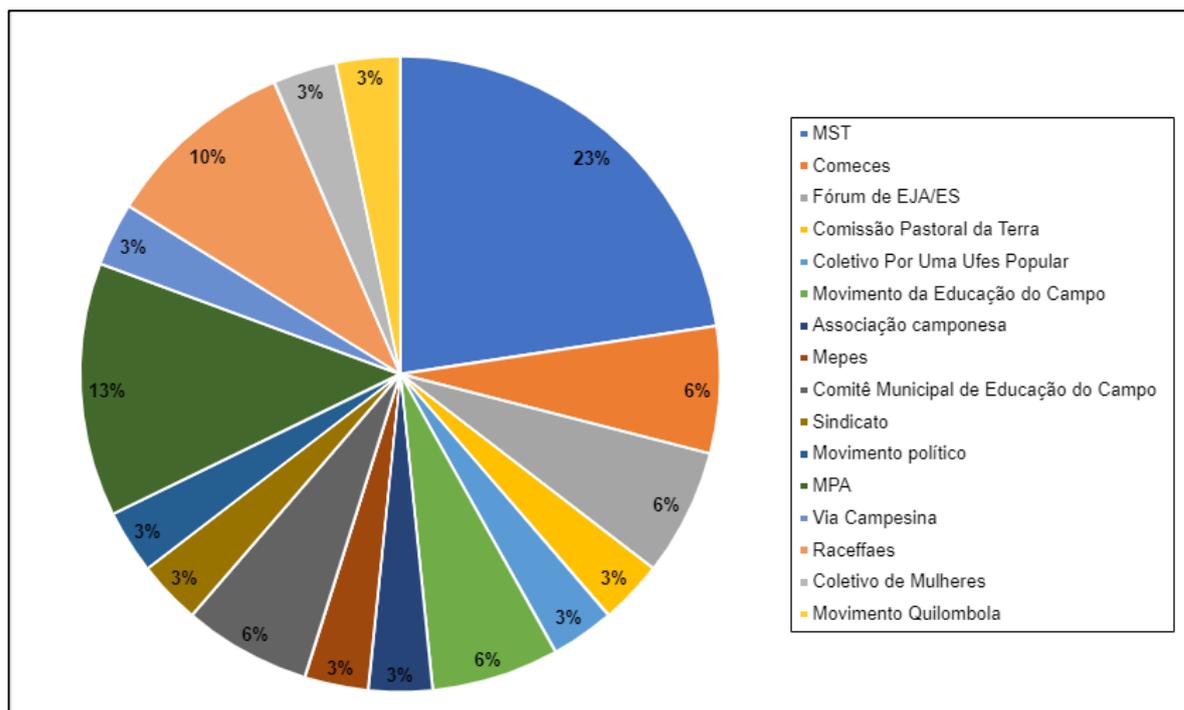
Participaram de Curso Específico de Educação do Campo	
Especialização em Educação do Campo	06
Aperfeiçoamento em Educação do Campo	01
Licenciatura em Educação do Campo	04
Pedagogia da Alternância	02
Escola da Terra	03
Agroecologia	01
Pós-Graduação em Educação do Campo	01
Pelo Comitê	01
Cursos ofertados pela rede municipal - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância	01
Mestrado Profissional em Educação do Campo	01
Participaram como formadores	
ProJovem Campo – Saberes da Terra Capixaba	02
Licenciatura em Educação do Campo	02
Pedagogia da Terra	01
Aperfeiçoamento em Educação do Campo	01
Projeto Escola Ativa	01
Escola da Terra	01

Fonte: organizado pela autora a partir dos dados do Questionário da Pesquisa, 2022.

Observamos que apenas 3 sujeitos não participaram de curso específico da Educação do Campo, o que nos fez voltar aos dados e tentar compreendê-los. Assim, identificamos tratar-se de 2 educadores da Licenciatura em Educação do Campo e o terceiro é formado em Direito. Ao olharmos mais atentas para esses dados, podemos considerar que tanto esses 3 sujeitos identificados acima quanto o que aparece somente com a formação básica tiveram acesso ou estão ligados à escola do campo – seja por serem egressos de Escola Família Agrícola (EFA) ou por atuarem na Licenciatura em Educação do Campo.

Ao perguntarmos sobre o envolvimento com algum movimento social/popular, somente uma pessoa relata não ter relação com nenhum movimento. Os outros 23 sujeitos responderam afirmativamente, sendo a maioria (7) ligada ao MST, 4 ligados ao MPA, 4 ligados à Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (Raceffaes). Outros Movimentos importantes também foram relacionados, conforme Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - A relação dos sujeitos da pesquisa com os movimentos sociais/ populares



Fonte: organizado pela autora a partir dos dados do Questionário da Pesquisa, 2022.

A participação expressiva de mulheres que contribuíram com a pesquisa nos chamou a atenção. Dos 24 sujeitos que responderam a pesquisa, a maioria é de mulheres (16), pardas (6) e pretas (5). Dos 8 homens, a maioria (6) é branca.

Esse dado nos reportou ao movimento das camponesas a lutar nas ruas, na Marcha das Margaridas, nas ações do 8 de março, não somente denunciando o patriarcado, que está no cerne da sociedade de classe, como um de seus pilares de sustentação (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021), mas também reivindicando o direito à terra, à agroecologia, à escola, dentre outros direitos que afetam a sua condição da dignidade humana. Compreendemos, a partir desse olhar, que

A intensidade da precarização da vida não atinge a classe trabalhadora da mesma forma, pois cada vez mais somos provocadas/os a compreender as determinações sociais que constituem a nossa classe quanto a gênero, raça, diversidade sexual e posição geracional (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021, p. 409).

Nesse sentido, Seibert, Guedes e Mafort (2021, p. 410) reconhecem que as lutas

[...] feministas, antipatriarcais, antilgbtfóbicas e antirracistas são fundamentais não somente para “corrigir” mazelas da desigualdade mas ao contrário para destruir os pilares que estruturam a sociedade geradora das desigualdades e que se nutre da exploração humana.

O processo de luta e resistência das mulheres do campo tem se evidenciado fortemente e se materializado, aqui no ES, na luta contra o fechamento de escolas do campo, conforme apontado nos dados acima citados. Foram elas que, durante ato do dia 07 de março de 2023, organizado pelo MST, marcharam até o Tribunal de Contas do Estado²⁰, denunciando os efeitos perversos impostos pelo Termo de Ajuste de Gestão (TAG) para as escolas do campo, conforme evidenciamos na Fotografia 1, a seguir.

²⁰ O relato dessa luta contra o TAG do Tribunal de Contas do Estado aqui no ES é retomado no Capítulo 4, como uma das lutas enfrentadas pelo Comeces nos últimos anos.

Fotografia 1 - Mulheres contra o TAG



Fonte: cedida do acervo do MST/ES, 2023.

A diversidade de movimentos identificados nos aponta para a grandeza desse coletivo e a importância dessa abrangência no fortalecimento do movimento da educação do campo no ES, evidenciando o número significativo de participação do MST nesse processo. Não só nesse movimento da pesquisa integrantes do MST são a maioria, como também em toda a história do Comeces, atuando diretamente na coordenação colegiada. De acordo com Munarim (2008, p. 5), “[...] o MST sem dúvida pode ser considerado o movimento social de importância vital para o início do Movimento de Educação do Campo”, não desconsiderando o papel fundamental da entrada de outros sujeitos coletivos, fortalecendo essa dinâmica.

A síntese das questões abertas do questionário, detalhadas nos quadros que constam no Apêndice B, mobilizou a roda de conversa (Apêndice C), metodologia que possibilitou coletar informações por meio do diálogo com representantes dos movimentos/entidades que atuaram e/ou atuam no Comitê de Educação do Campo do ES, na perspectiva de uma ação libertadora, que proporciona a compreensão dos temas geradores e a tomada de consciência (FREIRE, 1975).

O diálogo proporcionado pela mediação da Roda de Conversa ocorreu durante a Reunião Ordinária do Comitê, no dia 03 de agosto de 2023, que teve como objetivo refletir sobre o processo organizativo do Comeces, definindo estratégias de enfrentamento ao TAG, bem como de implementação das Diretrizes da Educação do Campo, dentre outras ações de resistência das Escolas do Campo, fortalecendo os vínculos entre as organizações que compõem o Comitê. Na pauta, constaram os seguintes pontos:

1. Roda de Conversa / Diálogo com a pesquisa sobre o Comeces;
2. Organicidade do Comitê;
3. Reflexões e ações sobre o Termo de Ajuste de Gestão (TAG) do Tribunal de Contas do Estado do ES (TCE/ES);
4. Implementação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES;
5. Informes.

Como forma de ir além das mobilizações da equipe responsável pela participação dos membros nas reuniões, enviamos convite também aos sujeitos “históricos” identificados na pesquisa, para que pudessem contribuir nesse momento. Nesse convite indicamos que, no primeiro ponto da pauta, nossa intenção era dialogar, a partir da síntese dos resultados da pesquisa até aquele momento, buscando junto ao coletivo, no diálogo na roda de conversa, refletir acerca de elementos que apontassem, num balanço prospectivo, as nossas conquistas, avanços, limitações e contradições.

A roda de conversa retomou o conteúdo proposto nas questões abertas do questionário e procurou mobilizar o máximo de conhecimentos a partir do processo vivido e visitar coletivamente as memórias, tendo em vista a ampliação das leituras e compreensões acerca dos processos coletivos, procurando aprofundar, a partir de duas questões que foram formuladas no sentido de provocar o debate:

- Por que que, por mais que a gente se organize, não conseguimos impedir o fechamento de escolas?
- Em que precisamos avançar para impedir essas novas ofensivas, especialmente desse acordo de governança, que no ES se materializa no TAG do TCE/ES, como novo modelo de gestão?

A Roda de Conversa contou com 17 pessoas, representando 11 segmentos: Raceffaes, Comitê de Educação do Campo de Colatina, Comissão de Educação do Campo de Barra de São Francisco, MST, MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Colatina, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), LEdoC, Fórum EJA/ES e Neja/Ufes. O registro que segue (Fotografias 2 e 3) documenta o momento da reunião em que acontecia a roda de conversa.

Fotografias 2 e 3 - Registro da roda de conversa



Fonte: acervo pessoal.

A partir de então, referendadas pela participação do coletivo do Comeces, produzimos novas sínteses e buscamos responder aos objetivos propostos e à questão da pesquisa, que busca refletir sobre a experiência do Comeces no acompanhamento da política de Educação do Campo no ES, nos últimos 14 anos. Cabe destacar que, antes de iniciarmos a Roda de Conversa, pedimos consentimento oral para a gravação, que também ficou registrado no áudio da conversa.

Compreendendo a importância da participação dos sujeitos da pesquisa, os resultados do estudo serão apresentados na Reunião Ordinária do Comitê de Educação do Campo do ES, como forma de devolutiva para os sujeitos da pesquisa, e compartilhados com instituições nas quais os dados foram obtidos. Este trabalho também será compartilhado por *e-mail* com o Fonec e com outros segmentos/movimentos sociais que estudam e defendem a educação no/do campo.

A seguir, movimentamo-nos no sentido de dialogar com as produções acadêmicas existentes, relacionadas ao nosso interesse de estudo, compreendendo a importância de conhecer o que já se tem de produção no campo que dialoga com a temática desta pesquisa, o que nos evidenciou o seu caráter de ineditismo.

1.2 O COMECES NO ÂMBITO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Neste item, buscamos identificar as produções científicas (teses e dissertações) elaboradas no Brasil, relacionadas aos Comitês Estaduais ou Fóruns Estaduais de Educação do Campo, conforme articulação própria de cada estado, por indução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), como “[...] forma de permear os estados federados com a estratégia da esfera pública no campo da educação do campo, e, desde aí, permear as estruturas municipais de educação” (MUNARIM, 2006, p. 22).

Ao definir nossa base de dados, delimitamos o uso do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que reúne informações de todas as pós-graduações reconhecidas no país. Exploramos também as publicações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes)

Ao utilizarmos a base de dados da Capes, optamos por construir um panorama das teses e dissertações acerca dos Comitês e Fóruns de Educação do Campo. Como resultado dessa busca, obtivemos 9 trabalhos. Dentre eles, identificamos dois trabalhos de dissertação de mestrado e duas teses, que foram incluídos na nossa revisão, conforme quadros 3 e 4, a seguir.

Quadro 3 - Catálogo de Teses e Dissertações Capes / Teses

Ano	Tese	Autoras	IES	Orientação
2014	Comitê Estadual da Educação do Campo: a materialização da luta política no âmbito da Educação do Campo no Paraná	Katia Aparecida Seganfredo	Universidade Tuiuti do Paraná	Maria Antônia de Souza
2017	Participação e controle social dos movimentos sociais e sindicais na educação do campo: um estudo no estado de Sergipe	Magaly Nunes de Gois	Universidade Federal de Sergipe	Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

Fonte: organizado pela autora, com dados do Catálogo de Teses e Dissertações Capes, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 04 jun. 2021.

Quadro 4 - Catálogo de Teses e Dissertações Capes / Dissertações

Ano	Dissertação	Autores	IES	Orientação
-----	-------------	---------	-----	------------

2008	Financiamento da educação do campo na Amazônia paraense: uma análise nos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará	Sônia Maria Fonseca Gama	Universidade Federal do Pará	Ney Cristina Oliveira
2012	A educação do campo em Goiás: contribuições da Comissão Pastoral da Terra	Adilson Alves da Silva	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Fonte: Organizado pela autora, com dados do Catálogo de Teses e Dissertações Capes, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 04 jun. 2021.

As produções identificadas para compor esta revisão remetem ao período de 2008 a 2017. Trata-se de estudos sobre as ações dos Comitês e Fóruns de Educação do Campo de cinco estados, que passamos a analisar.

Sônia Maria Fonseca Gama (2008), em seu trabalho de mestrado intitulado “Financiamento da educação do campo na Amazônia paraense: uma análise nos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará”, reflete acerca da importância da criação do Fórum Paraense, que aconteceu no ano de 2003, como reflexo da “I Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo”. Como resultado, a pesquisa aponta que, nesse contexto de indução da política nacional, o Fórum Paraense de Educação do Campo se constituiu como propulsor da educação do campo no estado.

Adilson Alves da Silva (2012), em sua dissertação “A educação do campo em Goiás: contribuições da Comissão Pastoral da Terra”, evidencia o Comitê de Educação do Campo de Goiás, a importância da participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as “[...] contribuições [...] para a defesa de políticas públicas de educação do campo em Goiás com um trabalho de formação e organização dos camponeses” (SILVA, A., 2012, p. 99). Assevera que a CPT participa do Comitê desde a sua criação, no ano de 2005, compondo, desde então, a coordenação. Sobre a sua estrutura, informa que “[...] a gestão é bipartite, ou seja, pelo Estado, Movimentos e Pastorais Sociais, Sindicatos e Universidades” (SILVA, A., 2012, p. 104). A pesquisa aponta como resultado a importância da CPT “[...] na articulação dos Movimentos Sociais para cobrar do Estado a construção e efetivação de políticas públicas de educação do campo em Goiás” (SILVA, A., 2012, p. 117).

Katia Aparecida Seganfredo (2014), na sua tese intitulada “Comitê Estadual da Educação do Campo: a materialização da luta política no âmbito da Educação do Campo no Paraná”, analisa a relação entre sociedade civil organizada e o governo no processo de discussão, elaboração e implementação de ações e políticas públicas da Educação do Campo no estado do Paraná, com ênfase no Comitê Estadual de Educação do Campo. De acordo com sua descrição, podemos observar a participação dos movimentos sociais, bem como das Instituições de Ensino Superior, dentre outras. Apesar da delimitação da Coordenação Nacional da Educação do Campo no sentido de que os Comitês Estaduais tivessem caráter deliberativo para poder, de fato, interferir na gestão das políticas, e não apenas propor, segundo Seganfredo (2014, p. 115), “[...] o Comitê representou um espaço público contraditório [...] seu caráter consultivo e não deliberativo foi determinante nas suas ações. O governo não aprovou sua constituição deliberativa porque implicaria em pautar orçamento”.

Magaly Nunes de Gois (2017), em sua pesquisa de doutorado “Participação e controle social dos movimentos sociais e sindicais na Educação do Campo: um estudo no estado de Sergipe”, discorre sobre o Comitê de Educação do Campo no estado de Sergipe, tendo como objetivo principal

[...] analisar as contradições presentes na construção e efetivação de políticas públicas que se afirmam como contra-hegemônicas na educação do campo, tendo como referência a inserção e participação dos movimentos sociais e sindicais nos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo (GOIS, 2017, p. 25).

Assim como no trabalho de Seganfredo (2014), encontramos no trabalho de Gois (2017) a reflexão acerca da relação do Comitê de Educação do Campo, enquanto sociedade civil organizada, com o Estado. Tais estudos serviram de referência importante para nosso trabalho e nos ajudam a problematizar nossa práxis, a partir do debate da relação dos movimentos sociais com o Estado, para se pensar a relação do Comeces com a Sedu, no processo coletivo de construção das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES, entre outros momentos de aproximações e distanciamentos nessa relação.

Ao explorarmos as publicações do PPGE/Ufes, estipulamos o período das publicações entre os anos de 2008 e 2021. Nessa etapa, optamos por construir um panorama das dissertações e teses acerca da educação do campo, a partir do

descriptor “Educação do Campo”, para, depois, como critério de inclusão/exclusão, aplicarmos os descritores “Comeces” e “Comitê de Educação do Campo”.

No acervo do Banco de Teses do PPGE identificamos, no período estabelecido, 9 trabalhos que, de alguma forma, abordam a Educação do Campo, contudo, em nenhum deles o Comitê de Educação do Campo é citado (Apêndice D).

Quanto à seleção das dissertações para serem analisadas, seguimos o mesmo critério estabelecido para a escolha das teses. No período referente à existência do Comeces (2008-2021), dos 22 trabalhos que tratam da Educação do Campo (Apêndice E), 12 foram identificados por citarem o Comitê.

Identificamos a dissertação da Marleide Pimentel Miranda Gava (2011) como um dos trabalhos que trazem o Comeces para o debate. Nele observamos a materialização de uma das ações desenvolvidas pelo Comitê, que é a oferta da alternância pela via pública. Trata-se de uma demanda de formação para as/os profissionais das escolas rurais, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, a partir da articulação do Comeces.

A autora reflete sobre o processo de implementação da Pedagogia da Alternância pela via pública, com o apoio direto de representantes da Raceffaes e do Comeces. A utilização da Pedagogia da Alternância ofertada nas escolas públicas muito tem sido debatida dentro do Comeces, desde a sua criação, tornando-se, assim, uma das nossas bandeiras de luta.

No trabalho de Dalva Mendes de França (2013), o Comeces é citado logo no início, nos agradecimentos: “Aos ousados lutadores do Núcleo de Amigos da Escola Florestan Fernandes (NAENFF) e Comitê de Educação do Campo do ES”. A autora cita a participação do Comitê em dois momentos importantes para o MST. No primeiro momento, quando o Comitê participa das discussões das Diretrizes das Escolas de Assentamento e Acampamentos e do “I Seminário do Setor de Educação – MST/ES”, realizado no dia 25 de maio de 2013, com o tema *Diretrizes das Escolas de Assentamentos e Acampamentos – MST/ES*, no Assentamento Zumbi dos Palmares, em São Mateus-ES.

Contamos com a participação de pais/mães, educadores/educadoras, Setor de Educação MST/ES, coordenadores/ coordenadoras de escolas de Assentamentos, dirigentes estaduais e regionais, educandos/educandas,

representantes de Conselhos de escolas de Assentamentos, Comitê Estadual de Educação do Campo - SEDU/Subsecretaria de Educação Básica – Gerência de Educação, Juventude e Diversidade, representante do Comitê Municipal de Educação do Campo de São Mateus – integrante da Secretaria Municipal de Educação, do respectivo município e convidados como Maria Zelinda Gusson – militante fundadora do Setor de Educação MST/ES, Eldebrando – assentado e Secretário da Agricultura do município de Pedro Canário, totalizando 54 participantes (FRANÇA, 2013, p. 116).

O segundo momento importante para o MST, reconhecido pela autora, foi a participação do Comeces no debate da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia para Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no Espírito Santo e na Bahia:

Em 2012, o MST/ES retoma a discussão com a Universidade, junto ao INCRA e ao Comitê Estadual de Educação do Campo para que esse diálogo pudesse se fortalecer com vista a apoiar a concretização de mais uma Turma de Pedagogia da Terra, objetivando, posteriormente, tornar este curso uma oferta permanente na UFES (FRANÇA, 2013, p. 129).

Conforme evidenciado pela pesquisadora, o Comeces se mantém firme, atuando de forma conjunta com o MST, tentando forjar a abertura dessa terceira turma de Pedagogia da Terra, pois, de acordo com integrantes do Setor de Educação do MST, existe uma carência muito grande de educadores para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Ressaltamos que, como o projeto já fora aprovado, em 2018, retomamos esse debate junto à Ufes, numa articulação do Setor de Educação e do Comeces, representado na ocasião pelo Fórum EJA/ES, pelo Neja/Ufes e pela Licenciatura em Educação do Campo da Ufes. Na ocasião, foi feito um diálogo com a diretora do Centro de Educação da Ufes, em que foram discutidas propostas de ajustes no Projeto para implementação do Curso. O funcionamento do Curso de Pedagogia da Terra constitui uma das lutas do Comitê de Educação do Campo.

Divina Leila Soares Silva (2013), ao pesquisar sobre as ações da Secretaria Municipal de Educação de Pancas (Semep), cita o envolvimento dessa Secretaria com o Comeces. Nesse trabalho, identificamos que, a partir da participação de representantes do Fórum da Educação Infantil do ES (Fopeis) junto ao Comeces, contribuindo no debate das Diretrizes Estaduais, os estudos acerca da Educação Infantil do Campo foram fortalecidos no município em que atuavam (Pancas-ES), na perspectiva da formalização de suas próprias diretrizes.

Raquel Reis Meneses (2013) menciona em sua dissertação a criação do Comeces como uma conquista para a Educação do Campo.

A autora Sônia Francisco Klein (2013), ao discorrer sobre as práticas pedagógicas existentes no ES, que propõem uma pedagogia diferenciada para as escolas do campo, cita a articulação do Comeces na perspectiva da “[...] união dos movimentos que ocorrem no Estado na luta de políticas por uma Educação do Campo Pública de Qualidade” (KLEIN, 2013, p. 46).

A autora dedica em sua dissertação um item específico para tratar do Comitê, retomando seu histórico de criação, e complementa com informações acerca da composição do Comeces que, na ocasião, foi definida a partir do envolvimento de entidades, movimentos sociais, dentre outros que vinham refletindo e lutando por uma educação do campo, recuperando também os objetivos a que o Comitê se propõe. Faz ainda um importante registro, referente ao processo de elaboração das Diretrizes Estaduais da Educação do Campo, cuja versão final estava sendo elaborada pelo Comitê na época em que a pesquisa foi realizada.

Walkyria Barcelos Sperandio (2013), ao falar da educação e da formação de professores, em especial da diversidade de educação e formação docente no campo, dedica um item específico para tratar do Comeces: “Comitê Estadual de Educação do campo: um diálogo coletivo sobre a educação do Campo” (SPERANDIO, 2013, p. 57). Segundo a autora,

Dentre as muitas formas de organização coletivas que se dedicam à discussão da EC, salientamos o trabalho iniciado pelo Comitê Estadual de Educação do Campo nas discussões relacionadas ao contexto educacional campestre no estado do Espírito Santo, à luta por políticas públicas educacionais e à tentativa de garantir a continuidade da educação escolar existente nas comunidades rurais (SPERANDIO, 2013, p. 58).

Identificamos no trabalho de Sperandio (2013) um importante cuidado de ir às fontes, procurando revelar o movimento da criação do Comeces a partir de sistematizações do próprio Comitê, ao recuperar, por exemplo, o 1º Informativo do Comitê (Edição 01, de janeiro a maio de 2011).

Maria Geovana Melim Ferreira (2015) destaca, em sua dissertação de mestrado, a criação do Comeces como uma conquista para o movimento de educação do campo no ES, articulado ao movimento nacional de fóruns/comitês estaduais. Reafirma a

importância do Comeces que, desde a sua criação, assume posicionamento contra o fechamento de escolas, reafirmando o compromisso coletivo de contraposição ao agronegócio e de combate à criminalização dos movimentos sociais (FERREIRA, M., 2015).

Roseli Gonoring Hehr (2015, p. 40), ao discutir a Educação do Campo no ES, afirma que “[...] o movimento de Educação do Campo, no Espírito Santo, tem sua mais significativa representatividade no COMECES”. A autora reconhece a importância das discussões realizadas no Comitê e das “[...] articulações em prol de uma EC que garanta o acesso, a permanência e um projeto de educação que considere os sujeitos do campo em suas especificidades” (HEHR, 2015, p. 40). Registra que, nessa ocasião, atuava no Comeces enquanto representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Expõe ainda o papel do Comitê na luta contra o fechamento das escolas e a dedicação na produção e a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo do Espírito Santo.

Adriano Ramos de Souza (2019), em seu trabalho sobre o Programa Escola da Terra, menciona o Comeces como um dos parceiros. Contudo, tal afirmação de “parceria” do Comeces com o Programa Escola da Terra ainda não se materializou. Ao contrário, o Comeces chegou a elaborar um documento (Anexo A) tecendo sérias críticas ao Programa desenvolvido aqui no estado, dentre elas a falta de abertura para elaboração e acompanhamento, a desconsideração em relação ao acúmulo de conhecimentos das experiências dos movimentos representados no Comitê em relação às escolas multisseriadas, bem como a falta de aproximação com as comunidades e os movimentos sociais. Um ofício também foi inventariado e, de acordo com um dos membros da coordenação colegiada²¹, foi encaminhado ao Centro de Educação da Ufes (CE/Ufes), no ano de 2015 (Anexo B). Na última edição do Programa, o Comitê chegou a ser convidado para composição de Mesa em um evento virtual de divulgação do Escola da Terra para os municípios, sendo que até então sequer se tinha a informação de que o Programa continuaria numa nova edição. Na ocasião, ressaltamos a necessidade da construção coletiva, reafirmando a capilaridade do Programa nos municípios, o que possibilitaria uma maior inserção do

²¹ Trata-se de uma minuta de ofício assinada por um dos participantes da roda de conversa, que na época estava na coordenação do Comitê. Aproveitamos o momento para confirmar o envio ao CE/Ufes.

Comitê nas lutas coletivas, na criação de comitês municipais, ampliando o debate e fortalecimento da Educação do Campo no ES.

Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz (2019) resgata em seu trabalho as mobilizações contrárias ao fechamento de escola e à nucleação, identificando o papel dos movimentos sociais e do Comeces nessas manifestações, no sentido de cobrança da “[...] efetivação dos direitos já conquistados através da legislação, da luta pela permanência das escolas nas comunidades rurais e por uma educação no e do campo” (REINHOLTZ, 2019, p. 34). A autora reafirma o fato de as comunidades nem sempre serem ouvidas quando decidem fechar a escola, contrariando a lei e o papel que o Comeces desempenha, no sentido de orientar ações junto às comarcas municipais e ao Ministério Público Estadual (MPES).

Para melhor nos aproximarmos da nossa temática, que considera o movimento de educação do campo no ES a partir da criação do Comeces, optamos também pela busca dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoCs) da Ufes (Campus Vitória e São Mateus).

Consideramos a especificidade da Licenciatura em Educação do Campo e a opção metodológica da docência por área de conhecimento como possibilidade de pensar os caminhos para a transformação da escola a partir dos acúmulos da Educação do Campo e dos movimentos camponeses. Uma “[...] concepção de educação e de escola ligada aos nossos objetivos formativos [...] enquanto classe trabalhadora, e fundamentados em uma abordagem histórico-dialética de compreensão da realidade e do modo de produção do conhecimento” (CALDART, 2011, p. 97),

Partimos do pressuposto de que, por se tratar de trabalhos referentes a Licenciaturas em Educação do Campo, não precisaríamos usar o descritor “educação do campo”. Nesse sentido, estabelecemos como descritores somente “Comeces” e “Comitê de Educação do Campo”. Por se tratar de um curso muito recente na nossa universidade, delimitamos o período de 2018-2021, abrangendo, dessa forma, todos os trabalhos produzidos.

A LEdoC Ufes – Campus Goiabeiras ainda não dispõe dos trabalhos de conclusão de curso acessíveis na página oficial, mas, assim que solicitamos, compartilharam conosco o *link* do *drive* com todos os 33 trabalhos concluídos, até o momento da coleta

dos dados (2018-2021). Após uma primeira análise, constatamos que somente 2 trabalhos mencionam o Comeces, conforme quadro apresentado no Apêndice F.

No acervo da LEdoC - Campus de São Mateus, disponibilizado em sua página na *internet*²², encontramos 29 TCCs referentes ao período de 2018 e 2020. Dentre eles, foram identificados 3 estudos que citam o Comeces, conforme quadro apresentado no Apêndice G.

Ao identificarmos os Trabalhos de Conclusão de Curso das duas Licenciaturas em Educação do Campo aqui no estado, observamos que foram poucas pesquisas que situam o movimento de luta por uma educação do campo. Contudo, as análises encontradas são valiosas. Precisam fazer parte das nossas leituras e devem ser apresentadas nas reuniões do Comeces como devolutiva para os movimentos sociais do campo. Dentre os 62 trabalhos concluídos, 5 citam o Comeces, conforme relatamos a seguir.

Antônio Gimenes, Antônio Rocha da Silva e Valmere Santana (2019) identificam o Comeces em seu TCC, ao tratarem do processo de nucleação e de fechamento de escolas, evidenciando essa ação como uma das pautas de luta do Comitê. É relevante o alcance dessa reflexão, pois dialoga com dados de fechamento de escolas. O diálogo, a partir de grupo focal feito com estudantes que militam na Via Campesina, constituiu empiricamente o estudo para se pensar a “[...] adequação dessa formação às necessidades de afirmação da cultura camponesa como movimento estruturante do currículo e da organização da escola do campo” (GIMENES; SILVA; SANTANA, 2019, p. 7).

Gilcímária Félix Ribeiro (2019) traz em seu TCC uma reflexão importante acerca das dificuldades enfrentadas no início do curso para a compreensão e aceitação da auto-organização dos estudantes pelos educadores e do esforço da coordenação do curso para consolidação dessa prática. O caminho encontrado foi abrir o debate junto aos movimentos sociais, e o Comitê foi chamado para fazer parte de um encontro de estudantes que teve como objetivo discutir diretrizes gerais da auto-organização, conforme relata a seguir.

[...] foi proposto em uma das assembleias de estudantes, a criação de uma comissão de estudantes que vivenciavam e ou vivenciaram em algum

²² <https://educacaodocampo.saomateus.ufes.br/>

momento a auto-organização em suas escolas ou comunidades. Neste caso, foram convidados(as) os/as graduandos(as) pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Escolas Família Agrícolas (EFAS). Após a constituição dessa comissão, propomos junto à coordenação um encontro de um dia ou dois com outras pessoas que também tivessem experiências em outros cursos da licenciatura em educação do campo e assim contribuir com o nosso coletivo para assim podermos formular uma proposta que tivesse mais a cara do nosso curso. Esse primeiro grande encontro ocorreu fora do período do Tempo Universidade, em fevereiro de 2016. Estiveram presentes os/as professores(as) do curso, a coordenação, os(as) graduandos(as) da comissão, convidados(as) do Comitê Estadual da Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES) e Márcia Mara Ramos, integrante do Coletivo Nacional de Educação do MST do Estado do Rio de Janeiro, que trouxe a experiência de como foi a auto organização de estudantes no curso da Pedagogia da Terra UFRJ (RIBEIRO, 2019, p. 40-41).

Consideramos que esse trabalho traz elementos importantes para o acompanhamento e reflexão sobre a continuidade do curso, pois aponta não só os avanços e conquistas, mas os desafios que precisam ser enfrentados. Segundo a autora,

De acordo com o vivido, ouvido e sentido na nossa trajetória neste curso, é possível afirmar que ele teve um início, desde a sua implantação, muito bem estruturado sob bases sólidas construídas em diálogo com os Movimentos Sociais, mas aos poucos, observamos que isso pode se perder com o tempo, dado os rumos observados, mediante a atual conjuntura. **Sabemos que a lógica acadêmica é toda loteada por diversas teorias e proposta de projetos de pesquisa e isso, faz com que a Licenciatura também se torna um território em disputa [...]** há o desafio dessa estrutura permanecer, visto que a maior parte dos estudantes e dos professores não trazem consigo as experiências e conhecimentos, a partir dos quais se construiu os princípios orientadores da Educação do Campo (RIBEIRO, 2019, p. 69-70, grifo nosso).

A pesquisadora apresenta elementos que nos fazem refletir sobre a importância de uma aproximação maior dos movimentos sociais e do Comeces no acompanhamento das LEdoCs. Acreditamos que a Frente²³ das Licenciaturas da Educação do Campo do ES, articulada com a Frente Nacional das Licenciaturas do Fonec, fortalece-nos nessa tarefa. Criada em 16/08/2022, a referida Frente articula as ações de acompanhamento e proposição já desenvolvidas com a participação do Comeces no colegiado e amplia a possibilidade de novas ações a serem implementadas no ES, no âmbito da articulação dos *Campi* de Vitória e São Mateus.

No TCC de Daniele Batista Caetano (2018) encontramos uma referência ao Comeces, ao historicizar o movimento de educação do campo aqui no estado. A autora relata ter lançado mão do documento produzido pelo Grupo de Trabalho e apresentado no Seminário de criação do Comitê, realizado em Colatina, em dezembro de 2008.

²³ Esse debate é retomado no capítulo 4, quando refletimos sobre a organicidade do Comeces.

Valdívio José de Freitas (2018, p. 36) se reporta ao momento em que o MST, conjuntamente com o Comeces, reivindicava junto à Sedu, no início de 2016, “[...] um reconhecimento da proposta pedagógica das escolas de assentamentos, em virtude de não perder a essência da Pedagogia da Alternância, fato não reconhecido pelo governo do Estado”.

Andressa da Silva de Melo (2019), ao fazer o resgate histórico da Educação do Campo no município de São Mateus, cita o Comitê e sua luta contra o fechamento de escolas. Relata acerca do papel do Comeces, no ano de 2011, na estruturação do Comitê de Educação do Campo no Município de São Mateus. Segundo essa autora, “São Mateus foi o primeiro município a organizar seu comitê de educação do campo, vinculado ao comitê estadual, trazendo a bandeira do Comitê Estadual da Educação do Campo” (MELO, 2019, p. 36).

Nessa primeira aproximação com os Trabalhos de Conclusão de Curso das Licenciaturas em Educação do Campo, inquieta-nos a pouca convergência das temáticas com as pautas de lutas articuladas pelo Comeces.

Compreendemos que conhecer as produções dos TCCs das LEdoCs pode contribuir com as ações do Comitê, no acompanhamento da política pública estadual da educação do campo, em especial na proposição de debate na Frente Estadual das LEdoCs, articulação recente do Comeces. Consideramos, ainda, que, por ter o Comeces representação nos Colegiados desses cursos, os estudos realizados podem nos permitir uma melhor condição de acompanhamento.

A interlocução com a produção acadêmica evidenciou a relevância da temática de estudo desta tese, revelando a necessidade de visibilizar a articulação dos movimentos sociais organizados no Comitê de Educação do Campo do ES. A produção torna notória a importância da participação desses sujeitos coletivos na luta pela institucionalização da Educação do Campo enquanto política de Estado.

Depreende-se da revisão da literatura aqui explorada a necessidade de avançar focando lentes na atuação do Comeces, no sentido de provocar ações que se voltem para a defesa de políticas para o Campo, de modo a fortalecer junto a seus sujeitos as condições de inserção e intervenção na realidade, bem como em suas possibilidades de transformação.

Os trabalhos analisados nos apontam que, num contexto de indução da política nacional, os fóruns e comitês se constituíram como propulsores da educação do campo nos estados e nos ajudam a compreender melhor essa relação dos Comitês/Fóruns com o Estado, provocando-nos a refletir sobre como essa relação se materializou aqui no ES – uma temática necessária nesse nosso estudo, que se desdobrará no Capítulo 4.

2 MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES

Então (o camponês) descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela mas como sujeito da história.

Paulo Freire

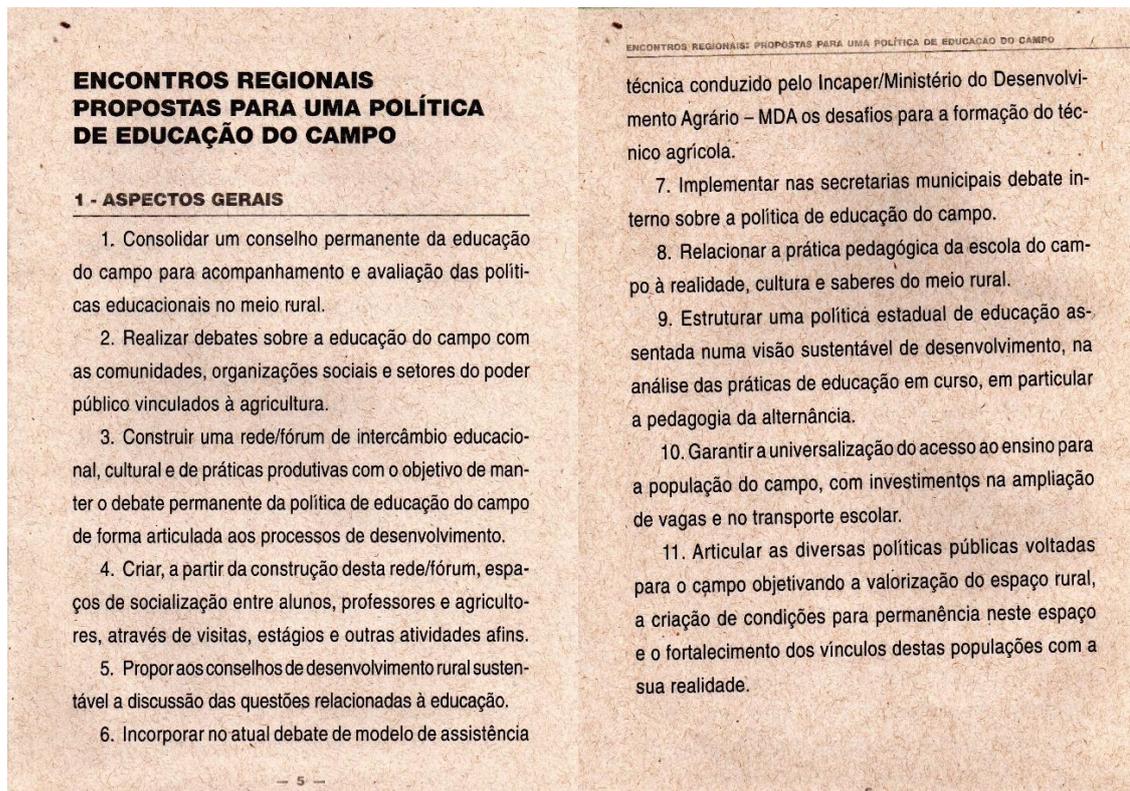
A mística dessa epígrafe é uma forma de celebrarmos a memória do Comeces, pois nos reporta aos primeiros anos do Comitê, em que ela esteve sempre presente na comunicação que era feita com os membros, nos convites para as reuniões. Trata-se de um dos elementos que gostaríamos de trazer neste capítulo, que pretende, a partir das memórias e trajetórias, apresentar o Comeces para os que ainda não o conhecem, mas também animar nosso povo, a partir de todas as nossas histórias.

Ao analisarmos os documentos inventariados, buscamos dar conta do objetivo de sistematizar o contexto histórico e político da constituição do Comeces, procurando identificar os movimentos que antecedem a sua criação.

Iniciamos nossas reflexões a partir da análise do folder (Imagem 3) do “Seminário Estadual da Educação do Campo e II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma Política da Educação do Campo”, ocorrido entre os dias 14 e 16 de julho de 2004, em Nova Almeida (Serra/ES).

Esse documento nos possibilitou compreender o movimento que se consolidou nesse período, em que encontros regionalizados, nos meses de maio e junho de 2004, nos municípios de São Gabriel da Palha e Cachoeiro de Itapemirim, respectivamente, contribuíram para a realização do referido Seminário Estadual. Esse folder traz, na introdução, uma síntese sobre a realização desses seminários descentralizados, indicando a sistematização das principais questões e contribuições apresentadas, referentes aos elementos necessários para a construção de políticas públicas de valorização e fortalecimento da educação do campo. Tais elementos foram sintetizados a partir dos aspectos gerais, formação de professores, níveis de ensino, rede física, transporte e qualidade da educação e gestão democrática – aspectos legais e financiamento. Recuperamos essas informações nas imagens que seguem (Imagens 3 a 7).

Imagens 3 e 4 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo



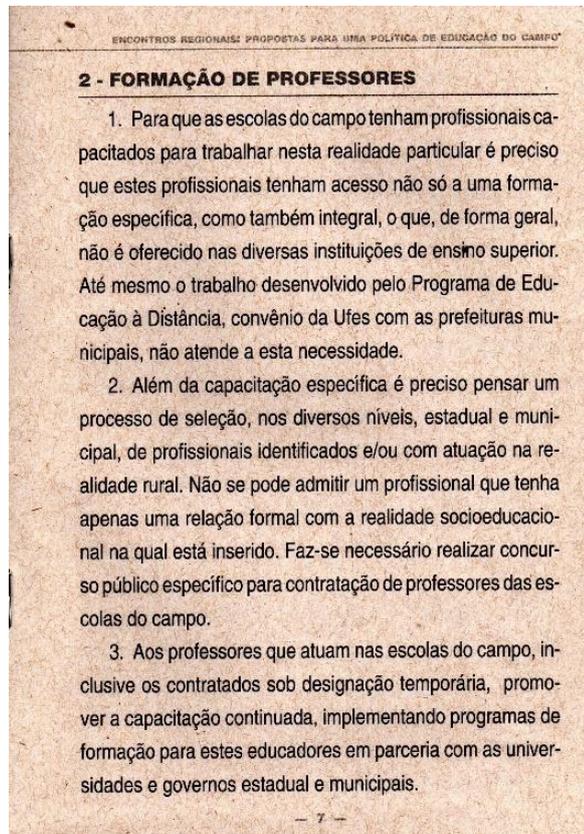
Fonte: acervo da autora.

Os aspectos gerais elencados indicam importantes proposições, desde consolidação de um conselho permanente da educação do campo para acompanhamento e avaliação das políticas educacionais no meio rural (item 1); a estruturação de uma política estadual, assentada numa visão sustentável de desenvolvimento, indicando a pedagogia da alternância como uma prática a ser considerada; a construção de uma rede/fórum de intercâmbio educacional, cultural e de práticas produtivas, até a proposição de atividades intersetoriais para permanência e fortalecimento dos vínculos dessa população com o espaço e a sua realidade.

Os itens nesse folder dialogam com o que o Comeces vem debatendo em seus processos de luta. A proposição de “debates sobre a educação com as comunidades, organizações sociais e setores do poder público vinculados à agricultura” (item 2) aponta uma perspectiva muito interessante de ampliação do debate da educação do campo em relação a setores do poder público, que pode ser tomada pelo Comeces como mais uma articulação de fortalecimento das escolas do campo.

Em relação à formação de professores, eles reconhecem a falta de formação específica e avaliam que “[...] o trabalho desenvolvido pelo Programa de Educação a Distância, convênio da Ufes com as prefeituras municipais, não atende a esta necessidade”, conforme pode ser depreendido na imagem a seguir (Imagem 5).

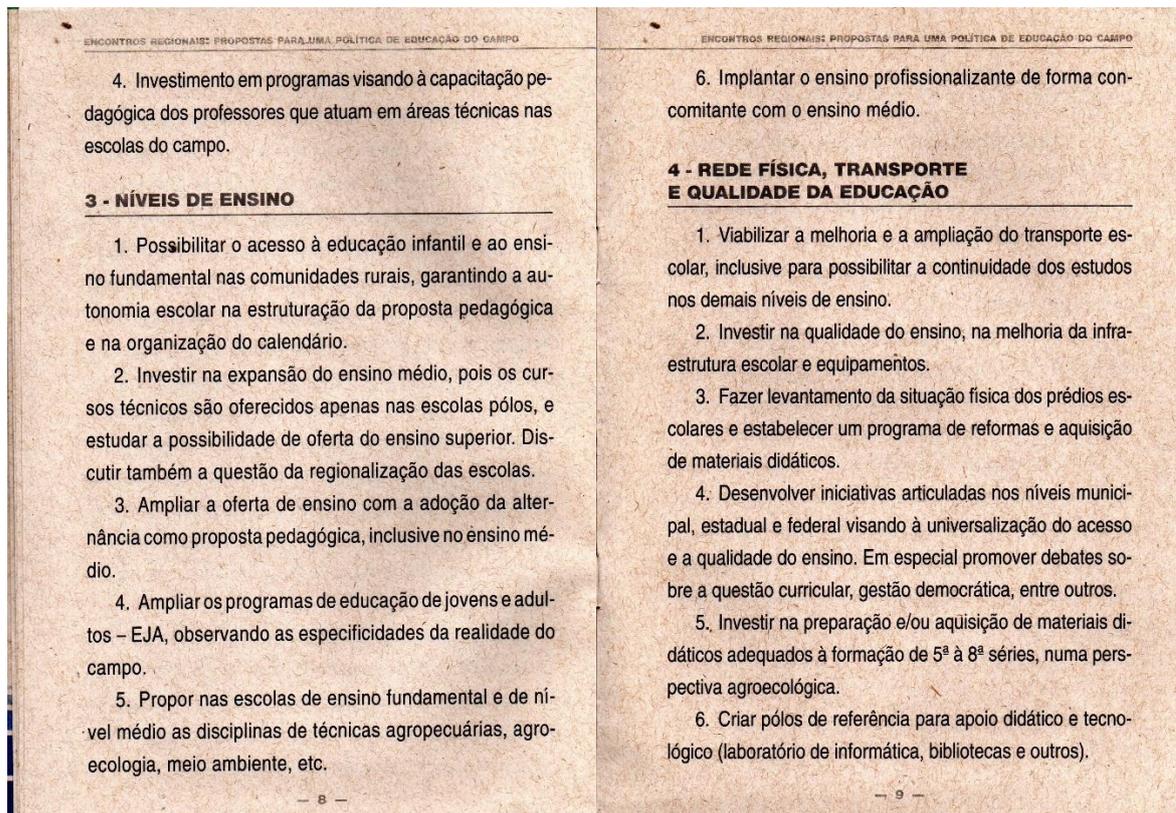
Imagem 5 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo



Fonte: acervo da autora.

Sobre os “níveis” de ensino, as propostas abrangem desde a condição de acesso, a partir da Educação Infantil, até a expansão e interiorização da oferta do Ensino Médio e oferta do Ensino Superior. Quanto à rede física, transporte e qualidade da educação, existem indicações que até hoje ainda não foram conquistadas, em especial a gestão democrática, que também é focada em item específico, com proposições acerca dos aspectos legais e financiamento, com proposta, inclusive, de vinculação de impostos originados da agricultura para a educação (Imagem 6).

Imagem 6 - Folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo



Fonte: acervo da autora.

Cabe registrar que, ainda que o movimento traduzido nesse documento apresente propostas coerentes com as demandas da educação do campo, não nos passa despercebida a contradição em relação às parcerias presentes, tanto no apoio quanto na promoção do Seminário em tela. Chama-nos a atenção, por exemplo, a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), cuja concepção é contraditória à perspectiva apontada pelos princípios da educação do campo, considerado como uma representação dos setores mais conservadores do agronegócio, que é a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que pode ser visualizada na imagem que segue (Imagem 7).

Imagem 7 - Contracapa do folder do Seminário Estadual da Educação do Campo / II Fórum do Espírito Santo: Construindo uma política da Educação do Campo



Fonte: acervo da autora.

Provocadas no sentido de compreender esse contexto, partimos em busca de mais informações em relação a esse movimento de construção da política de educação do campo. Nesse intento, chegamos a uma publicação organizada pela Profa. Eliza Bartolozzi Ferreira²⁴ e publicada pela Sedu, no ano de 2004, cuja apresentação transcrevemos a seguir, com as explicações da organizadora, que melhor explicita os objetivos da referida coletânea:

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, promoveu seminários no mês de setembro do ano de 2003, com o objetivo de debater democraticamente uma política pública que garantisse o direito à Educação, com qualidade social, para todos os capixabas. Foram momentos muito ricos de discussão que contaram com cerca de 4.000 participantes, entre educadores e representantes de movimentos sociais organizados. Todos esses atores ficaram envolvidos em pensar e propor

²⁴ Na época, Subsecretária de Educação Básica e Profissional da Sedu.

alternativas político-pedagógicas com vistas à promoção do educando, pois o fim da educação é este: promover o ser humano em todos os seus aspectos: afetivo cognitivo e social. [...] a SEDU vem trabalhando para assegurar a permanência do professor com formação específica nas escolas com experiências voltadas para o campo; regularizou a situação dos CIERS no contexto das escolas do Estado e expandiu o Ensino Médio para o campo. Até hoje foram abertas 67 escolas de ensino médio beneficiando 7120 alunos (FERREIRA, E., 2004, p. 07 e p. 17).

Compõe essa coletânea o artigo sobre a Educação do Campo, escrito pelo nosso saudoso Prof. Flávio Moreira, que retoma as discussões apresentadas no GT e avalia que

[...] o seminário foi um momento histórico por ser a primeira vez que os movimentos de educação do campo foram convidados a “entrar pela porta da frente” na discussão de políticas públicas para o homem/meio rural. Isso possibilitou uma frutífera discussão em torno das temáticas relacionadas à educação do campo e aos projetos que pretendemos desenvolver.

Ali estavam presentes significativos movimentos sociais do campo, com toda a sua vivência e militância política, que merecem e devem ser escutados em suas reivindicações. A semente está lançada e, embora possa ter problemas de ordem burocrática e política a serem encaminhados, esses problemas não devem sufocar os processos democráticos e impedir a germinação da vida. Isso, sim, são novas perspectivas para o campo (MOREIRA, 2004, p. 171).

Observamos, ainda, que o Estado indica, nessa época, uma proposta democrática de educação para sua rede, conforme Eliza Ferreira (2004)²⁵, conduzindo a

[...] construção de uma política educacional com densidade teórica e política, pelos princípios da democracia e da participação. Assim, a SEDU almeja destacar os compromissos deste governo com a educação básica e profissional; a valorização do profissional da educação; a democratização da escola; o respeito pelo direito da criança, jovem e adulto a uma educação promotora de igualdade social, ao mesmo tempo em que valoriza e respeita as diferenças individuais.

No entanto, após quase 20 anos, a maioria das proposições de políticas públicas educacionais elencadas acima não foi efetivada no ES, o que impulsiona o Comeces a seguir lutando e evidenciando seu papel na condução das políticas de Educação do Campo no ES.

A pesquisa realizada a partir das nossas vivências nos possibilitou recuperar as experiências do Comitê de Educação do Campo do ES, contar sobre a história da sua criação no ano de 2018 até os tempos atuais, graças aos documentos (CELLARD, 2012) preservados no acervo pessoal, no acervo do Comitê e às informações no *site* do Fórum EJA/ES²⁶, que transcrevemos a seguir, não sem antes comentar a

²⁵ Essa citação foi extraída da segunda orelha do livro organizado por Eliza Ferreira (2004).

²⁶ Disponível em <http://forumeja.org.br/es/?q=node/205>.

imbricação do Neja e do Fórum EJA/ES com a Educação do Campo no ES. Conforme observado nos documentos relativos à memória das reuniões, o Fórum EJA/ES, como membro do Comitê, assumiu a tarefa, no ano de 2010, de divulgar em seu *site* o *link* para a Educação do Campo, que permanece até hoje como fonte de pesquisa, conforme podemos visualizar a seguir, no *print* feito da página do respectivo Fórum (Imagem 8).

Imagem 8 - Página do Fórum EJA/ES

Fórum EJA Espírito Santo

Início Multimídia Fóruns de EJA NEJA/UFES Agenda territorial PNE 2011/2020 OBEDUC Contatos Formação dos Administradores

Principal » Comitê Estadual de Educação do Campo

Comitê Estadual de Educação do Campo

O Comitê Estadual de Educação do Campo é uma organização composta por entidades civis que tratam da Educação do Campo e representantes dos poderes públicos, em um espaço permanente de articulação, deliberação e construção coletiva, entre os movimentos sociais, entidades civis e os poderes públicos para o fortalecimento da Educação do Campo. O campo entendido enquanto espaço tempo de produção de saberes e de uma educação emancipatória. Tem como finalidade a instituição um grupo permanente de pesquisa e fóruns de discussões de Educação do Campo; o fortalecimento da Educação do Campo por meio da articulação e construção coletiva levando em conta a diversidade do campo capixaba; Elaborar propostas político-pedagógicas próprias e apropriadas que atendam as diversidades do campo; a participação na elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo no Estado do Espírito Santo; o acompanhamento junto ao poder público da efetivação de Políticas Públicas de Educação do Campo e a articulação junto aos órgãos competentes para que estes garantam espaços adequados para a Educação do Campo, partindo do princípio que este é um direito humano.

Para saber mais sobre o Comitê Estadual de Educação do Campo leia o relato de sua construção [aqui](#)

MENU

- Funcionamento
- Parceiros
- Documentos
- Memórias das reuniões
- Leis/Normas
- Agenda Territorial
- Educação do Campo
- Educação Profissional
- PROEJA/ES
- EREJA
- NEJA/UFES
- Eventos
- Seminário Estadual
- I Seminário Estadual do PROEJA/ES
- Galeria de imagens
- Acervo Multimídia
- Divulgação
- Contatos
- PRONATEC
- CONAE 2018

FÓRUM EJA BRASIL

- Ir para o sítio Brasil
- Revista da EJA
- Obras digitais
- Acervo Multimídia
- Fóruns de EJA no Brasil
- Temas da EJA
- MOVA-BRASIL
- Manual de Aprendizagem 4.0
- Estatísticas da EJA

BUSCAR

Buscar

Fonte: Fórum EJA ES (2023).

Assim, a partir das informações disponibilizadas pelo Comeces no *site* do Fórum EJA/ES, iniciamos o relato da construção do Comitê, conforme transcrevemos:

Nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2007 o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário organizou um encontro de Educação do Campo com movimentos sociais e poder público. Após três dias de discussão acerca da situação da Educação do Campo no estado do Espírito Santo, ficou como encaminhamento organizar um GT – Grupo de Trabalho, cuja função seria organizar um Seminário Estadual com todos os atores envolvidos com a causa da Educação do Campo e elaboração de um documento que fosse a referência para o Comitê Estadual que seria composto neste seminário (COMECEC, 2010).

Esse relato, que conta a história desde a criação do GT de Educação do Campo do ES, evidencia uma das características desse movimento, qual seja, a realização das reuniões em diferentes territórios, considerados espaços importantes para a luta da

Educação do Campo. Infere que “[o que era] mais interessante é que a cada encontro o GT se fortalecia mais, pois íamos adquirindo e conhecendo as experiências daquela entidade/instituição” (COMECES, 2010). Essa itinerância pode ser observada nas referências das reuniões, a seguir:

Dia 13.12.2007 - Os membros do GT reuniram-se na UFES para definição das representações das instituições que comporiam o então Grupo de Trabalho;

Dia 13.03.2008 – Reuniram-se na aldeia Pau Brasil, em Aracruz, para organização do grupo, definição da coordenação, secretaria e apresentação dos primeiros rascunhos do documento que seria trabalhado no seminário;

Dia 13.06.2008 – Reuniram-se na UFES para apresentação do projeto e definição do tema do seminário;

Dia 02.07.2008 – Reuniram-se na comunidade quilombola de Linharinho, Conceição da Barra, para definição de novas instituições participantes no GT, encaminhamentos para o projeto de financiamento do seminário e levantamento dos documentos que existem sobre a educação do campo;

Dia 06 e 07.08.2008 – Reuniram-se no Centro de Formação Maria Olinda-MST, em São Mateus, para planejamento estratégico do GT e estudo do Diagnóstico da educação do campo no ES;

Dia 02.09.2008 – Reuniram-se no assentamento Sezínio no município de Linhares para definição dos participantes e assessoria do seminário, bem como, definição do tema e metodologia;

Dia 07.10.2008 – Reuniram-se na Escola Família Agroecológica do município de Colatina para definição do local do Seminário. Nesta ocasião estava presente o Ministério Público do ES que passou a integrar o GT. [...]

Dia 22.10.2008 – Reuniram-se na UFES para informes gerais das comissões: materiais de divulgação, mobilização, programação e deliberação sobre os documentos (Documento Base e Diagnóstico);

Dia 13.11.2008 – Reuniram-se na Escola Família Agrícola de Rio Bananal para encaminhamentos, definição das coordenações dos momentos no seminário, moderação dos grupos e processo de mobilização dos participantes;

Dia 07.12.2008 (domingo que antecede ao seminário) – Reuniram-se na Escola Agroecológica de Colatina, para encaminhamentos finais do Seminário e conversa com os Assessores: Professora Edla Soares e Professor Pizetta (COMECES, 2010).

Nas palavras do companheiro Betinho (MPA/Raceffaes)²⁷, a criação de um comitê surgiu a partir da necessidade de unificar as ideias e, de forma coletiva, organizar a luta, como sujeitos da história, conhecedores dos “problemas e dos anseios dos diversos agentes do campo que [estão] ligados à educação”. E como tudo começou?

O primeiro momento quando nós nos reunimos e que surgiu a ideia de a gente criar um comitê de educação no campo, foi lá em 2007, no seminário do MDA. [...] Discutindo a situação do campo, chegamos à conclusão de que precisaríamos ter um comitê pra conseguir unificar as ideias, os nossos

²⁷ Representação do Comitê na plenária do 65º Fórum EJA, no dia 26/09/2014, ocorrido no município de Serra (ES).

anseios, os objetivos de todos os movimentos do campo. Porque o movimento é assim, [...] a gente começa a debater as ideias e de repente a gente pode até ir em caminhos paralelos. Então, criamos um GT [que] se reuniu por um ano, de forma itinerante. Essa forma como nós nos organizamos na constituição do GT foi fundamental pra que a gente tivesse elementos de diagnóstico depois, para a elaboração das diretrizes da educação do campo. [...] nos reunimos nas comunidades quilombolas, nos reunimos em assentamento, escolas famílias agrícolas, escola feita de lona [...] em Aldeias Indígenas e fomos conhecendo as diversas realidades que constituíam aquele tecido [...] dos povos do campo e que estavam relacionados a educação. Nós conhecemos os problemas e os anseios dos diversos agentes do campo que estavam ligados à educação.

Cabe registrar o papel do Comeces naquele momento, que era fortalecer o debate da participação popular na construção das diretrizes da EJA, um dos objetivos da organização daquela plenária, a partir do compartilhamento do movimento que acontecia em nosso estado, que reivindicava diretrizes para a educação do campo.

Imagem 9 - Registros da participação do Comeces na plenária do Fórum EJA/ES



Fonte: acervo da autora.

Indo nessa toada, recuperamos outra fonte, o registro fotográfico da reunião realizada nos dias 06 e 07 de agosto, no Centro de Formação Maria Olinda (Ceforma) - MST, em São Mateus, como forma de rememorar as reuniões itinerantes do GT de preparação do Seminário Estadual de criação do Comitê (Fotografia 4).

Fotografia 4 - Reunião do GT de Educação do Campo no Ceforma MST/ES



Fonte: acervo pessoal, 2008.

Nesse mesmo ano de 2008, representantes do GT participaram do Encontro Nacional de Comitês da Educação do Campo, promovido pela Secad/MEC, cujas informações recuperamos do documento produzido pelo Comeces para a oficina de avaliação e planejamento estratégico do Comitê, no ano de 2009, transcritas a seguir.

Dentre as ações do GT em seu processo de construção do Comitê Estadual e referenciais políticos e ideológicos, ocorreu a participação da sua coordenação no Seminário Nacional dos Coordenadores de Comitês e Gestores Estaduais de Educação do Campo, promovido pela SECAD/MEC que além de fortalecer o intercâmbio entre as experiências dos estados, reafirmou a importância dessa organização, no fortalecimento da Educação do Campo, enquanto projeto coletivo (COMECES, 2009, p. 2).

Cabe registrar a reunião do GT, ocorrida no dia 07 de outubro de 2008, na Escola Agroecológica, que foi noticiada nesse mesmo dia, no *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que preservamos no Anexo C, cujo excertos transcrevemos:

O Grupo de Trabalho de Educação do Campo do Espírito Santo, coordenado pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no estado, se reúne nesta quarta-feira (8), na Escola Agroecológica de Colatina, a 120 quilômetros de Vitória. A intenção é articular a realização do Seminário Estadual de Educação do Campo, que terá como meta a formação de um projeto político-pedagógico de educação voltado para as especificidades do meio rural no estado. No Seminário, também será constituído o Comitê de

Educação do Campo do Espírito Santo, responsável por gerenciar essa ação. Constituído em outubro de 2007, a partir dos trabalhos realizados na Oficina Estadual de Educação do Campo, o grupo de trabalho reúne representantes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Pronea/Incra), da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Também participam membros de organizações quilombolas, indígenas, dos territórios rurais Pólo Colatina e Caparaó e de movimentos sindicais e sociais ligados à questão rural.

Além de planejar as diretrizes para a educação do campo, a equipe discute as experiências bem-sucedidas na área educacional, tendo como base os 30 anos de existência das Escolas Família (Efas) no Espírito Santo. As reuniões servem, ainda, para debater o papel do poder público e da sociedade civil no apoio à educação no campo no estado (GT EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2008).

A análise dessa publicação nos revela o movimento que se organizava aqui no ES, em uma ação articulada entre Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, Sedu, Undime, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ufes, quilombolas, indígenas, dos territórios rurais Polo Colatina e Caparaó e de movimentos sindicais e sociais.

O registro da memória dessa reunião evidencia os diferentes tempos da política pública, em que o poder público sempre quer postergar, contradição essa fortemente evidenciada no relato que segue:

Um marco importante neste encontro foi [a representante da SEDU] informar ao GT que a Secretaria de Estado de Educação que arcaria com as despesas do Seminário, não [tinha] orçamento para esse fim para o ano de 2008. Os membros do GT, indignados pela decisão da SEDU, mantém firme a proposta de realizar o seminário ainda no ano de 2008. Como a Escola Família Agroecológica fica dentro do Campus da Escola Agrotécnica Federal de Colatina (hoje IFES Campus Itapina), reunimos com a direção da escola e decidimos realizar o seminário na quadra da escola, as despesas com alimentação foram custeadas pelo MDA e os participantes do Seminário ficariam acampados em barracas e nas salas de aula da Escola Família Agroecológica (Acervo COMECES, 2008).

No nosso entendimento, a decisão do GT de realização do Seminário se constituiu um marco significativo nesse processo, que resultou no esforço de mobilização e de luta desse coletivo, constituído por movimentos sociais, populares e sindicais, instituições diversas que conformam o Comeces e que têm materialidade nos territórios desse campo contraditório.

Outra fonte essencial no registro da memória do Comitê é a da reunião do GT que antecedeu ao Seminário de criação do Comeces, realizada no dia 07 de dezembro, na Escola Família Agroecológica de Colatina, mencionada anteriormente, e contou

com a assessoria da Professora Edla Soares e Adelar Pizetta, como podemos conferir no registro abaixo (Fotografia 5).

Fotografia 5 - Reunião do GT de Educação do Campo na Escola Família Agroecológica de Colatina



Fonte: acervo pessoal, 2008.

Informações utilizadas na organização e preparação do Seminário de constituição do Comeces, retiradas de documentos referentes às memórias das reuniões, foram preservadas nesta tese, como a Ficha de Descrição de Experiências para o GT (Anexo D), cujas informações subsidiaram os debates nos GTs que ocorreram durante o Seminário, assim como as indicações para composição do Comitê (Anexo E).

Importante registrar, a partir da nossa vivência e também dos cuidadosos registros encontrados nos documentos inventariados, que, desde o início, o Comitê, enquanto coletivo, preserva a práxis da auto-organização (SHULGIN, 2013), princípio fundante da educação do campo.

O compromisso com a organização coletiva, preservada desde sua criação, pode ser percebido na maioria dos registros de memórias de reuniões e considerado como um dos pontos fortes na preservação da memória desse coletivo, reflexão que retomamos mais adiante.

Assim, com muita organicidade e luta, nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2008, realizou-se o Seminário com o tema “Educação Escolar do Campo”, com 103²⁸ participantes da sociedade civil e do poder público, conforme quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Relação dos participantes do Seminário de criação do Comeces

Participantes no Seminário de Criação do Comeces	
Quantidade	Movimentos/ Entidades
3	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Espírito Santo – Fetaes
2	Movimento de Pequenos Agricultores – MPA
9	Movimento Sem Terra – MST
3	Quilombolas
3	Território Montanhas e Águas
6	Território Polo Colatina
8	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – Mepes
9	Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – Raceffaes
2	Rede de Educação Cidadã – Recid
3	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
1	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra
4	Secretaria de Estado da Educação – Sedu
2	Centro Integrado de Educação Rural - Ceier
11	Observatório Conflitos do Campo – Ufes
1	Fepses
1	Escola Agrotécnica Federal de Colatina – Eafcol
1	Apta
3	Associação Flor Terra Roxa
1	Aceffac
1	Território Caparaó

Fonte: organizado pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa documental.

Dentre a programação do encontro, o trabalho de grupo representado no documento que segue (Fotografia 6) proporcionou o encontro de diferentes saberes e vivências de lutas e sujeitos que se propuseram a se juntar, fortalecendo a luta da educação do campo no ES.

²⁸ No quadro que apresentamos, constam 74 participantes que estiveram presentes durante todo o seminário, sendo que outros 29 chegaram para a cerimônia de encerramento.

Fotografia 6 - Grupos de Trabalho durante Seminário Estadual de Criação do Comitê



Fonte: acervo da autora, 2008.

No último dia do Seminário, foram entregues às três esferas – Federal, Estadual e Municipal, todas ali representadas – o Documento Norteador do trabalho do Comitê Estadual de Educação do Campo e o Diagnóstico da Educação do Campo no ES, numa solenidade com muita música, muita alegria e cantoria. As fotografias 7 e 8, a seguir, identificam alguns participantes desse momento “político”, em que temos representado o poder público e a sociedade civil.

Fotografia 7 – Composição da Mesa de Encerramento do Seminário com autoridades locais, estadual e nacional



Fonte: acervo da autora, 2018.

Fotografia 8 – Plenária na apresentação do Comitê e entrega dos documentos para o poder público



Fonte: acervo da autora, 2008.

Nesse resgate, evidenciamos a sementeira da força desse coletivo que, organicamente, coloca-se na construção de sua história, reconhecendo-se como sujeitos que lutam cantando “pela vida e pelo que é de direito”²⁹. Assim, todos juntos, com essas palavras de ordem, forjamos a constituição do Comitê de Educação do Campo, em dezembro de 2008, que se configurou com a participação das seguintes instituições/movimentos³⁰:

1. Secretaria de Estado da Educação - Sedu;
2. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
3. Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes;
4. Observatório dos Conflitos no Campo – Ufes;
5. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Espírito Santo – Fetaes;
6. União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime;
7. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA;
8. Movimento dos Sem Terra - MST;
9. Movimento dos Quilombolas;
10. Indígenas;
11. Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra;
12. Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo - Raceffaes;
13. Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - Mepes;
14. Comissões de Educação do Campo dos Territórios: Colatina, Caparaó e Montanhas e Águas.

Cabe ressaltar que a possibilidade de participação de novos membros estava prevista no Regimento Interno do Comitê³¹ que, além de delimitar na sua composição a participação de “[...] órgãos públicos, movimentos sociais, sindicatos e entidades com notoriedade na reflexão-ação das questões pertinentes à Educação do Campo, por um representante e suplente respectivamente” (COMECES, 2009), em seu Art. 7º,

²⁹ Trecho da música “Educação do Campo” de Gilvan Santos.

³⁰ Em 2010, o Neja/Fórum EJA e o Conselho Estadual de Educação foram convidados a participar do Comitê, a partir das articulações realizadas em função da construção das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES, processo esse que analisamos adiante.

³¹ Disponível na página do Fórum EJA/ES - <http://forumeja.org.br/es/?q=node/205>.

deixava abertura para ampliação, desde que os critérios fossem observados, conforme as alíneas do Parágrafo Único desse mesmo artigo:

- [...] a. Exista solicitação oficial de entidades ou organizações ao Comitê ou convite do próprio Comitê.
- b. Apresente relato de experiência (as) relativa (as) à Educação do Campo destacando as suas atividades em consonância às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- c. Haja concordância de 50% mais um dos membros do Comitê (COMECES, 2009).

A composição do Comeces permaneceu sem grandes mudanças por um longo tempo, passando mais tarde a se consolidar como uma articulação política, no momento em que o estado não é mais chamado como membro, em função do distanciamento das pautas dos movimentos sociais, populares e sindicais que se articulam na luta pela educação do campo, debate esse que será retomado no capítulo 4.

No ano de 2018, reunidos na Universidade de Brasília, nos dias 12, 13, 14 e 15 de junho, a fim de celebrar e demarcar os 20 anos da Educação do Campo e 10 anos do Pronera, o Comeces participou na construção da Carta-Manifesto que apresentou os compromissos e agenda de lutas da Educação do Campo. O fragmento dessa Carta-Manifesto, apresentado a seguir, recupera todo o sentimento de pertença desses sujeitos coletivos de direito.

Nestes vinte anos de luta da Educação do Campo e do Pronera, escreveu-se um novo período na História da Educação em nosso país. **Não é mais possível aos livros de História de Educação no Brasil não acrescentar mais um capítulo à sua periodização: a construção da Educação do Campo!** O protagonismo dos Movimentos Sociais Populares e Sindicais do campo, aliados aos realizados pela Educação Básica e Superior de todo o país, juntos na luta pelo direito à educação dos camponeses, foi capaz de construir um imenso patrimônio de práticas educativas, que não pode mais ser apagado, porque fincou raízes dentro de nós: construímos juntos uma nova forma de educar. Parte destas conquistas se materializa em políticas públicas e devemos lutar por sua manutenção. Parte relevante de nossas conquistas extrapola o Estado em ação e a nós pertence enquanto classe trabalhadora: a consciência de que somos sujeitos de direitos (FONEC, 2020, p. 426-427, grifos nossos).

A participação do Comeces nesse momento comemorativo e de celebração de conquistas foi muito marcante, pois possibilitou, além da articulação nacional, o fortalecimento do coletivo estadual, a troca de experiências a partir da apresentação de 6 relatos, conforme apresentados a seguir.

Quadro 6 – Relatos apresentados pelo Comeces

Título do Trabalho	Autoras/Autores
A auto-organização na Pedagogia do Movimento MST-ES	Setor de Educação - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / ES
A Educação Infantil do campo nos enunciados e nas lutas do Setor de Educação do MST no Espírito Santo	Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira e Valdete Côco
Alternância: tempos e espaços de formação na/da Educação do Campo/ES	Maria Geovana Melim Ferreira e Dalva Mendes de França.
As lutas pelo fortalecimento da Educação do Campo no Espírito Santo	Maria Geovana Melim Ferreira
Quilombolas do Sapê do Norte: desvelando outras práticas educativas emancipatórias	Olindina Serafim Nascimento
Reflexões, lutas e desafios do Pronera EJA no ES	Dalva Mendes de França e Edna Castro de Oliveira

Fonte: elaboração da autora.

O Comitê conseguiu organizar uma delegação com 40 participantes, dentre estes, representantes dos movimentos sociais do campo e das licenciaturas de educação do campo, conforme registros fotográficos que seguem.

Fotografias 9 e 10 – Delegação do ES no Encontro Nacional 20 anos da Educação do Campo e 10 anos do Pronera



Fonte: acervo da autora, 2018.

Nessa toada, o Comeces vem intensificando, a partir de suas pautas, sua participação também articulada aos movimentos sociais/populares da cidade. A comemoração dos 10 anos do Comeces foi o primeiro chamado para articulação das pautas de lutas do campo e da cidade. Na ocasião, fortalecidos pela jornada de participação nas comemorações em Brasília, descrita anteriormente, o Comitê se juntou ao Fórum EJA/ES para celebrar os 20 anos de luta e resistência pela Educação de Jovens e Adultos e 10 anos pela Educação do Campo no ES, com a realização do Seminário Popular: Memórias, Encontros e Lutas.

O Seminário teve como objetivo avaliar, pela via da reflexão crítica, as memórias e os desafios do presente, fortalecendo ações conjuntas de enfrentamento aos desafios

impostos naquele momento do país, de destituição de direitos, de desmonte da escola pública pela via do fechamento de escolas, turmas e turnos, na defesa contra a mercantilização da educação pública.

Fotografia 11 – Mesa de abertura do Seminário Popular: Memórias, Encontros e Lutas



Fonte: acervo da autora, 2018.

Contou com 420 participantes, envolvendo movimentos sociais/populares/sindicais: Movimento Nacional da População em Situação de Rua – POP Rua, Movimento Negro, Sindipetro, CPT, MPA, MST, Raceffaes, Fórum EJA, Comeces, Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e instituições: Proex/Ufes, PPGE/Ufes, CE/Ufes, Neja/Ufes, Ledoc/Ufes/Goiabeiras, Ledoc/Ufes/São Mateus, CCHN/Ufes, PPGPSI/Ufes, Seme de Vitória, Seme de Cariacica, Seme de Viana, Seme de Colatina, Ifes de Colatina, Ifes de Vitória, Ifes de Itapina, Ifes de Santa Tereza, EFA de Vinhático, Seme de Vila Velha, Seme de Domingos Martins.

Fotografias 12 e 13 – Plenária de abertura do Seminário Popular: Memórias,
Encontros e Lutas



Fonte: acervo da autora, 2018.

Durante a programação, foram apresentados 60 trabalhos, incluindo pesquisas e relatos de experiências, distribuídos em eixos temáticos:

1. Alfabetização / EJA / Educação do Campo;
2. Práticas de Ensino-Aprendizagem / EJA / Educação do Campo;
3. Gestão e Políticas Públicas / EJA / Educação do Campo;
4. Diversidade: Educação Especial, Raça, Gênero, Sexualidades e Religiosidades / EJA / Educação do Campo;
5. Educação Profissional / EJA / Educação do Campo;
6. Formação Docente / EJA / Educação do Campo;
7. Movimentos Sociais / EJA / Educação do Campo.

A programação contou, ainda, com uma plenária em que foi aprovada a “CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE”, que apresentou uma agenda comum de lutas para o ano de 2019, que foi entregue, no início de 2019, ao Secretário Estadual de Educação, numa agenda coletiva com a representação do Comeces, do Neja/Ufes, do Fórum EJA, de educandas/os e educadoras/es da Ledoc/Ufes, da CPT, da Associação de Pais da EEECOR Colatina, da Raceffaes, da Via Campesina, do MPA, da Frente Capixaba pelas Liberdades Democráticas, do Setor de Educação do MST e da deputada estadual eleita Iriny Lopes e seu assessor Rogério Favoretti.

Nessa mesma toada, refletimos, a seguir, mais detalhadamente, sobre a experiência organizativa do Comeces, desde sua criação.

2.1 ORGANICIDADE DO COMECES

Destacamos este item em função da relevância da organicidade do Comeces e o que resultou desse trabalho, o que pode ser compreendido e sinalizado como um legado para a luta política. Nesse sentido, recuperamos questões levantadas na avaliação feita pela coordenação provisória do Comitê, logo que ele se constituiu, que subsidiaram os primeiros planejamentos do Comeces. Na síntese de um registro rápido, por meio de tópicos, que transcrevemos conforme o original, está explícita a preocupação com a participação dos membros, um grande desafio que permanece na atualidade.

Questões Internas:

O GT tinha um objetivo, foco

O Comitê precisa ter esse foco para garantir a participação e trabalho dos indicados pelas instituições

Não temos apoio do Estado

Os movimentos ainda não compreenderam o papel e força do Comitê

O Seminário realizado se apresenta hoje, como o objetivo final do Comitê forma como o Comitê se constituiu (Acervo COMECES, 2018).

Para responder a essas afirmativas, na sequência desse documento, temos informações, a partir do registro da organização interna e das articulações necessárias, que apresentamos a seguir (Quadro 7).

Quadro 7 – Organização Interna

ORGANIZAÇÃO INTERNA			
TEMA	ATIVIDADES	AÇÕES/TEMPO	RESPONSÁVEIS
Coordenação	Organização da Pauta – Fabrício	Permanente	Animação
	Articulação dos Membros do Comitê – Paula e Geovana		
	Viabilização de recursos para as ações		
Secretaria	Articulação da Logística – Geovana e Paula		
	Coordenar as Reuniões – Fabrício		
	Memória das reuniões – Josi		
Comunicação	Arquivo de relatórios e Documentos – Eduardo	Próxima reunião	Animação
	Regimento Interno – Paula e Geovana	Permanente	
	Divulgação dos Trabalhos do Comitê	Próxima reunião	
Capacitação	Criação de Rede de Comunicação Eletrônica – Eduardo	Permanente	Animação: Betinho e Zelindo
	Proposição e Operacionalização de Temas de Estudo		
QUESTÕES DE ARTICULAÇÃO			
TEMA	ATIVIDADES	TEMPO	RESPONSÁVEIS
Reconhecimento / Fortalecimento do Comitê	Reunião com o Secretário de Estado de Educação e Undime (apoio do MPES - Cristina) – Fabrício		Animação
	Apresentar o Comitê ao CEE/Convidar para a participação		

ORGANIZAÇÃO INTERNA			
TEMA	ATIVIDADES	AÇÕES/TEMPO	RESPONSÁVEIS
	Participar da reunião da Undime (apresentação do Comitê)		
Articular Comissões Territoriais	Participar de Reuniões dos Colegiados		Animação
	Fomentar a formação de comissões		
Diretrizes da Educação do Campo ES			Animação
Fortalecimento das experiências de Educação do Campo.	Conhecer a estrutura de organização da Sedu (A Sedu apresentar)		Animação
	Criação de Coordenação, setor ou departamento de educação do Campo na estrutura da Sedu e Municípios		

Encaminhamentos:
 Próxima reunião do Comitê
 Data:
 Local: MPES – Vitória
 Pauta:
 1 - Momento Interno – Manhã
 1.1 - Apresentação dos Membros do Comitê
 1.2 - Leitura e Aprovação do Regimento Interno
 1.3 - Eleição da Diretoria
 2 - Momento com Secretário e MPES – Tarde
 2.1 - Apresentação do Histórico (trajeto e objetivo) - (Entrega do Documento Final do Seminário Estadual de 2008)
 2.2 – Apresentação do Comitê
 2.3 – Encerramento

Fonte: acervo do Comeces, adaptado pela autora, 2008.

Essa organicidade permitiu que o Comeces consolidasse essa importante ação de reconhecimento público e fortalecimento, em parceria com o Ministério Público do Estado do ES, momento esse registrado a seguir (Fotografias 14 a 21)

Fotografias 14 a 21 - Apresentação do Comeces para a Sedu e para a Undime



Fonte: acervo da autora, 2010.

A imagem a seguir (Imagem 10) demonstra a organicidade que era orientada logo na chegada dos encontros, em que as pessoas, ao assinarem a frequência, passavam a compor um grupo/núcleo da auto-organização, que possibilitava não somente a realização dos encontros, como o exercício da horizontalidade, da disciplina, na perspectiva da escuta, da problematização (GRAMSCI, 2021).

Imagem 10 – Auto-organização do Comeces

GRUPOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS:

"Quem faz a escola do campo são os povos do campo, organizados e em movimento. Se a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo (Texto base CN, Coleção Por uma EBC n.º 1, 1999), ela somente será construída deste jeito, se os povos do campo, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio. Não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização. No MST este tem sido um aprendizado muito importante. Da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem-terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos".

ROSELI SALETE CALDART

TAREFA DE ORGANIZAÇÃO

MÍSTICA

Funções:

- Organizar a mística para sexta-feira de manhã e de encerramento do encontro;
- Manter a plenária organizada contemplando a mística camponesa;
- Apresentar uma palavra de ordem de acordo com o objetivo do encontro: **Refletir sobre o novo contexto da Educação do Campo do Espírito Santo.**

Fonte: acervo da autora, 2009.

Assim, o grupo “Escolas de Assentamento” contribuía com a organização e, com isso, toda a construção coletiva se fortalecia. Seguindo a linha de pensamento de Roseli Caldart (2003), no excerto da imagem acima, o Comitê de Educação do Campo se fez pela própria organicidade dos movimentos sociais do campo e coletivos políticos.

Nessa acepção, Pistrak (2011, p.177) reitera que “[...] o coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a suas partes, o coletivo apresenta propriedades que não são inerentes ao indivíduo”. Para tanto, os sujeitos coletivos que compõem o Comeces “[...] estão unidos por determinados interesses, dos quais têm consciência e que lhes são próximos” (PISTRAK, 2011, p. 137).

Diante desse movimento organizativo, o Comeces³², enquanto sujeito coletivo de direito, integrando diversos movimentos sociais, populares e sindicais e sociedade civil, em suas contradições, busca manter a unidade na luta a partir de seus princípios.

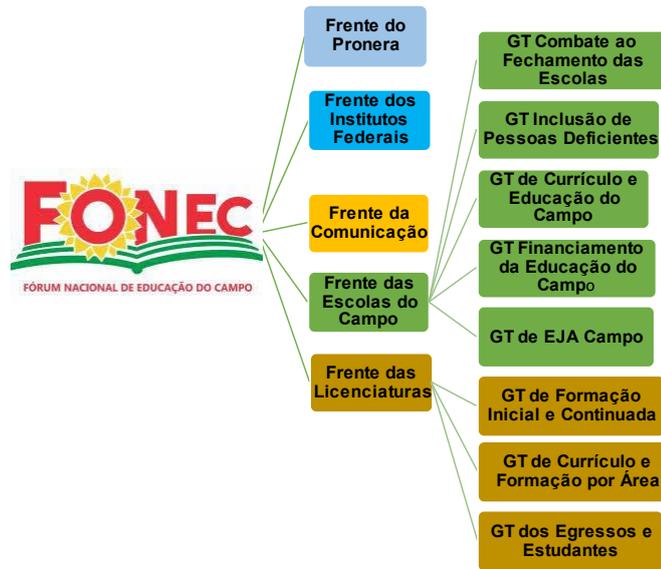
Vale ressaltar que, com o alcance das plataformas digitais, na pandemia de Covid-19, o Comeces foi se fortalecendo numa importante articulação, em âmbito nacional, com o Fonec, em sua práxis, no sentido de buscar saídas para os novos processos de exclusão que se colocaram para as populações camponesas. Em virtude da pandemia, fomos provocados a nos apropriar dessas plataformas, ampliando, com isso, a possibilidade de intensificar os encontros e reuniões virtuais que foram realizados num exercício permanente de controle social e de proposições ao estado para enfrentamento da situação, além de constituir espaços de formação e animação cultural, como forma de apoio à população do campo e da cidade, durante o período de isolamento social.

Nessa dinâmica, o Comeces se aproximou da organicidade do Fonec³³, que vem se organizando pelo veio das Frentes do Pronera, dos Institutos Federais, da Comunicação, das Escolas do Campo e das Licenciaturas, conforme representado na imagem a seguir (Imagem 11).

³² Atualmente integrado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fórum de Educação de Jovens e Adultos (Fórum/EJA), Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (Raceffaes), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Coordenação Estadual Quilombola Zacimba Gaba, Licenciatura em Educação do Campo da Ufes: Campus Vitória e São Mateus, Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja/Ufes), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo (Fetaes), Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (Ceiers) de Boa Esperança, São Gabriel da Palha e Águia Branca, e Comitês Municipais de Educação do Campo dos municípios de São Mateus, Vila Valério, Pinheiros, Colatina, Jaguaré, São Gabriel da Palha, Boa Esperança e Sooretama.

³³ “O FONEC foi criado em agosto de 2010. Nasceu de um processo de amadurecimento das forças que na década anterior participaram da organização, mobilização e elaboração política da Educação do Campo desde uma avaliação da necessidade de manter organizado o protagonismo sobre a Educação do Campo, em um contexto onde a abertura e os espaços públicos para avanços nas políticas manifestavam-se abertos” (SANTOS, C., 2020, p. 402).

Imagem 11 – Organicidade do Fonec



Fonte: produzido pela autora.

Nesse caminho organizativo, o Comeces, em âmbito nacional, compõe as Frentes do Fonec e integra a equipe de animação do GT de EJA Campo, desde sua criação. Para fortalecer suas ações, vem se organizando, enquanto coordenação colegiada, na distribuição das tarefas que viabilizam sua articulação coletiva. Desde 2020, tem se atualizado dentro dessa proposta organizativa.

Quadro 8 – Organicidade da coordenação colegiada

ORGANICIDADE DA COORDENAÇÃO COLEGIADA	
Organização da Pauta e Coordenação	Fátima e Chiquinho
Coordenação de Mística	Luciene
Registro e Memória	Carminha e Geovana
Comunicação e Articulação de reuniões e ações	Alex e Luciene
Produção e Análise de Documentos	Carminha, Alex, Josi, Geovana
Representações:	
Colegiado da LEdoC Vitória	Josi e Geovana
Fórum da LEdoC de São Mateus	Alex e
Frente Popular em Defesa do Direito à Educação	Dalva, Edna, Fátima e Geovana
Fórum Estadual de Educação	Alex e Geovana
Fórum Nacional de Educação do Campo	Luciene, Alex, Fátima e Geovana
Frente do PRONERA	Fátima e Geovana
Frente das LEdoCs	Geovana e Josi
Frente das Escolas do Campo	Fátima e Luciene
Fórum Estadual Popular de Educação	Carminha, Edna e Marluce

Fonte: acervo Comeces.

No ano de 2021, o Comeces se articulou no sentido de compor a Frente das Escolas do Campo no ES (Imagem 12), criando um GT de EJA Campo e a Frente das Licenciaturas em Educação do Campo, em que se busca unificar o projeto da educação do campo na Ufes (*Campus São Mateus e Campus Vitória*).

Imagem 12 - Convite para o 1º Seminário Estadual da Frente das Escolas do Campo do ES

GRUPOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS:

"Quem faz a escola do campo são os povos do campo, organizados e em movimento. Se a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo (Texto base CN, Coleção Por uma EBC n.º 1, 1999), ela somente será construída deste jeito, se os povos do campo, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio. Não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização. No MST este tem sido um aprendizado muito importante. Da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem-terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos".

ROSELI SALETE CALDART

TAREFA DE ORGANIZAÇÃO

MÍSTICA

Funções:

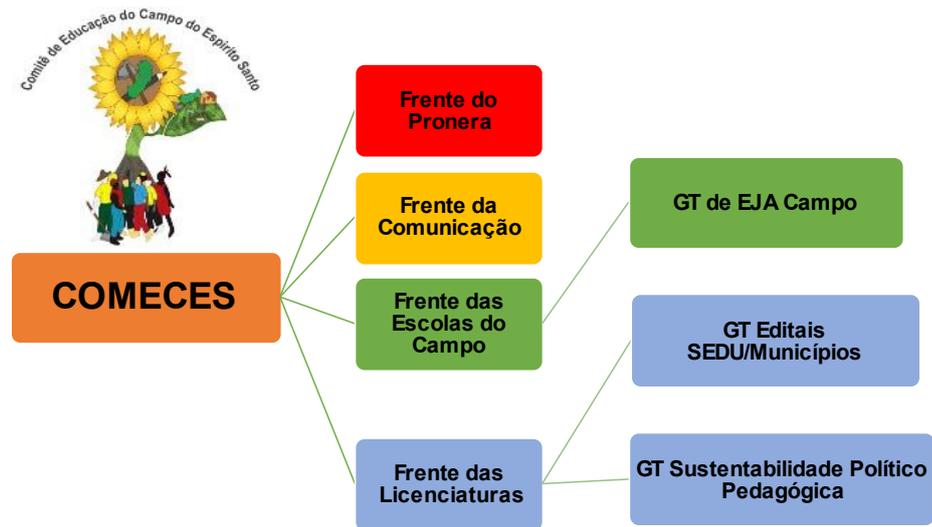
- Organizar a mística para sexta-feira de manhã e de encerramento do encontro;
- Manter a plenária organizada contemplando a mística camponesa;
- Apresentar uma palavra de ordem de acordo com o objetivo do encontro: *Refletir sobre o novo contexto da Educação do Campo do Espírito Santo.*



Fonte: acervo Comeces.

O Comeces, compreendendo a necessidade de avançar no debate e consolidação das demais Frentes, visto a relevância da coletividade e a capilaridade dessa forma de se organizar, nas reflexões, debates, distribuição das tarefas e participação nas lutas, neste ano de 2023, vem buscando articular a Frente do Pronera e da Comunicação, em função das novas demandas de ação.

Imagem 13 – Organicidade do Comeces



Fonte: produzido pela autora.

Desse entendimento, depreendemos que a organicidade do Comeces pode ser tomada como um de seus princípios, que impulsionou, a partir da coletividade que o compõe, a ampliação das dimensões de sua atuação, conforme retomaremos no decorrer dos capítulos.

Antes, porém, passamos a contextualizar os modelos do campo em disputa, para entendermos a realidade em que se dá a educação do campo (CALDART, 2008, 2013) e, assim, compreendermos os desafios do movimento da educação do campo, em especial do Comeces.

3 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E AGRÁRIO: ANTIGOS DILEMAS, NOVAS ROUPAGENS NA EDUCAÇÃO

A ordem é ninguém passar fome
 Progresso é o povo feliz
 A Reforma Agrária é a volta
 Do agricultor à raiz!
 Zé Pinto³⁴

Neste capítulo, retomamos o objetivo de analisar diferentes momentos da luta histórica dos movimentos sociais do campo, envolvendo a questão agrária, as disputas por projetos de campo e de sociedade e como isso se configura no ES.

A problemática da pesquisa remete a um contexto em que as tensões na produção do conhecimento, em função das desigualdades sociais, inviabilizam a possibilidade de educação de qualidade para todos, limitando a participação igualitária na produção de conhecimento.

Soma-se a isso o crescente avanço do capitalismo no campo brasileiro, pelo veio do agronegócio, que expulsa a mão de obra e a população do campo (STÉDILE, 2021). Na compreensão de Clarice Aparecida dos Santos (2023), esse processo, que vem de longa data, desde a Revolução Verde, como forma de modernização da agricultura, como pacto entre o latifúndio, o capital financeiro e o Estado brasileiro, atende aos interesses do capital e se contrapõe ao projeto camponês, o da Reforma Agrária Popular, impactando diretamente a Educação do Campo. Nessa seara, Clarice Santos (2023, p. 101) sinaliza que

É importante e necessário identificar quais são os projetos em disputa, os aparelhos privados de hegemonia que garantem o fortalecimento do projeto do capital, as ações promovidas para impor o projeto do agronegócio, utilizando também a escola e outros espaços educativos para construir consenso acerca dele, as resistências da classe trabalhadora no âmbito da educação [...] também é importante identificar como, a partir desse contexto, definem-se as políticas públicas para a Educação do Campo.

Esse dilema também é compreendido pelo povo que está no campo, lutando contra fechamento das escolas e por vida digna no campo. No diálogo com esses sujeitos, observa-se que essas assertivas são corroboradas em uma de suas falas, que transcrevemos a seguir.

³⁴ Canção “Ordem e Progresso” – Zé Pinto

[...] por que que a gente agora não conseguiu impedir o fechamento das escolas? Aí é simples, né? A gente não tá brigando só com o fechamento das escolas, está brigando enquanto Comitê, mas também enquanto campo, com toda essa estrutura que o capital se organiza, né? Então se a gente pensar no que o capital faz, ele não faz pro povo, ele faz pra se reproduzir e nessa equação ele não coloca fator humano em lugar algum, muito menos a quantidade de pessoas e de vida que existe nos entornos desses projetos. Se um asfalto foi colocado lá, vai escoar o que o capital precisa, não pra facilitar a vida do povo. Isso é fato! (Representante do MAB, na Roda de Conversa).

Nesse limiar, faz-se necessária uma leitura de que

[...] a expansão constante do agronegócio significa a intensificação da repressão e da violência na expropriação das terras e das lavouras que produzem alimentos para a população. Lavouras estas que são, predominantemente, dos pequenos produtores, indígenas, quilombolas e camponeses em suas várias formas de viver (ALENTEJANO; EGGER, 2021, p. 103).

Tais elementos apontam para a necessidade de buscar novos caminhos de resistência e produção de *práxis* que contribuam com mudanças sociais significativas na vida dos sujeitos do campo, cujo contexto se agravou com a chegada da pandemia de Covid-19, em tempos recentes. Como observa Breno Bringel (2020, p. 35), a Covid-19 nos apanhou

[...] em um momento histórico de esgotamento dos recursos naturais e de emergência climática e ambiental. Também de retrocessos democráticos e em direitos, bem como de desconfiança e rejeição aos sistemas políticos. [De] sociedades fundidas por profundas desigualdades [...] e com os serviços públicos desmantelados por décadas de neoliberalismo que, além da economia, também impregnam fortemente as subjetividades individuais e coletivas.

Ao discutir a geopolítica da pandemia de Covid-19, o autor disserta sobre a necessidade de uma “[...] mudança de paradigma rumo a uma nova matriz ecossocial, orientada pelo anti-capitalismo e pela justiça ambiental e social” (BRINGEL, 2020, p.47). Conforme o autor,

A transição rumo a uma mudança radical de matriz ecossocial não se fará apenas pela via estatal, mas tampouco se fará sem ela. São os próprios movimentos sociais, as experiências territoriais e uma diversidade de lutas e frentes populares e político-intelectuais que poderão impulsionar este cenário, tensionando os limites das narrativas do capitalismo verde³⁵ e dialogando criticamente com os governos e as institucionalidades mais sensíveis – ao mesmo tempo, buscando transformá-los (BRINGEL, 2020, p. 48).

³⁵ Trata-se de uma crítica dos movimentos sociais, que chama a economia verde de capitalismo verde, porque se mantêm as bases do modo de produção e consumo que produz escassez de recursos e excesso de resíduos, incapazes de serem metabolizados pelo planeta (PACKER, 2020).

O autor destaca que, há várias décadas, os movimentos sociais, especialmente os ecologistas e indígenas, vêm nos alertando quanto ao perigo desse “[...] modelo destrutivo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico permanente, na velocidade da globalização capitalista e no consumo desenfreado” (BRINGEL, 2020, p.34).

Ao colocar em xeque o modelo neoliberal, a crise sanitária da pandemia exacerba as desigualdades preservadas desde sempre na sociedade brasileira, no seu modelo de “capitalismo dependente” (FERNANDES, F., 1975), categoria que nos ajuda a compreender a formação do capitalismo no Brasil, desde sua gênese, nos anos 1930 e 1940.

Florestan Fernandes (1975) sustenta que o papel da burguesia foi ativo na ditadura, pois, pressionada pelas mobilizações populares em favor de uma revolução que ampliasse direitos elementares, as burguesias locais se associaram mais estreitamente ao imperialismo, aliança que viabilizou, no ano de 1964, o golpe empresarial-militar no Brasil. Uma burguesia autoritária internamente e extremamente frouxa externamente.

Segundo Florestan Fernandes (1975, p. 204), com o fim do Império e começo da República, temos os germes do poder e da dominação burguesa, especialmente no eixo Rio-São Paulo, com a crise provocada pela sucessão eleitoral. Nesse período, a burguesia tirava “[...] proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações” (FERNANDES, F., 1975, p. 204). Ao aceitar um papel subordinado na aliança com o capital estrangeiro, a burguesia nativa aprofunda um projeto social de capitalismo dependente.

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das Nações tidas como *centrais* e *hegemônicas* [...] em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º a desagregação completa do *antigo regime* e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à externa concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, F., 1975, p. 222-223, grifos do autor).

Para Ricardo Scopel Velho (2016, p. 96), o que “[...] Fernandes passa a chamar de capitalismo dependente não é uma etapa do processo que chegará a ser independente, mas sim, uma das formas que o capital, como forma social total, se manifesta na formação histórico social brasileira”. No Brasil, diferente da burguesia europeia, em que proletários e camponeses foram mobilizados para as conquistas democrático-burguesas,

[...] não se estabeleceu “na era industrial” – como não se estabelecerá anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários – uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. (FERNANDES, 1981, p. 42 *apud* VELHO, 2016, p. 96).

Na acepção de Francisco de Oliveira (2013), esse projeto social de capitalismo dependente assumido pela burguesia que, no Brasil, tornou-se hegemônico, aprofundando sua dependência subordinada aos grandes interesses do capitalismo mundial, historicamente, produz a desigualdade e se alimenta dela.

Velho (2016) corrobora essa assertiva ao dizer, apoiando-se em Florestan Fernandes (1981), que o capitalismo constituído na América Latina floresce graças à modernização do arcaico, explorando com intensidade a arcaização do moderno. Mesmo a burguesia avançando no âmbito da industrialização, foi “[...] incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades” (VELHO, 2016, p. 105-106).

Diante desse cenário, Adelar João Pizetta (1999, p. 6) revela que, com as mudanças estruturais ocorridas no Brasil, na década de 1960, o desenvolvimento econômico da agropecuária sofreu mudanças significativas, de forma excludente e desigual.

Excludente porque ignorou, no processo de modernização a ampla maioria dos pequenos agricultores e, ao invés de incluí-los nesse processo, acabou expulsando-os em proporções alarmantes [e] desigual porque priorizou algumas regiões do País, em detrimento de outras, e alguns produtos voltados para exportação, em detrimento do abastecimento interno.

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, Stédile (2013, p. 20) reconhece que esse modo de produção capitalista entrou em uma nova fase de seu desenvolvimento, cuja principal característica “[...] é que a acumulação do capital, das

riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro”, afetando os trabalhadores e a agricultura em todo o mundo.

Nesse sentido, Dalva Mendes de França (2022, p. 151) aduz que o MST reflete sobre a necessidade de lutar e resistir

[...] ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe um processo de acúmulo de forças que se fundamenta na justiça social, soberania popular e alimentar, no respeito aos bens da natureza, aos direitos sociais, ao cultivo de alimentos saudáveis, à formação integral dos sujeitos, à produção de energia, de cultura, de saberes, de vida.

Os efeitos e as consequências dessa forma de produção, baseada na concentração de terra e na acumulação capitalista na agricultura, podem ser sentidos até hoje de forma ainda mais acirrada, como é o caso da luta pela Reforma Agrária que, nesse contexto pós-golpe jurídico midiático de 2016, também sofre seu desmonte com a Medida Provisória nº 759/2017, que “[...] praticamente anistia a grilagem, inviabiliza a democratização da terra e acirra os conflitos no campo” (MST, 2017). Facilita, ainda, a venda das terras brasileiras a estrangeiros “[...] com risco de perdermos a nossa soberania nacional e alimentar” (MST, 2017). Esse fato vem se agravando com o “passar [da] boiada” (NICOLAV, 2020), expressão usada pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Em vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, divulgado a mando do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles afirma que o período da pandemia seria ideal para **passar reformas ‘infralegais’, de ‘simplificação’ e ‘desregulamentação’ de leis ambientais.**

Na sequência, chega a convocar outros ministros para “ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento”, enquanto a imprensa estava ocupada tratando do **impacto do novo coronavírus no Brasil**. No dia da reunião, o Brasil acumulava 45 mil casos e quase três mil mortos, vítimas de covid-19 (NICOLAV, 2020, grifos da autora).

Todo esse desmonte pôde ser identificado durante esses anos do governo Bolsonaro, em que nenhum assentamento foi criado e o MST foi altamente criminalizado. Com o objetivo de privatizar os Assentamentos, o governo criou o Programa Titula Brasil, retomando, com força e vários recursos públicos, o incentivo à concentração de terras no país, buscando ampliar o domínio do latifúndio improdutivo, consolidado pela lei de terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que instituiu a propriedade privada da terra no Brasil “[...] e, com ela, o mercado de terras, uma vez que a terra passa a ser acessível apenas por meio da compra” (ALENTEJANO, 2012a, p. 740).

Não bastasse a afronta constante aos movimentos sociais do campo, vivenciamos, ainda, o extermínio dos povos indígenas, configurado não somente pela falta de demarcação de terras, como também pela ausência de política de saúde para essa população drasticamente fragilizada pela crise sanitária.

Assim como os Sem Terra, os indígenas se encontram ameaçados pela forte investida da bancada ruralista³⁶ que, em função de defender políticas públicas de estímulo ao agronegócio, tenta a aprovação do Projeto de Lei (PL) 490/2007³⁷. Conforme a Associação dos Povos Indígenas no Brasil³⁸ (Apib), se aprovado, o PL “[...] vai inviabilizar as demarcações, permitir a anulação de Terras Indígenas e escancará-las a empreendimentos predatórios, como garimpo, estradas e grandes hidrelétricas”.

Organizados no Acampamento “Levante da Terra”, mais de 850 indígenas, de mais de 48 povos originários de todas as regiões do Brasil, permaneceram acampados na Esplanada dos Ministérios durante semanas, acompanhando o desdobramento da votação do Projeto, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que aprovou, no dia 23 de junho de 2021, por 40 votos a 21, a tramitação do PL nº 490 (PAJOLLA, 2021).

Atentas aos detalhes do processo, apesar de os indígenas não terem estado conosco durante toda caminhada, a pauta indígena sempre esteve presente, como observamos no decorrer deste trabalho.

Em 2022, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) produziu um relatório detalhado do garimpo na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, em que foram documentados “[...] 32 pontos ativos de garimpo ilegal [...] 18 pistas de pouso só na área inspecionada, além de 13 pontos de apoio e três áreas descritas como portos. Um avião de grande porte também foi fotografado na região”, conforme matéria veiculada na página da Apib.

³⁶ Constitui a Frente Parlamentar da Agropecuária, também referida pejorativamente como “bancada do boi”. Constitui um bloco político que conta com 228 deputados e 27 senadores.

³⁷ O projeto é considerado inconstitucional, pois fere o art. 231 da Constituição Federal, que prevê que “[...] as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente [...]” (BRASIL, 1988)

³⁸ De acordo com a APIB, “[...] os povos indígenas lutam há mais de 500 anos pelo direito à vida. Nós da Apib, fazemos parte dessa história de resistências. Somos a mais ampla articulação dos povos indígenas do Brasil. Nossa rede de organizações possui representação em todas as regiões do país e estamos unidos, com a força de nossos ancestrais, para proteger à vida de nossos povos e dos nossos territórios, que se encontram sobre ataque”. Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

O aumento do garimpo ilegal, a escalada da violência e a crise de saúde na Terra Indígena Yanomami foi constantemente denunciada por lideranças e organizações do movimento indígena nos últimos anos. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a associação Yanomami Hutukara e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), realizaram mais de 20 denúncias exigindo providências para a garantia da vida do povo Yanomami, mas todas elas foram ignoradas pelo governo Bolsonaro (APIB, 2023)

Nessa ocasião, não estava ainda explícita para a sociedade toda a crise humanitária que atingia os povos indígenas, em especial os Yanomamis. Poucos tinham conhecimento da expansão do garimpo ilegal e das mortes de indígenas que tentavam se proteger.

Assim, a retomada desses antigos dilemas, sobre novas roupagens, faz-se chamamento para a

[...] união em torno dessas lutas [que] tem exigido uma nova definição ao coletivo da classe trabalhadora do campo, como “povos do campo das águas e das florestas”. Há uma tentativa de fortalecer a luta coletiva e agir contra os avanços do agronegócio, bem como de garantir o atendimento às necessidades específicas de cada coletivo (SANTOS, C., 2023, p. 105).

Diante de um contexto de desumanização, as memórias dos quase 25 anos da Educação do Campo e dos quase 15 anos do Comeces nos apontam para resistências coletivas e tentativas de desconstrução desse não lugar da classe trabalhadora do campo (ARROYO, 2020) e os desafios dos novos tempos.

3.1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO FRENTE AO CONTEXTO AGRÁRIO DO PAÍS

Diante do contexto agrário abordado, em que o campo se configura como território de disputa, o que se evidencia é a expansão do agronegócio; a concentração fundiária que ameaça as pequenas propriedades, promovendo a destruição de sua cultura; a falta de condições básicas de sobrevivência e a precariedade da educação, o que resulta na expulsão das famílias e, conseqüentemente, no fechamento das escolas do campo (FERREIRA, M., 2015).

Nesse cenário de negação de direitos, temos que lutar contra o fechamento de escolas do campo, num contexto em que os baixos índices de escolarização,

seguidos dos elevados índices de analfabetismo³⁹ da população jovem e adulta que vive no campo nos desafiam cotidianamente – contradições evidenciadas no território camponês, desde a educação infantil.

No que se refere ao acesso aos processos de escolarização da população jovem, adulta e idosa no campo, Maria Margarida Machado (2020) nos apresenta dados indicando a falta de equidade entre cidade e campo. Segundo a autora, de acordo com relatório da Unesco, publicado em 2018, “[...] em 2010-2015, para cada 75 adolescentes de áreas rurais que concluíram o primeiro nível da educação secundária, 100 adolescentes urbanos o fizeram” (MACHADO, 2020, p. 225). Conforme a autora, os desafios no âmbito da EJA são mais aguçados no campo, como resultado de uma ordem injusta e da intolerância da classe dominante para com a classe trabalhadora.

A subalternidade com que é tratada a escolarização na modalidade EJA nos remete ao processo de desumanização que, mesmo como fato da história, não é, porém, destino dado. Segundo Paulo Freire (1975, p. 30, grifo do autor),

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do **ser mais**. É distorção possível na história, mas não vocação histórica.

No marco das comemorações do Centenário de Paulo Freire, marcado por uma crise sanitária sem precedentes, provocada pela pandemia de Covid-19, ainda tivemos que conviver com discursos e práticas negacionistas e genocidas do Presidente e seus seguidores. São tempos que nos provocam a pensar que, mais do que nunca, precisamos resgatar valores, princípios para os quais Paulo Freire sempre nos alertou.

Mais do que nunca, reconhecemos a importância da pedagogia que vem dos oprimidos, na perspectiva de superar a brutalidade em que vivemos. Sabemos que a negação da humanidade do outro é constitutiva do capitalismo, o que nos ajuda a compreender os frequentes ataques a Paulo Freire, por ele ter pensado uma pedagogia que elevasse os homens a uma consciência de classe. Como ele mesmo

³⁹ Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), no ES, em 2015, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade que residiam no campo era de 10.81% da população rural.

esclarece na sua obra “Educação como prática da liberdade”, escrita durante seu exílio, em Santiago/Chile, na primavera de 1965,

Nunca pensou, contudo, o Autor, ingenuamente, que a defesa e a prática de uma educação assim, que respeitasse no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito, pudesse ser aceita por aquelas forças, cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira. Na manutenção dessa alienação. Daí que coerentemente se arregimentassem – usando todas as armas contra qualquer tentativa de aclaramento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, essas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como ‘perigosa subversão’, como ‘massificação’, como ‘lavagem cerebral’ [...] (FREIRE, 1971, p. 36-37).

Contudo, como exercer uma educação humanizadora nesse contexto desumano de negacionismo, que não deixa de ser uma forma de consciência intransitiva, em que impera a insensibilidade dos governos com os prejuízos da pandemia e os oportunismos e interesses das corporações privadas de ensino?

No atual contexto, o que temos vivenciado é o constante assédio à educação básica, pressionada por empresas privadas, transformando a educação em mercadoria (FREITAS, L., 2015) e eliminando o caráter público, em que os mais prejudicados são os filhos e filhas da classe trabalhadora, do campo e da cidade. No campo, a desigualdade ainda é maior em termos de acesso, ao considerar que muitos locais nem o sinal de telefone possuem, mesmo que busquem mecanismos por meio de televisão e material impresso, o que acentua a precarização do ensino, de forma descontextualizada e com a minimização do trabalho educativo a mera transferência de conteúdo. Consideramos, ainda, as dificuldades das famílias para orientar e acompanhar as atividades dos estudantes no ensino remoto.

No Espírito Santo, seguindo essa lógica perversa que obrigou a classe trabalhadora cada vez mais a se expor à pandemia de Covid-19, a Secretaria de Educação, articulada com a Secretaria de Saúde (Port. Sedu/Sesa Nº 06-R, de 21/07/2021), delimita o retorno obrigatório às aulas presenciais, contrariando a indicação de distanciamento social. Conforme o Artigo 1º da referida Portaria, “FICAM SUSPENSAS todas as restrições sanitárias que subsidiavam a decisão da não-obrigatoriedade do ensino presencial de alunos sem comorbidades ou deficiências” (ESPÍRITO SANTO, 2021). A reflexão que fazemos é de que esse retorno imediato

está ligado aos resultados⁴⁰ de avaliação diagnóstica apresentados na época, nos quais se evidencia a queda na aprendizagem. Tais medidas desconsideram que as consequências da pandemia podem gerar condições psicológicas que impedem o aprendizado.

Diante desse contexto, procuramos compreender o depoimento da militante do MPA, citado anteriormente, a partir do que Freire (2001) nos revela sobre a compreensão da chamada “evasão”, fazendo-nos recusar esse conceito e compreender que as questões estruturais da sociedade é que expulsam esses sujeitos da escola.

Assim, ancoradas no pensamento de Paulo Freire, procuramos refletir sobre as demandas dos sujeitos camponeses, que nos desafiam constantemente a buscar os elementos contraditórios para o enfrentamento dessa realidade desumana que somos chamadas a transformar.

Paulo Freire nos revela que o mundo não é, ele está sendo, e não precisa ser tão desigual e desumano, chamando-nos, enquanto educadoras e educadores, para o compromisso ético e humano de transformá-lo, pois não há neutralidade no ato de ensinar. Mesmo quando não nos posicionamos, estamos contribuindo para a manutenção do que está colocado, hegemonicamente, pela classe dominante (FREIRE, 1975). Nesse sentido, ele nos faz compreender sobre o papel político da educação,

[...] uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro (FREIRE, 1971, p. 90).

Nesse desvelamento, num contexto em que existem 70 milhões de pessoas, de 19 anos ou mais, que não concluíram a Educação Básica, dentre elas 9,56 milhões de 15 anos ou mais que sequer aprenderam a ler e a escrever, no Brasil, em 2022 (PNAD Contínua, 2023), mesmo com todas as lutas dos sujeitos coletivos, ainda se fecham escolas. Para Paulo Freire (1971, p. 94), “[...] o problema [transcende] a superação do analfabetismo e se situa na necessidade de superarmos também a nossa

⁴⁰ Dados revelados pelo Secretário de Educação, em entrevista ao Jornal A Gazeta, no dia 13/07/2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/pandemia-piorou-todos-os-indices-de-educacao-da-rede-estadual-no-es-0721>. Acesso em 25 jul. 2021.

inexperiência democrática. Ou tentarmos simultaneamente as duas coisas”. O autor considera que “[...] o analfabetismo não é nem uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas **uma das expressões concretas de uma realidade injusta** (FREIRE, 1977, p. 15-16, grifo nosso).

Paulo Freire (1975, p. 57), ao denunciar a humanidade negada na injustiça, na opressão, na violência que fere a “[...] ontológica e histórica vocação do homem – a de ser mais” –, também nos provoca, enquanto militantes, sobre o nosso papel de, juntos a esses sujeitos, transcender a superação do analfabetismo.

A atualidade do pensamento de Paulo Freire nos ajuda a compreender a necessidade de lutar contra a reforma empresarial coordenada pelo Movimento Todos pela Educação (FREITAS, L., 2012), que busca subordinar as escolas às exigências do mercado, como parte do projeto latifundista e agroexportador do país. Esse projeto é responsável pela desigualdade histórica no atendimento dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, território no qual se encontra a maior precariedade das escolas.

Segundo levantamento⁴¹ feito pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz), em 2019, 3.574 escolas não tinham água e 4.166 não tinham energia. Os contratos de trabalho eram os mais precários, sendo que 121.493 educadores e educadoras atuavam sem formação inicial.

Contraditória e simultaneamente às políticas de fortalecimento da Educação do Campo nos últimos anos, a prática de fechamento de escolas do campo foi se ampliando e atingindo todos os estados, conforme apresentado na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Escolas extintas no Brasil no período de 2018-2020

Total de Escolas Extintas - Perímetro Rural			
Unidade da Federação	2018	2020	Entre 2000 e 2020
Acre	155	15	1.203
Alagoas	308	23	1.658
Amapá	2	3	368
Amazonas	104	26	2.165
Bahia	2.829	1.769	15.363

⁴¹ Dados disponibilizados pelo Prof. Salomão Hage, da Universidade Federal do Amazonas, durante sua exposição, na reunião virtual da Frente das Escolas do Campo do ES, realizada no dia 17 de março de 2021.

Ceará	362	440	8.758
Distrito Federal	-	-	8
Espírito Santo	162	22	2.231
Goiás	121	28	2.062
Maranhão	302	199	7.063
Mato Grosso	14	32	3.824
Mato Grosso do Sul	3	3	151
Minas Gerais	120	122	10.039
Pará	369	281	6.752
Paraíba	376	193	3.526
Paraná	162	18	4.365
Pernambuco	793	225	3.736
Piauí	753	122	4.023
Rio de Janeiro	13	15	804
Rio Grande do Norte	60	64	1.843
Rio Grande do Sul	71	127	7.249
Rondônia	65	18	1.944
Roraima	3	-	1.642
Santa Catarina	120	72	4.916
São Paulo	9	35	1.926
Sergipe	55	30	1.251
Tocantins	161	172	2.091
TOTAL	7.492	4.054	100.961

Fonte: Geperuaz – ICED/UFPA INEP/ C.E. 2020, adaptados pela autora.

O constante fechamento de escolas, em sua maioria, é resultado da expansão do agronegócio, em que as áreas rurais estão sendo engolidas pela concentração fundiária, conforme viemos discutindo anteriormente. Esse fato delimita que ter acesso à terra é a primeira condição para o camponês permanecer onde está e ali poder estudar e levar os filhos para a escola.

Nessa acepção, França (2022, p. 310) demarca que

É crucial estarmos cientes que, para o enfrentamento do capital, da crise civilizatória e da expropriação dos bens da natureza, é necessário que toda a classe trabalhadora assimile o momento atual da questão agrária e contribua com a construção e o fortalecimento da Reforma Agrária Popular.

Nesse sentido, partindo do entendimento de que a burguesia possui seu projeto de educação, nós, enquanto classe trabalhadora, precisamos nos contrapor e articular coletivamente nosso projeto educativo, que garanta a formação dos sujeitos nas diferentes dimensões humanas, numa perspectiva de libertação e transformação. Esse projeto que vem sendo fermentado evidencia a necessidade de construirmos

unidade em torno de uma educação pública e popular e de um projeto de país que supere o atual estágio de desigualdade.

Nesse intento, tomamos a dialética freireana, que nos permite compreender, a partir da práxis humana, a unidade indissolúvel entre a ação e a reflexão sobre o mundo (FREIRE, 1980), para denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Destacamos a importância do diálogo, “[...] entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos [...] o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 64), como um dos principais fundamentos nesse processo de produção de saberes, que permite que as soluções para os problemas sejam construídas conjuntamente, o que possibilita a problematização dos próprios saberes e sua relação com a realidade.

A partir dessa compreensão, a escola, o movimento, constituem-se espaços privilegiados para esse diálogo, na perspectiva de entendermos e reafirmarmos o papel da educação nesse processo.

Reconhecidamente, as contribuições de Freire são fundamentais para se pensarem as aproximações da Educação Popular com a Educação do Campo e compreender a cultura enquanto “[...] aquisição sistemática da experiência humana” (FREIRE, 1971, p. 109) e sua relação direta com o que se ensina e se aprende. Nesse sentido Freire (*apud* SÃO PAULO, 1989) nos alerta:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história.

Dessa forma, para a classe trabalhadora do campo, interessa uma educação voltada para o seu modo de produção, que considere o seu jeito de fazer agricultura, na perspectiva da sua emancipação, considerando a ligação estrutural entre trabalho, cultura e formação da consciência (PIZETTA, 1999).

Ainda temos muitos desafios para a concretização desse projeto de escolarização da classe trabalhadora do campo na perspectiva de que as pessoas possam continuar os seus estudos na própria comunidade e não perder o vínculo com a terra, com o campo. Para tanto, demanda que as questões que estão diretamente imbricadas às

dificuldades de acesso, permanência e continuidade da educação escolar sejam problematizadas.

Dessa maneira, faz-se necessário que as escolas sejam reabertas, ampliadas e que contemplem as características socioculturais da classe trabalhadora. Que consolidem uma educação crítica, democrática e popular que propicie uma elevação da consciência dos oprimidos para que, de fato, esses sujeitos atuem como seres humanos livres e conscientes de seu papel na sociedade, compreendendo a educação como possibilidade de emancipação humana e de “prática da liberdade” (FREIRE, 1977).

Paulo Freire nos ajuda a pensar na educação do camponês e na sua vida simples que, assim como o girassol, levanta-se com o nascer do sol e com ele se deita, observa a lua para plantar a semente, sem se esquecer de regar a terra e dividir o fruto da sua sementeira. Ele nos desafia a continuar lutando por políticas públicas a partir do “saber da experiência feito” (FREIRE, 1975), para fazer frente à lógica do capital, ampliar o espaço de vivência socialista, cuja matriz é a formação humana, a luta social, a organização coletiva, a solidariedade.

Florestan Fernandes (1975) dirá que as transformações e os dilemas vividos hoje referentes à intolerância da classe dominante para com a classe trabalhadora fazem parte de uma estratégia. Segundo o autor,

[...] dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (FERNANDES, F., 1975, p. 223).

Na concepção de Florestan Fernandes (2020, p. 354), a educação é um problema social e, inserida numa perspectiva democrática mais ampla, é capaz de contribuir com o crescimento econômico, fazer avançar o progresso tecnológico e acelerar as mudanças sociais.

Ancoradas nessas referências, passamos a refletir sobre os processos de luta por uma Educação do Campo.

3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DISPUTA

Partimos da compreensão de que as mudanças sociais precisam ser forjadas pelo povo. Nesse sentido, a mudança na educação é indissociável da ação política e da luta de classe, considerando que o trabalhador “[...] precisa de uma educação que o transforme em alguém capaz de manter uma posição ofensiva nas relações de classe” (FERNANDES, F., 2020, p. 29). Conforme as ideias desse autor, uma escola que as trabalhadoras e os trabalhadores possam ocupar e que lhes possibilite a ampliação da consciência, “[...] como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista de poder. [Uma] educação para promover a descolonização, a revolução nacional, a revolução democrática que a República autocrática burguesa bloqueou e mistificou” (FERNANDES, F., 2020, p. 29), que tenha como objetivo último “[...] inventar e reinventar uma civilização sem barbárie” (FERNANDES, F., 2020, p. 383).

Ricardo Scopel Velho (2016, p. 15-17) buscou, em sua tese de doutorado, o entendimento de Florestan Fernandes a respeito do papel da educação no interior da estratégia socialista, considerando a capacidade desse autor de questionar seu tempo histórico.

O momento exige uma retomada das capacidades de crítica e autocrítica por parte dos instrumentos organizativos dos trabalhadores, incluída, aqui, a produção do conhecimento. [...] No caso brasileiro, Florestan Fernandes é um dos autores que almeja superar o capitalismo. Posiciona-se de maneira diferente de outros pesquisadores sobre o tema educacional. Grande parte da produção dos demais está ligada a seu cotidiano imediato; ou, dizendo de outra maneira, do que é possível de se realizar “dentro da ordem” existente, destoando de Fernandes. Ao estudar o tema da revolução burguesa de forma contundente, como processo social amplo, e, de forma específica, a educação em suas diferentes expressões, o sociólogo paulista é alçado ao rol dos intelectuais que analisam o tema a partir de uma formulação de estratégia político-revolucionária.

Assim, para compreender as transformações e os dilemas vividos hoje, a continuidade que une a mercantilização da educação do presente ao período ditatorial, também de profunda regressão social, e a educação que perpassa a nossa condição capitalista dependente, as análises sobre a força de dominação da classe burguesa brasileira ganham atualidade. Segundo Florestan Fernandes (2020), precisamos de uma consciência crítica e negadora do passado, combinada com uma consciência crítica e afirmadora do futuro.

Nesse sentido, Roberto Leher⁴² (2021), ao refletir sobre a pergunta feita por Marx sobre por que os que vivem do próprio trabalho (a classe trabalhadora) são governados pela burguesia e o que se passa no capitalismo, em que um grupo tão pequeno segue dirigindo a sociedade, aduz que “[...] passa pela consciência de ser trabalhador, uma consciência de classe, uma consciência que leve à ação e à transformação do mundo”. Chama atenção que a forma de trabalho alienado não ajuda a formação da consciência. Para esse autor, precisamos ter consciência de classe, pois, para superar a alienação, é necessário forjar, nas lutas, nas ocupações, nos grupos de estudo, a compreensão de que somos classe trabalhadora.

O que vivenciamos na pandemia de Covid-19 reforça marcas profundas, dentre elas o desmonte da educação pública, sustentado por uma base mercadológica legitimada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que viabiliza a atuação de consultorias, empresas de avaliação e produção de material didático e midiático, num processo que, de acordo com Luiz Carlos de Freitas (2015), tem como foco o mercado.

Com a eleição do Presidente Lula, em 2022, fruto de uma ampla frente de mobilização, festejamos uma vitória política importante, resultado da junção de todas as forças sociais progressistas do nosso país, derrotando nas urnas os neofacistas⁴³, o autoritarismo, abrindo as portas para um novo cenário de luta democrática. Contudo, conforme debate colocado no processo de transição, o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), ao convocar a sociedade a pautar a agenda política do Governo Lula, reconhece

[...] a necessidade urgente de revogação de todos os entulhos golpistas, neoliberais e bolsonaristas na educação, tais como: a Emenda Constitucional do Teto de Gastos; a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; a Reforma do Ensino Médio; a Base Nacional Comum da Formação de Professores - BNC Formação e a matriz nacional das competências dos diretores das escolas. Todas elas inviabilizam o imprescindível investimento do Governo Federal para o enfrentamento das desigualdades educacionais que se naturalizaram no Brasil, nos últimos anos. Inviabilizam, igualmente, a afirmação dos princípios democráticos da educação pública, assegurados na Constituição Federal e as especificidades da Educação do Campo, reconhecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e no

⁴² Reflexões do autor durante uma aula do curso Paulo Freire: o Educador do Povo, que tratou do tema “O papel da educação na transformação social”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3wYUTAmwpU&t=418s>. Acesso em: 13 mar. 2023.

⁴³ De acordo com Roberto Leher (2021), “[...] a direita no Brasil tem concepções fortemente ancoradas em experiências anteriores, ainda que não numa relação linear e direta, do fascismo, por isso estamos denominando neofascismo”.

Decreto n.º 7.352/2010 – Decreto da Educação do Campo e do Pronera (FONEC, 2022).

Em Nota Pública intitulada “Agendas impostas por fundações privadas e nomeação de Secretária de Educação Básica, no MEC, são flagrantes os desrespeitos ao direito à educação e aos profissionais da área. Não toleraremos!”, publicada no “Blog do Freitas”⁴⁴, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reitera o compromisso com a democracia e demonstra preocupação com a nova composição do MEC e pela agenda instalada. Segundo a CNTE,

Entre os problemas que envolvem as nomeações no MEC, está a titular da Secretaria de Educação Básica, que até recentemente comandou a pasta educacional de Manaus - AM, sob a gestão do Prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB). Lá a gestão da então secretária foi marcada por agressões pessoais aos profissionais da educação manauaras – chamando sua organização de criminosa –, sem contar os indícios de irregularidades na gestão do Fundo da Educação Básica – FUNDEB e as manobras para melhorar o ranqueamento do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, tendo promovido, segundo informações prestadas por profissionais da rede municipal, o fechamento de turmas noturnas dos anos finais do ensino fundamental que atendiam trabalhadores/as das periferias da cidade.

Por entender que estamos perdendo direitos historicamente adquiridos, colocamo-nos coletivamente ao lado do povo, na luta por uma educação pública, laica, libertadora e de qualidade social para todas e todos, compreendendo o papel do Estado, no sentido gramsciano de inter-relação entre a sociedade civil e a sociedade política (GRAMSCI, 2021) rumo a uma sociedade livre de toda forma de preconceito, opressão e injustiça.

Assim, a Educação do Campo, que nasce protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações, como reação e oposição às fortes consequências da expropriação, tem a questão agrária⁴⁵ como centralidade para compreender os modelos de desenvolvimento do campo em disputa, como parte maior do atrito de projetos societários distintos entre a classe trabalhadora e a capitalista.

Nesse sentido, não é possível pensar a Educação do Campo fora da contradição capital/trabalho, expressa na agricultura capitalista, cuja lógica produtiva tem como

⁴⁴ Avaliação Educacional – Blog do Freitas. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2023/01/nota_cnte_12012023.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2023.

⁴⁵ “O termo *questão agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra” (STÉDILE, 2012, p. 693).

base a produção em escala, o lucro, a monocultura, a utilização de insumos e agrotóxicos (CALDART, 2013).

A partir dessa compreensão, percebe-se o imbricamento da Educação do Campo com a Educação Popular, de mesma origem, qual seja, no movimento contra-hegemônico, e de resistência ao modo de produção capitalista. Ambas trazem na sua história as marcas de luta dos movimentos sociais e representam uma dívida social que nos remete a uma questão de reparação de direitos historicamente negados às camadas populares de nosso país (PALUDO, 2013).

Assim, a Educação Popular se constitui como uma teoria da educação que parte da concretude da vida e requer o protagonismo dos sujeitos no sentido da problematização e curiosidade epistemológica (FREIRE, 1995). Reconhecidamente, as contribuições de Paulo Freire são fundamentais para se pensarem as aproximações da Educação Popular com a Educação do Campo e compreender a cultura enquanto “[...] aquisição sistemática da experiência humana” (FREIRE, 1971, p. 110) e sua relação direta com o que se ensina e se aprende.

Nessa formulação, Clarice Aparecida dos Santos (2009, p. 40) nos dirá que o “[...] ressurgimento da questão da educação dos camponeses [no] cenário político-educacional brasileiro, [se dá por] aquelas condições construídas, há pelo menos três décadas, pelas mais variadas experiências de Educação popular”. Conforme Clarice Santos (2020, p. 203),

O pacto político nacional, representativo do momento daquela consciência e materializado na Constituição de 1988, instituiu, no seu artigo 205, a educação como “direito de todos, dever do Estado, da família e da sociedade” nesse sentido, os movimentos sociais e sindicais populares do campo, representativos de uma parcela da população do campo, interpretam o significado dessa cláusula como abertura da esfera pública para posicionar-se no cenário político com a força de uma exigência historicamente não reconhecida: o direito à educação como direito de todos os que vivem no campo, na sua diversidade tendo como dever do Estado assegurar o seu cumprimento.

A autora assevera sobre a importância do protagonismo dos movimentos sociais na construção das políticas de educação do campo no Brasil. Nessa perspectiva, a prática educativa, tanto na escola como nos espaços não formais (sindicatos, movimentos, partidos, dentre outros), é compreendida como formadora e orientada para a transformação da sociedade.

Nessa seara, Salomão Antônio Mufarrej Hage, Iranete Maria da Silva Lima e Dileno Dustan Lucas de Souza (2017, p. 1-2) nos trazem referências importantes para a debate sobre a escola do campo, que vem sendo construída por movimentos sociais e sindicais do campo, mobilizados em âmbito nacional desde o final dos anos 1990 e reconhecido como Movimento de Educação do Campo.

Esse Movimento se constitui e se fortalece com o entendimento de que não há como avançar em uma luta social complexa como a luta pela Reforma Agrária [Popular] no Brasil, sem que seus integrantes se dediquem à própria formação, sem que se disponham a aprender e conhecer em profundidade e com rigor a realidade do país que gera a exclusão dos sujeitos à terra, e faz da questão agrária uma das questões estruturalmente responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade no país.

Assim, trata-se de uma escola do campo, que está sendo construída pelos movimentos sociais como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária Popular. Segundo esses autores, essa escola está

[...] vinculada com a formação humana dos sujeitos do campo e que considera as condições concretas de intensificação da luta de classes no Campo brasileiro, com a expansão do agronegócio e a resistência dos camponeses e camponesas aos processos de desterritorialização, impostos por essa expansão (HAGE; LIMA; SOUZA, 2017, p. 1).

Caldart (2008, 2013) corrobora essa assertiva da não desvinculação da Educação do Campo da Política Pública e do Campo, enquanto território de disputa, tampouco da impossibilidade de pensar a Educação do Campo fora da contradição capital e trabalho. Para essa autora, a centralidade da questão agrária é necessária para compreender os modelos de desenvolvimento do campo em disputa, como parte maior da disputa de projetos societários distintos entre a classe trabalhadora e a capitalista.

Josimara Pezzin (2007, p 37-38) nos ajuda a compreender a importância do Movimento Social para o campesinato brasileiro, ao resgatar o papel de suas trajetórias no campo sociopolítico, como “[...] elementos constituidores da cidadania política dos brasileiros”. Para essa autora,

[...] as lutas camponesas na historiografia brasileira, por mais que não tivessem projetos políticos ou ideológicos claros, não podem ser menosprezadas, uma vez que são redutos das lutas de resistência às oligarquias rurais e sempre (re)colocam a questão agrária nos embates travados pelo poder em nosso país (PEZZIN, 2007, p. 37-38).

Para Pezzin (2007, p. 64), o MST, desde sua origem, vem fomentando discussões para a efetivação de políticas públicas que consolidem uma proposta de educação do

campo e que, “[...] embora quantitativamente pequena, a experiência educacional dos Sem Terra representa uma possibilidade concreta de reverter a marginalidade a que está submetida hoje a educação do campo em nosso país”. Esse reconhecimento do vínculo entre a realidade social e o ensino, que se constituiu como basilar na educação do campo, é o que nos desafia ainda hoje.

É a partir da compreensão dessas contradições que, no final dos anos 1990, educadoras e educadores do MST, como parte da classe trabalhadora, organizados, indignados diante das misérias e das injustiças que destroem a Nação e aumentam a exclusão social, refletem e compartilham “[...] o sonho da construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro” (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 90).

As reflexões dessa “rebeldia organizada” (durante o 1º Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária) foi o fermento para o que veio a se materializar, no ano de 1998, como início do Movimento de Educação do Campo, a partir da realização da I Conferência Nacional por uma Escola do Campo. Uma das ideias força desse movimento foi traduzida por Caldart (2003, p. 61), no texto de referência dessa Conferência:

Existe uma nova prática de Escola que está sendo gestada neste movimento. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento de construção das escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história.

Essa concepção de educação nos remete a compreender o Movimento da Educação do Campo, fundamentado na concepção de educação como instrumento para a realização da luta histórica dos trabalhadores, com vistas à sua emancipação (MARX; ENGELS, 1978). Desse modo, pensar a educação do campo é pensá-la desde as lutas do campo brasileiro e a sua relação com a Política Pública, como afirma Caldart (2008, 2013).

Nessa compreensão, refletir sobre o contexto atual das lutas por uma Educação do Campo requer a reflexão sobre o Movimento de Educação do Campo no âmbito das lutas históricas do campesinato. Indo por esse caminho, precisamos reconhecer a importância da Ligas Camponesas e a sua contribuição na criação de uma consciência nacional de classe e em favor da Reforma Agrária.

De acordo com Clodomir Santos de Moraes (1997, p. 12), em 1945, “[...] o retorno do país ao regime de garantias democráticas [...] propiciou uma grande mobilização de massas camponesas [fortalecida] pelo Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais”. Surgem nessa época as Ligas Camponesas, como uma forma de organização dos trabalhadores agrícolas em função das dificuldades existentes em relação ao sindicalismo rural.

Ainda segundo Moraes (1997, p. 12), até 1963, no Brasil, “[...] existia *de juri* uma relativa liberdade sindical [...] e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários”. Assim, as Ligas Camponesas se constituíam como “[...] organizações apêndices da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista”. Preponderavam operários urbanos entre os dirigentes intermediários do partido e não havia nenhuma liderança camponesa significativa, o que produzia uma profunda dependência política dos camponeses, “[...] especialmente pela pouca influência ideológica do campesinato nas teses programáticas do movimento agrário” (MORAIS, 1997, p. 14).

Mais tarde, as Ligas Camponesas se fortalecem a partir de uma estrutura e circunscrição regional, e não mais locais, como forma de se preservarem das fortes investidas, vindo o Conselho Regional das Ligas Camponesas a exercer importante papel na expansão do movimento camponês.

Moraes (1997, p. 22) identifica, nessa época, a precarização do trabalho agrícola, fato que se perpetua na atualidade:

[...] na área que surgiram as Ligas Camponesas misturavam-se e confundiam-se dois tipos de exploração agrícola: a capitalista [a plantação] e a pré-capitalista [o latifúndio social]. E também por isso, misturavam-se e confundiam-se os dois grandes ramos dos explorados: os assalariados agrícolas (operários rurais) e os camponeses (“artesãos do campo”). Em meio desses extratos milhares de semi-operários que de acordo com o regime das safras, ora trabalhavam como assalariados da “plantação” ora como camponeses em seus pedaços de terra.

A expansão do assalariamento rural se dá em função dos processos de modernização da agricultura, que ocorre de meados do século XIX a meados do século XX (ALENTEJANO, 2012b). Conforme esse autor, é nesse período de lutas dos trabalhadores rurais que é criado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

Maria do Socorro Silva (2006, p. 73) nos dirá de “[...] três grandes organizações camponesas que deram uma outra fisionomia ao debate e às lutas dos camponeses (as) no País”, no período de 1954 a 1964:

[A] União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) criada em São Paulo em 1954 que reivindicava o direito a organização dos trabalhadores rurais em associações e sindicatos, o direito de greve, a reforma agrária, previdência social, adoção de medidas de apoio a produção etc., sendo a primeira experiência na perspectiva sindical no campo brasileiro; As Ligas Camponesas, criadas em 1955 em Pernambuco, inicialmente contra o pagamento do foro aos donos de Engenho, e posteriormente, se tornando um movimento de luta pela Reforma Agrária que se espalhou por vários Estados do Nordeste. A partir das Ligas os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação, resistência na terra e mobilizações. As ligas utilizavam diferentes estratégias para organizar e formar os trabalhadores: conversas na feira, na missa, nos locais de trabalho, boletins, cordéis, etc..., e dentre as reivindicações das Ligas a escola já aparecia como um direito importante para os trabalhadores (as) do campo; Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) surgiu no Rio Grande do Sul em 1950, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros, inovava com relação às formas de luta, pois executava a ocupação de terras, formando acampamentos e organizando estratégias de defesa, dentro das terras dos latifundiários, em áreas previamente escolhidas.

Flávia Braga Vieira (2012) nos remete à Via Campesina, criada em 1992, em resposta ao processo de globalização enquanto “fortalecimento do poder de dominação do capital”. Caberia à sociedade civil internacional uma globalização “desde baixo”.

Seguindo esta interpretação de que a globalização não é o enfraquecimento dos Estados nacionais e sim o fortalecimento do poder de dominação do capital por meio de diferentes mecanismos, aparece a caracterização de um movimento de resistência às novas formas de exploração e dominação. São as experiências dos movimentos antiglobalização, os fóruns sociais mundiais, as redes de protesto nos encontros da Organização Mundial do Comércio (OMC) (VIEIRA, 2012, p. 190).

De acordo com a autora, nesse contexto de lutas antiglobalização, surge a Via Campesina como resposta a uma crescente mercantilização e internacionalização da agricultura.

[A] articulação internacional de camponeses, [...] assumiu a vanguarda de uma série de campanhas e protestos globais nas últimas duas décadas e vem se consolidando como uma das principais vozes dentro da chamada globalização “desde baixo” [...] (VIEIRA, 2012, p. 191).

A Via Campesina “[...] tornou-se a mais conhecida articulação mundial de organizações na luta pelo desenvolvimento da agricultura camponesa” (FERNANDES, B., 2012, p. 765), o que tem possibilitado mobilizações conjuntas, ampliando a resistência às políticas neoliberais e ao avanço do agronegócio no campo.

Nessa acepção, faz-se necessário pensar que projeto de campo queremos e, a partir do desvelamento das contradições identificadas no modelo atual, especialmente no que se refere ao modo de produção agrícola, pensar um projeto alternativo para o campo cuja centralidade esteja na humanização dos sujeitos, na produção de vida, na sustentabilidade do planeta. Ante essa realidade desigual, a concepção dialética nos ajuda a compreender que é de fundamental importância conhecer a dinâmica das contradições inerentes aos fenômenos, especialmente no que essas contradições podem provocar de transformações e analisá-las na perspectiva de resolver tais contradições (TSE-TUNG, 2009). Nesse desvendamento, a categoria da contradição se faz necessária quando pensada a partir de outra racionalidade, ou seja, da compreensão da necessidade de contrapor a lógica explícita nas políticas compensatórias que desconsideram os mecanismos estruturais que originam a pobreza. Políticas essas que funcionam apenas para atenuá-la, mantendo sua (re)produção sob controle.

Conforme Caldart (2010), existe um consenso entre os movimentos sociais que integram a Via Campesina acerca de alguns aspectos para um projeto alternativo de desenvolvimento do campo, que são:

[...] soberania alimentar como princípio organizador da agricultura, a democratização da terra, recolocando a reforma agrária em pauta, uma nova matriz produtiva e tecnológica, com base na agroecologia e uma nova lógica organizativa da produção, tendo por base a cooperação (CALDART, 2010, p. 233).

De acordo com a autora, a soberania alimentar estaria atrelada ao sentido de poder decidir sobre sua produção, destinada a alimentar a população, além da distribuição de terra para produção de alimentos e uma matriz produtiva e tecnológica que preserve a biodiversidade, que proteja e valorize os saberes do povo (CALDART, 2010). Nesse sentido, o diálogo de Freire⁴⁶ (MST/ANCA, 2002) com educadoras e educadores do MST corrobora as ideias apontadas por Caldart, quando este considera a alimentação como um dos problemas que a Reforma Agrária teria que enfrentar. Para Freire (1971), a prática educativa precisaria cumprir seu papel de viabilizar os conhecimentos em torno dessa problemática.

⁴⁶ Conforme os autores, esse “[...] texto é uma transcrição do depoimento de Paulo Freire, que foi gravado em vídeo para os educadores e educadoras do MST em novembro de 1996” (MST/ANCA, 2002, p. 38).

Na perspectiva apontada por Miguel Arroyo (2020, p. 18-19), ao prefaciá-lo o Dossiê Educação do Campo, “[...] o campo sempre foi e continua sendo espaço das tensões entre desumanização-humanização”. Segue afirmando que os documentos desse referido Dossiê revelam que existem processos de resistência. Segundo ele,

[...] os movimentos sociais nos campos não se têm limitado a exigir Educação do Campo como direito e não esmola, seu mérito é mais radical: denunciar o paradigma pedagógico hegemônico que os segregou, inferiorizou como inumanos, como não educáveis, não humanizáveis. [...] desconstruir esse paradigma segregador de inferioridade, de carência originária de humanidade, vem sendo um dos méritos políticos, éticos, pedagógicos dos 20 anos de Educação do e no Campo (ARROYO, 2020, p. 21).

Considera ainda o autor que todas as memórias desses 20 anos revelam a radicalidade do pensamento pedagógico da Educação do Campo.

Desvelar esses elementos da luta história, dessa disputa de projetos societários nos ajuda a compreender o campo da Educação do Campo no ES e refletir acerca do papel do Comeces no fortalecimento desse movimento no território capixaba.

3.3 O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ES

Diante do contexto analisado até aqui, caracterizado pelo avanço do capitalismo no campo, observa-se também o processo de desestruturação histórica das comunidades camponesas. De acordo com Derli Casali (2008), são muitos os campos da educação do campo e estão demarcados pelas cercas do agronegócio, em que a terra é dos negócios e não do povo que nela produz sua existência, seus alimentos. Segundo Casali (2008, p. 142), são campos que “[...] não têm escolas, não têm festas, não têm biodiversidade, não têm sentimento, não têm a manifestação da terra porque fizeram dela o negócio do agronegócio [...] não são cultivados valores, nem sementes crioulas, nem seres humanos”.

O Espírito Santo, que até os anos 1950 era um estado rural, sem grande massa urbana, tem o seu processo de modernização acelerado no governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970), primeiro governo do período militar (RAINHA, 2012).

Gilsa Helena Barcellos e Simone Batista Ferreira (2007, p. 20) salientam que “[...] as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcantes para a história ambiental do Espírito Santo”. Segundo elas,

Foi no auge do discurso desenvolvimentista da Ditadura Militar, que a empresa Aracruz Florestal S.A. foi implantada no Espírito Santo, em 1967, e se instalou no norte do Estado, sobre as terras dos povos indígenas Tupiniquim e Guarani. Em 1975, o território indígena de 40.000ha já se encontrava devastado e prestes a ser transfigurado numa extensa monocultura de eucalipto pelo empreendimento agroflorestal de grande porte e pioneiro no Brasil (BARCELLOS; FERREIRA, 2007, p. 13).

As autoras caracterizam a chegada da empresa ao ES como

[...] devastadora para as populações locais: de 40 aldeias indígenas, hoje, só restam sete. De acordo com informações quilombolas, das 100 comunidades que existiam na região norte do Espírito Santo, compostas por cerca de 10.000 famílias, restam em torno de 1.200 famílias, distribuídas entre aproximadamente 32 e 37 comunidades, cercadas pelo eucalipto e pela cana-de-açúcar para a produção de álcool (BARCELLOS; FERREIRA, 2007, p. 14).

E concluem que “[...] além da perda do território, essas populações tiveram que conviver [...] com perdas culturais e ambientais, que geraram um alto grau de desorganização social e identitária” (BARCELLOS; FERREIRA, 2007, p. 14 -15).

Consideramos importante para compreensão do contexto agrário no ES as reflexões do economista Helder Gomes⁴⁷ (2021, *apud* TAVEIRA, 2021), acerca da dependência da economia capixaba, ao afirmar que tivemos no nosso estado

[...] um processo de colonização interrompido, isso deixou a gente muito para trás no processo de colonização. E, depois, o processo de descolonização foi muito atrapalhado. Se a gente pensar que no início do anos 1960 tínhamos mais de 70% da população capixaba trabalhando na roça, percebemos um processo muito lento e recente de urbanização que dá uma característica peculiar a isso aqui. E aqui ainda se manifesta muito mais explicitamente, a meu ver, essas relações arcaicas que permaneceram em paralelo ao processo de modernização à brasileira.

Tal compreensão coaduna com reflexões feitas anteriormente acerca do capitalismo dependente (FERNANDES, F., 1975; OLIVEIRA, F., 2013), ajudando-nos a compreender esse processo violento de desterritorialização das populações camponesas.

Assim, o campo da educação do campo do ES é disputado por dois projetos políticos distintos: o projeto do agronegócio e o plano camponês. O projeto do agronegócio é representado no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (Pedeag), que “[...] delimita um projeto de educação voltado para a transformação da população em estoque de mão de obra qualificada, de acordo com critérios dos

⁴⁷ Em entrevista ao jornal local “Século Diário”, intitulada: “O Espírito Santo é um observatório privilegiado para entender o Brasil”.

grandes capitais industriais e das empresas integradas em seus arranjos produtivos” (FERREIRA, M., 2015, p. 35). Ainda dialogando com essa autora,

O Plano Camponês no ES, em contraposição à lógica capitalista que explora a terra como terra de negócio, propõe uma Reforma Agrária Popular, para a produção de alimentos limpos, sem veneno, incluindo processos coletivos de beneficiamento e comércio de alimentos de uma agricultura camponesa, indígena e quilombola imbricadas no projeto de educação na perspectiva da emancipação humana, no sentido expresso por Marx (2009) (FERREIRA, M., 2015, p. 36-37).

O plano do agronegócio propõe a integração competitiva ao mercado global e o avanço das monoculturas do eucalipto, da cana-de-açúcar, da fruticultura, da pecuária, além da exploração de mármore, granito e petróleo (ESPÍRITO SANTO, 2008). Resulta no latifúndio com a roupagem do agronegócio, definido por Casali (2008, p. 142) como “[...] campos das multinacionais, dos desertos verdes do eucalipto, da soja, do algodão, da cana-de-açúcar [...] onde está a grande escola do capitalismo fazendo propagandas de agrotóxicos”. Esse modelo de agricultura se expandiu no ES, tendo seu direcionamento a partir do Pedeag, que propõe a integração competitiva ao mercado global e o avanço das monoculturas do eucalipto, da cana-de-açúcar, da fruticultura, da pecuária, além da exploração de mármore, granito e petróleo (FERREIRA, M., 2015, p. 35).

Construído no primeiro governo de Paulo Hartung (2003 a 2006), o Pedeag veio se renovando, chegando a 2023 com sua 4ª edição, o Pedeag 4, já anunciado pelo governo. Os excertos a seguir nos ajudam a ilustrar esse direcionamento da política agrícola.

O primeiro PEDEAG foi elaborado em 2003, a partir de uma iniciativa pioneira na história recente da agricultura capixaba. Logo, o PEDEAG se transformou na principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Estado. [...] O Espírito Santo é o único estado do País que tem três ciclos de planejamento estratégico projetando o futuro. Este processo tem ajudado muito para fazer com que a agricultura entre no rumo certo e esteja conectada com as demandas dos **setores do agro** e da alimentação no Brasil e no mundo. E, atualmente, começa a ser construído o quarto ciclo de planejamento integrado entre os setores público, privado e não governamental (ESPÍRITO SANTO, 2023, grifo nosso).

Soma-se ao Pedeag o Plano de Desenvolvimento - Espírito Santo 2025, desenvolvido no ano de 2006, em conjunto com a organização não governamental Espírito Santo em Ação. Foi produzido com base no documento “Espírito Santo Competitivo: Uma Estratégia de Desenvolvimento com base em Arranjos Produtivos” e influenciado pela

experiência de Minas Gerais (Cresce Minas – Um projeto Brasileiro), ambos baseados nos arranjos produtivos como “um novo paradigma de desenvolvimento” (RAINHA, 2012, p. 84).

Esse contexto de campo em disputa, em que as pequenas propriedades vêm sendo ameaçadas pela concentração fundiária, que promove a destruição de sua cultura, a falta de condições básicas de sobrevivência (CASALI, 2008) resulta na expulsão das famílias e, conseqüentemente, no fechamento das escolas (FERREIRA, M., 2015).

Assim, a diversidade identitária da população do Espírito Santo foi forjada no secular processo de apropriação territorial.

O Espírito Santo possui como características marcantes da ocupação do seu solo a presença maciça de comunidades de agricultores familiares, a preservação de fragmentos da sua biodiversidade nas áreas da agricultura familiar e a forte organização destas comunidade [que] foram formadas pelos encontros e desencontros de etnias em diversos momentos do processo histórico. Diversos grupos de indígenas, africanos e europeus foram grafando a natureza com suas culturas agrárias produzindo saberes, sabores e territorialidades múltiplas que constituem hoje pelos seus descendentes, num rico mosaico que é o território capixaba (GT DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES, 2008, p. 11-12).

A precarização do trabalho agrícola identificada anteriormente, no período das ligas camponesas (MORAIS, 1997), reproduz-se e se intensifica com a vitória da extrema direita nas eleições de 2018, momento de devastação dos direitos dos trabalhadores, conquistados nos últimos séculos.

Nesse contexto, Ricardo Antunes (2020) nos dirá de uma nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo, do novo proletariado de serviços na era digital. Segundo esse autor, hoje a classe trabalhadora é diferenciada, com grande participação das mulheres (antes era mais masculina), marcada pela presença de indígenas, imigrantes, negros, e que caminha para uma sociedade do trabalho intermitente.

Conforme Alex Nepel Marins (2018, p. 64), no campo existem as relações de trabalho que são diversificadas e “[...] se distribuem em diferentes categorias econômicas e sociais, como pequenos proprietários de terra, assalariados rurais, diaristas, atividades agropecuárias comunitárias entre outras”. Sujeitos que, apesar de viverem no campo, não são agricultores familiares, são trabalhadoras/es assalariadas/os rurais e urbanos e trabalhavam nas fábricas, nos comércios das cidades, nas lavouras dos

grandes e médios proprietários, ou como meeiros e colonos. Ainda segundo esse autor,

Todos esses estratos sociais manifestam, por meio de suas lideranças, plena consciência de que a educação predominante no campo não atende aos anseios e necessidades das famílias camponesas e desejam uma educação apropriada à realidade dessas comunidades, que atenda às suas especificidades e diversidade (MARINS, 2018, p.64).

A diversidade da educação do campo no ES, com trajetórias diferenciadas das comunidades indígenas, quilombolas e de imigrantes europeus, provoca-nos a refletir sobre direitos e saberes, compreendendo, ainda, “[...] a necessidade de inserir constantemente, em diversos espaços/tempos de formação, o trabalho de intersecção das relações classe, raça e gênero” (FRANÇA, 2022, p. 307).

Diante de toda essa diversidade e da forte investida do capital de apropriação dos fundos públicos pelos grandes conglomerados empresariais e consequente mercantilização da educação, que se intensificou com os desdobramentos da pandemia de Covid-19, o Comeces intensifica sua organicidade e, de forma propositiva, vem tentando fortalecer o movimento da educação do campo, acompanhando o movimento nacional.

No capítulo que segue buscamos, a partir das contradições inerentes a essa práxis, compreender os desafios e conquistas, procurando avançar nessas reflexões tomando como referência o diálogo com os sujeitos da pesquisa.

4 O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES – SUJEITO COLETIVO DE DIREITO

[...] é das mãos, da consciência social revoltada e da ação coletiva organizada dos de baixo que resultarão os requisitos estruturais e dinâmicos que faltam para que eles próprios passem do ranger de dentes para a organização de uma democracia da maioria e dela para o socialismo.

(Florestan Fernandes⁴⁸)

Na perspectiva anunciada de compor os eixos da sistematização, buscamos elucidar as aprendizagens para avançarmos nas conquistas e realizações da educação do campo, em meio às suas contradições e desafios. Nesse intento, este capítulo se ocupa de focalizar a relação do Estado com a educação do campo, problematizando as ações do Comeces nesse contexto, em que elencamos como categorias de análise a questão do fechamento de escolas e o processo de construção e regulamentação da Educação do Campo no ES.

Buscamos, também, em observância aos objetivos, compreender as ações do Comeces, situando as lutas que impulsionaram sua articulação com os movimentos sociais e populares do campo e, recentemente, com os movimentos urbanos, tendo como referência documentos e registros produzidos pelo Comitê.

Esse movimento se fez possível a partir da nossa observação vivenciada, registrada em diário de campo, e da análise dos documentos inventariados que, junto com as respostas dos colaboradores que retornaram o questionário e com o diálogo possibilitado pela mediação da roda de conversa, testemunham a dinâmica das ações desenvolvidas no período da pesquisa.

Partimos da compreensão de que o movimento da história não é fato dado, mas que ela está sendo construída por nós (FREIRE, 1975); que a história não se fecha em si mesma, nem para sempre (FERNANDES, F., 1977), pois somos nós, confrontando-nos como classe em conflito, agricultura camponesa x agronegócio, educação

⁴⁸ Artigo de Florestan Fernandes, publicado em julho de 1991, refletindo sobre os vínculos do Partido dos Trabalhadores com o marxismo e com o socialismo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1991/07/02.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

libertadora x educação mercadológica, que abrimos e fechamos os circuitos da história.

Nessa seara, concordamos com Clarice Santos (2020, p. 401) acerca da importância dos movimentos sociais e sindicais na indução da política pública. Conforme essa autora,

A institucionalização da Educação do Campo em políticas públicas se constituiu em estratégia para os movimentos sociais e sindicais populares, bem como para os professores/universitários a estes vinculados, porque para o campo em questão, o Estado que se institui como um aparelho da classe dominante deve ser disputado permanentemente desde uma concepção que, por deter autoridade e orçamento, do mesmo modo, tem o poder de universalizar direitos se for pressionado a fazê-lo; e, o fará se e quando as forças populares tenham capacidade organizativa, força social, representatividade e autoridade moral e intelectual para mobilizar apoio da sociedade em favor de suas plataformas (SANTOS, C., 2020, p. 401).

Rememorando o momento de constituição do Comeces, a mística da nossa cantoria já detinha essa percepção de sujeitos da história. Nesse sentido, a institucionalização da educação do campo como disputa da classe trabalhadora do campo é evidenciada pelos sujeitos da pesquisa como um dos desafios da experiência do Comeces, conforme expresso a seguir:

A falta de políticas expressas pelos governos tem sido um elemento que dificulta o estabelecimento de compromissos com a EC. A maior parte das ações é implementada de forma desconectada com os movimentos sociais e com outras ações do mesmo governo. Como ações fragmentadas, sofremos muito ainda com a descontinuidade quando há troca de governo. Assim, tem se formado um vínculo frágil e inconstante dos governos com o Comeces (Colaboradora do Comeces - Questionário da Pesquisa, 2022).

Apesar dos desafios evidenciados, o Comeces é reconhecido pois “[...] desenvolve um papel de representatividade dos movimentos sociais junto ao Estado, defendendo as pautas do campo e seus sujeitos, lutando pela educação pública, socialmente referenciada para todos e todas” (Educadora – Questionário da Pesquisa, 2022). E tem se constituído, ao longo de sua trajetória, “[...] como uma articulação política da educação do campo com os movimentos sociais, realizando enfrentamentos de luta junto a Sedu para a garantia dos direitos dos sujeitos do campo” (Educadora – Questionário da Pesquisa, 2022).

Essa representatividade do Comeces nos leva a compreendê-lo como um sujeito coletivo de direito, categoria elaborada por José Geraldo de Souza Júnior (2008, p. 31) como “[...] dinamizadora da teoria do direito [que] tem servido à orientação de

diversos organismos de defesa de direitos constituídos pelos movimentos sociais no seio da sociedade civil”. Para esse autor, “[...] os movimentos sociais e redes de movimentos nos quais se inscrevem os novos sujeitos, fazendo o resgate de diferentes experiências [configuram] o alicerce teórico e político da categoria sujeito coletivo de direito”.

Nessa linha de pensamento, Clarice Santos (2022)⁴⁹ reitera que o Comeces precisa ser tratado como sujeito coletivo de direito, legitimado “[...] perante o Estado, pois ele representa grandes coletivos em estado permanente de tensão e é uma tensão produzida institucionalmente”. Nesse sentido, o reconhecimento do Comeces enquanto sujeito coletivo de direito se materializa pela sua organicidade, sua dialética e seus fundamentos, preservados nos documentos inventariados e testemunhado pelos sujeitos da pesquisa, tanto nas respostas ao questionário quanto na roda de conversa. Vejamos os relatos a seguir.

O Comeces tem se referenciado como uma articulação política da educação do campo com os movimentos sociais, com isso tem realizado enfrentamentos de luta junto a Sedu, para a garantia dos direitos dos sujeitos do campo da educação. Essas negociações têm garantido algumas conquistas, a mais importante delas foram as Diretrizes, após 12 anos de batalhas (Educadora - Questionário da Pesquisa, 2022).

O Comeces tem assumido seu papel de movimento social na relação com o Estado, ao buscar a interlocução em torno de pautas de interesse da educação do campo, ao mesmo tempo que tem exercido pressão junto ao Governo para assumir o seu papel de provedor na garantia dos direitos básicos das populações camponesas, com foco na garantia do direito à educação (Formadora - Questionário da Pesquisa, 2022).

[...] participei de algumas reuniões mas como sempre tem gente lá da minha região que participa do Comitê. [...] quando alguém que participa, que chega lá prá gente e faz outra reunião, repassa as considerações, os argumentos, os porquês das nossas reivindicações, então você tem uma capacidade de chegar e argumentar na hora desses enfrentamentos. Então isso é muito bom para a gente! (Representante do MST – Roda de Conversa, 2023).

Tais assertivas corroboram a categoria de sujeito coletivo de direito e nos autorizam interpelar o Estado (Sedu) quanto à legitimidade da participação do Comeces no processo de construção coletiva das Diretrizes Operacionais. No processo de regulamentação das Diretrizes Operacionais, a ex-Subgerente de Educação do Campo é oficiada pela Corregedoria (Sedu) para informar em qual ato normativo fora criado o Comitê.

⁴⁹ Fragmento expresso por Clarice Santos (2022), ao fazer menção ao Projeto de Qualificação I desta pesquisa.

Antes de adentrar ao conteúdo material das diretrizes a que se pretende esta consulta, vale indagar a Douta PGE acerca da legalidade da constituição do COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO, eis que não há ato formal de criação.

A meu sentir não pode a Administração Pública se movimentar senão por força da estrita legalidade e a criação de fato do referido COMITÊ fere os princípios constitucionais da legalidade e publicidade.

Assim, não se pode aferir se as proposições do COMITÊ estão em consonância com suas atribuições legais e regulamentares (Excertos Processo: 63365189, fl. 126, acervo pessoal).

Ao questionar a legitimidade do Comitê, essa mesma secretaria nega todo o processo construído coletivamente, desde 2010, conforme excerto a seguir, referente ao ofício/convite (Anexo F) enviado pela Sedu para diferentes segmentos da sociedade para composição do Grupo de Trabalho, responsável pela produção de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba.

Neste contexto, no ano de 2010, a SEDU, em conjunto com o Comitê Estadual de Educação do Campo/ES, fomentará a produção de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba, uma das ações desta Secretaria de reconhecimento e valorização desta modalidade educativa. Este documento se consubstanciará em importante instrumento de normatização da educação campestre em nosso Estado (GEJUD/SEDU, 2010).

Como espaço de luta política, o Comeces foi se organizando ao longo desses anos para dar conta das tarefas desafiadoras, de maneira coletiva, assim como são os processos coletivos da educação do campo. Nesse sentido, a experiência organizativa e de luta do Comitê, em suas múltiplas dimensões de atuação, que nos possibilita reafirmá-lo enquanto sujeito coletivo de direitos (SOUZA JÚNIOR, 2002), também se abre para a compreensão do Comeces enquanto intelectual orgânico coletivo das camponesas e dos camponeses (MOLINA; SANTOS, 2022, p. 21), numa perspectiva gramsciana, como na tese defendida pelas autoras, em relação ao Fórum Nacional de Educação do Campo:

[um] intelectual orgânico [que] tem a função de atuar como um organizador da classe trabalhadora, promovendo com ela ações de formação que possibilitem ampliar sua leitura crítica dos processos [...] econômicos, políticos e sociais. Além disso, a ele compete a elevação das consciências, o estímulo e a promoção de ações concretas de intervenção e transformação da realidade.

Ao nos voltarmos sobre a questão dos intelectuais em Gramsci (2021), apreendemos que os sujeitos coletivos de direitos que integram o Comeces se constituem um grupo de intelectuais orgânicos desse movimento, a partir da sua função social. Gramsci (2021, p.195) refere-se aos intelectuais como

Todo grupo social [que nasce], no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função não só no campo econômico mas também no social e político [...].

Segundo Gramsci, a classe dominante exerce uma hegemonia cultural, impondo sua visão de mundo, seus valores, através de suas instituições culturais, constituindo seus grupos de intelectuais orgânicos dessa classe. Para desafiar essa hegemonia cultural, era necessário que as classes subalternas também desenvolvessem seus próprios intelectuais orgânicos.

Em resumo, o conceito gramsciano de intelectual coletivo orgânico traduz a importância de indivíduos originários das classes subalternas, no nosso caso, as camponesas e os camponeses, sua capacidade de desenvolver uma análise crítica de sua própria condição, em um processo coletivo de reflexão e ação na perspectiva da transformação social.

Assim, o Comeces, enquanto intelectual coletivo orgânico, responsável pela organização do coletivo das camponesas e dos camponeses, seguiu firme, pois “[...] quem organiza o povo tem que ser otimista!”⁵⁰, não obstante o “pessimismo da inteligência” (GRAMSCI, 2017, p. 318) com que somos chamados a operar. Isso nos remete à fala do companheiro Betinho, durante sua exposição no 65º Fórum EJA:

*E aí o Comitê de Educação do Campo levantou **três grandes bandeiras** pra sua caminhada. A primeira bandeira que de certa forma era o elemento motivador para as outras é o problema do **fechamento de escolas** [...] **Essa bandeira, ela foi um dos principais elementos motivadores**, [...] nós precisamos ter as **diretrizes operacionais da educação do campo** pra que a gente possa ter as escolas do campo e [...] que as escolas no campo sejam realmente do campo. [...] Entendemos que precisava de outros elementos e que sem as **diretrizes**, sem a **gerência** nós não conseguiremos atingi-los. [...] precisava também de ser adequada, de ter como ponto de partida a realidade do campo. De ter pertença, do seu próprio conteúdo pelo campo e para que as pessoas do campo, o sujeito do campo também tenha pertença pela escola, uma escola que não se separa da vida (Betinho, 2014, grifos nossos).*

A exemplo do testemunho acima, os documentos reunidos nesta tese, que passamos a apresentar “[são] memórias de resistência dos movimentos de educação do campo [como] uma matriz formadora a ser preservada, testemunhada. Uma história memória

⁵⁰ João Paulo (Dirigente do MST), durante sua participação em uma reunião do Comeces, em 2023.

carregada de lições. De pedagogias de resistência por libertação” (ARROYO, 2020, p. 12).

O caminho percorrido na sistematização de experiências (GHISO, 1998) nos possibilitou socializar os resultados das experiências do Comitê, a partir das contradições, em que se buscou a compreensão desse movimento (HOLLIDAY, 2006). Para tal, retomamos as questões levantadas, tentando dialogar com o que avançamos, no sentido de tentar respondê-las e, nessa dialética, apreender novas indagações diante dos desafios do tempo presente, na perspectiva de compreender o que tem sido transformado nas comunidades a partir da criação do Comeces. Para tanto, tomamos algumas das dimensões de sua atuação, organizando-as no sentido de melhor compreendê-las.

4.1 A LUTA COLETIVA DO COMECES CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS

O fechamento de escolas do campo sempre foi uma pauta perene, desde a constituição do Comitê, que retomamos aqui, buscando revelar suas novas roupagens. Contraditória e simultaneamente às políticas de fortalecimento da Educação do Campo nos últimos anos, a prática de fechamento de escolas do campo foi se ampliando e atingindo todos os estados, conforme levantamento⁵¹ feito pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz), apresentado anteriormente.

No ES, o Comeces vem, desde 2008, organizando lutas para enfrentar essa situação, acompanhando e assessorando as comunidades que se organizam para impedir o fechamento de escolas do campo, conforme evidenciado anteriormente, na fala do companheiro Betinho, constituindo-se como uma das grandes bandeiras de luta do Comitê, que se mobilizou na busca de ações que pudessem fortalecer as comunidades no sentido de terem condições de se contrapor a essa lógica, incentivando especialmente a criação e fortalecimento de Comitês ou Comissões Municipais, de modo a poder acompanhar as particularidades da luta em cada local⁵².

⁵¹ Dados disponibilizados pelo Professor Salomão Hage, da Universidade Federal do Amazonas, durante sua exposição, na reunião virtual da Frente das Escolas do Campo do ES, realizada no dia 17 de março de 2021.

⁵² Atualmente, registramos a existência de sete Comitês Municipais articulados ao Comeces, sendo um dos seus desafios a ampliação da adesão dos demais municípios (no ES temos 78 municípios, dentre estes, somente um não tem perímetro rural).

Nesse sentido, o Comeces produziu material para orientar a criação desses Comitês Municipais, em 2012, que foram atualizadas no ano de 2022, a partir da publicação da resolução das diretrizes estaduais. Tais orientações foram incorporadas ao texto, no Anexo G.

Ao analisarmos a relação do Comeces com a Sedu, buscamos compreendê-la a partir do contexto político econômico do estado. Em 2008, na gestão do governador Paulo Hartung e Haroldo Rocha como Secretário de Educação, observamos que o descaso da Sedu, não honrando o compromisso de contribuir com a realização do Seminário de criação do Comitê, favoreceu a autonomia desse coletivo. Durante essa gestão (2007/2011), a Sedu “assumiu” a Educação do Campo, participando inclusive da coordenação colegiada do Comitê, abrindo alguns espaços para a discussão dessa “modalidade da educação”, dentro das ações da política estadual de educação, chegando a investir na contratação de assessoria para a construção das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES.

Contudo, em relação ao fechamento das escolas do campo, as denúncias junto ao Comitê não paravam. De acordo com a memória da reunião do dia 01/12/2009, no Calir, em Viana, o Comitê apresenta um panorama que sinalizava que, ao terminar o processo de municipalização das escolas estaduais multisseriadas, a rede estadual de educação não teria mais tais escolas (em 2010), com exceção do MST.

Em 2010, conforme documento inventariado, o Comitê buscou apoio junto ao Procurador Geral do Estado, Sr. Fernando Sardini Antônio, informando sobre a falta de comprometimento dos gestores públicos com a educação do campo, por não considerarem a realidade das comunidades camponesas. Na denúncia formalizada, constam dados de escolas municipais que foram fechadas, à revelia das comunidades. A situação das comunidades Quilombolas do município de São Mateus também foi denunciada, a partir de um dossiê produzido por lideranças, junto às famílias. Ainda nesse período o Comitê produziu uma “Carta Aberta às Comunidades Camponesas do Espírito Santo”, que depois se transformou num panfleto (Anexo H) que foi distribuído amplamente.

A compreensão que temos desse período de 2008-2010 é de que, como dito anteriormente, a Sedu assume a proposição do Comitê, conforme indicado nos documentos da época, em especial no processo de construção das diretrizes (Anexo

F), sem contudo desenvolver ações concretas no sentido de legitimar a política de educação do campo no ES e impedir o fechamento de escolas.

O período que segue, 2011-2015 (gestão Casagrande e Klinger), delimitamos como o período em que o Comeces foi “engabelado” pelo governo, pois teve a sinalização para algumas conquistas provisórias. Foi um período intenso de debate das diretrizes, inclusive no GT Interinstitucional, articulado pela Sedu, que contou com a participação da Undime, da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), do Comeces e do Conselho Estadual de Educação (CEE). As diretrizes chegaram a ser finalizadas no ano de 2012 e encaminhadas para a Sedu para que se responsabilizasse pelo envio para o CEE para aprovação e publicação, o que não aconteceu.

O movimento de sistematização nos permitiu, nesta pesquisa, detectar as contradições que se evidenciaram nesse processo, ao situar o movimento intenso do debate das diretrizes e uma suposta assunção pelo Estado da proposta do Comeces, ao mesmo tempo que se experiencia uma certa tentativa de captura do movimento. Não se pode desconsiderar nesse processo os desafios que permanecem no sentido de provocar o Estado para assumir de fato o seu “dever” de garantir a educação do campo como direito.

Parecia ser um período profícuo para a educação do campo, em que a Sedu buscou atender às demandas básicas do Comeces, quer seja disponibilizando transporte para a participação nas reuniões, dentre outras ações, como a institucionalização dos Macrocentros, que fortaleciam as discussões da educação do Campo com representantes dos municípios, e a participação no GT da Pedagogia da Alternância e o GT de EJA Campo. Também nesse período foi instituída a Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola (Decreto nº 3.616-R, de 14 de julho de 2014) e o Comitê de Educação Escolar Quilombola (Portaria nº 130-R, de 21 de agosto de 2014).

Contudo, o fechamento das escolas não parou. Em 2012, o Comeces publicou seu 2º informativo, com orientações sobre a ilegalidade do fechamento das escolas do campo (Anexos I e J). Em 2013, o Comeces protocolou ofício ao Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (Cape/MPES) com um

abaixo assinado contendo 4.371 assinaturas, que tramitou em diferentes comunidades camponesas do estado, contra a paralisação de escolas do campo.

O período que segue, 2015-2018, com a volta do governador Paulo Hartung, também retorna Haroldo Rocha como secretário de educação, que logo em 2015 exonera a gerente de educação do campo, sem a substituir por outra pessoa. Passamos todo o período do governo Paulo Hartung sem que a Gerência da Educação do Campo fosse reestruturada, tendo ficado somente o Programa Escola da Terra do governo federal.

O Comeces tem registrado na memória da reunião que ocorreu em Ibirajú, no dia 24 de fevereiro de 2016, o fechamento de 54 escolas em 2015, no ES, o que o leva a oficializar junto ao CEE uma manifestação questionando o fechamento arbitrário que estava ocorrendo, desrespeitando as normas preconizadas nos documentos legais, ao que o CEE se manifesta emitindo parecer favorável ao Comeces e estabelecendo prazo de 30 dias para a Sedu se manifestar.

Em março desse mesmo ano, o Comeces divulgou a “Pauta Unificada dos Movimentos Sociais Camponeses na luta pela educação do campo no ES” (Anexo K) e o “Manifesto de Ibirajú - Escola do campo: patrimônio ameaçado” (Anexo L), que junto com a Pauta Unificada descrita acima acompanham o movimento de luta, conforme excerto que segue.

Declaramos que este manifesto é expressão das demandas dos movimentos sociais e sindicais camponeses do Estado do Espírito Santo e será divulgado e defendido em reuniões e/ou em diversas formas de mobilização, no decorrer do ano de 2016, com o propósito de consolidar uma política pública de Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena em nosso Estado de Espírito Santo (Excerto do Manifesto de Ibirajú – Comeces, 2016).

Também produziu uma Nota “As escolas do Campo estão sendo fechadas”, denunciando o fechamento de escolas e a não aprovação das Diretrizes (Anexo M).

A síntese produzida para reflexão sobre o contexto da educação do campo do ES na reunião do Comeces no mês de agosto de 2016⁵³ traz elementos que nos ajudam a desvelar uma progressiva retração das conquistas da Educação do Campo no ES,

⁵³ “Panorama da Educação Pública do Espírito Santo” – síntese apresentada na reunião do Comeces (COMECES, 2016).

associada à negação à escuta e ao diálogo de demandas de entidades de educação e movimentos sociais, expressas por alguns programas e medidas adotadas nos últimos anos pelo governo estadual, muitas vezes seguidas por governos municipais.

De acordo com registros da memória dessa reunião, conseguimos captar alguns dos desmontes ocorridos nessa época, que listamos a seguir:

- A EEIEM Aldeia Caieiras Velha, sem indicativo de abertura de matrícula, somente projetos de valorização da cultura indígena nas escolas onde os estudantes estão distribuídos.
- As diretrizes de assentamento não tiveram continuidade. Somente após a ocupação os contratos foram assinados, com carga horária estendida. Contudo, foi mantida a redução de coordenadores de 15 para nove. Um dos fatos mais graves foi a desvinculação das escolas de assentamentos da Superintendência de Educação (SRE) de São Mateus. A concentração das escolas de assentamento que, estrategicamente, estavam jurisdicionadas à SRE de São Mateus, a partir de então foram divididas com a SRE de Nova Venécia.
- Comitê de Educação Escolar Quilombola, coordenado pela SEDU, deixou de se reunir, com isso o debate das diretrizes específicas da modalidade não avançou.
- Em relação à Licenciatura de Educação do Campo o Comitê vinha pautando a Sedu no sentido de incluir estudantes do 5º período nos editais de chamada pública de designação temporária não tem avançado.
- A aprovação das Diretrizes Operacionais também sofreu nesse processo. No final de 2015 a SEDU encaminhou o processo para PGE pedindo manifestação em relação à legalidade da proposta.
- Na Educação de Jovens e Adultos tem-se um panorama de redução da oferta no segundo semestre de 2016 em função de uma política centrada na instrução personalizada e ampliação dos CEEJAs, com exames digitais, ou seja, provão online, a qualquer tempo (COMECES, 2016).

Em 2017, a Sedu lançou o Pacto pela aprendizagem no ES (Paes) como forma de fortalecer a aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais da Educação Básica, objetivando fomentar o regime de colaboração com os municípios. Dentro das estratégias previstas, chama atenção o suporte ao planejamento de reorganização das redes municipais, adequando a distribuição do 1º ao 5º ano e Educação Infantil e do 6º ao 9º ano, indicando a oferta em tempo integral.

Para o Comeces, o referido Programa, que estava tendo a adesão da maioria dos municípios capixabas, era contrário às nossas perspectivas teóricas, além de ampliar o índice de privatização das instâncias públicas no ES, tanto pelo veio do Paes quanto do Programa Estadual Escola Viva e da reforma do Ensino Médio, que ocorria a passos largos no ES.

Nesse mesmo ano, o Comeces se posicionou acerca do Programa Escola Viva, buscando o debate como proposta de formação do coletivo, conforme resgate que fazemos, a partir de registro da memória da reunião, a seguir:

[...] contamos com a participação de [...] representantes da SEDU que falaram em favor do projeto Escola Viva [e do] Marcelo Lima (prof. do CE da UFES) falou contra a lógica dentro da qual o projeto se insere. [...]

Ficou claro o compromisso do projeto com uma formação centrada no estudante como indivíduo, tendo o seu projeto de vida como fundamento de toda a concepção pedagógica da Escola Viva.

Em contrapartida, o professor Marcelo Lima buscou situar o projeto Escola Viva dentro de um movimento mais amplo da política educacional do Espírito Santo, articulado ao processo de empresariamento da educação pública. Defendeu de modo contundente o Ensino Médio Integrado como melhor opção para a formação escolar dos jovens.

[...] a palavra foi aberta para que todos que quisessem pudessem se manifestar. Neste momento, os (as) participantes fizeram variadas ponderações revelando principalmente as diferenças que existem entre o Projeto Escola Viva e a perspectiva historicamente defendida pela Educação do Campo (Memória da Reunião do Comeces do dia 14/09/2017).

A referida reunião contou com um registro fotográfico que nos permitiu retomar um momento importante de formação do Comeces e identificar a participação de diferentes segmentos ali representados.

Fotografias 22 a 27 - Debate do Programa Escola Viva





Fonte: acervo pessoal.

Nesse período, o governo destruiu tudo o que foi construído com a anuência do próprio secretário Haroldo, na sua gestão anterior, e avançou no sentido de acabar com as escolas do campo, fechando os conselhos escolares das escolas que possuíam matrícula inferior a 100 estudantes (escolas unidocentes, pluridocentes, as de ensino fundamental ou médio e as escolas localizadas em assentamentos), conforme denunciou o Comeces por meio da Nota: “A SEDU ESTÁ EXTINGUINDO CONSELHOS DE ESCOLA!!!” (Anexo N), que explica:

[...] o que acontece é que, quando se dissolve um Conselho Escolar se extingue mais um instrumento de gestão democrática da escola. Como sabemos, um Conselho Escolar tem atribuições de natureza pedagógica, administrativa e financeira como forma de integrar estudantes, seus profissionais e a comunidade em torno de um projeto de escola coletivamente construído que dê conta das demandas específicas de cada uma delas. Mas a SEDU reduz o Conselho a um mero espaço para administrar recursos financeiros e, dissolvendo-o (Portaria 110-R e Circular Interna 34, ambas de agosto de 2016), desmonta também a possibilidade de um trabalho compromissado com as necessidades locais (Excerto da Nota – Comeces, 2017).

Na ocasião, o Comeces se articulou à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae/ES) e à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope/ES) e protocolaram denúncia da ilegalidade cometida pelo governo estadual, no Ministério Público Estadual.

Em 2019, o ciclo da política se renova, agora com o retorno do governador Casagrande, tendo como secretário de educação Vitor de Ângelo, que recebeu o Comeces no dia 17 de dezembro de 2019. A reunião teve como objetivos apresentar o documento das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, encaminhar procedimentos em vista de sua aprovação e discutir com a Sedu acerca dos processos de fechamento e reabertura de escolas do campo. Contou com a participação da Sedu, do Comeces e de representante da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a Deputada Estadual Iriny Lopes e seu assessor.

O secretário Vitor abriu a reunião e justificou o pouco tempo que teria para participar e pediu que fossem adiantados os pontos para que ele pudesse contribuir. [...]

1º ponto: Fechamento e Reabertura de escolas do campo

O secretário se manifestou em relação ao fechamento de escolas ponderando que

- A SEDU não tem critérios para fechar escola;
- A escola rural não é escola do campo. Que muitas escolas não se reconhecem como escola do campo e não estão se importando em fechar;
- Falou em racionalização, sustentabilidade, a partir da orientação (indução?) do Tribunal de Contas relacionada à permanência de escolas com menos de 10 estudantes [...] (Memoria da Reunião - Comeces).

Na ocasião, a Sedu informou sobre o pedido de reabertura de escola protocolado pelo Comeces (Anexo O⁵⁴), indicando que os processos estão sendo analisados e que, para tal, foi criado um grupo interno na Sedu, composto por subsecretários e técnicos, coordenado pela Subsecretaria de Planejamento. Cita, ainda, a criação de “Blocos de Consórcio”, do processo de eleição de diretor para a escola do Assentamento Sezínio, em Linhares, e da inauguração da Escola Estadual Indígena (Ensino Médio), no município de Aracruz.

No desdobramento, o diálogo permanente com a Gerencia da Educação do Campo, Indígena e Quilombola (GeciQ/Sedu) não aconteceu, conforme havia sido sugerido pelo próprio secretário. Em relação às Diretrizes, a Sedu passa a dizer que as demandas da educação do campo já haviam sido contempladas na Res. CEE nº 3.777/2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado, fechando, com isso, a possibilidade de aprovação de uma resolução específica para o campo. Surge, então, em 2021, a articulação política direto com o governador, ficando estabelecida uma mesa de negociação com a participação da Casa Civil. O processo de discussão deslançou, apesar da falta de empenho da Sedu em dar celeridade a ele, muito por insistência do Comeces, conforme excerto a seguir, da comunicação com a Sedu:

Considerando todo o processo de discussão realizado em torno da aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Espírito Santo, bem como sua atualização protocolada na SEDU em dezembro de 2019 (Protocolo 1469/19 de 17/12/2019), e considerando ainda o encaminhamento

⁵⁴ Trata de solicitação para que as escolas que haviam sido paralisadas na gestão anterior tivessem suas atividades reiniciadas, destacando também a necessidade de reabertura de turmas e turnos da EJA, no campo e na cidade.

da reunião da Mesa de Negociação, de realizar 4 (quatro) reuniões para discutir cada um dos eixos propostos nas Diretrizes, iniciando pelo Eixo III que trata do Currículo, solicitamos que a SEDU apresente na reunião agendada para dia 04 de agosto de 2021:

1 – suas considerações a respeito do Eixo III – Currículo;

2 – confirmação de agenda para debate dos demais Eixos;

Proposta de Agenda:

26 de agosto – Eixo I

10 de setembro – Eixo II

24 de setembro – Eixo IV.

Nessa quebra de braço com a Sedu, o Comeces finalmente conquistou a publicação da Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES, o que não significou uma mudança na política da educação do campo. A Sedu sequer divulgou essa normativa para as suas escolas, muito menos avançou no processo de implementação das Diretrizes, demandando do Comeces prosseguir lutando.

Nesse período também fomos atravessados pela pandemia da Covid-19 e pela grande ofensiva de governabilidade do Estado, que tratamos nos itens que seguem.

4.2 ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE

No período mais crítico da pandemia de Covid-19, o Comitê de Educação do Campo do ES se articulou, a partir das organizações que o compõem, ampliando ações com os movimentos sociais e populares da cidade, e pautou o Estado nas investidas de precarização da educação em tempos de distanciamento social, cuja materialidade no ES foi legitimada nas atividades remotas, traduzidas no Programa EscoLAR⁵⁵, como Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs). Assim, com a pandemia, o ensino remoto se constituiu a pauta prioritária do Comitê, que passou a se reunir de forma virtual, a partir de abril de 2020, procurando entender como as escolas vinham se organizando, através da escuta dos movimentos sociais e do posicionamento de educadoras/es e das famílias.

⁵⁵ Programa instituído pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, regulamentado pela Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20N%C2%BA%20048-R%20de%2002.04.20.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Como desdobramento desse debate, o Comitê realizou um Diagnóstico⁵⁶, cujos dados apontaram para o posicionamento favorável ao não retorno das aulas presenciais sem a vacina, por entender que era preciso “[...] passar por esse período revisando conceitos e práticas, ressignificando nosso modo de vida e acima de tudo cuidando dos mais pobres e não aprofundando as desigualdades” (COMECES, 2020, p. 3).

Os riscos de contaminação, a insegurança do emprego, o pagamento das contas em dia, a família segura e alimentada, são os dilemas que afligem o nosso povo. Nosso compromisso neste momento deve se resumir no cuidado para a preservação da vida, à luz da ciência e sob orientação dos órgãos de saúde pública (COMECES, 2020, p. 1).

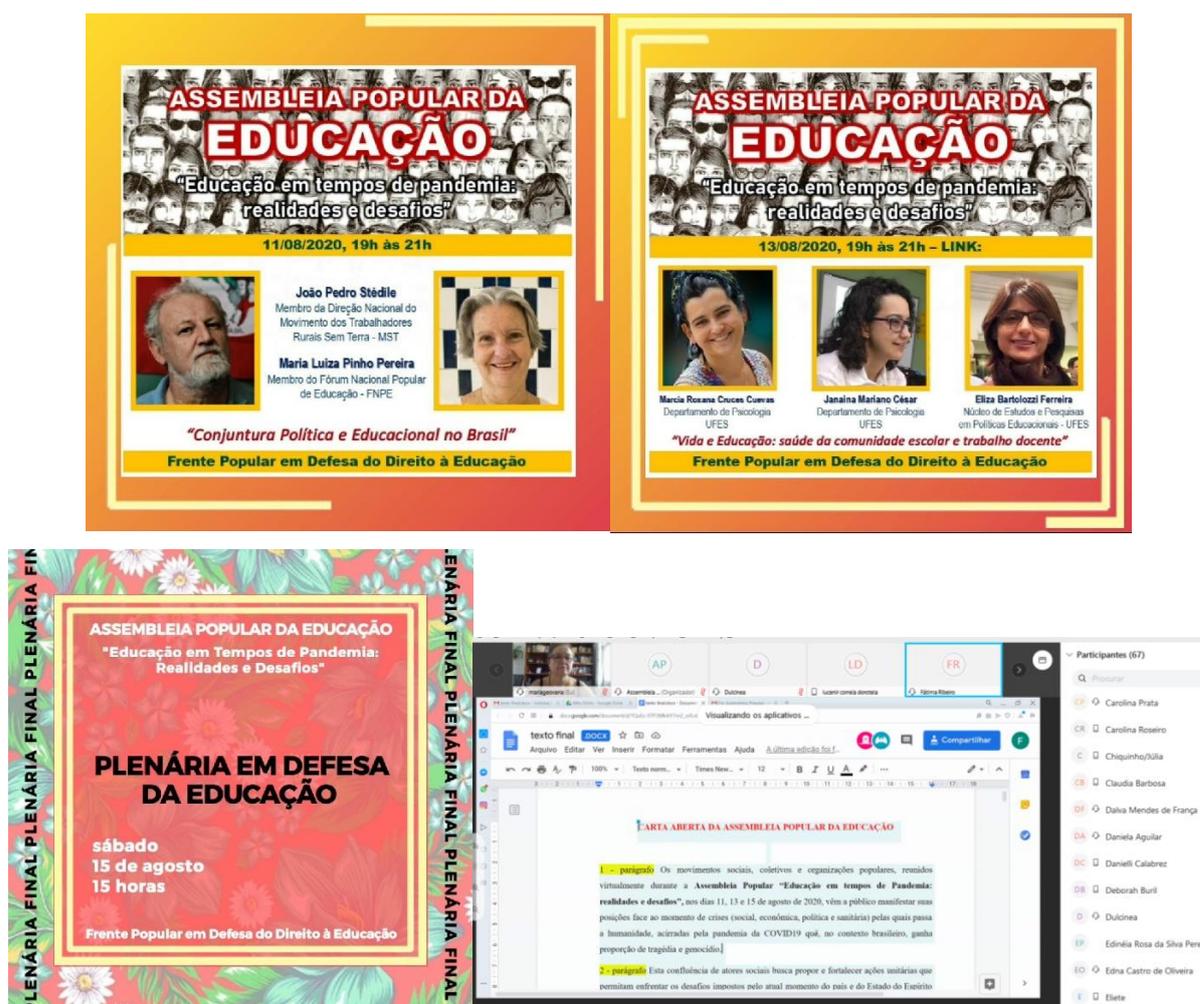
A partir desse entendimento, iniciou-se o debate no Comitê sobre a necessidade de pensarmos propostas a partir do que a classe trabalhadora, diretamente afetada com a falta de condições de realizar o distanciamento social, conforme as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS), apontava como demanda, no diálogo com outras organizações do campo e da cidade.

Surge, assim, a necessidade de uma organização de base que desse conta de articular a classe trabalhadora⁵⁷ do campo e da cidade. Esse debate se fortaleceu com o posicionamento do Fórum EJA/ES também no sentido de uma articulação ampla. Com isso, inicia-se a articulação de criação de uma frente ampla da classe trabalhadora, tendo o Comitê e o Fórum EJA/ES como protagonistas. Assim, no dia 06 de julho de 2020, foi criada a Frente Popular pelo Direito à Educação, com o objetivo de propor e fortalecer ações articuladas pelos diferentes movimentos de luta da classe trabalhadora do estado (ES), que permitissem enfrentar os desafios impostos pelo atual momento do país, em que o direito à educação pública estava sendo brutalmente afrontado.

⁵⁶ Chamado de “Diagnóstico Comeces: atividades pedagógicas não presenciais e o retorno às aulas presenciais” pelo grupo de trabalho responsável pela tarefa.

⁵⁷ Compreendendo-a nessa “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2020), cada vez mais precarizado estruturalmente, que se amplia com a presença de indígenas, imigrantes, negros, além de bancários, médicos, advogados, traduzida por esse autor como uma sociedade da proletarianização do trabalho.

Imagens 14 a 17 – Assembleia Popular da Educação



Fonte: acervo Comeces, organizado pela autora.

Os movimentos sociais e populares, do campo e da cidade, organizados na Frente Popular, convocaram a Assembleia Popular da Educação – “Educação em tempos de pandemia: realidades e desafios”, realizada de forma virtual, nos dias 11, 14 e 15 de agosto de 2020. O evento deu origem a uma Carta, que contou com assinaturas de 21 entidades do ES. Dentre os vários pontos discutidos nos três dias de Assembleia, evidenciavam-se os dados referentes ao acesso dos estudantes, de acordo com o *site* da Sedu.

Os dados oficiais⁵⁸ mostraram que 30% das/os estudantes, o que equivale a 60 mil pessoas matriculadas na rede estadual, sequer acessaram a plataforma digital Google Sala de Aula. Dos 70% de acessos comemorados pela SEDU, o que corresponde aproximadamente a 165 mil estudantes, a grande maioria sequer realizou os exercícios. A realidade é que, segundo professoras/es, somente um número em torno de 10% a 30% das/os

⁵⁸ Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/escolar-fecha-primeiro-mes-com-70-de-engajamentodos-alunos-da-rede-estadual-a-plataforma-google>.

estudantes, variando de acordo com a série, estão conseguindo realizar as atividades propostas na plataforma digital (FRENTE POPULAR EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2020, p. 3).

Na avaliação dos movimentos sociais, coletivos, organizações populares, entidades e instituições participantes, a adoção das APNPs era inadequada, pelas condições diferenciadas de acesso e acompanhamento das aulas, prejudicando a aprendizagem, além da superexploração da força de trabalho e precarização do trabalho docente. Diante da análise do contexto da educação na pandemia de Covid-19, a Frente Popular em Defesa do Direito à Educação afirmou posicionamento contrário ao retorno presencial,

[...] uma vez que o novo coronavírus ainda está sendo pesquisado e seu comportamento é desconhecido. Dessa forma, entendemos que somente com uma vacina é possível garantir segurança para espaços como escolas, que precisam de severas medidas restritivas para não propagar o vírus. Ano letivo se recupera, vidas não! [...] Não podemos deixar que as escolas se tornem pontos de contaminação e disseminação da COVID-19, colocando ainda mais em risco a população trabalhadora capixaba (FRENTE POPULAR EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2020, p. 7).

A referida Carta foi protocolada na Sedu, durante ato simbólico em frente à Secretaria, no momento em que acontecia a reunião do Fórum Estadual de Educação (FEE). Na ocasião, os segmentos que se articularam na Frente Popular e que têm acento no FEE⁵⁹, apesar da falta de quórum para a realização da reunião, forjaram a leitura da Carta para todos os presentes. E o debate sobre o retorno às aulas presenciais foi colocado como ponto de pauta da próxima reunião do FEE, reafirmando a proposição de que o calendário escolar pode esperar e que o mais importante naquele contexto de crise sanitária era salvar vidas. Esse posicionamento não foi reconhecido pelo FEE, quando convocou, em 2021, sua primeira reunião.

Entendemos que a Frente Popular pelo Direito à Educação, no período pandêmico, cumpriu a função de articulação e luta da classe trabalhadora, momento crítico de aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais.

Recentemente, no dia 02 de maio de 2023, o Comeces integrou nova ação de articulação campo e cidade, a partir da proposta apresentada pelo Centro de Educação da Ufes e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, tendo como ponto principal o movimento contra o Termo de Ajuste de Gestão (TAG) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Nesse momento, foi constituído um

⁵⁹ Fórum EJA, Comeces e Diretório Central dos/as Estudantes da Ufes (DCE/Ufes).

grupo de trabalho para a construção coletiva de uma nota técnica para subsidiar a judicialização de uma Ação Civil Pública contra o TCEES. Sobre o tema do TAG, trataremos a seguir.

4.3 FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO SOB NOVAS ROUPAGENS

O movimento contra o fechamento de escolas, agora sob novas roupagens, tem se materializado na luta contra o TAG⁶⁰ da Educação do TCEES, a ser assinado pelo governo estadual/municípios, que induz a municipalização de parte do Ensino Fundamental, o que tem exigido do Comitê uma atuação muito próxima dos coletivos que o compõem, no sentido de derrubar o referido TAG.

Esse processo de luta teve início no ano de 2020, tão logo o Comeces tomou conhecimento da existência do referido Termo, durante uma reunião na Sedu. Na ocasião, o Secretário afirmou que a Sedu não tinha intenção de fechar escolas do campo, mas que o TCEES estava fazendo isso, a partir de um Termo de Ajustamento, fugindo ao controle da Sedu a manutenção das escolas.

O Relatório de Levantamento se propôs a mapear a situação no estado para embasar o TAG, e a fiscalização foi feita pela Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública (SecexSES) no período de 03/04/2019 a 12/09/2019, que analisou o período de 18/03/2019 a 31/07/2019. Conforme o texto do Relatório,

Para o presente levantamento, buscou-se analisar os fatores considerados para o microplanejamento da rede de ensino pública municipal e estadual do Espírito Santo, em especial a distribuição geográfica dos alunos e das escolas, com o objetivo de estabelecimento de política de oferta de vagas em relação à demanda (TCEES, 2019, p. 15).

Conforme o próprio Relatório, ocorreram falhas na metodologia utilizada, sinalizadas como limitações, transcritas a seguir:

[...] O presente Levantamento contou com algumas limitações à sua execução, as quais estão elencadas a seguir:

I. Os dados referentes aos anos de 2015 a 2018 foram extraídos do INEP e, portanto, provenientes de fonte oficial. No entanto, os dados de 2019, obtidos

⁶⁰ “Após o Relatório de Levantamento assinado por Rodrigo Coelho (proc. 03330/2019-2) e de auditoria realizada (proc. 1405/2020), o conselheiro emitiu o Voto do Relator, cuja indicação de acórdão foi aprovada pelo plenário do Tribunal de Contas do Espírito Santo – TC ES no dia 08 de março de 2022, que deu origem ao Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) a ser assinado pelo governo do estado e os dos municípios” (COMECES, 2022).

por meio do questionário enviado aos jurisdicionados, são auto declaratórios, não tendo sido validados.

II. Não foi analisada, nem considerada nas análises, a infraestrutura das escolas.

III. Também não fizeram parte da análise informações relativas ao quantitativo de profissionais do magistério e sua distribuição dentro da rede.

V. Não foi considerado na análise as rotas de transporte escolar nem especificidades, tais como relevo, geografia, clima e urbanização. Por tal razão, as distâncias utilizadas nas análises se referem à distância em linha reta, e não à distância viária.

V. Em reuniões prévias, realizadas com algumas Secretarias de Educação na fase de planejamento do trabalho, houve narrativas de escolas preteridas pelos alunos, por problemas de infraestrutura, entre outros. Tal informação não foi apurada para fim de consideração nas análises.

VI. Para a análise proposta foram utilizadas unicamente as matrículas. Não foi considerada a demanda manifesta nem a busca ativa.

VII. A informação da distância do aluno em relação à escola ficou prejudicada, uma vez que a maioria dos municípios não possui a geolocalização/endereço dos alunos, de forma centralizada na Secretaria de Educação.

VIII. Houve dificuldade de obtenção de dados confiáveis sobre as redes de ensino. A título exemplificativo, mesmo no censo escolar (microdados – INEP) observa-se ausência de algumas informações, como matrículas sem a indicação da série. As informações identificadas como incompletas foram excluídas das análises.

IX. Nos dados encaminhados por meio das planilhas, foram identificadas informações preenchidas com metodologia diversa dentro de um mesmo município, adotando diferentes parâmetros de preenchimento para escolas pertencentes a uma mesma rede. Isso indica que as informações referentes às escolas podem não terem sido preenchidas por apenas uma pessoa. **Portanto, os dados devem ser interpretados com certa reserva, principalmente pelo fato de não terem sido validados, conforme já informado** (TCEES, 2019, p. 16-17, grifos nossos).

Na época, a coordenação colegiada dedicou-se a estudar o documento, procurando por elementos que orientassem a luta, conforme registro feito pelo Comeces (2023, p. 1), que transcrevemos a seguir.

Logo após tomar ciência do Processo 03330/2019 do Tribunal de Contas do ES datado de 09 de dezembro de 2019, o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, o COMECES, [apresentou] uma análise em 28 de janeiro de 2020 do Relatório de Levantamento com o voto do Relator Rodrigo Coelho do Carmo com o propósito de provocar uma discussão nos municípios do estado quanto à fragilidade dos procedimentos adotados na coleta de dados e nos argumentos defendidos pelo relator, e algumas consequências do Termo de Ajustamento de Gestão – TAG - dele decorrente, sobre a garantia do Ensino Fundamental nas redes escolares públicas do estado (COMECES, 2023, p.1).

Essa análises feitas pelo Comeces nas “ANOTAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES” (Anexo P) serviram de pontapé para o debate nos municípios, conforme indicado acima e resgatado no excerto que segue:

Diante do exposto, o Comitê de Educação do Campo do ES manifesta sua preocupação diante da posição tomada por alguns governantes de que o Tribunal de Contas estaria mandando fechar escolas do campo. Não se trata disso, como podem comprovar.

O Levantamento SUGERE a necessidade de aprimorar as relações do estado com os municípios para que o atendimento à educação da população não fique prejudicada.

O caso de escolas concorrentes, assim denominadas aquelas que se encontram numa distância igual ou inferior a 3 km, devem ser estudadas caso a caso pois o que importa é a distância entre as residências e as escolas e não entre as escolas. Menos ainda se essa distância é medida em linha reta.

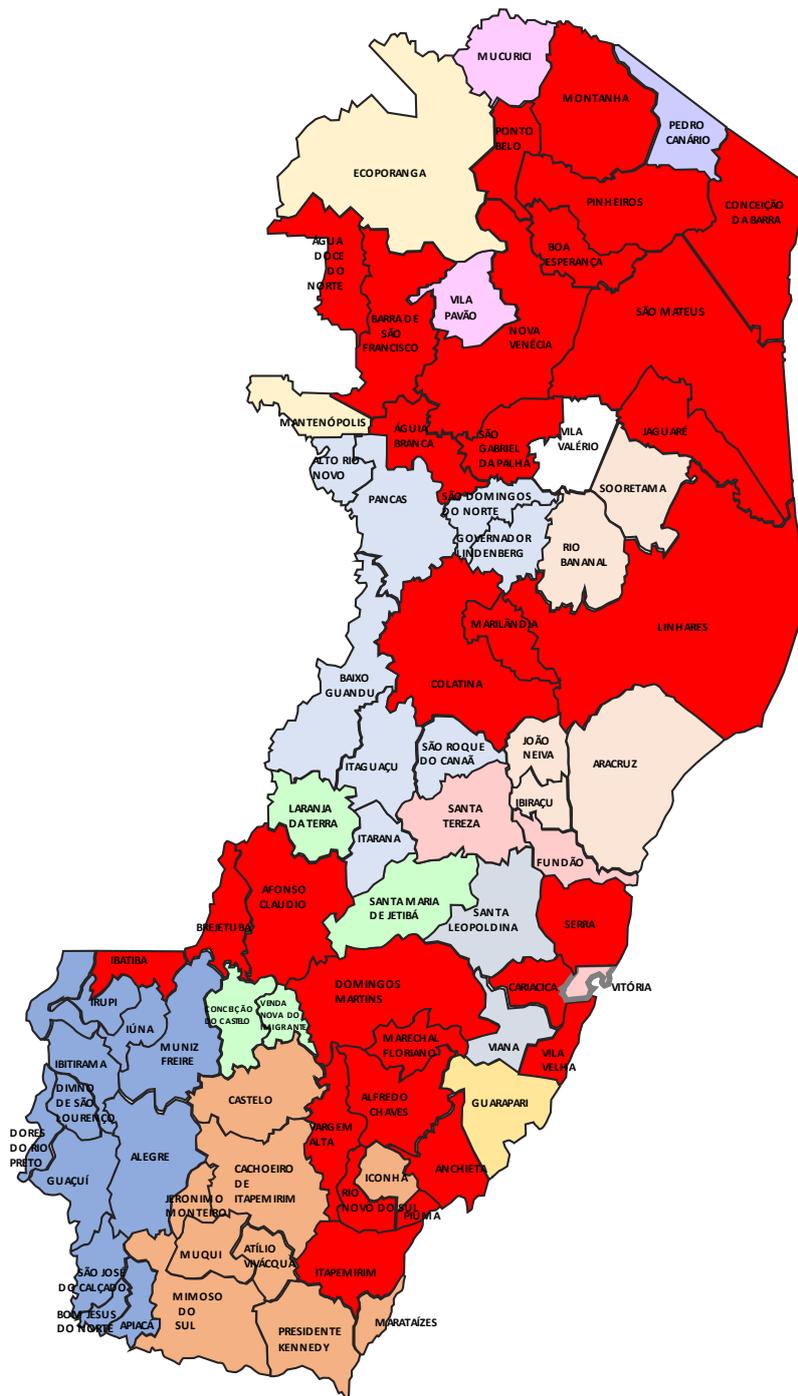
Esse Levantamento não pode ser tomado como argumento para justificar o fechamento de escolas do campo no Espírito Santo.

Reiteramos aqui nosso apoio às comunidades, na luta contra o fechamento de escolas, pela garantia do direito à Educação do Campo, inclusive na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (COMECES, 2020, p. 5-6, grifos nossos)

No ano de 2022, o Comeces produziu uma Nota de Repúdio ao TAG do TCEES - “Por uma Educação de Qualidade Social” -, subscrita⁶¹ pelo Fonec e por diversas associações acadêmicas nacionais, grupos de estudos e pesquisas locais, sindicatos, entre outras entidades da área da educação que apoiam a defesa da suspensão do Termo de Ajustamento de Gestão em sua totalidade. Nos registros feitos pelo Comeces, a referida Nota foi protocolada em 29 municípios (prefeituras, câmaras de vereadores, secretarias de educação, conselhos municipais de educação, comissão de educação da Câmara municipal de vereadores, Conselho Estadual de Educação e no Centro de Educação/Ufes).

⁶¹ Entidades de Apoio: Fonec - Fórum Nacional de Educação do Campo, Adufes - Associação dos Docentes da Ufes, Anfope - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação-ES, Assopaes - Associação de Pais e Alunos do Estado do Espírito Santo, Cebi/ES - Centro de Estudos Bíblicos-ES, Coletivo Educação Pela Base, Comitê Capixaba da Campanha Nacional pelo Direito, Conaq - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Corrente Sindical e Popular Resistência e Luta Educação ES, Fórum Estadual Popular da Educação do ES, Frente Capixaba pela Escola Democrática, Geduc – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Comparada – Ufes, Grufae - Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores – Ufes, Nepe - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Ufes, Nepeces - Núcleo de Estudos e Pesquisa na Educação do Campo, da cidade e da Pedagogia Social, Sindipúblico - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, Sindiupes - Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo.

Imagem 18 - Em vermelho, municípios em que a Nota Comeces de Repúdio ao TAG foi protocolada



Fonte: organizado pela autora.

O movimento contra o TAG se amplia, surgindo a necessidade de resistência numa luta massificada, em frente ao TCEES, articulando campo e cidade. Às vésperas da realização dessa atividade, fomos surpreendidos com o adiamento da assinatura do TAG, conforme imagem que segue (Imagem 19).

Imagem 19 – Divulgação do adiamento do prazo de assinatura do TAG



Fonte: TCEES, 2022.

Em 2023, novo texto do TAG é apresentado, com alterações na 1ª versão de 2022, adiando o prazo para a municipalização para o final de 2023, dentre outros destaques elencados pelo Comeces (2023, p. 3):

[...] oferta de anos finais a ser consensuado pelos municípios e estado até final 2023; criação de uma câmara de compensação para disponibilização de servidores entre as redes; ingresso do Ministério Público como interveniente no TAG com a responsabilidade de monitoramento pelas comarcas, e a criação de legislação específica para plano de reordenamento e de infraestrutura mínima das escolas. Permaneceu no texto da nova versão do TAG o compromisso de renúncia dos compromissários do direito de questionar os termos ajustados.

No dia 07 de março de 2023, o MST, ao denunciar os efeitos perversos impostos pelo TAG para as escolas do campo, foi recebido no Tribunal de Contas do Estado, juntamente com membros do Comeces. A partir desse movimento, a equipe que participou da negociação no dia 07 de março foi chamada para nova reunião, dois dias depois (09 de março), em que o Procurador do Ministério Público de Contas do ES

(MPCES) tentou rapidamente “despachar” a equipe, solicitando que fosse redigida uma Nota Técnica para sustentar o processo de retirada das escolas dos assentamentos do TAG. Em outro local, a equipe de negociação se reuniu, produziu a Nota (Anexo Q) retomando os mesmos argumentos do Manifesto (Anexo R) protocolado pelo MST no dia 07 de março. É importante destacar que tanto a Nota quanto o Manifesto foram produzidos em conjunto e reivindicavam a saída de todas as escolas do campo do TAG. E que nesses dois dias de diálogo com o TCEES a representação do Comeces também participou, defendendo a saída de todas as escolas do campo. Contudo, o Procurador do MPCES insistiu em orientar o Comeces a fazer o mesmo que o MST, o que levou o coletivo a protocolar, junto ao MPCES, o recurso contrário (Anexo S) à participação das escolas do Campo no Termo de Ajuste de Gestão, numa tentativa de ampliar esse diálogo com o TCEES, o que foi ignorado por essa instância.

Fotografia 28 – Representantes do Comeces protocolam recurso contrário ao TAG no Ministério Público de Contas do TCEES



Fonte: acervo pessoal.

Ao retomar as reuniões presenciais, no dia 30 de março de 2023, no município de Colatina, o Comeces reuniu 52 pessoas⁶², com representação de 14 municípios. A

⁶² Representações: MST, MPA, Raceffaes, Inca, Quilombolas, Comitê Jaguaré, Comitê Colatina, Fórum EJA-ES, Comitê Municipal de Educação de São Mateus, Comitê de Mimoso do Sul, Setor de

partir da análise da conjuntura atual e do diálogo em que todos relataram as condições dos municípios e os desafios relacionados à adesão ao TAG, ficou decidida a realização de uma mobilização de massa em Vitória. Nesse sentido, foi indicada a constituição de uma equipe, articulada pela representação do MST, Fetaes, Raceffaes e do MPA, com a tarefa de debater a estratégia e as táticas de mobilização.

A mobilização foi realizada no dia 04 de maio e começou com a concentração, às 7h da manhã, no estacionamento próximo ao TCEES, para o café e organização da marcha até o Tribunal, passando estrategicamente pela Assembleia Legislativa, conforme documentamos a seguir (Fotografias 29 a 32).

Fotografias 29 a 32 – Manifestação do Comeces contra o TAG



Fonte: Daniel Abarca, 2023.

Diante desse manifesto, um grupo de representantes foi recebido pelo presidente do Tribunal de Contas do ES, que declarou a importância da escuta dessa parcela da população capixaba e demonstrou interesse em uma nova conversa para prosseguir a escuta de suas reivindicações e argumentos. Fato que não se concretizou!

Educação do Campo/Semed de Colatina, Barra de São Francisco (comitê Municipal em formação), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comitê Municipal de Educação do Campo de São Gabriel da Palha, Setor de Educação do Campo/Semed de Boa Esperança, Representante do Fundeb Escola do Campo de Cariacica, Neja/Ufes, Comitê de Educação do Campo de Vila Valério, LEdoC São Mateus, LEdoC Goiabeiras e Fetaes.

Fotografias 33 e 34 – Reunião com o Presidente do TCEES



Fonte: Daniel Abarca, 2023.

O retorno dado ao Comeces veio da parte de uma parlamentar que mediou esse encontro com o Presidente do Tribunal de Contas. Segundo ela, o Presidente alegou não ter mais nada a fazer, considerando que o processo já havia sido analisado pelo Plenário do Tribunal de Contas. Dias depois, circulou nas nossas redes o convite para a cerimônia de assinatura do TAG da Educação, no dia 15 de junho de 2023.

Diante desse contexto, no dia 19 de julho de 2023, o Comeces se reuniu com um grupo de advogados/as para discutirmos acerca dos caminhos para a judicialização do TAG, considerada por um dos participantes como “o tiro de misericórdia”. Na ocasião, houve o entendimento de tentarmos uma Ação Civil Pública por meio da Defensoria Pública Estadual do ES (Depe/ES).

Como desdobramento dessa diretiva, no dia 01 de agosto de 2023, foi realizada uma primeira conversa com a Defensoria Pública, para tratarmos dessa ação. Houve o encaminhamento de retornarmos no mês de setembro.

Imagem 20 – Reunião com a Defensoria Pública do ES



Fonte: acervo Comeces, 2023.

Em âmbito nacional, o Comeces apresentou esse debate na Reunião da Frente das Escolas do Fonec e encaminhou o documento “O ENFRENTAMENTO DO COMECES AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES” para a Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena (Dipeceei) / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), historicizando todo o processo de luta contra o TAG, que preservamos nos anexos (Anexo T).

Ao contestar o TAG, buscamos na legislação educacional subsídios para os nossos argumentos e indicativos para nossas ações, para qualificar o debate, na perspectiva da derrubada desse Termo. Os marcos legais nos ajudaram a compreender o que vem a ser o Regime de Colaboração, a partir da Constituição Federal de 1988, em que encontramos a seguinte regulamentação, transcrita a seguir.

[...] Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

[...]

§ 5º [...] o Plano Nacional de Educação como articulador do sistema nacional de educação em regime de colaboração com os entes federados:

[...]

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...].

[...]

Art. 241 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e

bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (regulamentação por meio de legislação complementar - Resolução CNE/CEB nº 1/2012) (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9.394/96), em seu Art. 8º, delimita que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 1996).

A partir desse entendimento, ficava cada vez mais estranho o fato de o Tribunal de Contas do Estado induzir, por meio desse TAG, o reordenamento da rede de ensino, interferindo no processo educacional, tendo em vista apenas o aspecto financeiro, desconsiderando as condições dos municípios, o diálogo com as comunidades, impondo medida igual para todos os municípios, comprometendo a capacidade de realizar um bom regime de colaboração.

Em diálogo com o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury (2023)⁶³, ao relatarmos a situação vivenciada aqui no ES e questionarmos sobre a legitimidade de o Tribunal de Contas agir sobre essa matéria, o professor aduz que “[...] o Ensino Fundamental é competência concorrente entre Estado e Municípios e isto está definido constitucionalmente – competência concorrente no sentido de que os dois podem trilhar caminhos distintos com iguais finalidades e objetivos”, levando-nos a retomar o Art. 10 da LDB, inciso II, que transcrevemos a seguir:

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, Jamil Cury (2023) assevera que, de acordo com a LDB, o Tribunal de Contas “não pode definir para, mas sim definir com”.

Ainda segundo Cury (2023), o Conselho Nacional de Educação, em tramitação, está regulamentando um dispositivo que está na Lei nº 13.005, que trata das instâncias de pactuação e de negociação entre os entes federados que “[...] tenta dar uma corporeidade a esse Inciso II da LDB, tendo como base que o Ensino Fundamental é competência concorrente, não é competência privativa dos municípios”. Afirmo que:

⁶³ Diálogo ocorrido durante o debate proporcionado pela Anped 2023, MESA 14 - Financiamento da educação: desafios históricos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JenbpaTA8Yg>. Acesso em: 03 fev. 2023.

Se o Tribunal de Contas, que deve avaliar sim as contas, nesse sentido ele está cumprindo a sua função da melhor forma possível, ele não pode interferir em alguma coisa que já está definido na Constituição, na LDB, no Plano Nacional de Educação e na tramitação do Sistema Nacional de Educação que solicita uma forma transparente e colaborativa de ver uma distribuição proporcional dentro da competência concorrente da oferta do Ensino Fundamental. Não é competência dele isso!

A municipalização, ela foi induzida pelo FUNDEF e depois também pelo FUNDEB, mas com alterações na passagem do FUNDEF para FUNDEB e para o Novo FUNDEB, sem esquecer esses elementos, que é uma competência concorrente. [quando você determina para] você tem uma invasão de competências que deveriam buscar sim, formas coloquiais dialógicas de solução da forma de distribuição das matrículas do EF do ES (CURY, 2023).

Para Cury (2023), a concorrência está estabelecida na Constituição, “[...] ela não é problema, ela é solução [...]. No mercado concorrência e cooperação eles são opostos. Isso é no mercado, no âmbito jurídico não!”

De acordo com o acompanhamento feito pelo Comeces, no tempo em que esta tese foi parida (11/09/2023), dos 78 municípios do estado, 55 municípios⁶⁴ já haviam assinado o TAG.

4.3.1 A roda de conversa: um diálogo necessário com os sujeitos do Comeces

A roda de conversa ocorrida na reunião do Comeces, em que realizamos a última etapa da pesquisa, fortaleceu o diálogo com os sujeitos da pesquisa, ampliando a compreensão das categorias em análise, proporcionando a reflexão crítica (FREIRE, 1975) de algumas questões. Compreendíamos, desde o início, que precisaríamos desse momento como possibilidade de aproximação e envolvimento desse coletivo com a tese que procuramos defender de que o Comeces se constitui como espaço fundamental na formação e luta do movimento da educação do campo no ES. Nesse sentido, para dar continuidade ao que já se tinha em termos de uma “escuta virtual” proporcionada pelo questionário, apresentamos, na motivação da roda de conversa,

⁶⁴ Municípios que assinaram o TAG: Afonso Cláudio, Águia Branca, Alegre, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Atílio Vivacqua, Baixo Guandu, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Fundão, Governador Lindenberg, Guaçuí, Ibatiba, Ibirapu, Ibitirama, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Jaguaré, João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Mantenópolis, Marataízes, Marilândia, Mimoso do Sul, Montanha, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Piúma, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São José do Calçado, São Roque do Canaã, Sooretama, Viana, Vila Pavão e Vila Valério.

o resultado dessa escuta, provocando o coletivo a refletir sobre duas questões, assim formuladas:

- Por que que, por mais que a gente se organize, não conseguimos impedir o fechamento de escolas?
- Em que precisamos avançar, para impedir essas novas ofensivas, especialmente desse acordo de governança, que no ES se materializa no TAG do TCEES, como novo modelo de gestão?

Ao debaterem sobre a temática, algumas sínteses foram importantes para avançarmos neste estudo, conforme analisamos detidamente a seguir.

Vários integrantes do Comeces refletiram sobre a importância do papel das reuniões do Comeces, do sentido formativo desse espaço coletivo de diálogo, que chega na comunidade por meio das representações e que fortalecem os processos de resistência contra o fechamento de escolas, segundo relatos que seguem:

*[...] participei de algumas reuniões mas como sempre tem gente lá da minha reunião que participa do Comitê. [...] quando alguém que participa, que chega lá pra gente e faz outra reunião, repassa as considerações, os argumentos, os porquês das nossas reivindicações, então você tem uma capacidade de chegar e argumentar na hora desses enfrentamentos. Então isso é muito bom para a gente! [...] a minha consideração é a seguinte: **a gente não consegue impedir 100% do fechamento das escolas mas evita que isso aconteça assim, daquela forma que acontecia, que avance assim. A gente intervém!** Lá na escola, por exemplo, os meninos lá da Educação Infantil, o pessoal já quiseram fechar várias vezes. Mas quando a gente tem o argumento e vai no município... não, nós não queremos! [...] Sabemos argumentar! Na verdade a gente impede, em muitas vezes, não em 100%, mas nós conseguimos. [...] tem uma porção de coisas que a gente consegue evitar, graças à atuação do Comitê e essas conversas, essa formação chega lá na base pra a gente [...] as nossas famílias... então isso é muito importante! A gente não evita 100% mas a gente consegue enfrentar e evitar que isso aconteça, daquela forma que de vez em quando acontecia, sem a gente ter nem como argumentar (MST – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).*

*[...] é a formação da base. No local que não tem ninguém representando o Comitê, é mais fácil as pessoas da comunidade ser manipuladas pelo sistema, que tira elas, do campo com várias propagandas, que lá é melhor, que multisseriada é ruim pros estudantes. Que lá o filho vai ter uma série só para ele, a tecnologia. Então assim, já convence as famílias. **Então se não tiver a formação da base, as famílias também são facilmente manipuladas e não tem esse sentimento de ir pra luta e defender a escola do campo aí fica uns puxando e a maioria da comunidade concordando que o menino tem que ir pra um espaço melhor, nem que tenha que pegar o transporte.** Então falta essa formação da base aí (Comissão de Educação do Campo de Barra de São Francisco – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).*

Já o representante da Racefaes traz outro debate, indicando a necessidade do protagonismo do Comeces junto às comunidades, no sentido de adequar a situação

de fechamento das escolas a partir de um projeto próprio de educação. Eis a sua manifestação:

*[...] essa questão do fechamento de escola tem duas questões assim que a gente tem que analisar. Tem uma questão que é a questão política de intencionalidade de um projeto de educação para o país e tem a questão geográfica da população. **Porque o capitalismo vai chegando e vai se expandindo, vai desestruturando toda estrutura existente nos espaço. Por exemplo, vai ter comunidade que o próprio avanço do capitalismo vai diminuindo a população.** Então situações que a gente tem que dizer, a gente tem que refletir sobre isso de uma forma não conservadora. Não de uma forma tradicional como, por exemplo, lá em São Mateus [onde] nós temos uma situação concreta [...] Lá nós temos uma região que eu chamo região do Córrego Seco [...] nessa região tem um raio mais ou menos de doze, dez quilômetros. [...] tem ali oito escolas multisseriadas, numa aproximação de três, quatro quilômetros. [Uma] situação em que nós temos que repensar. O nosso grande debate [...] **eu penso que a palavra fechamento, para nós aí parece que fica uma coisa assim meio dolorida.** Mas eu acho que aí a gente tem que repensar o projeto de educação. Porque são doze quilômetros, está diminuindo as crianças em cada região, em cada pequena comunidade, e **se a gente não discutir ali um projeto, se o Comitê Municipal não discutir um projeto de educação pra cada região, o Estado vai se utilizar desse movimento que é próprio daquela região - diminuir crianças - pra criar um projeto de educação que eles vão querer lá.** [...] eu sinto na palavra fechamento a gente tem até certo preconceito falar sobre isso, pela natureza que foi criado isso. Eu acho que a gente tem que começar também a discutir, além de discutir o fechamento de escola de uma forma autoritária que o estado faz, o estado capitalista faz, mas nós também temos regiões que a gente tem que rediscutir. Determinadas regiões do campo como é que nós vamos criar ali um projeto de educação, um desenvolvimento e começar a pensar aí, né? Porque será, é aí mesmo? Sempre ficar aí? O fechamento não, não vão fechar, não vai fechar, não vai fechar, não vai fechar. **Mas até quando que a própria natureza territorial vai nos dar condições de evitar isso, sem discutir um projeto de educação?** Então acho que tem essa questão, acho que a gente também tem que ter a leitura de discutir projeto de educação pra determinadas regiões. **Eu acho que não só o não fechamento de escola, acho que essa narrativa não fechar escola, não é só, não é bastante.** Acho também [que] nós temos que discutir [...] com aquela região, junto com aquele povo lá, um projeto de educação. Não o projeto de educação do estado burguês, mas um projeto de educação dos movimentos sociais, das comunidades. Acho que nós já temos experiência acumulada pra discutir o projeto da educação. O ES tem experiências concretas de trabalhar um projeto de educação dentro da nossa perspectiva filosófica, política, pedagógica. Eu acho que essa questão aí de fechamento de escola, nós temos duas frentes de luta. É resistir onde o estado quer fechar de qualquer jeito, com aquele discurso economista. Mas tem regiões que nós temos que discutir como é que naquela região, nós vamos discutir um projeto de educação. Acho que essa primeira pergunta eu [estou] muito tencionado com relação a isso, porque nós estamos vivendo experiências concretas e como é que a gente vai lidar com aquela situação? (Raceffaes – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).*

Essa é uma contradição perigosa, pois não se trata de adequar o projeto da educação para o campo que está “esvaziando”, mas sim pensar junto à comunidade o que é possível fazer, coletivamente, para o fortalecimento do campo, repensando formas

coletivas de produção, de projeto de agricultura. Dialogando com Casali (2008, p. 149),

Quando falamos em educação do campo, estamos falando da reforma agrária, da construção de um novo sentimento de natureza, de biodiversidade, da inserção do debate sobre cultura, sobre sementes, produção e feiras. Estamos reafirmando que é preciso fazer uma leitura político-pedagógica, econômica, cultural a partir da terra e das contradições que estão postas dentro da lógica neoliberal.

Não podemos naturalizar a desterritorialização. Esse argumento apresentado acima, pelo representante da Racefaes, de que “**vai ter comunidade que o próprio avanço do capitalismo vai diminuindo a população**”, sugere uma rendição ao movimento do agronegócio no seu afã de fechar escola.

Seguindo por esse raciocínio, Casali (2008, p. 149) nos ajuda com a assertiva de que,

Cabe à educação do campo se afirmar como um instrumento de não ver o campo somente como um território geográfico, como um espaço físico, mas acima de tudo, como território humano, cultural, onde se cultivam valores, gente que pensa a partir de sua realidade, de seus sentimentos.

Esse debate da desterritorialização nos remete a retomar o tripé proposto por Caldart (2008, 2013) e pensar a educação do campo no ES considerando as lutas do campo brasileiro e a sua relação com a política pública. Evidencia a necessidade de aprofundarmos esse debate dentro do Comeces, reforçada pelas falas que se sucederam na roda de conversa.

O esvaziamento do campo foi retomado pelo representante do Comitê de Colatina, que assim refletiu sobre essa situação:

[...] eu penso assim, que [...] as políticas públicas para o campo, elas não são pra manter o homem do campo no campo. Quando a gente se vê com o esvaziamento do campo e as pessoas buscando outras possibilidades, de viver na cidade, a gente se vê com escolas com poucas pessoas e aí começa essa questão do fechamento de escola. Mas por que que as pessoas não estão ficando no campo? Porque não existe uma política que incentive ao campo. [...] por mais que a gente [retome] um projeto de governo, que valorize mais o campo, mas a gente ainda fica discutindo muito isso e patina com algumas coisas. [...] o campo tá esvaziando, automaticamente menos crianças. As famílias já diminuí [...] os seus filhos. E aí a gente vê lá uma escola com três crianças e ainda com algumas pessoas, com algumas famílias, não entendendo e não querendo valorizar o campo, então a gente tem muito isso, né? Muita falta de informação (Comitê de Educação do Campo de Colatina – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).

O mesmo participante seguiu apresentando exemplos de situações concretas do seu município, conforme a seguir:

*Eu vou trazer um relato aqui do que a gente tá vivendo um pouco aqui em Colatina, com as nossas três escolas municipais do campo e com a estadual também, que a gente tem na Reta Grande – Padre Fulgêncio. Essa semana mesmo, nós fomos pra uma audiência pública lá na Fazenda Pinote, convocada pelo Promotor da Infância de Colatina, a respeito de um transporte que algumas famílias querem que as suas crianças, os seus filhos [...] pra levar pra outro município, município vizinho que é São Roque. Então o Comitê Municipal foi envolvido nesse assunto. A gente fez uma apresentação ao Ministério Público dessa situação e aí deslançou em uma audiência, grande por sinal, na comunidade, muita gente. A gente vê relatos de famílias que você percebe que não tem muito entendimento e parece que não querem ou não conseguem entender a importância da escola. E aí eles dizem assim: **mas a gente não quer que a escola feche**. Mas se eu estou tirando o meu filho da comunidade e mandando para outro lugar, vai ficar sem criança a escola. Eu defendo muito essa ideia que a gente precisa avançar muito pra retomar com a força das escolas, pra retomar com o número de crianças nessas escolas é que a gente tenha uma política pública de valorização de permanência do homem do campo porque às vezes chegam algumas coisas [...] a tecnologia chega no campo, mas às vezes ela vai mais pra tirar o homem do campo do que pra manter o homem do campo (Comitê de Educação do Campo de Colatina – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).*

O segundo exemplo mencionado se refere à chegada do asfalto a uma das comunidades e o que isso pode significar:

*Nós temos a região de São Pedro Frio que começa a se falar, numa região turística e tudo mais. Tem um projeto de um asfalto para aquela região. O asfalto [...] vai levar desenvolvimento pra região ou ele vai facilitar que as pessoas de lá venham pra cidade, pra procurar emprego aqui? E **se eu levo um asfalto e eu não penso num projeto pro campo de escola, de projeto político agrícola, de emancipação mesmo daquela comunidade, eu vou acabar de acabar com aquela comunidade**. O asfalto só vai ser um acesso mais fácil, que as pessoas já fazem isso, as pessoas já se deslocam das comunidades pra vir trabalhar na cidade, vai perdendo o vínculo com a agricultura e aí automaticamente já vai trazendo seu filho também para estudar na cidade, porque eu tô aqui o dia inteiro, então trago meu filho [...] são situações que a gente se vê, que a gente percebe, que são políticas eleitoreiras mesmo, né? Que a gente tá vivendo. Não são políticas pensando realmente no homem do campo. A gente no campo, a gente na verdade nunca foi valorizado, né? Por mais que se tenham falas de valorização mas a gente ainda sofre muito com esse esvaziamento (Comitê de Educação do Campo de Colatina – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).*

E conclui refletindo sobre a relação da educação do campo e a desterritorialização:

Aí começa-se fechamentos de escola, da comunidade [só] morrendo. E daqui a pouco começam a fazer, que nem estão fazendo em algum interior nossos e começa a se fazer alguns loteamentos [...] Aí, que que acontece? Quem tem dinheiro vai lá, compra uma chácara e aí gera ainda problema fundiário para aquela região (Comitê de Educação do Campo de Colatina – Roda de Conversa, 2023).

Nessa mesma toada, vieram as colocações do representante do MAB, que compreende a educação brasileira no contexto da luta de classe, evidenciando que ao lutar pela escola do campo também estamos lutando pelo projeto camponês.

[...] por que que a gente agora não conseguiu impedir o fechamento das escolas? Aí é simples, né? A gente não tá brigando só com o fechamento das escolas, está brigando enquanto Comitê, mas também enquanto campo, com toda essa estrutura que o capital se organiza. Então, se a gente pensar no que o capital faz, ele não faz pro povo, ele faz pra se reproduzir e nessa equação ele não coloca fator humano em lugar algum, muito menos a quantidade de pessoas e de vida que existe nos entornos desses projetos. Se um asfalto foi colocado lá, vai escoar o que o capital precisa, não pra facilitar a vida do povo. Isso é fato! (Representante do MAB – Roda de Conversa, 2023).

Conjectura que na sociedade nunca existiu um projeto de educação pensado pela classe trabalhadora, evidenciando a luta contra o fechamento de escola:

[...] a educação brasileira ela nunca foi pensada pela classe trabalhadora, [...] ela sempre foi pensada pelas elites. Nunca a gente teve a educação sendo pensada pelo povo. Então quando a gente ousa criar esses coletivos, esses comitês, a gente tem um enfrentamento disso que distorce inclusive a lei [como por exemplo] o TAG do Tribunal de Contas [...] tratorando as coisas que distorce totalmente o que tá lá nas leis. Então por quê? Porque tem esse povo [que] é muito ousado em querer discutir algo que não é pra eles discutirem. O povo do campo tem que fazer o que o capital determina que ele faça, que é construir mão de obra e se não é pra construir mão de obra, esse povo não tem que pensar. E quando a gente pensa a educação do campo, a gente pensa a realidade do nosso povo. É aí, quando a gente pensa a realidade do nosso povo, a gente começa a pensar, começa a questionar o que existe, o que tá posto ali. [...] e isso nunca foi colocado. A gente olhava as diretrizes dos nossos cursos hoje, um novo ensino médio [que] é pra gente deixar de pensar, só pra gente virar robzinho e aprender só a contar e falar, não pensar [...] (Representante do MAB – Roda de Conversa, 2023).

A reflexão de outro representante da Racefaes complementa essa assertiva ao dizer que:

[...] essa discussão de impedir, de lutar ou de diminuir o fechamento de escola se situa no campo da disputa de projetos, [...] de perspectivas de sociedade. O agronegócio tem um projeto para o campo e desenvolve suas estratégias pra consolidar esse projeto. E o desenvolvimento dessa estratégia tem efeitos e consequências [...] lutar a favor do nosso projeto perpassa por defender a escola na comunidade. Então lutar contra o fechamento de escola faz parte da defesa do nosso projeto. [...] A luta contra o fechamento de escola precisa continuar como estratégia, mas parece que só ela não basta.

Nesse caminho, os representantes do MST e da Licenciatura em Educação do Campo contribuíram trazendo a necessidade de articular o debate da educação do campo à reforma agrária popular, refletindo que

*[...] a gente briga pela educação do campo, [...] um projeto de educação, mas a gente tem um projeto de sociedade. Por isso que a gente luta por Reforma Agrária. **Então a gente pensa assim: o Setor de Educação além de lutar pela educação, além de ter esses enfrentamentos de não fechamento da escola, a gente também continua lutando pela Reforma Agrária, porque se vai gente pro campo, nós tamos somando as nossas forças.** Então talvez aí tá o porquê que acontece isso, se não tem gente não tem escola, não tem professor, não tem quem vai lutar pela escola. [...] pra gente é bem*

claro, se tem gente no campo, tem escola, tem professores e tem luta. Se nós não temos ninguém, não vai ter quem lute pelo nosso poder social. Então talvez o nosso Comitê, além de lutar por tudo isso, nós temos que botar a pauta da Reforma Agrária, modelo de uma nova estrutura aí no campo (Representante do MST – Roda de Conversa, 2023, grifos nossos).

[...] precisamos avançar no que seria o fortalecimento da relação campo e cidade [pois] esse é um elemento que vai ser importante no campo das políticas públicas [que vai] ajudar a fazer também com que a cidade compreenda a relação dela com o campo. [...] se não há políticas educacionais no campo, o que que isso também vai impactar na cidade em termos de produção de alimentos, de alimentos de qualidade. [...] eu acho que esse espaço de formação que a gente tem ocupado, nas áreas rurais, acho que é hora de começar a pensar também nessa formação nos espaços, de trazer essa população para a luta também conosco (Representante da LEdoC – Roda de Conversa, 2023).

O que foi evidenciado até aqui revelou a importância do Comeces e o seu papel enquanto intelectual coletivo orgânico (GRAMSCI, 2021; MOLINA; SANTOS, 2022), especialmente na luta contra o fechamento de escolas do campo. Nesse sentido, assim se expressaram algumas representantes desse coletivo:

O Comeces é uma conquista dos povos do campo no Estado do Espírito Santo e representa um coletivo articulado na luta pelo direito à educação do campo. Tem um papel fundamental na articulação de políticas públicas que contemplem, ao mesmo tempo, as especificidades das diferentes experiências de nosso território, como também a manutenção da unidade que agrega todas essas especificidades. É ainda um parceiro forte na luta pelo não fechamento das escolas, constituindo-se como lócus de denúncia (Educadora - Questionário da Pesquisa, 2022).

O Comeces esteve à frente de muitas lutas contra o fechamento de escolas do campo, bem como de abertura de escolas fechadas e muitas conquistas nesse sentido precisam ser registradas para fortalecer o movimento e deixar comprovado que a partir da união da comunidade junto com a escola (estudantes, famílias e professores) é possível garantir a permanência da educação do campo (Educadora - Questionário da Pesquisa, 2022).

Outra educadora, ao ser indagada se gostaria de fazer alguma reflexão no sentido de contribuir com a pesquisa ou algo que achasse pertinente ser investigado, trouxe uma problematização acerca do “*impacto do fechamento de escolas onde as comunidades não conseguiram evitar que isso acontecesse*” (Educadora - Questionário da Pesquisa, 2022). Consideramos uma excelente provocação que deixamos registrada na expectativa de que venham outras pesquisadoras e pesquisadores para contribuir na luta contra o fechamento de escolas e no fortalecimento da educação do campo.

As questões problematizadoras da roda de conversa possibilitaram que os sujeitos trouxessem vários elementos para reflexão, evidenciando contradições e desafios, bem como pautando as conquistas e a necessidade de cuidar ainda mais do Comitê, fortalecendo a ideia do Comeces como um espaço formador e indutor da política, na

promoção de ações concretas de intervenção na transformação da realidade (GRAMSCI, 2021).

As conversas com o grupo nos provocaram também a repensar a pergunta inicial, no sentido de apreendermos qual é o dilema e como, organicamente, o coletivo pode avançar, para além do conteúdo da educação, a partir das dimensões que articulam a vida na comunidade, do que afeta a vida das famílias e do conjunto da sociedade como um todo. Nesse sentido, a ideia da reforma agrária popular foi colocada como inédito viável, na perspectiva de pensar um projeto de sociedade que envolve a complexidade das relações, em que a educação do campo disputa no âmbito do projeto capitalista e a partir da participação da classe trabalhadora, a construção de um projeto em defesa da terra, da vida, da cultura, como sujeitos protagonistas de sua própria história.

CIRCUITO QUE SE ABRE PARA FECUNDAR NOVOS CULTIVOS

[...] se havia algo que pretendia [...] numa obra a qual me pus a nu por inteiro era trazer uma contribuição positiva [...] não pensava que punha um ponto final [...].

Florestan Fernandes

Ao redigir estas linhas, retomamos os sentimentos do que foi o desafio de sistematizar uma experiência em que estamos envolvidos enquanto sujeito coletivo orgânico e que se tornou possível para nós a partir da compreensão de que a apreensão da realidade concreta se dá a partir da percepção coletiva, com os sujeitos (FREIRE, 1983), elemento importante que qualificou nosso trabalho. O interesse pela percepção coletiva da experiência do Comeces foi o que nos mobilizou e conduziu nesta pesquisa qualitativa que pressupõe o nosso envolvimento com os sujeitos da pesquisa (TORRES CARRILLO, 1996).

O trabalho de sistematização desta experiência (GHISO, 1998; MEJÍA JIMÉNEZ, 2007; HOLLIDAY, 2006) nos deu a possibilidade de testemunhar a dinâmica das ações ao longo do percurso temporal da pesquisa. Buscamos compreendê-las dentro das contradições e das disputas por projeto de sociedade, tendo como orientação a indissociabilidade da tríade Campo – Educação do Campo – Políticas Públicas (CALDART, 2008, 2013). Nesse sentido, problematizamos o papel do Comeces na relação com o Estado, a partir do desvelamento da política da educação do campo, considerando a educação na perspectiva da luta de classes (FERNANDES, F., 1975).

Nesse sentido, a abordagem da sistematização de experiência somada à pesquisa militante (BRINGEL; VARELA, 2016) nos aproximou de uma vertente epistemológica própria de produção de conhecimento, a partir da nossa práxis no movimento social, ou seja, uma investigação com os sujeitos, considerando as imbricações entre a elaboração intelectual e ação política (GRAMSCI, 2021).

Ao longo do processo de estudos e elaboração da pesquisa, o esforço pela interpretação das fontes e compreensão do tempo cronológico em que os fatos ocorreram (CELLARD, 2012) foi possibilitado pela análise documental, que nos permitiu acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social e à tarefa de interpretar as fontes, possibilitando-nos o entendimento das situações limites/contradições. O inédito dos documentos inventariados integra nossa vivência e compõe memórias que fazem a história do Comitê pela mediação das imagens fotográficas que foram utilizadas (CIAVATTA, 2020).

Ao revelar as experiências do Comeces e preservá-las, buscamos investigar que desafios, contradições e ações de resistência envolveram o Comitê nas lutas em defesa e fortalecimento da Educação do Campo do Espírito Santo, nos últimos 14 anos. Ao longo da pesquisa, a hipótese de que o Comitê de Educação do Campo se constitui como espaço fundamental na formação e luta do movimento da educação do campo no ES foi sendo reafirmada.

Nessa perspectiva, analisamos as ações que foram assumidas no âmbito das lutas frente aos desafios e contradições que emergiram no processo de consolidação do Comeces, ressaltando as possibilidades de fortalecimento da formação da classe trabalhadora do campo.

Ao compreendermos as situações limites (FREIRE, 1975), buscamos entender a sua lógica, o seu sentido e as suas interlocuções, a partir de uma interpretação crítica, considerando que não existe homogeneidade nos espaços de atuação do Comeces.

Movemo-nos no esforço de refletir teoricamente acerca dos processos vividos pelo Comeces, com os movimentos sociais, buscando apreender novos conhecimentos, novos saberes e novas teorias que pudessem emergir da práxis (MEJÍA JIMÉNEZ, 2007; TORRES CARRILLO, 1996), evidenciando com isso a importância das posições coletivas e dos movimentos de resistência.

Durante todo o processo da pesquisa, revisitamos nosso envolvimento com o movimento da educação do campo no ES, assumindo-nos desde o início como uma pesquisadora militante, posicionamento esse que delimitou os caminhos da pesquisa, desde a configuração do estudo. Seguindo nessa trilha, analisamos as imbricações das lutas sociais e as políticas públicas como aproximações necessárias.

Ao configurar o estudo, a revisão das produções acadêmicas nos permitiu evidenciar a originalidade e a contribuição desta investigação, que resultou da sistematização da experiência de organicidade do Comeces, fazendo-nos retomar antigos dilemas da questão agrária no Brasil, em que a intolerância dos detentores do agronegócio, que é uma marca da sociedade brasileira, confronta-se com a intransigência das camponesas e dos camponeses (FERNANDES, F., 1975), que jamais desistiram de lutar e sempre defenderam o direito à educação do campo. Lutas estas com novas roupagens, em que a intransigência das camponesas e dos camponeses foram e são indispensáveis.

Nessa toada, procuramos compreender a relação do Comeces com o Estado, interpretando o momento em que o estado buscou estar no controle, acolhendo o Comitê para, juntos, construírem as diretrizes estaduais da educação do campo. Essa atuação conjunta, como uma contingência dentro da ordem (FERNANDES, F., 1975), proporcionou uma perspectiva de amadurecimento que indicou uma necessária ruptura, no ano de 2015, iniciando-se uma construção autônoma desse coletivo.

Ao tentar abarcar os fenômenos que envolveram o Comeces em sua totalidade e investigá-los concretamente, buscamos compreender o papel do Comitê, em todo o seu processo organizativo, de debates, de elaborações, de lutas políticas, nas conquistas das políticas públicas, sem deixar de nos interrogarmos acerca do distanciamento de algumas dessas políticas, como, por exemplo, o Programa Escola da Terra, cujas temáticas nem sempre dialogam com aquilo que teria necessidade de elaboração acadêmica, de contribuição para a educação do campo no ES.

Os resultados da pesquisa reforçaram o entendimento das diferentes dimensões de atuação do Comeces, seja a partir do controle exercido quando esse coletivo pauta uma agenda política, uma pauta unificada; mobiliza as comunidades e as famílias para, coletivamente, resistirem às fortes investidas de fechamento de escolas; ou quando se articula fortalecendo a relação do campo com a cidade, na perspectiva da luta de classes.

Nesse processo de luta pela constituição da educação do campo no ES, tendo o Comeces como protagonista, evidenciam-se ações de controle social, reivindicativas, formativas, epistemológicas, culturais, algumas delas fortemente propositivas, que se traduziram em grandes conquistas: a criação da Licenciatura em Educação do Campo nos *Campi* de Vitória e de São Mateus; a participação do Comeces no colegiado desses cursos, nos editais de seleção de professores para atuarem nas escolas do estado, com pré-requisito indicando a formação em Licenciatura em Educação do Campo como primeira habilitação; na retomada dos cursos do Pronera; na articulação com a cidade nos encontros e assembleias populares e nos movimentos de rua; na articulação política para criação de um observatório estadual de educação do campo e na construção da Resolução Estadual das Diretrizes Operacionais.

Nessa toada, o Comeces vem avançando na perspectiva da Reforma Agrária Popular, integrando-se com outras forças, envolvendo os movimentos sociais da cidade e do campo, de modo a produzir mudanças na correlação de forças.

Contudo, os desafios também estão presentes e são identificados como possibilidade de conquista, apontando para a necessidade de avançar na discussão de políticas de valorização da permanência do homem no campo, ampliando o diálogo com as famílias, na compreensão de que o campo precisa de gente para ter escola do campo, e, conseqüentemente, garantir a continuidades das lutas.

Nessa seara, temos o desafio de lutar contra as novas formas que o capital se organiza e ocupa os espaços públicos de defesa do povo, para forjar seu projeto necrófilo de esvaziamento do campo, induzindo a reorganização da rede escolar, como vem fazendo o Tribunal de Contas do ES, com o TAG da Educação.

A retomada da participação orgânica dos Indígenas e Quilombolas também se constitui um desafio que se abre para o chamamento dos Pomeranos, para que também componham esse coletivo de lutas dos povos do campo, das águas e das florestas.

O circuito dessa história não se fechou (FERNANDES, F.,1975), mas se fortaleceu para produzir novos frutos, no sentido de combater a forte investida de uma educação despolitizada e anunciar a educação capaz de promover a consciência crítica.

Com o sentimento de tarefa cumprida e o coração quentinho, seguimos com nossos mestres e nosso povo reafirmando numa só cantoria, que dessa história nós somos os sujeitos. E vocês nos perguntarão por que cantamos⁶⁵...

Cantamos porque o grito não basta
E choro e raiva não são suficientes
Cantamos porque acreditamos nas pessoas
E porque vamos superar a derrota
Cantamos porque o sol nos reconhece
E porque o campo cheira a primavera
E porque neste caule, naquele fruto
Toda pergunta tem sua resposta
Cantamos porque chove no sulco
E somos militantes da vida!

Adaptação do poema de Mario Benedetti

⁶⁵ Adaptação do poema "Por que cantamos?" da autoria de Mario Benedetti.

REFERÊNCIAS

APIB. **Funai alertou Ministério da Justiça sobre o avanço do garimpo na TI Yanomami, mas o documento foi engavetado pelo governo Bolsonaro.** 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/05/15/funai-alertou-ministerio-da-justica-sobre-o-avanco-do-garimpo-na-ti-yanomami-mas-documento-foi-engavetado-pelo-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 19 maio 2023.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Terra. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Trabalho no Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; EGGER, Daniela da Silva. Agronegócio. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARROYO, Miguel. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. *In*: Clarice Aparecida dos Santos *et al.* **Dossiê Educação do Campo:** documentos 1998-2018. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2020.

BARCELLOS, Gilsa Helena; FERREIRA, Simone Batista. **Mulheres e Eucalipto:** histórias de vida e resistência. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2007. Disponível em: <https://alertacontradesertosverdes.org/livros/mulheres-e-eucalipto-historias-de-vida-e-resistencia-gilsa-helena-barcellos-simone-batista-ferreira-2007/>. Acesso em: 03 de jun. 2023.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3).

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Brasília, 1996.

BRINGEL, Breno. Geopolítica da pandemia, escalas da crise e cenários em disputa. **REALIS**, Pernambuco, v. 10, n. 01, p. 33-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/248023/pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, E. Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, p. 389-413, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21832/15904>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista de Direito administrativo**, São Paulo, v. 03, p. 474-489, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609/116687>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAETANO, Daniele Batista. **Formação de professores da educação do campo na Escola Comunitária Rural Municipal “Córrego Seco”**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018. Disponível em: https://educacaodocampo.saomateus.ufes.br/sites/educacaodocampo.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/daniele_batista_caetano.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/A_ESCOLA_DO_CAMPO_EM_MOVIMENTO.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Campo – Políticas Públicas – Educação. *In*: SANTOS, M. A. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Incra; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Educação Profissional na Perspectiva da Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. Trabalho encomendado na 36ª Reunião anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro de 2013.

CALDART, Roseli Salete. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? *In*: MOLINA, Monica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Org.). **Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das experiências piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CASALI, Derli. O campo da educação do campo. *In*: Erineu Foerster *et al.* (Orgs.). **Projeto político-pedagógico da educação do campo**. Vitória: Programa de Pós-graduação em Educação – Ufes, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316. Disponível em: https://www.academia.edu/9238598/ANDR%C3%89_CELLARD_-_A_an%C3%A1lise_documental. Acesso em: 14 dez. 2019.

CIAVATTA, Maria. O rio dos trabalhadores - A educação do olhar e a fotografia como fonte histórica. **Revista Trabalho Necessário**, n. 18, v. 35, p. 240-63, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40506>. Acesso em: 6 nov. 2022.

COMECES. **Diagnóstico COMECES: Atividades Pedagógicas Não Presenciais e o retorno às aulas presenciais**. Relatório 2020.

COMECES. **Regimento Interno**. Vitória, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/es/?q=node/205>. Acesso em: 22 jun. 2023.

COMECES. **Relato de Construção do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo**. Vitória, 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/es/?q=node/205>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Ed. Expressão Popular, 2012.

ESPÍRITO SANTO. **Governo inicia elaboração do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba**. 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-inicia-elaboracao-do-novo-plano-estrategico-de-desenvolvimento-da-agricultura-capixaba>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 390, de 10 de maio de 2007**. Vitória, 2007. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC3902007.html>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Portaria Conjunta Sesa/Sedu nº 06-R, de 21 de julho de 2021**. VITÓRIA, 2021. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/coronavirus/Portarias/PORTARIA%20CONJUNTA%20SESA_SEDU%20N%C2%BA%2006-R,%20Suspende%20as%20restri%C3%A7%C3%B5es%20sanit%C3%A1rias.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Plano estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – NOVO PEDEAG 2007 – 2025. Vitória: Governo do Estado, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Apresentação. *In*: Eliza Bartolozzi Ferreira (Org.). **Política Educacional do Estado do Espírito Santo: a educação é um direito**. Vitória: SEEB/SEDU, 2004.

FERREIRA, Maria Geovana Melim. **A educação popular na práxis do ProJovem Campo – Saberes da Terra no Espírito Santo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9141_CD%20-%20A%20educa%E7%E3o%20popular%20na%20pr%E1xis%20do%20ProJovem%20Campo%20%96. Acesso em: 31 maio 2021.

FONEC. Carta-Manifesto: 20 anos da Educação do Campo e do Pronera. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos *et al.* **Dossiê Educação do Campo: documentos 1998-2018**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2020.

FONEC. **Plataforma da Educação do Campo para o governo Lula**. 2022. Disponível em: <https://fonec.org/wp-content/uploads/2022/09/Plataforma-Educacao-do-campo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FRANÇA, Dalva Mendes de. **Vivências da Pedagogia do Movimento em Escolas de Assentamentos - MST/ES**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6825_Viv%EAncias%20da%20Pedagogia%20do%20Movimento%20em%20Escolas%20de%20Assentamentos%20MST_ES.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

FRANÇA, Dalva Mendes de. **Formação de Educadoras e Educadores do MST-ES: conexões, desafios e possibilidades ante a dimensão educacional da Reforma Agrária Popular**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16981_Vers%E3o%20Final%20da%20Tese.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

FRENTE POPULAR EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Carta Aberta da Assembleia Popular da Educação**. 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em:
http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/MedoeOusadia_0_0.pdf.
Acesso em: 10 jul. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. Base nacional (mercadológica) comum. Avaliação Educacional. **Blog do Freitas**. São Paulo, 20 de jul. de 2015. Disponível em:
<https://avaliacaoeducacional.com/2015/07/20/base-nacional-mercadolologica-comum/>.
Acesso em: 22 mar. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVvy/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 11 fev. 2023.

FREITAS, Valdívio José de. **Os desafios da educação do campo nas Escolas de Assentamento do Norte do Espírito Santo, ante a segunda era Paulo Hartung (2015/2018)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018.

FRENTE POPULAR EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Carta Aberta da Assembleia Popular da Educação**. 2020.

GAMA, Sônia Maria Fonseca. **Financiamento da educação do campo na Amazônia paraense: uma análise nos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em:
https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/dissertacao_sonia_maria_fonseca_gama_2008.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

GAVA, Marleide Pimentel Miranda. **Professores do campo e no campo: um estudo sobre formação continuada e em serviço na escola distrital “Padre Fulgêncio do Menino Jesus”, no Município de Colatina/ES**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em:
https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2283/1/tese_5282_MARLEIDE%20PIMENTEL%20MIRANDA%20GAVA.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

GIMENES, Antônio Gimenes; SILVA, Antônio Rocha da; SANTANA, Valmere. **O campo de vida e a escola do campo de vida no projeto de transformação social sustentado pelos sujeitos coletivos do campo: apontamentos para a reflexão na formação de professores do campo no curso de Licenciatura em Educação do Campo**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

GHISO, Alfredo. **De la practica singular al dialogo con lo plural** - aproximaciones a otros transitos Y sentidos de la sistematización en épocas de globalización. Funlam, 1998. Disponível em: <https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/?p=661>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GHISO, Alfredo. Entre el hacer lo que se sabe y el saber lo que se hace. *In: Sistematización de Experiencias – Propuestas y debates*. Bogotá: Dimensión Educativa, 2004. Disponível em: <http://centroderecursos.alboan.org/ebooks/0000/0416/Aportes57.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

GOIS, Magaly Nunes de. **Participação e controle social dos movimentos sociais e sindicais na Educação do Campo**: um estudo no Estado do Sergipe. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4600/1/MAGALY_NUNES_GOIS.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 3. **Maquiavel- Notas sobre o Estado e a Política**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira; Carlos Nelson Coutinho. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%C3%A1rcere-v.pdf. Acesso em 07 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (XXIX) 1932. *In: SEMERARO, Giovanni. Intelectuais, educação e escola*: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GT DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES. **Diagnóstico da educação do campo no Espírito Santo**, 2008. p. 11-12.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; LIMA, Iranete Maria da Silva; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. A escola do campo na perspectiva dos movimentos sociais: referências para o debate. *In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. Anais...*, São Luís, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT03_734.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

HEHR, Roseli Gonoring. **Produção escrita e educação do campo**: um estudo de caso em uma escola de ensino fundamental do Município de Domingos Martins – ES. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8643/1/tese_9400_Dissert.%20Roseli.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view>. Acesso em: 02 abr. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral: educação**. Brasília, 2023.

KLEIN, Sônia Francisco. **Educação do campo**: um estudo sobre cultura e currículo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Crubixá - Alfredo Chaves – Espírito Santo. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6510_SONIA%20FRANCISCO%20KLEIN.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

LEHER, Roberto. **Reflexões do autor durante uma aula do curso Paulo Freire: o Educador do Povo**, que tratou do tema “O papel da educação na transformação social”. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3wYUTAmwpU&t=418s>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MACHADO, Maria Margarida. Direito à Educação e Manutenção da Subalternidade. *In*: MACHADO, M. (Org). **Ler Gramsci para pensar a política e a educação**. 2020, p. 223-245. (e-book). Disponível em: <https://editorascotti.com/ler-gramsci-para-pensar-a-politica-e-a-educacao/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MAINARDES, Jefferson. Las Epistemologías de la Política Educativa y sus contribuciones para el campo. *In*: TELLO, César (Org.). **Epistemologías de la Política Educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1- 25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/HvzD9vdbHTjX7pbJgzsmQBS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2021.

MARINS, Alex Nepel. Educação do Campo: práticas pedagógicas e participação comunitária. *In*: OLIVEIRA, Edna Castro de; CEZARINO, Karla Ribeiro de Assis (Orgs). **Seminário Popular 20 anos do Fórum EJA/ES e 10 anos do Comitê de Educação do ES**. Vitória, 2018. Disponível em: https://neja.ufes.br/sites/neja.ufes.br/files/field/anexo/caderno_de_resumos_-_seminario_popular_1.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

MARX, Karl.; ENGELS, Frederic. **Textos sobre educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

MEJÍA JIMÉNEZ, Marco Raúl. La sistematización como proceso investigativo o la búsqueda de la episteme de las prácticas. **Revista Internacional Magistério**, Bogotá, n. 33, jun.-jul. 2007.

MELO, Andressa da Silva de. **A importância da educação do campo na Comunidade do Córrego Seco, Município de São Mateus/ES**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

MENESES, Raquel Reis. **As Escolas Comunitárias Rurais no Município de Jaguaré**: um estudo sobre a expansão da Pedagogia da Alternância no Estado do Espírito Santo/Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6742_RACHEL%20REIS%20MENEZES.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Fonec: a construção de um intelectual orgânico coletivo dos(as) camponeses(as) no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, jan./dez. 2022.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: lattermund, 1997. Disponível em: <http://relats.org/documentos/HOMENAJES.Clodomir.Textos.Ligas1997.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MOREIRA, Flávio. A educação no/do campo e o contexto das políticas públicas: novas perspectivas? *In*: Eliza Bartolozzi Ferreira (Org.). **Política Educacional do Estado do Espírito Santo**: a educação é um direito. Vitória: SEEB/SEDU, 2004.

MST/ANCA. **Paulo Freire um educador do povo**. São Paulo, [s.n.], 2002

MST. **MST condena nova legislação fundiária aprovada pelos golpistas**. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/07/11/mst-condena-nova-legislacao-fundiaria-aprovada-pelos-golpistas/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma Política Pública de educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 15-26. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

MUNARIM, Antônio. **Movimento Nacional de Educação do Campo**: uma trajetória em construção. UFSC, GT-03: Movimentos Sociais e Educação, 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-4244-int.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

NICOLAV, Vanessa. O que passou na "boiada" de Ricardo Salles durante a pandemia? **Revista Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 22 mar. 2021.

OLIVEIRA, Edna Castro de. **Os processos de formação na educação de jovens e adultos**: a “panha” dos girassóis na experiência do PRONERA MST/ES. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

OLIVEIRA, Edna Castro de. Prefácio. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PACKER, Larissa. Economia verde é "falácia miraculosa" para tempos de destruição, diz Larissa Packer. **Revista Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/economia-verde-e-falacia-miraculosa-para-tempos-de-destruicao-diz-larissa-packer>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PAJOLLA, Murilo. Câmara aprova projeto que ameaça futuro de indígenas em benefício de ruralistas. **Revista Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/camara-aprova-projeto-que-inviabiliza-demarcacao-de-terra-indigena-e-ajuda-agronegocio>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

PEZZIN, Josimara. **Professores (as) Sem Terra**: um estudo sobre práticas educativas do MST. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_89_JOSIMARA%20PEZZIN.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

PISTRAK, Moisey Miklaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

PIZETTA, Adelar João. **A questão agrária e o MST no Espírito Santo**. São Mateus, 1999. Cartilha produzida com apoio da CPT-ES.

RAINHA, Janaina. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público**: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/4320/1/tese_5921_.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

REINHOLTZ, Fernanda Rodrigues Neves. **A reconfiguração dos sujeitos da EJA no campo**: o caso da EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13735_Disserta%E7%E3o%20Final%20ppge%20%281%29.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

RIBEIRO, Gilcimária Félix. **O processo formativo de professores no curso de Licenciatura em Educação do Campo. 2019**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil**: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3939>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SANTOS, Clarice. Educação do campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 393 - 425, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 16 set. 2023.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação do Campo: mais do que modalidade, disputa de projetos. *In*: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SÃO PAULO. Aos que fazem a educação conosco em São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 1989 - Suplemento. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1027>. Acesso em 25 jul. 2021.

SEIBERT, Iridiani Graciele; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Feminismo Camponês Popular. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

SEGANFREDO, Kátia Aparecida. **Comitê Estadual de Educação do Campo**: a materialização da luta política no âmbito da Educação do Campo no Paraná. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_039bec2fd043bae582f49738ac80b294. Acesso em: 05 jul. 2021.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Adilson Alves da. **A educação do campo em Goiás**: contribuições da Comissão Pastoral da Terra. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1071>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SILVA, Divina Leila Soares. **Salas extensivas de educação infantil do campo**: uma experiência no Município de Pancas, ES. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/6039/1/Divina%20Leila%20Soares%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-93. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-e-pesquisa-questoes-para.pdf/view>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SOUZA, Adriano Ramos de. **Escola da Terra Capixaba na Bacia do Rio Doce**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11136/1/tese_13263_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Adriano%20Ramos%20Vers%C3%A3o%20Final%20250419.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1401>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SPERANDIO, Walkyria Barcelos. **Formação continuada de professores na escola do campo: com a palavra os docentes do Ensino Médio**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6687_WALKYRIA%20BARCELOS%20SPERANDIO.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

TAVEIRA, Vitor. O Espírito Santo é um observatório privilegiado para entender o Brasil. **Século Diário, 2021**. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/economia/o-espirito-santo-e-um-observatorio-privilegiado-para-entender-o-brasil>. Acesso em: 19 jun. 2023.

TCEES. **Convite TAG: Termo de Ajuste de Gestão**. Vitória, 2022. (adiamento).

TCEES. **Convite TAG: Termo de Ajuste de Gestão**. Vitória, 2023.

TELLO, César. Las Epistemologías de la Política Educativa – notas históricas y Epistemológicas sobre el campo. *In*: TELLO, César (Org.). **Epistemologías de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **La sistematización como investigación interpretativa crítica: entre la teoría y la práctica**. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE SISTEMATIZACIÓN Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO PARA LA ACCIÓN, Santiago, Octubre de 1996. Disponível em: https://cepalforja.org/sistem/sistem_old/SISTEMATIZ_CIDE.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

TORRES, Carlo Alberto. Epistemologías de la investigación y la docencia: un acercamiento desde Freire y la Teoría Crítica. *In*: TELLO, César (Org).

Epistemologías de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

TSE-TUNG, Mao. **Sobre a prática - sobre a contradição.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VELHO, Ricardo Scopel. **As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes:** escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177341>. Acesso em: 05 mar. 2023.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. *In*: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). **Movimentos Sociais na era Global.** Petrópolis: Vozes, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

“O Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo: lutas e resistências”

Prezada, prezado,

Você está sendo convidada(o) a participar como voluntária(o) da pesquisa intitulada: “O Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo: lutas e resistências”, desenvolvida por Maria Geovana Melim Ferreira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES.

Trata-se de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo sistematizar a experiência do Comitê de Educação do Campo do ES, como possibilidade de refletir sobre as ações e as pautas de luta que foram assumidas ao longo da sua trajetória, compreendê-las no que concerne ao atendimento das demandas que buscam fortalecer o movimento por uma escola no/do campo, bem como seus desafios.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Parecer nº (completar pós apreciação do CEP).

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e será assegurado o anonimato e sigilo de sua participação, pois em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Se quiser, você poderá imprimir o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) ou arquivá-lo.

Link para acesso ao TCLE: <https://bit.ly/3Bs9V9l>

Sua participação na pesquisa é muito importante para nós. Agradecemos sua colaboração.

- () Concordo e aceito participar voluntariamente da pesquisa.
() Não concordo/não aceito participar voluntariamente da pesquisa.

1. E-mail:

2. Nome:

3. Como você se considera? *

- () Branca (o)
() Parda (o)
() Preta (o)
() Amarela (o)
() Indígena
() Outro
() Prefiro não declarar

4. Sexo: *

- () Feminino
() Masculino
() Prefiro não declarar
() Outro

5. Idade (em anos) *

6. Telefone:

7. Município em que reside:

8. Município / Comunidade em que trabalha:

9. **Você trabalha como:**
- Educadora/Educador
 - Agricultora / Agricultor
 - Dirigente
 - Outro
10. **Caso você tenha marcado a opção "Outro" na resposta anterior, especifique em que você trabalha.**
11. **No Município em que reside e/ou trabalha tem Comitê Municipal de Educação do Campo ou alguma perspectiva de criação?**
12. **Você contribui em algum Movimento Social ou Popular? Se sim, qual?**
13. **Qual é a sua escolarização?**
- Nível médio
 - Graduação
 - Mestrado
 - Doutorado
 - Especialização
 - Outro
14. **Participou de algum curso específico da Educação do Campo? Qual/quais?**
15. **Participou de alguma reunião do Grupo de Trabalho de criação do Comeces, no ano de 2008?**
- Sim
 - Não
16. **Representava algum Movimento Social/Popular, Associação e/ou Entidade no GT de criação do Comitê? Qual/quais?**
- MST
 - RACEFFAES
 - SEDU
 - MEPES
 - Quilombolas
 - Indígenas
 - INCRA
 - CEE
 - MPA
 - EFA
 - Secretaria Municipal
 - Território de Cidadania
 - MDA
 - Outro
17. **Participou em algum momento da Coordenação Colegiada do Comeces? Em qual/quais períodos?**
18. **Quais eram as pautas defendidas pelo Comeces no período em que atuou?**
19. **Como você avalia a relação do Comeces com o Estado?**
20. **Como você avalia a relação do Comeces com o município em que reside e/ou trabalha?**
21. **Em relação ao acompanhamento da política de Educação do Campo, quais as contradições que podem ser evidenciadas no percurso do Comeces?**
22. **Em relação ao acompanhamento da política de Educação do Campo, quais os avanços que podem ser evidenciados no percurso do Comeces?**
23. **Em relação ao acompanhamento da política de Educação do Campo, quais os desafios que podem ser evidenciados no percurso do Comeces?**

24. Gostaria de fazer alguma reflexão no sentido de contribuir com essa pesquisa ou algo que acha pertinente ser investigado?
25. Gratidão pela importante contribuição. Nos encontramos na luta!

APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DAS PAUTAS/AÇÕES DO COMECES 2009/2022

REUNIÕES DO COMECES – 2009	
Data / Local	Pautas/Ações
15 e 16/07 SRE Nova Venécia	Análise de Conjuntura da Educação do Campo no Brasil.
	Apresentação da Experiência do Comitê da Educação do Campo de Sergipe
	Linha do tempo do Comitê
	Avaliação sobre a construção do Comitê,
	Regimento Interno do Comitê
29/07 Ministério Público Vitória	Aprovação do Regimento Interno e Apresentação do Comitê ao Secretário Estadual de Educação
27/10 FETAES	Apresentação da proposta, estudo e encaminhamento sobre a Coordenação Colegiada (Coordenação Geral: Território Colatina; Secretaria Executiva: MDA e Coordenação de Estudos e Pesquisas: SEDU)
	Aprovação do cronograma de reuniões, delimitando os locais, na perspectiva de reuniões descentralizadas;
	Publicação do Regimento em portaria específica;
	Apresentação e análise do Projeto das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba;
	Representação do Comitê na formação do ProJovem Campo: Saberes da Terra, em Brasília.
01/12 CALIR Viana	Escolha da Coordenação Colegiada.
01/12 CALIR Viana	Reconhecimento do Comitê de Educação do Campo (SEDU é responsável pelo reconhecimento do Comitê e publicação oficial do reconhecimento)
	Explanação sobre a situação da nucleação das escolas no Estado; Esclarecimento sobre a portaria estadual que estabelece o número mínimo de estudantes por sala de aula;
	Construção das diretrizes operacionais estaduais das escolas do campo;
	Informes gerais:
	Seminário de Educação do Campo na UFES.
	Complementação das turmas do PROJOVEM com os estudantes do EJA do campo.
	Nota técnica SECAD/MEC referente ao PROJOVEM CAMPO.
	Dificuldade de implantação de escola municipal que utiliza a Pedagogia de Alternância no Córrego Faria em Linhares, pleiteada pelo MPA.

REUNIÕES DO COMECES – 2010	
Data / Local	Pautas/Ações
09/02 Centro de Formação MEPES - Piúma	Leitura da memória da última reunião / deliberações e encaminhamentos:
	Publicação oficial de reconhecimento do Comitê (SEDU);
	Conferência Estadual de Educação (Joel e Paula);
	Leitura do documento sobre nucleação das escolas do campo para o Ministério Público (enviado em 23/02/2010);
	Membros que participarão da próxima capacitação do Programa Escola Ativa para discutir o problema da nucleação das escolas, junto aos técnicos das secretarias municipais. A capacitação acontecerá de 01 a 05 de março de 2010, em Nova Almeida;
	Lei estadual referente à municipalização das escolas (SEDU);
	ProJovem Campo Saberes da Terra – Ampliação das turmas e/ou matrícula de jovens acima da idade nas turmas onde houve desistência;
	Implantação da Escola Comunitária do Farias – Linhares (Cristina);
	Produção de um questionário a ser enviado para as secretarias municipais de educação. Responsáveis: SEDU/ FETAES/ EJA/ QUILOMBOLAS;
	Representantes dos Territórios Rurais de Identidade e Cidadania via Comissão de Educação do Campo, no Comitê Estadual de Educação (MDA);
	Posição do Ministério Público em relação ao documento sobre nucleação das escolas, expedido pelo Comitê;

REUNIÕES DO COMECES – 2010	
Data / Local	Pautas/Ações
	Reunião com o Secretário Estadual de Educação:
	Data e local da reunião (deverá ser marcada via Comitê ou via Ministério Público??);
	Construção da pauta da reunião: Organização de uma gerência específica para a Educação do Campo dentro da SEDU...
	Mobilização da UNDIME e CEE para que sejam parceiros na luta por uma Educação do Campo de qualidade;
	Explanação sobre a organização das Diretrizes Operacionais Estadual da Educação do Campo;
	Término do mandato (pró-tempore) da coordenação geral do comitê pelo Território Polo Colatina e escolha de uma nova coordenação.
23/03 Auditório da SEDU	Discussão sobre a fala do comitê na reunião dos secretários municipais;
	Leitura do ofício ao MP sobre o processo de nucleação das escolas;
	Explanação da mesa redonda do comitê na capacitação do Programa Escola Ativa;
	Formalização junto à equipe da EJA da SEDU a complementação das turmas do Pro Jovem Campo;
	Explanação sobre a implantação da Escola do Faria, em Linhares. Participação do comitê nas reuniões do Núcleo Dirigente do Território;
	Explanação sobre o projeto das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo;
	Apresentação do questionário que será enviado às secretarias municipais sobre a implantação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo
	Apresentação das reivindicações dos movimentos sociais - MST e RACEFFAES, MPA e Movimento Quilombola;
	Participação do Comitê nas reuniões da UNDIME e CEE (Documento produzido pela RACEFFAES);
	Explanação do projeto para a disponibilização de recursos do DETER/MDA para o Comitê;
	Coordenação geral do comitê;
20/04 Câmara de Vereadores de João Neiva	Elaboração de um documento ao MEC solicitando explicações sobre o irrisório recurso enviado à Universidade Federal do ES, responsável pela formação dos educadores do Pro Jovem Campo - Saberes da Terra;
	Discussão sobre demandas a serem apresentadas na 3ª oficina da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, em Brasília, nos dias 28, 29 e 30 de abril, com a participação de alguns membros do comitê;
	Explanação sobre o projeto de disponibilização de recursos para o comitê;
	Explanação sobre as Diretrizes Estadual de Educação do Campo;
	Discussão sobre a não participação da UNDIME e Indígenas nas reuniões do Comitê;
	CEFFA de Barra de São Francisco – participação do coordenador da comissão de manutenção da escola – Secretário de Ação Social de Barra de São Francisco – Alencar Marim, para fazer explanção sobre a mudança da mantenedora de municipal para estadual – “Alternância como modalidade na rede estadual”.
	Articulação com a Subsecretária de Estadual de Educação, Adriana Sperandio, sobre implantação de uma gerência de Educação do Campo na SEDU e agendamento de um encontro com o Secretário Estadual de Educação;
	II Encontro do ProJovem Campo - Saberes da Terra, em Brasília;
	Leitura do ofício do Ministério Público em resposta ao protocolo nº 7043/2010 que trata da nucleação das escolas do campo.
	Discussão sobre os pontos sobre educação do campo na CONAE;
	Explanação sobre o Projeto de Lei de Educação do Campo do estado de Goiás;
	Discussão sobre a coordenação geral do comitê.
02/06 Hotel Praia Sol Nova Almeida	Explanação sobre o encontro da Coordenação do Comitê com o Conselho Estadual de Educação
	Encaminhamentos para as oficinas para elaboração do Plano de Trabalho do COMECES. Organização das comissões de acordo com última reunião em Ibirapu:
	Divulgação e Comunicação:
	Apresentação do Comitê;
	Divulgação dos Trabalhos do Comitê

REUNIÕES DO COMECES – 2010	
Data / Local	Pautas/Ações
	Estrutura e Organização:
	Participação e representações dos membros ou possíveis membros
	Fomentar a formação de comissões Territoriais de Educação do Campo
	Manutenção e estrutura do Comitê
	Formação e Estudo:
	Nucleação das escolas (denúncias, encaminhamento de ofícios, pareceres...);
	Participação do Comitê nos seguintes eventos: Formação do Escola Ativa, ProJovem, Seminário de Especialização de Educação do Campo, Seminário de EC e Agroecologia, Agenda Territorial e Reunião Nacional dos Comitês;
	Sistematização das práticas de Educação do Campo no ES
	Programa de Alimentação Escolar
	Elaboração das Diretrizes
	Parceria e Articulação:
	Articulação com o MPES (devolutiva em relação à nucleação das escolas e reconhecimento da EJA no Campo)
	Resposta sobre a pauta de reivindicações para a SEDU
	Criação da Gerência de Educação do Campo
	Articulação com outros Estados
	Participação em reuniões dos Colegiados Territoriais
07 e 08/06 Seminário Ibiraçu	Discussão sobre a coordenação geral do comitê;
	Discussão sobre os pontos sobre educação do campo na CONAE;
	Explanção sobre os documentos do Estado de Goiás: Projeto de Lei para incentivo Técnico-financeiro para a Educação do Campo, Parecer sobre a Pedagogia da Alternância e Resolução que reconhece a PA no estado do Pará;
	Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, em Brasília, nos dias 28, 29 e 30 de abril;
	Explanção sobre o projeto de disponibilização de recursos para o comitê;
	Explanção sobre as Diretrizes Estadual de Educação do Campo;
	II Encontro do ProJovem Campo - Saberes da Terra, em Brasília;
	Leitura e explanção da memória da reunião dos Comitês de Ed Campo do Brasil, em Brasília;
	Participação do Comitê no CEE, ou participação do CEE no comitê;
	Encaminhamentos da última reunião:
	a. Averiguação sobre o fechamento da Escola do Rio Lempê
	b. Maiores informações em relação à formação do Pro Jovem Campo – Saberes da Terra
	c. Organização de um roteiro de trabalho para as comissões que ficarão responsáveis para execução das metas do Projeto do COMECES
	d. Participação dos Indígenas
	e. Participação da UNDIME – marcar encontro com a equipe diretiva da UNDIME para apresentação do documento produzido pela RACEFFAES (documento está em anexo) e pedindo participação de um representante no comitê, com a indicação de algum secretário que tenha experiências positivas em Educação do Campo: Nova Venécia, Jaguaré, Anchieta, Domingos Martins e São Mateus;
	f. Solicitar que o Secretário Estadual de Educação encaminhe um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa que reconheça a Pedagogia da Alternância como modalidade de ensino na rede estadual, sem perder a característica da gestão compartilhada. O CEFFA de Barra de São Francisco deve ser citado como projeto piloto
	g. Discussão/reflexão acerca da criação de uma gerência própria de Educação do Campo no organograma da SEDU. [...] organizar subsídios e argumentações para debatermos o assunto junto ao comitê;
	h. Reivindicações do Comitê levados ao encontro do ProJovem, em Brasília;

REUNIÕES DO COMECES – 2010	
Data / Local	Pautas/Ações
	i. Denúncias encaminhadas para Paula que fará o protocolo no MP. Paula encaminhará para os movimentos sociais o ofício recebido pelo Ministério Público para que acompanhem o trabalho das promotorias locais nos processos de nucleação. O comitê fará a denúncia ao MP sobre a questão do transporte escolar, que não está sendo feita com acompanhante para conduzir os estudantes.
02/07 Hotel Praia Sol Nova Almeida	<p>Explanação sobre o encontro da Coordenação do Comitê com o Conselho Estadual de Educação</p> <p>Encaminhamentos para as oficinas para elaboração do Plano de Trabalho do COMECES. Organização das comissões de acordo com última reunião em Ibirapu: Divulgação e Comunicação, Estrutura e Organização, Formação e Estudo e Parceria e Articulação.</p>
14 e 15/12	Seminário de Avaliação do Comeces: Balanço Político e Histórico.

REUNIÕES DO COMECES – 2011	
Data / Local	Pautas/Ações
14/03 Com o Secretário	<p>Suspensão dos processos de Municipalização</p> <p>Fechamento das Escolas do Campo</p> <p>Alimentação Escolar – Terceirização da Merenda e ao cumprimento da lei 11.947/2009</p> <p>Infraestrutura (equipamentos tecnológicos, materiais didáticos específicos) das escolas do campo</p> <p>Criação de turmas de EJA do campo – Ensino Fundamental, séries finais, e Médio Integrado à Educação Profissional.</p> <p>Continuação do Programa Pro Jovem Campo – Saberes da Terra</p> <p>Manutenção financeira das EFA's da Rede MEPES</p> <p>Expansão da Pedagogia da Alternância pela Rede Pública Estadual</p> <p>Descentralização (interiorização) do ensino médio com modalidade específica para o campo – Pedagogia da Alternância</p> <p>Criação de uma Gerência de Educação do Campo no organograma da SEDU</p>
05/04 Secretaria Municipal de Educação de João Neiva	<p>Assessoria do MEC – ProJovem Campo Saberes da Terra</p> <p>Explanação sobre a reunião com o Secretário Estadual de Educação – encaminhamentos</p> <p>Apresentação e escolha da logomarca do comitê – Pedimos às entidades que tragam suas sugestões</p> <p>Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho da assessora do comitê</p> <p>Apresentação de proposta de assuntos para a primeira tiragem do Boletim Informativo</p> <p>Organização de uma das metas do Projeto do COMECES – Intercâmbio com os estados de Santa Catarina e Pernambuco:</p> <p>Organização do Plano de Trabalho do Comitê a partir das comissões e do Seminário de Guarapari</p>
05 e 06/09 CALIR	<p>Diretrizes Estaduais da Educação do Campo: Análise da “boneca” das Diretrizes;</p> <p>Comissões do Comitê: Análise do plano de trabalho e encaminhamentos necessários;</p> <p>Informações sobre reuniões importantes que aconteceram no decorrer do bimestre:</p> <p>Reunião com a Bancada do PT e a reunião do dia 10/08 com o Secretário de Educação;</p> <p>Reunião do PROCAMPO</p> <p>Reunião com o prof. Aloysio do campus de Alegre</p> <p>Reunião do Fórum Estadual de Educação.</p> <p>Projeto COMECES: Vídeo, intercâmbio e Livro</p> <p>Debate sobre a criação do Núcleo de Educação do Campo na UFES</p> <p>Logomarca: Análise dos desenhos dos estudantes das Escolas de Alternância</p>
03 e 04/10 CALIR	<p>Apresentação da proposta de escolas com a metodologia da Pedagogia da Alternância pela rede pública estadual;</p> <p>Processo de construção das Diretrizes (Continuação da análise da “boneca” das Diretrizes iniciado no encontro de setembro);</p> <p>Análise do plano de trabalho e encaminhamentos necessários;</p> <p>Processo de construção das Diretrizes (Rodízio dos trabalhos de grupo)</p>
30/11 e 01/12 Sítio Canaã, em Santa Teresa	<p>Coordenação Colegiada: Término do mandato da coordenação colegiada (Análise do Regimento);</p> <p>Pautas de luta do Comitê:</p>

REUNIÕES DO COMECES – 2011	
Data / Local	Pautas/Ações
	Criação de gerência da educação do campo;
	Assento no conselho estadual de educação;
	Contratação da assessoria, via SEDU, para as diretrizes.
	Diretrizes Estaduais da Educação do Campo:
	Análise dos trabalhos de grupo realizado nos dois últimos encontros – em plenária.
	Informes:
	PA em Colatina – Rede Estadual
	EMI em Boa Esperança
	Apresentação da organização do grupo de apoio ao comitê
	PRONACAMPO e outros programas.

REUNIÕES DO COMECES – 2012	
Data / Local	Pautas/Ações
26 e 27/01 Rio Bananal	Assento do COMECES no Comitê de Educação Profissional;
	PRONACAMPO: procedimento de adesão
	Projeto COMECES
	Escrita de Plano de Trabalho para pleitearmos novos recursos para o Comitê;
	Diálogo com a EFA e CEIER de Boa Esperança.
27 e 28/03 Centro de Formação do MEPES Piúma	Campanha Fechar Escola é Crime
	Explanação das Discussões empreendidas
	Explanação do Encaminhamento: Acionar as comissões territoriais de Educação do Campo sobre as discussões do não fechamento das escolas do campo.
	Implementação da Lei nº 11738/2008 - Explanação e Debate referente ao cumprimento da Lei e suas possíveis consequências
	Seminário - Criação da Gerência da Educação do Campo na SEDU: documento norteador
	Apresentação dos dados referentes ao fechamento de escola e Transporte de estudantes do perímetro rural para o urbano.
	Apresentação do Documento: norteador de discussão do Seminário;
	Organização da logo do Comitê: compor o Convite, Folder do Seminário; Confecção de Camisa.
	Outros encaminhamentos do encontro de Rio Bananal:
	Assento do COMECES no Comitê de Educação Profissional;
	PRONACAMPO: procedimento de adesão
	Projeto COMECES
	Escrita de Plano de Trabalho para pleitearmos novos recursos para o Comitê;
	Diálogo com a EFA e CEIER de Boa Esperança.
	Processo de construção das Diretrizes-Resolução:
	Análise dos Encaminhamentos de modificação dos eixos: Currículo e Gestão- Artigos referentes a Pedagogia da Alternância e sua compreensão epistemológica;
Análise do Parecer e Encaminhamentos	
03 e 04/05 Calir - Viana ES	II Seminário do Comitê de Educação do Campo. - O contexto da Educação do Campo: desafios e Perspectivas. Análise do documento referente a criação da Gerência de Educação no organograma da SEDU. O papel da SEDU na Educação do Campo; Entrega do documento às autoridades.
17/08 Palácio Fonte Grande	Criação da gerência no organograma da SEDU – Seminário;
	Propostas do governo no planejamento estratégico/2013, sobre educação do campo: revisar as pautas das audiências públicas para o planejamento estratégico/2011 – construção e reforma das escolas do campo – PRONACAMPO;
	Municipalização, Nucleação e Fechamento das Escolas do Campo – Campanha “Fechar Escola é Crime”;
	Expansão do Ensino Médio do Campo no Campo.

REUNIÕES DO COMECES – 2012	
Data / Local	Pautas/Ações
	Uso de agrotóxico no entorno das escolas
	Implementação da lei do PNAE/terceirização da alimentação escolar/
	Participantes: Subsecretária de Articulação dos Movimentos Sociais (Leonor Franco de Araújo), FOPEIS, Território Terras do Rio Doce, MST, MPA, RACEFFAES, SEDU e CEE
09 e 10/08 Seminário de Marilândia	Análise do Regimento Interno para alterações necessárias
	Apresentação do Projeto COMECES – diálogo com as entidades para levantamento de possibilidades para a Unidade Executora do projeto
	Apresentação e encaminhamentos do Abaixo Assinado com as assinaturas
	Socialização do processo de contratação da assessoria* para elaboração/conclusão das Diretrizes
	Apresentação e análise dos adendos do documento das diretrizes organizados pelas bases
	Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação: Elaboração das proposições para a Educação do Campo
30/08 MPES	Reunião com o Ministério Público
11/09 SEDU	Criação da gerência no organograma da SEDU – Seminário;
	Propostas do governo no planejamento estratégico/2013, sobre educação do campo: revisar as pautas das audiências públicas para o planejamento estratégico/2011 – construção e reforma das escolas do campo – PRONACAMPO;
	Municipalização, Nucleação e Fechamento das Escolas do Campo – Campanha “Fechar Escola é Crime”;
	Expansão do Ensino Médio do Campo no Campo.
	Uso de agrotóxico no entorno das escolas
	Implementação da lei do PNAE/terceirização da alimentação escolar
	Participantes: Secretário, FOPEIS, Território Terras do Rio Doce, MST, MPA, RACEFFAES, SEDU e CEE
18 e 19/10 Linhares	Abaixo assinado: Apresentação e encaminhamento do documento com as assinaturas
	Apresentação das Diretrizes Estaduais da Educação do Campo;
	Apresentação do vídeo do Comitê para análise
	Boletim Informativo e Intercâmbio;
	Reunião com Secretário de Educação
	Reuniões que aconteceram no decorrer do bimestre:
	Reunião com a Sub Secretária dos Movimentos Sociais – 17/08/2012
	Reunião com o Ministério Público – 30/08/2012
07/12 SEDU	Vídeo do Comitê: análise e considerações
	Socialização das experiências adquiridas no intercâmbio com o estado de Santa Catarina
	Organizar a pauta da reunião com definição da participação e função para cada participante
	Encaminhamentos para aprovação das Diretrizes Operacionais
	Aprovação do Calendário 2013
	Entrega do documento do abaixo-assinado com mil assinaturas por entidade
Obs.: Contratação da assessora para a organização das Diretrizes Operacionais no final de 2012.	

REUNIÕES DO COMECES – 2013	
Data / Local	Pautas/Ações
15/03 Sindicato dos Trabalhadores	Organização e manutenção do Comitê
	Vídeo do Comitê: Assistir o vídeo do Comitê para análise e considerações
	Diretrizes Operacionais da Educação do Campo: Explicação sobre o processo de aprovação das Diretrizes

REUNIÕES DO COMECES – 2013	
Data / Local	Pautas/Ações
Rurais de Colatina	Municipalização das escolas do campo: Municipalização de 24 escolas multisseriadas de Linhares - Abaixo-assinado
	Fórum Estadual de Educação
	PRONACAMPO - Explicação sobre o Programa
	PRONATEC - Explicação sobre o Programa
	Informes:
	- Pedagogia da Alternância: Rio Bananal
	- Comissão Regional de Educação do Campo
	- EJA Escola Saturnino
	- Frente Parlamentar de Apoio à Educação do Campo
Participantes: SEDU, MST, MPA, RACEFFAES, Território Águas do Rio Doce, SRE Nova Venécia e CEIER de Águia Branca.	
07 e 08/05 CEIER Águia Branca	Formação dos Educadores do Campo: Explicação sobre o projeto em andamento na SEDU e a institucionalização dos Macrocentros
	Diretrizes Operacionais da Educação do Campo: Elaboração do texto com os adendos observados pelo Conselho Estadual de Educação
	Organização e manutenção do Comitê:
	Produção de um projeto de manutenção e definição da Unidade Executiva;
	Transporte para os Encontros
	FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FONEC: Explicação sobre a participação do Comitê
	PROCAMPO: Explicação sobre o Programa
	Informes das Instituições
	EECOR Colatina
	Escola Córrego Queixada
	EFA Rio Bananal
	Agenda Territorial da EJA
	CONAE
	Abaixo Assinado
	Participantes: CEIER, SEDU, MST, MPA, FÓRUM EJA, SRE NOVA VENÉCIA, Território Águas do Rio Doce, Território Norte, Território Juparanã, Secretaria Municipal d Águia Branca, Secretaria Municipal de Conceição da Barra
02 e 03/06 Itaguaçu	Estudo documento da Conae e escolha da delegação para a Conae; Projeto Comeces; Reunião de Planejamento do Fonec; Abaixo Assinado contra Fechamento e Nucleação de Escolas; Diretrizes Operacionais; Reunião com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa; Procampo
05 e 06/09 EFA de Jaguaré	Organização e manutenção do Comitê: Projeto do COMECES
	Reunião com o Ministério Público - Abaixo Assinado
	Fechamento de Escolas
	Reunião Com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e Frente Parlamentar de Educação do Campo
	Mudança da metodologia das escolas EEEF Córrego Queixada e da EMEF Francisco Matedi
	Diretrizes Curriculares da EJA
	Coordenação Colegiada do Comitê – Eleição
	Socialização da viagem de Intercâmbio a Santa Catarina – Meta do Projeto COMECES;
	Mudança da metodologia das escolas em São Gabriel da Palha (estadual e municipais);
	Proposta da Escola em Tempo Integral – CEIER;
	Reunião com a UFES;
	Expansão do EM pela Rede Estadual;
	Participantes: CEIER, SEDU, MST, MPA, FÓRUM EJA, Território Águas do Rio Doce, Território Juparanã, MEPESEME de Conceição da Barra, RACEFFAES, Macrocentro Sul e Extremo Sul, UNDIME (Domingos Martins) e FETAES
26/11 PPGE/UFES	Reunião com a UNDIME
	GT EJA Campo (Participantes: Equipe Ed. Campo e EJA da GEJUD/SEDU, IFES – Santa Tereza, NEJA/UFES e Fórum de EJA)
13/12 SEDU	Discussão das Diretrizes Operacionais
	Encaminhamento: GT para afinar discussão com a AMUNES, UNDIME, COMECES, CEE e SEDU - GT Interinstitucional (Participantes: AMUNES, MST, CEE, UNDIME, RACEFFAES, MPA).

REUNIÕES DO COMECES – 2014	
Data / Local	Pautas/Ações
13 e 14/03	Diretrizes Operacionais
	Gerência de educação do Campo
	Planejamento 2014
	Organicidade do COMECES
	PRONACAMPO – LedoC
15/04, 08/05, 05/06, 22/08,	GT Interinstitucional das Diretrizes Operacionais
16 e 17/07	Seminário de Criação do Comitê Estadual de Educação Escolar Quilombola*
08/08	Educação Infantil do Campo
	Diretrizes Operacionais
	Panorama Estadual da Educação do Campo - dados estatísticos
	Licenciatura em Educação do Campo
	Projeto RACEFFAES com a Petrobrás
	Proposta para o Plano de Ação da Gerência em Educação do Campo
	Ação entre amigos / Rifa
13 e 14/11 Ibiraçu	Estudo: Contexto Socioeconômico do Campo no ES: panorama e desafios
	Socialização do documento sobre Educação do Campo (RACEFFAES/Petrobrás)
	Diretrizes Operacionais
	Licenciatura em Educação do Campo ("Os movimentos levaram a licenciatura até a porta da universidade mas não conseguiram entrar" Dulce)
	Socialização dos movimentos/ações 2014:
	SEDU: criação da gerência julho 2014;
	Quilombolas: o movimento reivindica estadualização de todas as escolas quilombolas;
	Escola da Terra em 62 municípios;
	Regulamentação da PA e oferta pela via pública.
Plano de Trabalho do Comitê/2015	
Portaria nº 130-R, de 21 de agosto de 2014, instituiu o Comitê de educação Escolar Quilombola. Reuniões: 26/09, 21/10, 27/11 e 09/12	
Decreto nº 3616-R, de 14 de julho de 2014 - Institui a Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola na estrutura organizacional da SEDU.	

REUNIÕES DO COMECES – 2015	
Data / Local	Pautas/Ações
26/01 CEE	Diretrizes Operacionais
16/03 MP/ES	Diretrizes Operacionais
	Fechamento de escolas
	Fechamento de turmas
26 e 27/03	Fala das entidades: SEDU, MST, Fetaes, MPA, Fórum EJA.
	Diretrizes operacionais
	Realização de Seminário de Educação do Campo - junho 2015
	Articulação com o Ministério Público – CAPE
	Planejamento 2015
08/04	Reunião com o MP/ES (Dra. Fabíola) - Planejamento evento da EdoC
	GT Interinstitucional das Diretrizes (05/08, 20/11 e 24/12)
	Regulamentando situação de escolas que estavam paralisadas.

16 e 17/07 Vila Farias/Linhares	Reflexão: A importância da unidade na luta
	Socialização de agendas e ações dos movimentos
	Diretrizes Operacionais
	Plano Estadual de Educação
	Expansão da EJA Campo
	III Seminário de Educação do Campo
14/08 Ibiraçu	Retomada do Plano de Trabalho/2015
14/08 Ibiraçu	Seminário Educação do Campo: práticas pedagógicas e participação comunitária- os movimentos sociais na defesa e fortalecimento da Educação do Campo em nosso estado.
28/08 Procuradoria Geral de Justiça	Seminário de Educação do Campo: construindo uma educação emancipadora. Realização MPES/CEAF/CAPE.
16/09 Ibiraçu	Avaliação do III Seminário de Educação do Campo
	Diretrizes Operacionais
	Licenciatura em Educação do Campo
	Socialização das ações (Ocupação da SEDU)
	Definição de prioridades Plano de Trabalho – 2015
27/11 Ibiraçu	Avaliação da manifestação e reunião com o Secretário de Educação (dia 05/11 na SEDU)
	Planejamento e acompanhamento dos encaminhamentos:
	Diretrizes Operacionais
	Diretrizes das Escolas de Assentamentos e Acampamentos
	Fechamento de Escolas do Campo
	Editais específicos
	Não abertura da Escola Indígena
	Licenciatura em Educação do Campo
	GECAM/SEDU
	Fechamento de Escolas do Campo de Sooretama
	Programa Escola da Terra
	Coordenação colegiada
	Seminário de Educação do Campo – 2016

REUNIÕES DO COMECES – 2016	
Data / Local	Pautas/Ações
02/02 MP/ES	Fechamento de escolas e turmas
	Diretrizes Operacionais
24/02 Ibiraçu	Diretrizes Operacionais - necessidade de termos advogado para acompanhar processo
	Gerência de Educação do Campo (sem gerente) - enviar correspondência cobrando
	Escola Indígena - estão sendo intimidados na escola em Aracruz
	Seminário 17/06 (com a Petrobrás) - foco nas lideranças municipais
	Fechamento de escolas (54 fechadas em 2015 no ES). Dia D para se juntar ao acampamento
	Manifesto do MST contra o desmonte da PA
	Coordenação Colegiada - Recondução: Racefaes, MPA, Fórum EJA
	Revisão da Pauta Unificada
17/07 Ibiraçu	II Seminário Estadual de Educação do Campo - Manifesto de Ibiraçu/Pauta Unificada
11/08 Ibiraçu	Programas Rede Pública Estadual
	Articulações CEE, Frente Parlamentar da Educação do Campo/ES
	Ação Judicial – MPES
	Levantamento de Dados de escolas e turmas com menos de 10 estudantes: Município e Escolas; Localização (perímetro); EF, EM e EJA.
	Reformulação das Organizações Curriculares das escolas estaduais organizadas por meio da PA
	Nota denunciando fechamento de Escolas e a não aprovação das Diretrizes: "As Escolas do Campo estão sendo fechadas"
	PNE
	Licenciatura em Educação do Campo – Nota Técnica
	EEIM Aldeia Caieiras Velha; Diretrizes de Assentamento; PROEPO;
Organicidade e manutenção do COMECES	
17/11 Ibiraçu	Socialização dos estudos de matrícula - dificuldades para conseguir
	Denúncia ao MP/ES sobre o quantitativo de escolas fechadas sem autorização do CEE.

REUNIÕES DO COMECES – 2017	
Data / Local	Pautas/Ações
16/05 Ibiraçu	Ações programadas e realizadas
	Organicidade do COMECES
	Planejamento 2017
20/07 Ibiraçu	Ações programadas e realizadas
	Organicidade do COMECES
	Extinção da Subgerência de Educação do Campo
	Socialização do levantamento de fechamento de escolas e de turmas da EJA
	Extinção de Conselho Escolares
	Criação de Comitês e comissões de Educação do Campo no municípios
	Momento de formação: Funcionamento do FUNDEB no ES
Plano de Ação 2017	
30/11	Planejamento 2018
	Diálogo com o Comitê Quilombola e com os Indígenas
	Res. Nº 3777 (nova)
	Seminário Estadual "20 anos da Educação do Campo"
	CONAPE e CONAE
	EECOR Colatina vai fechar
	Queixada fechou não teve EM, só 20 estudantes
	Extinção dos CE dos CEEJAS
Institucionalização do COMECES - para ter uma assessoria jurídica	

REUNIÕES DO COMECES – 2018	
Data / Local	Pautas/Ações
15/03 EECOR Colatina	Reflexões sobre o Pacto de Aprendizagem do Espírito Santo – PAES
	Eleição da Coordenação Colegiada
	Escolha de representante do COMECES junto à LEDOC
	Escolha de representante do COMECES junto ao FNPE
	Retomada da pauta unificada dos Movimentos Sociais
	Detalhamento das prioridades com distribuição de tarefas: ✓ ações contra o fechamento de escolas e de turmas ✓ Observatório de Educação do Campo ✓ Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo capixaba ✓ Fomento à criação de Comitês Municipais ou Intermunicipais ✓ Reaproximação com o Comitê Quilombola e com os indígenas
	Manutenção Financeira
17/04 NEJA/UFES	Reunião do "Núcleo Vitória" para organização da participação no Seminário Nacional "20 anos da Educação do Campo"
26/05 Ibiraçu	Formação: Ensino híbrido: a nova política estadual para o ensino médio
	Organicidade do Comeces: ✓ Avaliação dos 10 anos do COMECES ✓ Consolidação do plano de ação 2018 ✓ Solicitação de análise do texto "Dez elementos para uma política educacional para uma Educação do Campo no ES" até o dia 01 de julho ✓ Consolidação do plano de ação 2018
11/08 João Neiva	Encontro Nacional de Educação do Campo 12 a 15/06
	Avaliação do Seminário Nacional
	Proposta de encontro comemorativo dos 10 anos do COMECES
	Calendário de Reuniões do 2º semestre
	Proposta de Projeto de Extensão da LEdoC/UFES de São Mateus
23/11 UFES	Escolha da nova Coordenação Colegiada
	Trabalho em grupo para análise e contribuições referentes ao texto "Dez elementos para uma política educacional de Educação do Campo no ES"
15/12 EECOR Colatina	Seminário Popular 20 anos do Fórum EJA/ES e 10 anos do Comitê de Educação do Campo/ES: memórias, encontros e desafios"
15/12 EECOR Colatina	Análise de conjuntura
	Avaliação do ano de 2018 - avanços, desafios e prioridades
	Avaliação do Seminário Popular comemorativo dos 10 anos do COMECES
	Socialização e debate do texto "Dez elementos para uma política educacional de Educação do Campo no ES"
	Orientações para criação de Comitês Municipais de Educação do Campo
Situação da EECOR Colatina	

REUNIÕES DO COMECES – 2019	
Data / Local	Pautas/Ações
21/01	Audiência com a SEDU
12/02	Audiência com o Reitor da UFES e a LEdoC
09/03 EECOR Colatina	Análise da conjuntura nacional e do estado:
	Parceria da SEDU com a Associação Agricultura Forte - reflexos na educação
	Situação do Centros Integrados de Educação Rural
	Situação das escolas fechadas recentemente
	Socialização da reunião com o Secretário de Educação
	Organicidade e fortalecimento do Comitê
	Plano de Ação 2019
	Seminário FONEC
Participação na Frente Capixaba pelas Liberdades Democráticas	

11/08 João Neiva	Proposta de comemoração aos 10 anos de COMECES e 20 anos de Fórum EJA no Espírito Santo
	Organicidade do COMECES: reuniões até o final de 2018 e a constituição da nova coordenação.
	Demandas do COMECES: chamados para contribuir nos municípios.
	Projeto Observatório de Educação do Campo
	Socialização do texto "Dez elementos de uma política educacional de Educação do Campo"
05/09 EECOR Colatina	Apresentar a proposta de Plano de Ações do comitê para 2019-2020; Socializar as ações que estão em andamento;
	Preparação da Reunião com a Gerente de Educação do Campo, Indígena e Quilombola:
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação do documento elaborado pelo comitê das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e as adequações feitas para ajustar à legislação; ✓ Encaminhar procedimentos em vista da aprovação das diretrizes ✓ Socializar e discutir os assuntos que serão tratados com a gerente na reunião da tarde. (Diretrizes, estruturação da Gerência, reabertura de escolas, turmas e conselhos e transporte escolar no Campo).
	Reunião com a Gerente da Educação do Campo – SEDU:
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Breve apresentação dos representantes das entidades; ✓ Retomar um pouco do histórico da construção das diretrizes e solicitar os encaminhamentos para sua aprovação; ✓ Apresentar a estrutura que o comitê entende ser necessária para funcionamento da gerência ✓ Parecer da gerente acerca dos processos de reabertura das escolas, turmas e conselhos; ✓ Apresentar as perspectivas de reabertura da EECOR Colatina - Reta Grande e os desafios com o transporte escolar no campo.

REUNIÕES DO COMECES – 2020	
Data / Local	Pautas/Ações
*06/03 STTR Colatina	Socialização da reunião com a Sedu acerca das Diretrizes Operacionais
	Fazer um parecer sobre o Relatório do TCEES
	Analisar o PL da Dep. Estadual Iriny e constituir GT para fazer contribuições (Projeto de Lei Estadual para a organização da PA)
	Retomar as pautas pendentes: Regimento, pauta unificada, documento "10 elementos", fortalecimento e criação dos comitês Municipais e Observatório da Educação do Campo.
*05/06 Plataforma Jitsi Meet	Análise da conjuntura do Brasil e do ES e as ações do Comeces neste período. Contribuição do companheiro do MPA Frei Sérgio Górgen.
03/07	Mobilização de uma Frente Popular em Defesa do Direito a Educação Definir finalidade e objetivos da Frente e analisar formas de organização; Fazer levantamento das organizações e sujeitos com objetivos convergentes para com a finalidade da frente; Levar proposta para o Fórum EJA 03/07.
31/07	Princípios e Práticas da Pedagogia da Alternância
	Nota sobre os Princípios da Pedagogia da Alternância
	Diagnóstico COMECES sobre APNPs e Retorno às Aulas Presenciais;
	Composição da Frente Popular em Defesa do Direito à Educação
	Mobilização (Famílias e Estudantes) para a Assembleia Popular
	Massificar Nota do FONEC "Pela reorganização do calendário escolar sem ensino remoto";
	Análise e manifestação na Consulta Pública do CEE sobre as condições de retorno às aulas;
	Agenda de Mobilização e Articulação
	Proposições aos Conselhos Municipais, CEE, à SEDU/GECIQ
	Dossiê da Educação do Campo
Material para a TV FONEC	
11/09	Enquete COMECES - Apresentação do relatório, considerações e desdobramentos; .
	Portaria SEDU Nº 092-R - Reflexões relacionadas ao acesso e permanência;
	Frente Popular em Defesa do Direito à Educação - Apresentação da Carta Aberta da Assembleia Popular da Educação;
	Nota Sobre A Pedagogia da Alternância - apresentação, considerações e desdobramentos
	Articulação Nacional - Apresentação da proposta de organicidade do FONEC e a participação do COMECES nas Frentes de trabalho.
23/09	Situação das escolas do campo na pandemia
	Identificação das Escolas do Campo no ES

	Aprovação das Diretrizes Operacionais
09/9	O retorno às aulas presenciais é seguro? Participação da Profa. Gilda. Sobre o recurso que chegou na escola do campo (Portaria 78R, de 28/07/20 - recurso de custeio) Educação Escolar Quilombola Pesquisa do Fórum EJA
23/09	retomada das diretrizes; educação do campo na pandemia; estudo para identificação das escolas do campo do ES de acordo com o Decreto nº 7352/ 04/11/2010
17/12	Concurso público do magistério - pedido de alteração de edital para garantir direito dos egressos da LEdoC e/ou pedido de impugnação do edital via mandato de segurança
Obs.: 1. Dia 05/06 – última reunião presencial antes da pandemia todas as outras reuniões ocorreram de forma virtual utilizando a Plataforma Jitsi Meet. 2. 1ª reunião virtual - dia 06/06/20	

REUNIÕES DO COMECES – 2021	
Data / Local	Pautas/Ações
17/03	1ª Reunião da Frente das Escolas do Campo do COMECES - Participação do Salomão Hage (Fonec) e André Moreira (Advogado)
29/04	Ações Centenário Paulo Freire A EJA na perspectiva da Educação do Campo Experienciando Paulo Freire na EJA, na Ed. Popular e na Ed. do Campo Frente Popular em Defesa do Direito à Educação Conselhos de Acompanhamento do Novo Fundeb
18/05	1ª reunião da Mesa da Negociação
27/05	Mesa de negociação com o governo Organicidade do COMECES / sobrecarga da coordenação colegiada Planejamento da reunião ampliada do dia 10/06 Participação na reunião do Programa Escola da Terra Solicitação da EJA de São Mateus para integrar o setor ao COMECES Fórum Nacional Popular da Educação no ES
10/06	Estudo “Paulo Freire e sua práxis com os Movimentos Sociais - Edna Castro de Oliveira (NEJA/UFES) Planejamento/ações para 2º Semestre de 2021 Criação do GT EJA Campo do Fonec
09/07	Reunião de criação do GT EJA Campo do FONEC
23/07	Congresso Internacional de Educação do Campo 2022 Escolas Multisseriadas de Sooretama Mesa de negociação com o governo estadual Formação de novos Comitês Municipais
04/08	2ª reunião da Mesa da Negociação
16/08	Reunião de criação da Frente Estadual das LEdoC
20/09	3ª reunião da Mesa da Negociação
21/10	Paulo Freire e a Educação do Campo - Paulo Henrique (MST/PE) Campanha para aquisição de busto de Paulo Freire Organicidade e fortalecimento das Frentes do COMECES Editais Públicos Regulamentação da PA proposta pelo MEPES ao CEE que devolve para a SEDU dialogar com o Comeces. Comeces adia o debate para concentrar energia na aprovação das DO. Diretrizes da EJA Mesa de Negociação das Diretrizes Operacionais
09/11	4ª reunião da Mesa da Negociação
25/11	5ª reunião da Mesa da Negociação
03/12	6ª reunião da Mesa da Negociação

Obs.: Todas as reuniões ocorreram de forma virtual.

REUNIÕES DO COMECES – 2022	
Data / Local	Pautas/Ações
08/02	Reunião da Coordenação do Comeces com o CEE
17/03	Análise da conjuntura política do ES: CONAE/CONAPE - Comeces e Fórum EJA LEdoC e Fetaes contribuir na coordenação da etapa estadual Contextualização do processo de municipalização (TAG do TCE/ES): Plano de municipalização do TCE: municípios têm até 31/05 para aderirem ao TAG Início da mobilização contra o TAG DO TCE/ES - Criação da Comissão de Articulação Balanço das ações do COMECES Planejamento 2022
29/04	COMECES + Setor de Educação do MST
10/05	Conjuntura do TAG - 1ª Nota contra o TAG - 12/05 (foi protocolada no MP/ES) Movimento de massificação em Vitória, no TCE
29/07	Análise do contexto político atual Projeto de Lei sobre a PA - Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES) Socialização das ações de reconhecimento da PA Ações do TAG do TCE/ES nos municípios que não assinaram: Nova Venécia, São Mateus, Linhares, Ponto Belo e Pinheiros. Diretrizes Operacionais: andamento do processo e ações de fortalecimento para aprovação
16/08	COMECES/CEE - Diálogo sobre a aprovação das Diretrizes Operacionais
30/09	Mobilização contra o TAG Mobilizações do MST contra o TAG, ocorridas nos municípios de Montanha, São Mateus e Nova Venécia; Previsão de mobilização geral, no mês de outubro, em Vitória. Aprovação do texto da "Plataforma da Educação do Campo FONEC/COMECES" Comitê de Rio Novo diálogo com o MEPES, para a criação do Comitê Municipal. Revogação do Decreto 1512/81 Organicidade do Comeces
20/10	Conjuntura Política Estadual (Deputada Estadual Camila Valadão (PSOL/ES) Mobilização contra o TAG Derrubada do Decreto Estadual Nº 1.512/1981 GT da PA com a SEDU
09/12	Conjuntura Agrária - João Paulo (MST) Contexto Educacional do Brasil - Clarice (FONEC/UNB) Contexto Político e Educacional do ES - Célia Tavares (Avaliação das ações 2022 Proposições para 2023
Obs.: Todas as reuniões ocorreram de forma virtual.	

APÊNDICE C - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Contextualização a partir da síntese das análises das questões abertas do questionário.

- O processo de constituição do Comeces
- A articulação com os movimentos e entidades para a criação do Comitê
- A participação dos integrantes do Comeces
- A relação do Comeces com o Estado
- Os diferentes contextos de atuação
- As contradições no percurso
- Os avanços e os desafios no acompanhamento da política de Educação do Campo no ES
- Considerações sobre a atualidade do Comeces

Questões colocadas para diálogo na roda de conversa:

- Porque que, por mais que a gente se organize, não conseguimos impedir o fechamento de escolas?
- Em que precisamos avançar, para impedir essas novas ofensivas, especialmente desse acordo de governança, que no ES se materializa no TAG do TCEES, como novo modelo de gestão?

APÊNDICE D – TESES DEFENDIDAS NO PPGE ENTRE 2008 E 2020

Ano	Tese	Autoras/es	Citam o Comeces
2008	Práticas discursivas de reprodução e diferenciação na Pedagogia da Alternância	João Assis Rodrigues	Não
2009	O religioso e o político no processo de implantação e permanência da Pedagogia da Alternância: uma análise histórica dessas relações nas escolas famílias agrícolas do MEPES no norte do Espírito Santo	Flavio Moreira	Não
2013	A presença da família camponesa na escola família agrícola: o caso de Olivânia	Rogério Caliari	Não
2014	A formação de educadores e a travessia de cercas invisíveis de acesso/produção de conhecimentos: experiências do MST nas inter-relações com universidades brasileiras	Adelar João Pizetta	Não
2015	Gerações de professoras de escolas de classes multisseriadas do campo	Charles Moreto	Não
2015	Geografia comunitária e educação de jovens e adultos: os educadores <i>flâneurs</i> Sem Terra do Assentamento Paulo César Vinha – Conceição da Barra/ES	Júlio de Souza Santos	Não
2016	Pedagogia da Alternância no PROEJA: percursos e práxis em Campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Iraldirene Ricardo de Oliveira	Não
2020	Escola multisseriada, infâncias e comunidade tradicional pomerana: diálogos mediados por imagens e memórias	Jandira Marquardt Dettmann	Não
2020	Escola multisseriada, infâncias e comunidade tradicional pomerana: diálogos mediados por imagens e memórias	Juber Helena Baldotto Delboni	Não

Fonte: própria autora com dados do PPGE 2021 (<https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas>). Acesso em 22/05/2021).

APÊNDICE E - DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS PPGE PERÍODO DE 2008 – 2021

Ano	Dissertação	Autoras/es	Citam o Comeces
2010	Os sentidos da formação profissional para os lavradores do entorno do Ifes-Campus Itapina	Júlio de Souza Santos	Não
2010	Educação ambiental e educação do campo na produção de novas racionalidades: diante da cultura globalizada	Sebastião Ferreira	Não
2011	Entre o campo e a cidade: a oferta de educação profissional do campo no espaço/lugar de contato	Custódio Jovencio Barbosa Filho	Sim
2011	Professores do campo e no campo: um estudo sobre formação continuada e em serviço na escola distrital “Padre Fulgêncio do Menino Jesus”, no Município de Colatina/ES	Marleide Pimentel Miranda Gava	Sim
2011	Educação do campo e formação no/pelo trabalho: experiências de homens e mulheres do Assentamento Sezinio Fernandes de Jesus – MST – ES	Welson Batista De Oliveira	Não
2012	O curso técnico em alimentos do PROEJA: um exemplo das contradições entre educação e emprego	Helton Andrade Canhamaque	Não
2012	A práxis pedagógica no centro estadual integrado de educação rural: um estudo em educação do campo e agricultura familiar em Vila Pavão/ES	José Pacheco de Jesus	Sim
2013	Vivências da pedagogia do Movimento em escolas de Assentamentos - MST/ES	Dalva Mendes de França	Sim
2013	Salas extensivas de educação infantil do campo: uma experiência no Município de Pancas, ES.	Divina Leila Sôares Silva	Sim
2013	As Escolas Comunitárias Rurais no Município de Jaguaré: um estudo sobre a expansão da Pedagogia da Alternância no Estado do Espírito Santo/Brasil	Rachel Reis Menezes	Sim
2013	Educação do campo: um estudo sobre cultura e currículo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Crubixá - Alfredo Chaves – Espírito Santo	Sonia Francisco Klein	Sim
2013	Formação continuada de professores na escola do campo: com a palavra os docentes do Ensino Médio	Walkyria Barcelos Sperandio	Sim
2015	A educação popular na práxis do ProJovem Campo – Saberes da Terra no Espírito Santo	Maria Geovana Melim Ferreira	Sim
2015	Produção escrita e educação do campo: um estudo de caso em uma escola de ensino fundamental do Município de Domingos Martins – ES	Roseli Gonoring Hehr	Sim

Ano	Dissertação	Autoras/es	Citam o Comeces
2016	Escola do campo em comunidades de fronteiras	Angela Maria Leite Peizini	Não
2016	Realidades em contato: construindo uma interface entre a educação especial e a educação do campo	Christiano Félix Dos Anjos	Não
2016	Educação infantil do campo e formação continuada dos educadores que atuam em Assentamentos	Marle Aparecida Fideles de Oliveira Vieira	Não
2016	Análise dos documentos oficiais que versam sobre a educação infantil do/no campo em Domingos Martins à luz da pedagogia histórico-crítica	Kristine Lourenço	Não
2019	Escola da Terra Capixaba na Bacia do Rio Doce	Adriano Ramos de Souza	Sim
2019	Classe multisseriada em Domingos Martins/ES: um estudo de caso sobre cultura escolar e cultura da escola	Eucinéia Regina Müller	Não
2019	A reconfiguração dos sujeitos da EJA no campo: o caso da EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth	Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz	Sim

Fonte: própria autora com dados do PPGE 2021 (<https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas>. Acesso em 22/05/2021).

APÊNDICE F - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CE CAMPUS GOIABEIRAS

Ano	Título do TCC	Autoras/es	Citam o Comeces
2018	A realidade do campo e suas implicações na organização interdisciplinar do ensino na escola.	Angela de Oliveira	Não
2018	A constituição da EEEFM Pastor Antônio Nunes de Carvalho no Município de Alto Rio Novo/ES (1986-2017): um enfoque no enfrentamento da repetência e evasão escolar no Ensino Médio.	Rainei Rodrigues Jadejiski	Não
2018	A trajetória das mulheres camponesas do Município de Domingos Martins-ES.	Deiviani de Oliveira	Não
2018	Da escola tradicional à escola do campo: uma trajetória percorrida por estudantes da Educação do Campo.	Nilda I. de Oliveira Penha Reginaldo Penha	Não
2018	Gênero, educação e a realidade das mulheres no campo.	Amanda Guilherme Novo Maria da Penha Guilherme	Não
2018	As influências do processo de formação freireana sobre as concepções práticas de professores de uma escola do campo	Polyanna Alves Simmer dos Santos	Não
2019	Olhares e experiências docentes em torno de uma escola em tempo integral no contexto campestre	Alexsandro Junior Broedel Francisco de Assis Xavier Luci Gomes Pacheco	Não
2019	A constituição histórica e o funcionamento da Modalidade EJA na EEEFM João Bley	Décio Luiz Cola Lourdes Helena da Conceição Luciana Cavalini R. de Assis Rosinéia C. Padovani	Não
2019	Estudo sobre uma escola multisseriada do campo: práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem	Alexandro da Silva Juliano Bicker Pereira	Não
2019	Do lar à associação: a importância das mulheres agricultoras para a Associação em Defesa dos Direitos dos Produtores Rurais de São Bento do Chapéu	Aline de Castro Louven Flaviane Geraldo	Não
2019	O campo de vida e a escola do campo de vida no projeto de transformação social sustentado pelos sujeitos coletivos do campo: apontamentos para a reflexão na formação de professores do campo no curso de Licenciatura em Educação do Campo	Antônio Gimenes Antônio Rocha da Silva Valmere Santana	Sim
2019	Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu: trajetória e contribuições para as comunidades campestres	Amanda Luduvico Breda Patricia Hand Littig Sheiliane Bravim	Não
2019	Reflexões e proposições para uma educação do campo promovida pela Escola de Ensino Fundamental e Médio Alice Holzmeister - Santa Leopoldina/Espírito Santo	Maria das Graças Gomes Gonçalves Suelen de O. Campos	Não
2019	Memorial: Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais	Antonia Machado Soares Gomes	Não
2019	Práticas pedagógicas nas escolas multisseriadas do campo	Lilian F. do Nascimento, Sônia M. Fabri Tânia B. de Almeida	Não
2019	O processo formativo de professores no curso de Licenciatura em Educação do Campo	Gilcimária F. Ribeiro	Sim

Ano	Título do TCC	Autoras/es	Citam o Comeces
2019	Um olhar sobre as salas multisseriadas e suas práticas sociais no Município de Conceição do Castelo / ES	Barbara M. Monteiro Juliana S. Rodrigues	Não
2019	O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): resistência a favor da vida do campo e da cidade	Edinalva Naitzel Rone Januth	Não
2019	Associação de Mulheres Campezinhas da Comunidade de Alto Paraju em Domingos Martins/ES	Claudina Maria Christ Djair Fossi Moreira	Não
2019	Modo de produção agrícola agroecológica: diálogo de saberes e fazeres das famílias camponesas	Leomar Honorato Lirio Rafael Antonio Tonoli	Não
2019	Inclusão Escolar Pomerana - a Língua e a Cultura: um estudo de caso em uma Escola Municipal de Domingos Martins/ES	Ester Januth Izabela Cristini Boldrini Stella Januth	Não
2019	A presença da perspectiva de Paulo Freire na formação de estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFES	Aline S. Marinho, Elineide de O. Mendonça, Irinvalva Nunes de Vargas Rosália Lima Seibert	Não
2019	Os projetos profissionalizantes da Escola Família Agrícola de Olivânia Anchieta na criação de condições para permanência do homem no campo	Emerson Mongin Bruni Junior Viana Bruneli Matheus P. Siqueira	Não
2020	Trajetória de um estudante com deficiência visual matriculado no ensino superior do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo	Regina Celia Sobrinho Delita Eggert Giurizzatto	Não
2020	O Plano Municipal de Educação e as práticas pedagógicas na escola multisseriada “EMEIEF São Mateus” de Anchieta – ES	Claudiana S. dos A. da Matta Ednea dos Anjos Cruz Marlina Alves Pereira Sheila Moschen	Não
2020	Queimado: em busca de liberdade	Luzineide R. da Fonseca Pinto Ronaldo Gonçalves Teixeira Felipe Vieira Littig	Não
2021	Memorial de uma educanda da LEdoC	Neuza Maria Moraes da Silva	Não
2021	A formação continuada de monitores (as) da RACEFFAES: um estudo de suas proposições político-pedagógicas	Mateus Fornaciari	Não
2021	A Implantação da Educação Escolar Indígena no Município de Aracruz/ES	Maria Aparecida Rodrigues da Silva Nunes	Não
2021	A participação das famílias nos processos formativos de seus filhos: um diálogo com a escola do campo	Rute Euzébio da Penha	Não
2021	Entre o pensar e o fazer: as práticas da Pedagogia da Alternância em uma comunidade do Município de Colatina	Neia de Oliveira Alves	Não
2021	A didática do ensino aprendizagem das escolas de classes multisseriadas no campo	Nelma Irley Nunes da Rocha	Não
2021	“Você tem fome de quê?” Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primo Bitti	Maria da Penha Lino Corrêa	Não

Fonte: própria autora com dados compartilhados do Drive da Secretaria do CE/LEdoC/UFES (2021).

APÊNDICE G - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CE CAMPUS SÃO MATEUS

Ano	TCC	Autoras/es	Citam o Comeces
2018	A relação da Educação Ambiental com as diferentes áreas de conhecimento na visão de professores do campo.	Ana Paula Carvalho Barbosa	Não
2018	Formação de professores da educação do campo na Escola Comunitária Rural Municipal "Córrego Seco"	Daniele Batista Caetano	Sim
2018	Materiais didáticos para a disciplina de Agricultura na perspectiva das escolas do campo	Jocimara Viana Chagas	Não
2018	O acompanhamento de turma como função pedagógica: constatações, desafios e possibilidades na EFA de Vinhático - Montanha/ES	Catia Pellanda da Silva Marins	Não
2018	Arquitetura e currículo em escolas do campo no Município de Boa Esperança nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Joelma Ribeiro de Oliveira	Não
2018	Relações de gênero na educação do campo: maneiras de sentir e representar o masculino e o feminino, na EEEF Três de Maio.	Rayane Almeida de Oliveira	Não
2018	Territorialidade camponesa na Comunidade São Judas Tadeu, Município De Montanha (ES)	Dione Albani da Silva	Não
2018	Arquitetura escolar e suas relações com a educação do campo: na Escola Estadual de Ensino Fundamental Assentamento União – Conceição da Barra/ES	Sandra M. Valentim de Souza	Não
2018	Agroecologia nas Escolas de Assentamento do MST no Município de Pinheiros - Espírito Santo	Roberto Toshio Tsukahara	Não
2018	A valorização e o fortalecimento da identidade camponesa no Assentamento Treze de Maio - Município de Nova Venécia- ES	Lorrana Miranda Wolfgran	Não
2018	Avaliação do conhecimento do uso de fotoproteção e exposição solar de pré-adolescentes da EPM "Girassol"	Fabiana Botazini Pastorim	Não
2018	A mística na Escola do Assentamento Maria Olinda: potencialidades e desafios	Nadiny de Aguiar Ribeiro	Não
2018	Pedagogia do MST: as práticas pedagógicas na formação integral dos sujeitos na Escola Três de Maio, Assentamento Castro Alves, Município de Pedro Canário, Espírito Santo	Gerlan Barbosa Pereira	Não

Ano	TCC	Autoras/es	Citam o Comeces
2018	Os desafios da educação do campo nas Escolas de Assentamento do Norte do Espírito Santo, ante a segunda era Paulo Hartung (2015/2018)	Valdivio José de Freitas	Sim
2019	A percepção dos moradores da Comunidade do Nativo, do Município de São Mateus, acerca da falta de água: sua qualidade e distribuição	Jozenete Thomaz dos Passos	Não
2019	Luta por terra e educação: a inter-relação escolacomunidade no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus em Linhares/ES	Adriana da Silva Silistrino	Não
2019	A importância do lúdico na Educação Infantil	Aline de Souza Viana Santana	Não
2019	A importância da educação do campo na Comunidade do Córrego Seco, Município de São Mateus/ES	Andressa da Silva de Melo	Sim
2019	O sentimento de pertença no Assentamento Treze de Maio: desafios e possibilidades	Aurineide Nascimento da Silva Costa	Não
2019	As influências das relações de gênero na educação escolar no Assentamento Nova Vitória, Pinheiros-ES	Cláudia Alves dos Santos	Não
2019	Construção do conhecimento agroecológico no Sítio Beija Flor	Diana Albani da Silva	Não
2019	As Feiras de Reforma Agrária e a construção e socialização do conhecimento	Elisabeth de Jesus Pereira	Não
2019	Educação Especial no contexto da Educação Básica: desafios e perspectivas	Nathiely Rocha Soares	Não
2019	O desafio da formação docente para atuação na Modalidade EJA em Conceição da Barra - ES: complexidade e reflexão	Sidineide Vidigal Reginaldo	Não
2019	Educação Ambiental e Educação do Campo: um diálogo possível	Suelem C. Miranda Rodrigues	Não
2019	Desafios enfrentados para a implementação da Pedagogia da Alternância e das práticas pedagógicas no contexto da Educação do Campo: a experiência da EMEIC "Francisco José Mattedi"	Thamiris Chiarelli Ramos Pereira	Não
2019	A juventude do Assentamento Olinda II: desafios e possibilidades	Zelita Barros Alves	Não
2020	Inclusão de alunos com deficiência: um estudo a partir da zona rural do Município de São Mateus – ES	Maria Aparecida Lima da Silveira	Não
2020	Políticas públicas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-ES	Eduardo Luiz Ferreira	Não

Ano	TCC	Autoras/es	Citam o Comeces
------------	------------	-------------------	------------------------

Fonte: própria autora com dados do Curso de Licenciatura em Educação do Campo de São Mateus (2021), disponível em: <https://educacaodocampo.saomateus.ufes.br/>. Acesso em 22 de mai. de 2021)

APÊNDICE H - TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (BRASIL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada(o) a participar como voluntária(o) da pesquisa intitulada: **“O Comitê de Educação do Campo do ES: lutas e resistências”**, desenvolvida por Maria Geovana Melim Ferreira. Trata-se de uma pesquisa de doutorado em educação, que tem como objetivo refletir sobre as ações e as pautas de luta que foram assumidas ao longo da trajetória do Comitê, na perspectiva de compreendê-las no que concerne ao atendimento das demandas que buscam fortalecer o movimento por uma escola no/do campo, bem como seus limites e se justifica pela abordagem inédita de sistematização da experiência do Comitê de Educação do Campo do ES.

Dessa forma, sua participação será respondendo a este Questionário on-line, com duração estimada em 20 minutos. Você também poderá ser convidada(o) para participar de uma Roda de Conversa, de forma virtual (Google Meet). A Roda de Conversa será gravada, e a responsável pela pesquisa só usará a transcrição das informações cedidas, sem divulgar a sua voz. O tempo previsto para a Roda de Conversa é de 1 hora e 30 minutos. Ressaltamos que os resultados da pesquisa poderão contribuir com a ampliação e aprofundamento de conhecimentos referentes as dimensões do movimento da Educação do Campo no ES, na perspectiva da construção de uma proposta de educação problematizadora, como parte de um Projeto Popular de campo e de sociedade, em defesa dos direitos fundamentais à vida.

Sua participação é voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar, com a plena liberdade de recusar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que isso acarrete qualquer penalidade. Sua identidade e os dados coletados serão mantidos em sigilo (em todas as fases da pesquisa), sendo os mesmos utilizados somente para o desenvolvimento da pesquisa

e produção de artigos. Os nomes, as informações ou material que indique a sua participação na pesquisa não serão cedidos sem que haja a sua permissão. A qualquer momento poderá desistir de participar da pesquisa ou retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não trará prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Em caso de eventual dano decorrente da sua participação na pesquisa, terá resguardado o direito a assistência e a buscar indenização, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os possíveis riscos aos participantes da pesquisa poderão ocorrer por insatisfação ou desconforto por estar compartilhando informações pessoais ou inibição em prestar as informações solicitadas. Nesses casos, o participante pode se negar a dar qualquer tipo de informação que cause constrangimento ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo.

Será assegurado ao participante o direito de não responder qualquer questão, de interromper sua participação em qualquer etapa deste trabalho, que sua contribuição voluntária poderá conceber de forma integral ou parcial dos passos da pesquisa e que a sua identidade e as informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e que asseguramos o sigilo delas, seja durante todas as fases desta investigação ou após sua publicação. Os nomes, as informações ou material que indique a participação dos sujeitos da pesquisa não serão cedidos sem que haja a permissão deles.

Ademais, considerando se tratar de uma pesquisa em ambiente virtual, outros riscos podem ser evidenciados, como no caso da Roda de Conversa, em que pode acontecer ação de invasores na sala, que consideramos uma limitação ao controle da pesquisadora. Nesse caso, como forma de tentar amenizar esse risco, encaminharemos o link da reunião, por e-mail, para cada participante, individualmente, e controlaremos a entrada das pessoas na sala virtual.

Diante do exposto, há uma certa limitação em assegurar total confidencialidade e possível risco da violação dos dados da pesquisa. Neste sentido, é de fundamental importância que o participante da pesquisa guarde em seus arquivos uma cópia do

documento eletrônico. Durante a pesquisa o participante terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado ao estudo.

Uma vez concluída a coleta de dados, feito o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o pesquisador por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Reforçamos que as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e será assegurado o anonimato e sigilo de sua participação, pois em nenhum momento será coletado e divulgado seu nome ou documentos pessoais em qualquer fase do estudo.

Este documento, assinado e rubricado pela pesquisadora em todas as suas páginas, estará disponível para download no link disponibilizado. Enfatizamos a importância de você, enquanto participante desta pesquisa, guardar em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico.

Quanto as técnicas de produção de dados (aplicação de Questionário no “Google Formulários” e Roda de Conversa), informamos que os participantes da pesquisa terão acesso às informações sobre cada procedimento e a pesquisadora estará à disposição para tirar eventuais dúvidas.

Em caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos sobre a pesquisa o contato será com a pesquisadora responsável - **Maria Geovana Melim Ferreira**, pelo e-mail: mariageovana.mf@gmail.com, telefone: **27 98836-9349**. Endereço residencial: Rua Tupinambás, 521A/302. CEP: 29.060-810 – Jardim da Penha, Vitória (ES).

Em caso de denúncias e/ ou intercorrências na pesquisa você poderá consultar o **Comitê de Ética e Pesquisa da UFES-Goiabeiras**, por meio do telefone: **(27) 3145-9820**, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, através do endereço: Av. Fernando Ferrari, 514; Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Na qualidade de responsável pela pesquisa “O Comitê de Educação do Campo do ES: lutas e resistências”, eu Maria Geovana Melim Ferreira declaro que a mesma foi

avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES – Parecer nº 5.695.356 / CAAE: 59692022.8.0000.5542 - e que todos os procedimentos estão de acordo, obedecendo aos princípios éticos, conforme Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem as diretrizes e normas regulamentadoras para as pesquisas envolvendo seres humanos no país.

Sua participação na pesquisa é muito importante para nós. Agradecemos sua colaboração.

- () Concordo e aceito participar voluntariamente da pesquisa.
() Não concordo/não aceito participar voluntariamente da pesquisa.

(Assinatura da Pesquisadora)

ANEXOS

ANEXO A - MANIFESTAÇÃO DO COMECES ACERCA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA

QUESTÕES APONTADAS PELO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES

(Movimento este representado pelo COMECES e Macrocentros Norte e Macrocentro Extremo Norte).

O que o Movimento da Educação do Campo no Espírito Santo espera do Programa:

1. Na página 13 diz que ***o conhecimento não comporta hierarquias e que não se partirá a priori do princípio de que há doação de saber de um grupo para outro nas relações de colaboração.*** Diante disso, sugerimos em relação às parcerias:
 - a) Garantir participação dos parceiros (pares) no início (elaboração), acompanhamento e término do projeto;
 - b) Financiar a participação dos movimentos sociais;
 - c) Incluir os Macrocentros Norte e Extremo Norte nas parcerias;
 - d) Reconhecer o protagonismo dos Macrocentros Norte e Extremo Norte com seu acúmulo de conhecimento para as escolas multisseriadas incluindo sua produção (as *Orientações Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental*) na dinâmica formativa bem como as produções dos demais Macrocentros;

2. Na parte da Metodologia do Projeto (p. 10) diz que o curso ***será desenvolvido a partir dos pressupostos da Pedagogia da Alternância.*** Mas, ao longo do projeto, não se pode visualizar esses pressupostos. Portanto, sugerimos:
 - 2.1. Evidenciar a Pedagogia da Alternância em todas as suas dimensões: Filosófico/Epistemológica, Pedagógica/Metodológica para além da dimensão Temporal (Tempo Universidade e Tempo Comunidade);
 - 2.2. Na página 6 o projeto diz ***que a concepção de formação dos(as) professores(as) deve se efetuar na prática do cotidiano escolar, familiar e comunitário, ligada a uma reflexão constante...*** Para concretizar essa concepção de formação quais instrumentos pedagógicos serão utilizados? A resposta aparece na página 11 onde se diz: ***A fase do 'tempo comunidade' (distribuída por todo tempo de duração do curso), compreenderá, observando especificidades da Pedagogia da Alternância:***

Diante dessa afirmação propomos a utilização integral dos Instrumentos Específicos da Pedagogia da Alternância:

 - a. Mística
 - b. Auto Organização
 - c. Plano de Estudo (Mística, Ficha Pesquisa; Pré-Síntese; Síntese; Pontos de Aprofundamento; Planejamento Interdisciplinar; Caderno da Realidade...)
 - d. Gestão compartilhada com as famílias, dentre outros...

3. Na página 12 fala da ***fixação no campo.*** Sugerimos que o camponês tenha garantia de “escolha pelo campo”.

4. Contemplar no Módulo I – Ementa - as temáticas sobre: Identidade Camponesa; Novas Ruralidades; O papel do Educador do Campo;

5. Que se inclua no Módulo II: a) a área de Agropecuária como especificidade de grande parte do território capixaba; b) A democratização do acesso à terra (Reforma Agrária Popular); c) Agricultura Camponesa versus Agronegócio;
6. Contemplar no Módulo III a Temática: Relação com Comunidade e com os Movimentos Sociais Camponeses;
7. Que se inclua na lista de Professores Pesquisadores outros pesquisadores apontados pelo COMECES e que contribuem com o Movimento de Educação do Campo no ES.

14 de outubro de 2015

ANEXO B - OFÍCIO AO DLCE/CE/UFES - PROGRAMA ESCOLA DA TERRA



OFÍCIO COMECES Nº 24

Espírito Santo, 28 de maio de 2015.

Da: Coordenação Colegiada do Comitê de Educação do Campo do Estado do Espírito Santo.

À:

O Comitê de Educação do Campo do Estado/ES – COMECES – composto por órgãos públicos, movimentos sociais e sindicais camponeses, e entidades com notoriedade na reflexão/ação das questões pertinentes à educação¹, discute ações específicas sobre Políticas Públicas de Educação do Campo no Estado do Espírito Santo. Tais discussões acontecem desde o ano de 2007, quando os grupos supracitados iniciaram o movimento de consolidação deste Comitê. Assim, desde o referido ano, esse coletivo vem constantemente se reunindo e produzindo ações em prol de uma educação do campo pública e de qualidade social.

Em nossa última reunião, ocorrida nos dias 26 e 27 de março de 2015, o Programa federal *Escola da Terra* foi ponto de pauta e de debate. Visando conhecer as dimensões do Programa em solo capixaba, o COMECES analisou o Projeto de Educação Continuada/Curso de Extensão, intitulado “*Aperfeiçoamento Escola da Terra*”, encaminhado pelo Centro de Educação da

¹ O Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, gestado no I Seminário de Educação do Campo/ES, em dezembro de 2008, é composto, hoje, pelas seguintes entidades: Comissões de Educação do Campo dos Territórios: Terras do Rio Doce, Caparaó, Montanhas e Águas, e Norte; FETAES – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Espírito Santo; FOPEIS – Fórum de Educação Infantil; Fórum de Educação de Jovens e Adultos; RACEFFAES – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo; MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; Movimento Quilombola; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; UFES – Universidade Federal do Espírito Santo; OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo e NEJA – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos/ UFES; CEE/ES – Conselho Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo; SEDU – Secretaria de Estado da Educação; SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca; CEE/ES – Conselho Estadual de Educação; UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; Macrocentros Norte e Extremo Norte, e Sul e Extremo-Sul; Conselhos Municipais de Educação do Campo de Colatina, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e São Mateus.

Universidade Federal do Espírito Santo, à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC.

A partir de tal análise, e considerando os objetivos do COMECES viemos, por meio deste ofício, manifestar com veemência nossa indignação em relação a alguns dos pontos indicados no Projeto “*Aperfeiçoamento Escola da Terra*”, coordenado pelo Departamento de Linguagens, Cultura e Educação – DLCE/CE/UFES:

- logo no início o Projeto cita alguns movimentos sociais camponeses (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Pequenos Agricultores), a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância/ES e o próprio COMECES como instituições parceiras. Porém nos cabe explicitar que tais entidades não participaram, em nenhum momento, da produção/organização do Projeto de Educação Continuada/Curso de Extensão, e que, até o presente momento, nenhuma destas entidades foi convidada a participar das discussões do Programa Escola da Terra;

- no item referente à *Metodologia*, ressalta-se que o Projeto de Educação Continuada/Curso de Extensão afirma que será desenvolvido a partir de pressupostos da Pedagogia da Alternância. Porém pudemos constatar que nenhum pressuposto da Pedagogia da Alternância foi encontrado no texto do Projeto, e que este não é o método que o embasa. Em nosso entendimento o *Aperfeiçoamento Escola da Terra* pauta-se no método da Educação à Distância, que de forma alguma, pode ser confundida com a Pedagogia da Alternância. Assim, identificamos no Projeto um grande equívoco metodológico, que poderia ter sido sanado se os/as coordenadores/as deste Curso de Extensão tivessem dialogado com os movimentos sociais camponeses e/ou com o COMECES.

- no item referente ao *Cronograma de Desembolso*, a Ação 08 coloca como meta a “*editoração, revisão e publicação de material produzido pelos cursistas - proposta curricular para as escolas do campo, nas áreas: Linguagem, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Fundamentos da Educação, Currículo e Diversidade*” (p. 24). Sobre esse ponto, também gostaríamos de ressaltar que já há documentos curriculares para as escolas multisseriadas produzidos no estado do Espírito Santo, a saber: *Orientações Curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental das Escolas do Campo* (produzido pelos Macrocentros Norte e Extremo Norte); *Sinfonia de Desejos e Possibilidades: documento orientador para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo*, e *Sinfonia de Desejos e Possibilidades: práticas metodológicas na docência das Escolas do Campo II* (documentos produzidos pelo Macrocentro Centro Serrano, e com registro no ISBN); e *Orientações Curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental*

– *escolas do campo e quilombolas* (em fase de elaboração pelos Macrocentros Sul e Extremo Sul). Porém, estes documentos não foram citados no Projeto de Educação Continuada/Curso de Extensão. Como os movimentos sociais camponeses não contribuíram para a organização deste Projeto, o COMECES está receoso que o Programa Escola da Terra, no Espírito Santo, não dialogue com os documentos coletivamente nos Macrocentros e que já vêm orientando a práxis pedagógicas das escolas camponesas capixabas.

Diante do exposto, o Comitê de Educação do Campo/ES, vem solicitar a a retirada do nome do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento de Pequenos Agricultores, da Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância/ES e do próprio COMECES, no item referente as Instituições Parceiras. Também solicitamos a não caracterização da metodologia utilizada nesse Projeto enquanto Pedagogia da Alternância ou, que esta, de fato, assim se consubstancie enquanto método utilizado no Projeto de Educação Continuada/Curso de Extensão, intitulado “*Aperfeiçoamento Escola da Terra*”.

Enquanto entidade da sociedade civil, solicitamos resposta desta respeitada instituição, em relação à solicitação delineada acima, pelo e-mail: comitestadual_es@yahoo.com.br.

Em 28 de maio de 2015.

Atenciosamente,



Francisco José de Souza Rodrigues

Coordenador Geral do Comitê de Educação do Campo/ES

Coordenação Colegiada do Comitê de Educação do Campo/ES: RACEFFAES, MPA e Fórum EJA.

ANEXO C – NOTA SOBRE A CRIAÇÃO DO COMECES NO SITE DO MDA

Espírito Santo debate educação no campo

07/10/2008 05:10

O Grupo de Trabalho de Educação do Campo do Espírito Santo, coordenado pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no estado, se reúne nesta quarta-feira (8), na Escola Agroecológica de Colatina, a 120 quilômetros de Vitória. A intenção é articular a realização do Seminário Estadual de Educação do Campo, que terá como meta a formação de um projeto político-pedagógico de educação voltado para as especificidades do meio rural no estado. No Seminário, também será constituído o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, responsável por gerenciar essa ação.

Constituído em outubro de 2007, a partir dos trabalhos realizados na Oficina Estadual de Educação do Campo, o grupo de trabalho reúne representantes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Pronera/Incra), da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Também participam membros de organizações quilombolas, indígenas, dos territórios rurais Pólo Colatina e Caparaó e de movimentos sindicais e sociais ligados à questão rural.

Além planejar as diretrizes para a educação do campo, a equipe discute as experiências bem-sucedidas na área educacional, tendo como base os 30 anos de existência das Escolas Família (Efas) no Espírito Santo. As reuniões servem, ainda, para debater o papel do poder público e da sociedade civil no apoio à educação no campo no estado.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem atuado junto ao Ministério da Educação (MEC) na promoção de um ensino mais igualitário, capaz de superar as desigualdades existentes entre a cidade e o meio rural. As ações nessa área incluem a participação na Comissão Nacional de Educação no Campo, instituída em abril deste ano com o objetivo de assessorar o Governo Federal na formulação de políticas públicas para a educação do campo. Participam da comissão, além do MEC e MDA, integrantes da Undime, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e de movimentos sociais de abrangência nacional.

Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3587871

28/04/2012

ANEXO D - FICHA DE DESCRIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PARA O GT

FICHA DE DESCRIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PARA GT					
DESCRIÇÃO					
NOME DA ESCOLA:					
LOCALIZAÇÃO (Município e Distrito):					
MANTENEDORA (MUN. ESTADO...):					
METODOLOGIA (PED. DA ALTERNÂNCIA):					
NÍVEL DE ENSINO (FUNDAMENTAL...):					
Nº DE ESTUDANTES POR NÍVEL	1º a 4º	5º a 8º	1º a 3º	4º	TOTAL
Nº DE TURMAS (GERAL)					
Nº DE ESTUDANTES POR GÊNERO					
	1º a 4º	5º a 8º	1º a 3º	4º	
FEMININO					
MASCULINO					
Nº DE PROFESSORES					
	1º a 4º	5º a 8º	1º a 3º	4º	
Informações complementares:					
1 – Origem dos estudantes por município e ou distrito					
R:					
2 - Conquistas no campo da legislação (dados e comentários)					
R:					

Fonte: Acervo Comeces, adaptado pela autora.

ANEXO E - INDICAÇÃO DO GT PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ES					
N°	Sociedade Civil	N°	Poder Público	N°	
1	FETAES	1	SEDU	1	Ter. Colatina
1	RACEFFAES	1	UFES	1	Ter. Caparaó
1	MEPES	1	DFDA/ES	1	Ter. Norte
1	MST	1	UNDIME	1	Ter. Juparanã
1	RECID	1	Ministério Público		
1	INDÍGENAS				
1	Quilombolas				
1	MPA	1	Observatório Conflitos no Campo		
1	Assoc. de Estudantes	1	CEE		
1	Assoc. de Pais				
10		7		4	
A coordenação do GT fazer um contato com os colegiados dos territórios					
Proposição de representação no Comitê					
As representações devem ser priorizadas enquanto representações da Comissão de Educação do Campo (Colocar isso em Reg. Interno)					
Critérios para participação no Comitê Estadual:					
Comprometimento histórico com a Educação do Campo					
Facilidade de Articulação com os Movimentos Sociais do Campo					
Disponibilidade de Participação					

Fonte: Acervo Comeces, adaptado pela autora.

ANEXO F - CONVITE DA SEDU PARA COMPOSIÇÃO DO GT DAS DIRETRIZES

CONVITE

Prezados (as),

A Educação do Campo entra em cena neste início de século como substancial ponto de discussão das instituições públicas responsáveis pela educação no país. Neste contexto, a Secretaria Estadual de Educação vem, sistematicamente, fomentando ações concernentes a esta modalidade, procurando implementar uma educação de qualidade para as populações camponesas capixabas.

Neste contexto, no ano de 2010, a SEDU, em conjunto com o Comitê Estadual de Educação do Campo/ES, fomentará a produção de **Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba**, uma das ações desta Secretaria de reconhecimento e valorização desta modalidade educativa. Este documento se consubstanciará em importante instrumento de normatização da educação camponesa em nosso Estado.

Sua construção será fruto de reflexão coletiva de um conjunto de atores sociais: técnicos da SEDU e das Superintendências Regionais de Educação, professores (as) e pedagogos das Redes Estadual e Municipais de Ensino, integrantes de Movimentos Sociais, Professores (as) do Ensino Superior, professores (as) das Escolas Famílias Agrícolas - EFAS e Centros Familiares de Formação por alternância - CEFFAS e Conselho Estadual de Educação.

Para a efetivação desta ação, iniciaremos a produção de um **Documento Preliminar** das referidas Diretrizes, que será analisado e debatido nos Seminários Descentralizados e Seminário Centralizado, conforme Projeto Base para a construção das referidas Diretrizes. Tal documento preliminar será elaborado por um **Grupo de Trabalho**, que envolve representantes SEDU/Central, Superintendências Regionais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Conselho Estadual de Educação, Comitê Estadual de Educação do Campo/ES (representado pelas seguintes entidades: Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento Quilombola; Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES; Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES; Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Polo Colatina; Observatório dos Conflitos do Campo/Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – OCC/NEJA/UFES e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), Escola Agrotécnica Federal de Colatina – EAFCOL, Secretaria Municipal de Educação de Jaguaré, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, para proceder a elaboração de documento de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, como forma de garantir a efetivação da política pública de Educação do Campo enquanto modalidade educativa.

Compõem o Grupo de Trabalho os seguintes sujeitos e respectivas entidades:

Ana Paula Moschen Brumatti – Território Polo Colatina

Ana Maria Rosato – PROVER/SEME Jaguaré

Antônio Munarim – UFSC

Carlos Roberto Soprani – RACEFFAES
Custódio Jovêncio Barbosa Filho – NEJA/UFES
Edla de Araújo Lira Soares – UFPE
Elias Alves dos Santos – MPA
Elizabeth Regina Gaigher Cesana Pinto – UNDIME
Erineu Foerste – CE/UFES
Gildete Rosa da Silva Morosini – MST
Ilza Helena Saibel Binow – SEDU/SRE Afonso Cláudio
Irineu Gonçalves Pereira – SEDU/SRE São Mateus
Jane Ruy Penha – SEDU/SEEB/GEJUD/SUEE
João Batista Pereira Alves – SEDU/SEEB/GEP
João Luis Cerri – SEDU/SRE Nova Venécia
Joel Duarte Benísio – MEPES
José Pacheco Jesus – SEDU/SRE Carapina
Josimara Pezzin – SEDU/SEEB/GEJUD/SUPE
Jussara Cristina Schreiffer de Araújo Portes – SEDU/GEIA
Katiuscia Dallarme – MEPES
Luíza Fernanda Nogueira Calmon – SEDU/GEMPRO
Magides Brito Sampaio – RACEFFAES
Magnólia de Souza Maia – MST
Márcia Machado do Nascimento – SEDU/SEEB/GEJUD/SUEJA
Marcos Túlio Paris – ECORMs/ SEME Jaguaré
Maria Aparecida Marciano dos Santos – Movimento Quilombola
Maria de Lourdes A. Schwartz – SEDU/SRE Guaçuí
Maria do Carmo Paoliello – CE/UFES
Maria Geovana Melim Ferreira - SEDU/SEEB/GEJUD/SUPE
Maria Margarete Orletti – SEDU/SRE Colatina
Maria Valéria Pádua de Souza Proeza – SEDU/SRE Afonso Cláudio
Mariane Luzia F. D. Berger – Território Pólo Colatina
Maristela Sabaini da Silva Sabaini – SEDU/SRE Linhares
Neuricéa Sales – SEDU/SRE Barra de São Francisco
Neusa Matildes Ronconi dos Santos – CEE
Olindina Serafim Nascimento – Movimento Quilombola
Patrícia Vieira Lopes Gallina – SEDU/AGES
Paulo Pillon – SEDU/CEIER
Rita de Cascia Altoé Altoé – CEE
Rogério Omar Caliari – EAFCOL

Rosilene Pereira – MPA

Silvia Adalgisa Gazolla Grilo Barcellos – SEDU/SRE Cachoeiro de Itapemirim

Valéria Zumak – SEDU/SEEB/GEM

Vera Lúcia Borini Cezarino – SEDU/SRE Cariacica

Zorailde Almeida Vidal – SEDU/SEEB/GEIEF

Assim, gostaríamos de convidar os referidos membros do Grupo de Trabalho, para iniciar seus trabalhos, nos dias **26 e 27 de agosto**. Tal agenda contará com a participação dos professores Antônio Munarim, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Edla de Araújo Soares, da Universidade Federal de Pernambuco, que coordenarão os trabalhos do GT objetivando a produção do **Documento Preliminar** das Diretrizes. A reunião ocorrerá no Hotel Praia Sol, Rua Eudólio Cruz, 01 - Praia de Barreiras, Nova Almeida/Serra hotel Praia Sol, se iniciará às 9: 00, do dia 26, com término marcado para as 16:00 do dia 27. O pernoite se processará no Hotel Praia Sol, e as despesas com hospedagem e alimentação correrão por conta da SEDU (somente os técnicos das Superintendências Regionais de Educação deverão solicitar diária para custear tais gastos).

Gostaríamos de enfatizar a importância da participação desta entidade neste Grupo de Trabalho, e conseqüentemente, na produção de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba.

Para maiores esclarecimentos colocamo-nos a disposição, pelo telefone (27) 3636 7866, fax (27) 3636 7867, contato com Josimara Pezzin – SEDU/SEEB/GEJUD/SUPE.

Gostaríamos de enfatizar a importância da participação, dos (as) técnicos (as) das Gerências elencadas acima, neste Grupo de Trabalho e, conseqüentemente, na produção das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo Capixaba.

Atenciosamente,

MARIA DO CARMO STARLING DE OLIVEIRA

Gerência de Educação, Juventude e Diversidade

ANEXO G - ORIENTAÇÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DE COMITÊS MUNICIPAIS



ORIENTAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMITÊS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Por que constituir um Comitê Municipal de Educação do Campo?

- Organizar ações em defesa da Educação do Campo do município;
- Fortalecer a Educação do Campo por meio da afirmação dos princípios que a constituem;
- Articular-se com as diversas instâncias municipais, estadual e nacional que lutam por uma Educação do Campo;
- Indicar políticas públicas de Educação do Campo para as Secretarias de Educação e acompanhar sua implementação e avaliação, de modo a atender às demandas das comunidades camponesas, em especial no que se refere ao acesso e permanência na escola, à garantia de ensino de qualidade social para todos e todas, e ao respeito às particularidades do campo.

2. Quais são os princípios basilares da Educação do Campo?

Há uma consistente normatização da Educação do Campo. As resoluções CEB/CNE N° 01/2002 e CEB/CNE N°02/2008 e o Decreto Presidencial N° 7352/2010 são exemplos que terão que, necessariamente, serem estudados pois neles encontraremos os princípios base da Educação do Campo no Brasil. Em relação ao ES, temos as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES, aprovada pelo CEE em dezembro de 2022 (Res. CEE N° 6596/2022).

3. Quais são as responsabilidades de um Comitê Municipal de Educação do Campo?

- Criar/fortalecer espaços de discussão da Educação do Campo no município;
- Divulgar as Diretrizes da Educação do Campo e estimular a organização de Diretrizes Municipais;
- Manter-se articulado por princípios, integrar ações e participar das reuniões do Comitê Estadual de Educação do Campo;
- Prestar assessoria a profissionais e comunidades do campo quanto à implementação dos princípios da Educação do Campo, lutando contra fechamento das escolas;
- Elaborar, aprovar e manter atualizado um Regimento próprio;
- Elaborar, aprovar e avaliar planos de trabalhos anuais.

4. Como constituir um Comitê Municipal de Educação do Campo?

Passo 1 - Organize um Grupo de Trabalho (GT) no município com integrantes de movimentos sociais, educadores do campo e lideranças comunitárias;

Passo 2 - Promova a elaboração coletiva de um Regimento onde fiquem firmados os termos de sua constituição;

Passo 3 - Organize um seminário para formalizar a constituição do Comitê Municipal e aprovar seu Regimento;

Passo 4 - Elabore um Plano de Ação para o ano.

Poderão ser constituídos Comitês Intermunicipais se for conveniente para o fortalecimento da entidade.

ANEXO H – PANFLETO FECHAR ESCOLA É CRIME

FECHAR ESCOLA É CRIME!

Ter escola perto de casa é direito de todos, seja qual for o número de estudantes! Está na lei! Apesar disso, entre 2007 e 2015, 544 escolas do campo foram fechadas no Espírito Santo. Não permitam que crianças e jovens sejam obrigados a percorrer grandes distâncias para chegar à escola!

Se quiserem fechar escola, turma ou turno na sua comunidade, reúnam pais, mães, responsáveis por estudantes, professores, estudantes e lideranças para, juntos, discutir a situação.

O que pode ser feito:

1. Organizem uma assembleia geral: reúnam a comunidade escolar e responsáveis pela Secretaria de Educação em assembleia na escola para discutir sobre essa decisão. Se possível, convidem a imprensa, representantes dos Movimentos Sociais, Igrejas, Universidade e o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo. Na assembleia, elaborem dois documentos:

Documento 1: uma Ata com a decisão da comunidade, justificando porque não querem que a escola seja fechada. Todos devem assiná-la;

Documento 2: um Abaixo Assinado, solicitando a permanência da escola, da turma ou do turno do qual devem constar o nome completo do estudante, a Escola, o ano que cursa, o turno e a assinatura, caso seja maior de 18 anos, ou a do responsável. Todos os presentes na assembleia devem assinar. Se for possível, levem a lista para outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.

Guardem as vias originais. _____

2. Organizem uma comissão com representantes de pais, mães, estudantes, lideranças e professores para protocolar um pedido de reunião com a Promotoria de Justiça da Comarca local.

Se a escola for municipal, protocole também um pedido de reunião:

- com a Secretaria Municipal de Educação;
- com o Conselho Municipal de Educação, se houver.

Se a escola for estadual, protocole também um pedido de reunião:

- com a Superintendência Regional de Educação;
- com o Conselho Estadual de Educação.

Todos os pedidos devem ser acompanhados de cópia da Ata da reunião e do Abaixo Assinado.

3. Divulguem a denúncia junto a vereadores, imprensa, rádio, Igrejas, sindicatos, etc.

4. Busquem entidades que possam fazer Moções de Apoio ao movimento.

5. Encaminhem a denúncia:

- Comitê de Educação do Campo do ES (comitestadual_es@yahoo.com.br) e
- Disk Ministério Público 127.



**A ORGANIZAÇÃO E A UNIÃO DA
COMUNIDADE SÃO FATORES DECISIVOS PARA
IMPEDIR O FECHAMENTO DE ESCOLAS!**

Não jogue este impresso em via pública

ANEXO I – INFORMATIVO COMECES Nº 02

INFORMATIVO
COMITÊ ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DO CAMPO/ES
 Edição 02 / 2012



Comitê defende permanência das escolas no campo



No Espírito Santo, segundo dados do Censo Escolar, nos últimos doze anos, foram fechadas 2.002 escolas das redes municipais e estadual. Um dado alarmante, que vem sendo amplamente discutido por este Comitê junto à Secretaria de Estado da Educação – SEDU e deve ser debatido pelos diferentes órgãos públicos do estado e pelas comunidades camponesas capixabas.

Ao ouvir diversas comunidades do campo capixaba, o Comitê Estadual de Educação do Campo observou que o processo de fechamento das escolas, em sua maioria, ocorreu de forma arbitrária, sem levar em consideração as discussões das comunidades, dos movimentos sociais e toda a legislação que garante o acesso universal à educação básica.

Para as famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada ou chegando altas horas da noite; à perda da convivência familiar e, principalmente, a privação de uma educação vinculada ao seu modo de vida, sua cultura, sua realidade.

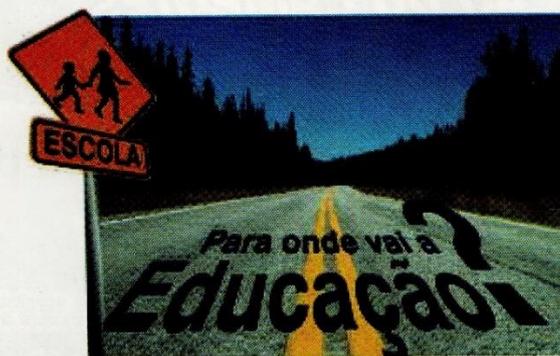
Outro fato, extremamente, relevante é que muitas famílias abandonam suas comunidades, migrando para as sedes dos municípios, a procura de escola para seus filhos e filhas.

O que nos leva a questionar os impactos e conseqüências de tal contexto: As crianças, os jovens e os adultos que se deslocam diariamente para estudar na cidade sofrem com o preconceito e a discriminação pelo fato de serem do campo. Pois, vivemos em um contexto em que a cultura urbana se coloca como superior, sinônimo de modernidade, fortalecendo uma idéia equivocada de que a cultura camponesa é atrasada. Tal fato leva as crianças, os jovens e adultos a terem vergonha de suas origens, de suas raízes, fortalecendo uma idéia de inferioridade.

O resultado comum desse processo é o abandono da escola, do sonho de continuar estudando, por grande parte daqueles levados do campo para estudar na cidade, ou levados para comunidades distantes da sua.

Em um país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso das crianças, jovens e adultos camponeses à escola é, sim, um crime. Os membros do Comitê Estadual de Educação do Campo chamam a população camponesa capixaba para mudar esta triste realidade, que está afetando diversas comunidades em nosso estado.

Comunidade camponesa impede o fechamento de escola estadual



Em fevereiro de 2010, as famílias de uma comunidade localizada na área rural de Linhares foram impedidas de matricular suas crianças na Escola Estadual de Ensino Pluridocente de Palhal. Segundo os moradores, não houve nenhum diálogo com a comunidade, os pais apenas foram informados que as crianças seriam transferidas para uma escola a nove quilômetros de distância. O Superintendente de Educação, Alexandre Segovia, da SRE de Linhares – órgão que representa a Secretaria de Estado de Educação na região – alega que a escola deveria ser interditada, pois, encontrava-se sucateada e que a Superintendência estaria disponibilizando transporte para estes educandos.

Entretanto, a comunidade resistiu, organizou-se e, com o auxílio do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA impediram a paralisação das atividades na EEEPF Palhal.

Segundo, reportagem publicada em 22/02/2010 no Século Diário, os moradores afirmam que o fim da escola estadual vai impedir o acompanhamento dos pais na frequência escolar e mudar a rotina das famílias. Entre as famílias, o sentimento é de que se seus filhos e filhas forem para uma escola distante, a comunidade será desintegrada. Paulo Soeiro de Freitas, pai de um educando enfatiza que “sem a escola, nossa comunidade vai virar um deserto”.

“Queremos manter viva a nossa história e manter nossas crianças no campo, tirar a escola daqui é tirar nossa referência”, pontuou Elias Alves, da coordenação do MPA. Relata Dona Sersenília, de 55 anos, que além dela, seus filhos e netos estudaram naquela escola e que é seu desejo que seus bisnetos sigam o mesmo caminho, para que a família continue no campo.

O que mais nos impressiona é que por recusar matricular seus filhos e filhas na escola determinada pela SEDU, a própria comunidade teve de se responsabilizar pela reforma da escola do Palhal. Segundo, a reportagem do Século Diário, um termo de compromisso chegou a ser apresentado aos moradores, para que as famílias reformassem a antiga escola, com o estabelecimento de um prazo de 60 dias.

A responsabilidade que é inerente ao poder público foi, inconstitucionalmente, delegada a comunidade do Palhal. Infelizmente, este tem sido o argumento das Secretarias Estadual e Municipais de Educação para fecharem nossas escolas, a falta de infraestrutura, como se não fosse obrigação legal destes órgãos munirem as escolas públicas de estrutura, equipamentos e materiais pedagógicos necessários para o funcionamento das escolas com qualidade social.

Diante deste contexto, em que a SEDU não assumiu sua responsabilidade, e após um ano de diálogo com a SRE e a Secretaria Municipal de Educação de Linhares, a comunidade, resolveu em mutirão reformar a EEEPF de Palhal.

MP é acionado para barrar fechamento de escola pública em Nova Venécia

[...] Seja determinado ao Estado do Espírito Santo que, IMEDIATA E LIMINARMENTE, proceda, em caráter de prioridade absoluta, a PARALIZAÇÃO do processo de nucleação/fechamento da EEEM "ZEFERINO OLIOSI" prevista para o ano de 2011, retornando a Escola ao seu regular funcionamento, INCLUSIVE COM PROCESSO DE MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS, [...] e TRANSPORTE ESCOLAR, sob pena de multa diária de [...].

Este foi o resultado do processo instaurado pela comarca de Nova Venécia, à pedido da comunidade de Cristalino. A liminar ainda estabeleceu, sob pena de multa diária que:

Seja determinado LIMINARMENTE ao Estado do Espírito Santo – através da Secretaria de Estado da Educação - SEDU [...], que promovam as adequações no espaço físico viabilizando o pleno funcionamento da escola no ano letivo de 2011, oportunizando a instalação de novos mobiliários, TV multimídia, quadro branco, mobiliário para refeitório, equipamentos de tecnologia com quadro digital, enfim, todo um aparato de móveis e utensílios que valorizem os alunos e os levem a melhores condições de aprendizado [...].

No final de 2010 a comunidade de Cristalino, em Nova Venécia, foi surpreendida com a notícia de que a única escola de Ensino Médio que atende a comunidade e outras do entorno iria fechar. A alegação do então Superintendente de Educação da SRE de Nova Venécia, era de que a escola não se enquadrava nos padrões de infraestrutura do novo projeto de escola da SEDU. Novamente, a questão de cunho, estritamente, financeira se sobrepõe ao direito, Constitucional, a educação.

Mas, a comunidade de Cristalino se mobilizou e conjuntamente com o Comitê Estadual de Educação do Campo, acionou o Ministério Público, que por meio do Promotor de Justiça, da comarca de Nova Venécia entrou com uma **ação civil pública** para apurar eventual irregularidade ocorrida no processo de nucleação da Escola Estadual de Ensino Médio "Zeferino Oliosí".

O ministério público é o órgão que pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é responsável pela promoção da ação civil pública para a proteção dos interesses individuais ou coletivos da população. Assim, as comunidades devem procurar os Promotores de Justiça, nas comarcas que estão espalhadas pelos municípios do Espírito Santo e lutar pelos seus direitos. As comunidades também podem entrar em contato com Comitê Estadual de Educação do Campo para auxiliar neste processo.

Não deixemos que as Secretarias Estadual e Municipais de Educação neguem os nossos direitos, lutemos pela educação de nossos filhos e filhas camponesas

DISQUE DENÚNCIA:

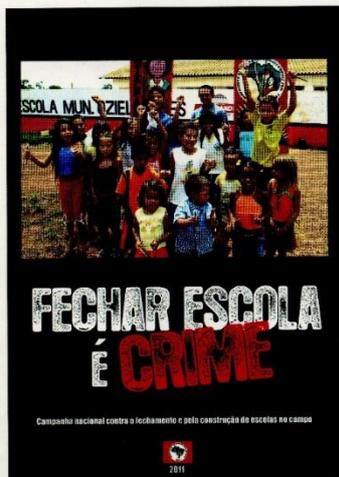
- **Disque Ministério Público do ES - 127**
- **Comitê Estadual de Educação do Campo/ES - (27) 8135 6821**

Em Linhares moradores reformam escola pública com próprio dinheiro

Após muito pedirem providências ao Estado e à Prefeitura para uma escola, localizada na comunidade de Palhal, e não serem atendidos, os moradores e os pais dos educandos resolveram se unir, juntaram dinheiro, [...] e reformaram o prédio eles mesmos (Século Diário, publicada em ...).



Campanha Nacional do MST: Fechar Escola é Crime



Segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, existiam em 2002, no meio rural, 107.432 escolas, mas, em 2009, o número de estabelecimentos de ensino reduziu para 83.036, o equivalente a 22,7%. Em 8 anos ocorreu o fechamento de 24.396 escolas, sendo que destas 22.179 eram municipais.

O número de matrículas no meio rural, de 2002 a 2009 anos, reduziu de 7.916.365 para 6.680.375 educandos, representando um número de 1.235.990 que estão sem escola ou que foram obrigados a estudar na cidade.

Nesse quadro, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST lançou a Campanha Nacional contra o Fechamento de Escolas do Campo, intitulada **"Fechar Escola é Crime"**, que pretende promover o debate referente a educação do campo com o conjunto da sociedade brasileira e articular diversos setores contra essa prática de negação do direito à Educação.

Para a socióloga Mônica Molina, professora da Universidade de Brasília (UnB), o fechamento das escolas, em geral, resulta de expansão do agronegócio e da nucleação - quando escolas de menor porte são extintas e os educandos, transferidos para unidades mais distantes e maiores. Mônica observa ainda que a Legislação específica à Educação do Campo, a Resolução do Conselho Nacional de Educação N. 2 de 2008, estabelece que a nucleação deva ser feita após os cinco anos iniciais do ensino fundamental e, preferencialmente, em escolas situadas também no campo, e não na área urbana.

Na opinião da socióloga, as políticas públicas para o campo precisam não só vincular o desenvolvimento à educação, mas garantir outros direitos: ter acesso à terra é a primeira condição para o campo precisam não só vincular o desenvolvimento à educação, mas garantir outros direitos: ter acesso à terra é a primeira condição para o cidadão permanecer onde está e levar os filhos para a escola. O que está causando o fechamento das escolas não é só a nucleação. As áreas rurais estão sendo engolidas pela concentração fundiária.

Segundo Erivan Hilário, do Setor de Educação do MST, o fechamento das escolas no campo nos remete a olhar com profundidade a questão da concentração fundiária. Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócio - o agronegócio - que tem como finalidade o lucro e uma lógica de funcionamento que necessita de um campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola. "Neste contexto, lutar contra o fechamento das escolas tem se constituído como expressão de luta dos camponeses, de comunidades contra a lógica desse modelo capitalista neoliberal para o campo" (*Revista Sem Terra*, n. 46, jun, 2011).

A campanha nacional "Fechar Escola é Crime", empreendida pelo MST, vem denunciar e criminalizar esta política excludente, reivindicando sua suspensão imediata e a (re) abertura das escolas do campo. Mas, para que isso se concretize, é importante mobilizar comunidades, movimentos sociais, sindicatos, enfim toda a sociedade para se indignar quando uma escola for fechada e lutar para mudar esta realidade.

Expediente

Informativo do COMECES
Comitê Estadual de Educação do Campo no
Estado do Espírito Santo

Texto e Fotos: Colegiado do COMECES
Tiragem: 1.000 exemplares
Gráfica:

ANEXO J – FECHAR ESCOLA É ILEGAL

FECHAR ESCOLA DO CAMPO É ILEGAL

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Constituição Federal de 1988

- Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Assim, no âmbito do direito brasileiro, devemos respeitar o princípio fundamental que afirma a educação básica como Direito Público Subjetivo, ou seja, a afirmação de que a partir da Constituição de 1988, nenhum cidadão brasileiro pode ter esse direito subtraído por qualquer razão, o que inclui o lugar onde vive.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Assim, uma escola não pode ser extinta (fechada) por falta de matrícula, pois, cabe ao poder público fazer o recenseamento na comunidade. Se em um ano não houver crianças, jovens e adultos para estudar, certamente, no próximo ano haverá demanda. Assim a escola não deve ser extinta, mas, somente, paralisada, até a comunidade obter demanda de matrícula. Nenhuma escola pública do campo será desativada, senão que, apenas temporariamente e por absoluta falta de demanda.

- Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Compreendendo que a criança, o adolescente e jovem tem assegurado à **convivência familiar e comunitária**, fechar uma escola e levá-los para uma comunidade distante fere o artigo 227 da Constituição.

Lei n. 9394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB

- Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Assim, a criança tem direito de se matricular na escola mais próxima de sua residência, segundo o inciso X, do art. 4 da LDB.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

O § 3º, do art. 208 da Constituição Federal também delimita ser de responsabilidade do poder público fazer o recenseamento nas comunidades. Assim, fechar uma escola, sem proferir o levantamento da demanda na comunidade fere a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

- Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A LDB n. 9394/96, em seu art. 4, inciso X, também coloca que a criança tem direito a fazer matrícula na escola próxima de sua residência, em sua comunidade. Assim, deslocar as crianças no transporte para uma escola distante de sua comunidade fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e Adolescente.

Art. 58. *No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.*

Tal artigo, somente, será cumprido se as crianças e os adolescentes estudarem em suas comunidades camponesas.

RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 1/2002: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico. E a União o acesso ao Ensino Superior.**

RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 2/2008: Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo [do campo para o campo] dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Assim, a Secretaria de Educação que estiver transportando os educandos do campo para outras comunidades muito distantes, ou estiver transportando os educandos do campo para a cidade estão descumprindo o art. 6, da Resolução n. 01/2002 e o § 1º do art. 3 e o parágrafo único do art. 4 da Resolução n. 2 de 2008, do Conselho Nacional de Educação. Desrespeitando as legislações nacionais que são específicas a Educação para os povos camponeses.

RESOLUÇÃO Nº 7/2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Art. 39 A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, **oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.**

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

RESOLUÇÃO CEE - N. 1286-2006 - Fixa Normas para a Educação no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo.

Art. 27 Em qualquer dos casos previstos no artigo 23 [no caso de encerramento compulsório das atividades das escolas] o processo deverá ser instruído com:

V - Ata da reunião com a comunidade escolar e local em que se comunica a decisão, incluindo a repercussão da medida;

O art. 4º da Resolução n. 02/2008, do Conselho Nacional de Educação, delimita que a comunidade deve ser ouvida para definir o local das escolas que lhe atenderão, neste sentido o inciso V do art. 27 da Resolução do Conselho Estadual de Educação/ES também ressalta que nos processos de fechamento de escolas, estes devem vir com as atas da reunião com a comunidade, pois, estes devem se manifestar sobre o fechamento ou não, da escola em sua comunidade. Se tal fato não ocorrer este processo torna-se ilegal.

PORTARIA nº 098-R, de 07 de outubro de 2010: estabelece normas e disciplinam as matrículas nas escolas públicas estaduais de ensino Fundamental e Médio para o ano letivo.

Art. 13 O aluno da zona rural deverá ter sua matrícula efetuada em unidade de ensino próxima de seu domicílio.

Este artigo deve ser respeitado, conjuntamente com o inciso X, do art. 4 da LDB n. 9394/1996, a Lei que regulamenta a Educação em âmbito nacional.

Comitê Estadual de Educação do Campo no Estado do Espírito Santo

ANEXO K – PAUTA UNIFICADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES



PAUTA UNIFICADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO

Essa pauta é fruto de intensas discussões dos movimentos sociais camponeses, do estado do Espírito Santo, e expressa os debates e embates que vem sendo empreendidos desde 2004, quando ocorreu a II Conferência Nacional *por uma Educação do Campo*, que reuniu os movimentos sociais e sindicais camponeses e demais entidades que possuem práxis na área. Neste contexto, este documento elenca pontos que são cruciais para a produção de uma política pública produzida com/para a Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, modalidades da educação brasileira.

1. Não fechamento das Escolas do Campo: cumprindo da legislação vigente.

1.1. Garantia da convivência familiar e comunitária:

- **Constituição Federal de 1988** explicita em seu *Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso*:

Art. 227 *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

- **Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, em seu *Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer*, estabelece no art. 58:

Art. 58. *No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos **próprios do contexto social da criança e do adolescente**, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.*

Assim, compreendendo que a criança, o adolescente e o jovem têm assegurado à **convivência familiar e comunitária**, fechar uma escola e leva-los para uma comunidade distante fere o artigo 227 da Constituição, e o artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2. Direito de matrícula na escola mais próxima de sua residência:

- **Lei n. 9394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

- **Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, em seu *Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer*:

Art. 53. *A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:*

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Assim, deslocar as crianças e adolescentes no transporte para uma escola distante de sua comunidade fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e Adolescente.

- **RESOLUÇÃO Nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

Art. 39 *A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.*

1.3. Cumprimento dos dispositivos legais contidos na LDB N. 9394/96, referente ao fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas:

O fechamento desordenado de escolas camponesas, em âmbito nacional, levou a promulgação da **Lei Nº 12.960**, de 27 de março de 2014, que altera o art. 28 LDB N. 9394/96, que passa a contar com parágrafo único, que diz:

Art. 28 [...]

Parágrafo único. *O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.*

1.4. Proposta de Ações SEDU:

- Orientação à UNDINE e aos Municípios quanto ao cumprimento do parágrafo único, do art. 28, da LDB 9394/96.
- Orientação à Câmara Básica de Educação do Conselho Estadual de Educação quanto ao cumprimento do parágrafo único, do art. 28, da LDB 9394/96, compreendendo que, somente, 24 municípios capixabas se consubstanciam em Sistema de Ensino.
- Estadualização de escolas do campo municipalizadas.

2. Manutenção e Expansão da Pedagogia da Alternância nas escolas do sistema estadual de ensino:

2.1. Cumprimento da Legislação Nacional:

- **Resolução CNE/CEB Nº 04/2010** que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

Art. 36. *A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.*

Parágrafo único. *Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ser acolhidas, como a **pedagogia da terra**, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a **pedagogia da alternância**, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.*

2.2. Proposta de Ações SEDU:

- Aprovação de Calendário específico, das escolas organizadas por meio da Pedagogia da Alternância, pelas Superintendências Regionais de Educação;
- (Re) Publicação e Edital específico, para as seguintes escolas: EECOR Colatina, EEEF Córrego Queixada, EEEFM Fazenda Emílio Schroeder; turma de EMI da EEEM Nestor Gomes, e escolas de assentamento da Reforma Agrária;
- Extensão da carga horária dos educadores, conforme Proposta Político Pedagógica das escolas;
- Publicação de organização curricular específica;
- Publicação da Portaria que normatiza a Pedagogia da Alternância no sistema estadual de ensino do ES;
- Retorno das reuniões do GT da Pedagogia da Alternância: composto pelos técnicos da GECAM, das Superintendências e professores das escolas estaduais organizadas por meio da PA.

3. Garantia das especificidades das modalidades da Educação Básica: Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

3.1. Cumprimento da Legislação Nacional quanto a especificidade destas modalidades da Educação.

- Educação do Campo: Resolução CNE/CBE Nº 01/2002, Resolução CNE/CBE Nº 02/2008, e Decreto Nº 3752/2010.
- Educação Escolar Indígena: Decreto Nº 26/1991, Resolução CNE/CEB Nº 02/1999, Resolução CNE/CEB Nº 03, e Resolução CNE/CEB Nº 05/2012.
- Educação Escolar Quilombola: Resolução CNE/CEB Nº 08/2012.

3.2. Cumprimento da **Resolução CEE/ES N. 3777/2014**, referente ao **TÍTULO IV: Das Modalidades de Ensino**, em seu **Capítulo III, Da Educação do Campo, Capítulo IV, Da Educação Escolar Indígena e Capítulo V, Da Educação Escolar Quilombola**.

3.3. Proposta de Ações SEDU:

- Apoio e participação efetiva da SEDU e Superintendências nas reuniões dos **Macrocentros** (Portaria N. 071-R de 28 de março de 2014);
- Início do ano letivo na EEIEM Aldeia Caieiras Velha;
- Aprovação das Diretrizes das Escolas de Assentamento e Acampamento/ES;

- Retomada das ações do PROEPO, de formação da língua pomerana;
- Aprovação e encaminhamento interno do Plano de Ação da Educação Escolar Quilombola;
- Publicação de Portarias que garantam o atendimento às especificidades destas modalidades;
- Criação de um GT que discuta a situação educacional dos povos em situação de itinerância, conforme Resolução CNE/CEB Nº 03/2012, a fim de definir ações para oferta educacional destas populações;
- Publicação das Organizações Curriculares específicas, das escolas do Campo, indígena e quilombola;

4. Aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo:

4.1. Cumprimento da Legislação Nacional, específica à modalidade da Educação do Campo:

- **RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 01/2002**, que institui as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, estabelece:

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo [...].

4.2. Homologação da versão produzida coletivamente pelos movimentos sociais, por meio do COMECES, e debatida pelo GT Interinstitucional composto pela SEDU, AMUNES, UNDIME e COMECES.

5. Fortalecimento e participação na Gerência de Educação do Campo – GECAM/SEDU:

5.1. Documento produzido no II SEMINÁRIO DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO, com o Tema “*O Contexto da Educação do Campo: desafios e perspectivas*”. Neste documento gostaríamos de ressaltar o texto EM DEFESA DA CRIAÇÃO DA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, que explicita a necessidade de um espaço/tempo institucionalizado da Educação do Campo na Secretaria de Educação de nosso Estado, em que dois pontos são centrais:

- O cumprimento ao inciso II, do **art. 9º do Decreto nº 7352/2010**, que delimita que “*os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas Secretarias de Educação, deverão contar com equipes técnico-pedagógicas específicas, com vistas à efetivação de políticas públicas de educação do campo*”.

- Em 2012 o governo federal institucionaliza o Programa Nacional de Educação do Campo (**Pronacampo**), que propõe oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo, no país. O programa pauta suas ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica; e possui 12 Metas Globais de atendimento e deliberação de recurso, que perpassam pelas questões referentes à alimentação, transporte escolar, construção de escolas, recursos direto na escola e metas de ampliação do acesso, permanência e qualidade social da educação do campo.

5.2. Proposta de Ações SEDU:

- Aprovação de Plano de Ação da Gerência de Educação do Campo em diálogo com o Comitê Estadual de Educação do Campo/ES, Comitê de Educação Escolar Quilombola e Comitê de Educação Escolar Indígena.

- Diálogo com os movimentos sociais camponeses para a escolha do nome do/a Gerente e Subgerente, ou similar, da GECAM e Subgerência de Desenvolvimento da Educação do Campo, Indígena e Quilombola - SUDEC.

6. Garantir Editais Específicos para a contratação de profissionais de educação em regime de Designação Temporária, para as escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas.

- Garantia de contratação por área de conhecimento, contemplando os egressos da Licenciatura em Educação do Campo (campus Goiabeiras e campus São Mateus), e dos egressos da Licenciatura Intercultural Indígena - PROLIND.

7. Política pública de EJA Campo:

7.1. Garantia de Transporte e alimentação escolar;

7.2. Projeto Político-pedagógico que atenda as demandas do campo: organização por meio da Pedagogia da Alternância;

7.3. Não atendimento da EJA, nas comunidades camponesas, por meio da proposta de CEEJA Itinerante;

7.4. Expansão da OFERTA de EJA no perímetro rural, independente de número mínimo de matrículas.

7.5. Proposta de Ações SEDU:

- Publicação da Portaria EJA Campo, Indígena e Quilombola, que foi produzida conjuntamente com este coletivo;

- Transformação da EEEF Córrego Queixada em escola polo de oferta da EJA Campo nas comunidades vizinhas;

- Abertura de turmas de EJA no 2º Semestre nas seguintes escolas, que já apresentaram demanda no ano de 2014: EEIEM Aldeia Caieiras Velha (Aracruz); EEPEF Bela Vista (Montanha) e EEEFM Três de Maio (Pedro Canário). E abertura de turmas nas demais comunidades/escolas que apresentarem demanda.

- Produção de um Plano de Expansão da EJA, em comunidades camponesas: apresentação das metas para o Comitê Estadual de Educação do Campo/ES, Comitê de Educação Escolar Quilombola, Comitê de Educação Escolar Indígena e Comitê de Educação Pomerana.

Esta pauta unificada será defendida, pelos movimentos sociais e sindicais camponeses do estado do Espírito Santo, em diferentes reuniões e/ou em outras formas de mobilização, no decorrer do ano de 2015, procurando consolidar a política pública de Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena, neste solo capixaba.

Coordenação Colegiada do Comitê de Educação do Campo do Estado do Espírito Santo.

ANEXO L – MANIFESTO DE IBIRAÇU



Manifesto de Ibirapu – Esp. Santo

Escola do campo: patrimônio ameaçado

Reunidos em Ibirapu-ES no dia 17 de junho de 2016, no IV Seminário Estadual de Educação do Campo, NÓS, coletivos de educação do campo e movimentos sociais camponeses na defesa e na luta pela educação do campo no Espírito Santo, cientes de nossa responsabilidade social e educacional chamamos a atenção sobre os graves problemas que vivemos em relação à educação integral e integradora, fruto da negligência e do descaso do poder público estadual e municipal.

Assim, conclamamos o direito à educação, à garantia da convivência familiar e comunitária, o direito ao acesso e permanência, assim como o direito de matrícula na escola mais próxima da residência e o cumprimento da legislação vigente dizendo NÃO ao fechamento das escolas e turmas do campo, exigindo a reabertura das que foram fechadas irregularmente e responsabilizando o poder público do Estado e dos municípios, pois entendemos que a criança, o adolescente e o jovem têm assegurado o direito à educação e à convivência familiar e comunitária. Fechar uma escola e levá-los para uma comunidade distante fere a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Estadual de Educação.

Para isso, torna-se necessária a garantia das especificidades das modalidades: educação do campo, educação escolar indígena e educação escolar quilombola; além da manutenção e expansão da Pedagogia da Alternância nas escolas públicas estaduais e municipais como forma identitária das escolas do campo que

(...) se definem pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplem sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ser acolhidas, como a **pedagogia da terra**, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a **pedagogia da alternância**, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante (Resolução CNE/CEB nº 04/2010, art. 36).

Exigimos a aprovação, homologação e implementação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo construídas coletivamente pelos movimentos sociais e entidades governamentais do Estado e municípios, por meio do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo – COMECES, e debatida pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional composto pela SEDU, AMUNES, UNDIME e COMECES; assim como o fortalecimento da Gerência de Educação do Campo – GECAM/SEDU.

Por último, e não menos importante, é impreterível a definição de uma política pública de Educação de Jovens e Adultos do Campo que atenda à Resolução CNE/CEB nº 02/2008, onde se diz que,

Art. 1º.

[...]

§4º. A educação do campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, às populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria;

Art. 6º. A oferta de Educação de Jovens e Adultos também deve considerar que os deslocamentos sejam feitos, nas menores distâncias possíveis, preservando o princípio intracampo.

Dessa forma, o poder público do Estado e municípios é responsável direto pela produção de um Plano de Expansão da EJA em comunidades camponesas em diálogo com os Comitês Estaduais de: Educação do Campo/ES, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação Pomerana; assim como pelo atendimento da EJA, nas comunidades camponesas, de forma presencial; da expansão da EJA no perímetro rural, independente de número mínimo de matrículas; de estimular a adoção da Pedagogia da Alternância nas escolas do campo, indígenas e quilombolas; e da publicação de Organizações Curriculares específicas das escolas do campo, indígena, quilombola e pomerana.

Declaramos que este manifesto é expressão das demandas dos movimentos sociais e sindicais camponeses do Estado do Espírito Santo e será divulgado e defendido em reuniões e/ou em diversas formas de mobilização, no decorrer do ano de 2016, com o propósito de consolidar uma política pública de Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena em nosso Estado de Espírito Santo.

Ibiraçu, junho de 2016.

ANEXO M - NOTA: ESCOLAS ESTÃO SENDO FECHADAS



ALGUMAS NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ES

1. As escolas do campo estão sendo fechadas!!

Muitas escolas públicas municipais e estaduais do campo vêm sendo fechadas desde o final dos anos 80 no Espírito Santo. Entre 2004 e 2013 houve uma redução de mais de 20 mil estudantes do campo e mais de 700 escolas públicas foram fechadas. Infelizmente isso não ocorreu apenas em nosso Estado. Em todo o Brasil foram fechadas 27.709 escolas entre 2002 e 2010, das quais 3.630 apenas entre 2009 e 2010, conforme dados da UNICEF.¹

Um conjunto de elementos sustentou essa prática por parte dos governos: a crescente redução das populações do campo devido ao esvaziamento das áreas rurais pelo crescimento das cidades e pela ampliação do agronegócio que reduziu enormemente o trabalho humano, além da municipalização de escolas até então sob a responsabilidade do Estado e da nucleação de escolas do campo, ou seja, a transferência de matrículas do campo para escolas das cidades.

2. Como os governos têm justificado a política de fechamento de escolas do campo?

Mesmo em tempos de crescimento econômico, o corte de despesas tem sido usado como argumento para o fechamento de escolas do campo. Em geral, são escolas pequenas, se comparadas às das regiões onde há grande concentração populacional. No entanto, nunca foi apresentado por nenhum governo o custo destas escolas, uma vez que novos serviços são necessários, como o transporte escolar. Os governos têm acenado também com uma promessa de melhor estrutura física que escolas maiores poderiam oferecer, o que nem sempre é verdade.

3. Que impactos o fechamento de escolas do campo provoca sobre os estudantes e comunidade?

A lógica economicista expressa nas ações governamentais afronta diretamente o direito à educação próxima à residência garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

¹¹ UNICEF, CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil*. Brasília, 2014. Disponível em: www.foradaescolanaopode.org.br. Acesso em: 07 ago. 2014.

É grave também o deslocamento de estudantes (crianças, adolescentes, jovens e adultos) que, além de andarem a pé por caminhos nem sempre seguros por até 3 km até o ponto do ônibus, se submetem ainda a longas distâncias no transporte escolar que nem sempre oferece condições de segurança, como já constatado em várias matérias jornalísticas. Outros problemas se agregam a esses como as estradas que se tornam intransitáveis em períodos de chuva e o descompasso entre o calendário escolar e os contratos com as empresas transportadoras. Esse conjunto de dificuldades resulta em um grande cansaço físico dos estudantes, comprometendo, com isso, as condições necessárias a uma boa aprendizagem.

Jovens e adultos, assalariados e assalariadas rurais e urbanos (trabalham nas fábricas, nos comércios das cidades, nas lavouras dos grandes e médios proprietários, ou como meeiros e colonos), também têm sido penalizados com o fechamento de escolas do campo. O acesso à escola depende de tê-la próximo às suas residências. Quando têm que se deslocar para estudar não encontram condições nem de acesso e permanência, principalmente pela falta de transporte.

Sob outra perspectiva, o fechamento de uma escola do campo também significa a perda do espaço aglutinador que ela representa para as comunidades, a dificuldade de acompanhamento/participação da família nos trabalhos da escola e, o mais grave, a perda das referências culturais da comunidade quando, na cidade, é imposto ao estudante um currículo que ignora suas origens.

Esse quadro se mantém apesar de a LDB ter sido alterada em seu artigo 28, em 2014, para tentar conter o fechamento de escolas do campo, exigindo que os governos cumpram condições, dentre estas, a consulta prévia às comunidades (medida confirmada no Plano Nacional de Educação - PNE³). O PNE também dispõe sobre a necessidade de se limitar a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças e estimula a oferta de ensino fundamental nas próprias comunidades de residência do estudante. Na realidade, esses procedimentos legais têm se mostrado ainda insuficientes para conter a adoção de medidas que comprometem, diretamente, o direito constitucional à educação que possuem todos os cidadãos brasileiros.

4. Concluindo:

O **Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES)**, entidade que reúne movimentos sociais, sindicais e entidades vinculadas à educação em nosso estado, após 4 anos de ampla discussão junto à Secretaria de Estado de Educação, elaborou as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do ES. No entanto, há 2 anos aguardamos que a Secretaria de Estado

³ Lei federal 13.005/2014.

da Educação encaminhe o referido documento para aprovação do Conselho Estadual de Educação e, finalmente, cumpra seu propósito de regulamentar e orientar essa modalidade da educação e as políticas públicas de Educação do Campo no Espírito Santo.

Diante da atual conjuntura, o COMECES solicita apoio para que o processo de fechamento de escolas seja reconhecido pela Comunidade Eclesial como criminoso. Nessa perspectiva, apontamos as escolas do campo ainda existentes para que juntos lutemos para que nenhuma escola mais seja fechada. **FECHAR ESCOLA É CRIME!**

Nova Venécia, agosto de 2016

ANEXO N – NOTA: A SEDU ESTÁ EXTINGUINDO CONSELHOS DE ESCOLA!!!



A SEDU ESTÁ EXTINGUINDO CONSELHOS DE ESCOLA!!!

POR QUÊ?

A SEDU não explica.

Mas o que acontece é que, quando se dissolve um Conselho Escolar se extingue mais um instrumento de gestão democrática da escola. Como sabemos, um Conselho Escolar tem atribuições de natureza pedagógica, administrativa e financeira como forma de integrar estudantes, seus profissionais e a comunidade em torno de um projeto de escola coletivamente construído que dê conta das demandas específicas de cada uma delas. Mas a SEDU reduz o Conselho a um mero espaço para administrar recursos financeiros e, dissolvendo-o (Portaria 110-R e Circular Interna 34, ambas de agosto de 2016), desmonta também a possibilidade de um trabalho compromissado com as necessidades locais.

O QUE A DISSOLUÇÃO DE UM CONSELHO ESCOLAR SIGNIFICA PARA ESSAS ESCOLAS?

Os Conselhos Escolares são responsáveis pela definição da forma de utilização dos recursos financeiros a que tem direito. A dissolução do Conselho Escolar tira da escola o poder de decidir sobre o que é mais necessário e importante para cada comunidade, enfraquece sua capacidade de mobilização em torno de questões que lhe são significativas e a deixa mais vulnerável para futuro fechamento.

E mais: o que acontecerá com os recursos financeiros federais (PDDE e outros projetos) destinados à escola se ela não tiver um conselho constituído?

A SEDU PODE FECHAR UM CONSELHO ESCOLAR?

Não. Pela Portaria 105-R, de 11/08/2016 “o Conselho de Escola será criado por tempo indeterminado e a sua dissolução ocorrerá, quando extinta a unidade escolar à qual estiver vinculado ou por interesse do próprio conselho, aprovada em assembleia geral”. Assim, o Secretário de Educação precisou criar formas para fazer com que o próprio Conselho se dissolvesse como se fosse por sua própria iniciativa.

Além disso, a medida desrespeita a legislação que atribui ao poder público a responsabilidade de estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares (meta 19 da Lei do Plano Nacional de Educação nº 13.005/2014).

OS CONSELHEIROS FORAM INFORMADOS DO SIGNIFICADO DESSA MEDIDA?

Não. A SEDU comunicou o que queria que os Conselhos fizessem, mas não discutiu em que essa medida resultaria em relação à autonomia de decisão da escola.

OS CONSELHEIROS PODEM SE RECUSAR A DISSOLVER SEU CONSELHO?

Sim. Os conselheiros podem se recusar a autorizar a autodissolução.

OS CONSELHEIROS PODEM SOFRER ALGUMA CONSEQUÊNCIA CASO NÃO ACEITEM DISSOLVER O CONSELHO?

Não. Mas os conselheiros deverão ficar atentos e manter em dia os relatórios periódicos exigidos pela Receita Federal, mesmo que a escola não tenha recebido qualquer tipo de recurso financeiro. Se o Conselho estiver ativado e esses relatórios deixarem de ser apresentados, será gerada multa em nome dos que registraram seu CPF no cadastro do Conselho. Portanto, fiquem atentos!

O QUE ACONTECERÁ COM OS RECURSOS FINANCEIROS DO PEDDE DESTINADOS À ESCOLA SEM CONSELHO?

A utilização de recursos financeiros das escolas que tiveram seus Conselhos dissolvidos dependerá de outra “escola referência” que passará a administrar os recursos a ela destinados.

As escolas que já dissolveram seus Conselhos deverão ficar atentas para que os recursos destinados a ela, mesmo alocados em outra escola, sejam utilizados conforme o que a comunidade escolar decidir e não permitir que essa decisão seja tomada em outras esferas. Não há qualquer dispositivo que obrigue a “escola referência” a consultar a comunidade escolar que tem direito a esses recursos.

DIGA NÃO À EXTINÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES!!!

**DIGA SIM À VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS E ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ES!!!**

COMECEES - Abril de 2017

ANEXO O – SOLICITAÇÃO À SEDU PARA REABERTURA DE ESCOLAS



Vitória, 21 de Fevereiro de 2019

Da: Coordenação do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo

Ao: Secretário Estadual de Educação

Sr. Vitor Amorim de Ângelo

Prezado Senhor,

Considerando que as Escolas do Campo, constituíram-se historicamente, além de estudo das ciências, num verdadeiro Patrimônio Cultural das Famílias Camponesas, e enquanto que vem se firmando como um 'esteio' de cada Comunidade no intuito de contribuir essencialmente na formação dos sujeitos do campo, sobretudo na ideia de pertencimento e valorização do modo de vida dos camponeses;

Que para, além disso, as Escolas do Campo vêm propondo, no diálogo com as famílias, por meio de seus instrumentos pedagógicos, as transformações necessárias ao equilíbrio socioambiental tão necessário à preservação da vida em sua totalidade, fazendo cumprir, assim, o que está escrito no Parágrafo único do Art. 36 da Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ser acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, da qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.

Que por meio do diálogo entre a Escola, os Camponeses e sua realidade local, a Educação do Campo está proporcionando um novo modo de pensar que leva a curto, médio e longo prazo a outra forma de intervir na natureza, de modo a reconhecê-la

como uma totalidade da qual todos fazemos parte e precisamos preservar. **Nesse contexto, reforça-se a importância da oferta da Educação Escolar no campo, fortalecendo as que já existem e atendendo àquelas que ainda não foram contempladas, em cumprimento ao Art. 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008;**

Que historicamente, vários processos de Fechamento de Escolas, sob o título de “Nucleação”, ou seja, junções de escolas em único prédio escolar foram realizados sem acordo prévio com as famílias, conforme preconiza a lei;

Que pedagogicamente, tal processo de ‘nucleação’, sem diálogo e acordo com as famílias e com nucleações em lugares distantes da comunidade de cada estudante, sobretudo na cidade, acarreta muitos prejuízos à aprendizagem dos educandos, uma vez que os retira abruptamente de seu habitat familiar/comunitário, pois de acordo com o Filósofo Leonardo Boff, *a cabeça pensa onde os pés pisam*. Dessa forma, a Educação do Campo reconhece os sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Espaço esse caracterizado, não apenas como ambiente agrícola, mas, de produção da própria vida em toda sua pluridimensionalidade. Sendo assim, é lugar também de cultura, de lazer e diversão, de aprendizado, de estudos e pesquisas, locus do sagrado e de espiritualidade, de convivência entre os humanos e entre os demais convivas de seu habitat, enfim, um campo organicamente dinâmico, diverso e vital para o mundo. Portanto, é legítimo o direito do educando de estudar no seu lugar de vivência, garantindo o direito à educação a partir de seu território, com sua participação e de sua comunidade. Além disso, a própria legislação determina que os estudantes recebam o atendimento educacional mais próximo às suas residências.

Devemos considerar também, a vulnerabilidade dos estudantes mediante aos riscos de cunho físico, psicológico, moral, cultural, dentre outros, durante o traslado à escola no transporte escolar, além do cansaço dos mesmos durante o percurso. Tudo isso pode ser evitado com a oferta da Educação nas próprias comunidades.

A Escola na comunidade camponesa é um dos espaços de vida, da mesma forma que a Igreja, o campo de futebol e outros espaços conquistados ao longo da história de cada comunidade camponesa. Retirar esse direito à escola na própria comunidade é estigmatizar ainda mais os camponeses com a negação desse atendimento conforme acontece com a negação de outros benefícios, dentre as

políticas públicas e/ou sociais que o Estado Brasileiro deixa de ofertar ou oferta precariamente no campo brasileiro seja na área da comunicação (TV' abertas de qualidade e democráticas, internet banda larga, telefonia, laboratórios de informática,...), transporte público, lazer e entretenimento, esporte (quadras poliesportivas e outros espaços de treinamento esportivo, piscinas,...), arte e cultura (cinema, teatro, bibliotecas,...), segurança, saúde, qualificação profissional, extensão rural, políticas de turismo, dentre outros atendimentos precários ou negados aos camponeses de nosso Município, Estado e País;

A educação do campo é muito mais que a educação escolar. Da mesma forma que a escola não é apenas dos (as) estudantes, ela pertence a todos (as) da comunidade, pois, como coloca a Constituição de 1988, todos têm direito à educação. Destarte, a escola, na comunidade camponesa, é lugar de debates sobre assuntos de interesses locais e globais, não apenas de educação de seus filhos e filhas.

A Resolução CNE Nº 2, de 28 de abril de 2008 diz que é direito da criança camponesa ser educada no lugar onde vive e em convívio com sua realidade. Quando os poderes públicos desconsideram estes direitos, violam interesses da coletividade e descumprem a legislação golpeando o estabelecido no Art. 3º da Resolução nº 2 do CNE/CEB, de 28 de abril de 2008 que diz:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

A Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 53, inciso V, ao tratar especificamente do direito e proteção a crianças e adolescentes, estabelece que o acesso à escola pública e gratuita será efetivado em unidade escolar próxima de sua residência.

A Lei nº 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

LEI Nº 12.960/2014 – Altera a Lei N. 9.394/1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Com essas considerações, em nome de cada camponês e cada camponesa, da democracia e da Liberdade da Terra, conhecendo a importante relação entre campo e cidade e sua interdependência, valorizando nosso território enquanto espaço de solidariedade e de luta pela vida, solicitamos que as Escolas abaixo relacionadas (e outras que ainda não tivemos informações), que correm o risco de serem fechadas e/ou que já foram paralisadas na gestão anterior tenham suas atividades reiniciadas:

- EEEM “Antonio Eugênio Rosa” – Município de Colatina
- EECOR “Colatina” – Município de Colatina
- EEEM “Itamira” – Município de Ponto Belo
- EEEM “Itabaiana” – Município de Mucurici
- EEUEF “Ovídio” – Município de Sooretama
- EEEF “Rio Lempê” – Município de Ibiraçu

Solicitamos também que sejam revistos os fechamentos de turmas nas escolas:

- EEEF “Margem de Itauninhas” - Pinheiros
- EEEF “Saturnino Ribeiro dos Santos” - Pinheiros
- EEEF “27 de Outubro” – São Mateus
- EEEF “Valdício Barbosa dos Santos” – Conceição da Barra
- EEEF “Paulo Vinhas” – Conceição da Barra
- EEEF “13 de Setembro” – São Mateus

Destacamos ainda a necessidade de reabertura de turmas e turnos da EJA, no campo e na cidade. Certos de juntos podermos dialogar e traçar caminhos viáveis e necessários para as políticas de Educação do Campo em nosso Estado e com os melhores agradecimentos subscrevemo-nos com muita consideração e apreço.

Atenciosamente,

Maria Geovana Melim Ferreira
Coordenação Colegiada do COMECES
comitedeeducacaodocampodoes@gmail.com

ANEXO P - ANOTAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES



ANOTAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES

Processo:03330/2019-2

Classificação: Controle Externo – Fiscalização – Levantamento

Setor: SecexSES – Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública

Criação: 21/11/2019

Relator: Rodrigo Coelho do Carmo

O Tribunal de Contas do ES, por meio da Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública – SECEXSES, realizou levantamento de acordo com a fiscalização prevista no Plano Anual da instituição, visando “levantar e analisar oferta e demanda por vagas nas redes públicas estadual e municipais de ensino, considerando os níveis, etapas e modalidades da educação básica, sua distribuição nos estabelecimentos de ensino, quantitativo de profissionais e as evoluções nos indicadores pertinentes”, conforme Relatório de Levantamento (p.4) que analisamos a seguir.

Conforme relatório, a mensuração do desempenho educacional das redes de ensino tomou por base indicadores como:

- ✓ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- ✓ Taxa de abandono escolar;
- ✓ Taxa de distorção idade-série (p.4).

O levantamento teve por objetivo conhecer o planejamento para a oferta de vagas nas redes municipais e estadual de ensino frente à demanda existente, bem como o nível de interação de informações existentes entre Estado e municípios, na busca do atendimento das necessidades da rede de ensino local. Esse levantamento analisou os fatores considerados para o microplanejamento da rede de ensino pública municipal e estadual do ES, em especial a distribuição geográfica dos alunos e das escolas, com o objetivo de estabelecimento de política de oferta de vagas em relação a demanda (p.5).

Na demanda, visa-se:

- ✓ Reordenar a rede de ensino, buscando racionalizar o espaço existente, ampliar o número de vagas e garantir o acesso à Educação Básica;
- ✓ Organizar a demanda – distribuição espacial da oferta e da demanda de vagas;

- ✓ Construir relatórios, demonstrando a situação diagnosticada em cada localidade, apresentando alternativas e propostas de redimensionamento e de redistribuição de vagas;
- ✓ Estimular o crescimento ou o decréscimo da demanda por etapa e modalidade (p.8-9).

Na estrutura física visa-se:

- ✓ Pré-localização e tipologia;
- ✓ Mostrar a melhor localização para novas escolas;
- ✓ Identificação das unidades a serem ampliadas ou reformadas (p.9).

Uma vez que a Educação Básica é prestada pelos Estados e Municípios em regime de colaboração, possuindo tais entes etapas de educação complementares e concorrentes, o microplanejamento deve ser realizado de forma conjunta, a fim de atender à demanda da região de forma mais eficaz e mais eficiente (p.9).

O Relatório apresenta um panorama geral da Educação Básica no Espírito Santo, com dados das redes públicas estadual e municipais, por localização (urbana ou rural) relativos a 2019 (p.10).

Tomou os resultados do IDEB de 2017 como referência para analisar o desempenho educacional do Espírito Santo, comparando as metas do INEP, os resultados obtidos no ES e na média nacional (p.10-11).

O Relatório apresenta ainda outros indicadores de desempenho que demonstram problemas na qualidade da educação pública brasileira, a taxa de abandono e a taxa de distorção idade série e dados a eles relativos (p.11-13).

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, o Levantamento buscou informações de 2015 a 2018 junto ao INEP, e as referentes a 2019 foram obtidas por meio de questionário enviados aos jurisdicionados. Foram postas 4 questões e respectivo objetivo:

Questão 1 - Há regime de colaboração entre as redes de ensino municipal e estadual local, que possibilite a oferta do ensino, nos diversos níveis, segundo diretrizes definidas conjuntamente, objetivando a otimização dos espaços?

Objetivo 1 - Verificar se o microplanejamento de rede é feito de forma integrada entre as redes municipais e estadual de ensino, de forma a possibilitar troca de informações e cooperações que permitam o planejamento da oferta da rede de ensino pública no Espírito Santo em todas as etapas de ensino.

Questão 2 - A Unidade Jurisdicionada possui sistema informatizado de gestão da educação, que centralize as informações de forma a permitir a realização do planejamento de sua rede de ensino?

Objetivo 2 – Verificar se o ente federativo possui sistema informatizado de gestão da educação, que viabilize a organização da demanda, por etapa e modalidade, possibilite um diagnóstico da situação e aponte alternativas para uma eventual necessidade de redimensionamento da rede de ensino.

Questão 3 - A capacidade física da rede de ensino local (municipal e estadual) é suficiente para o atendimento da demanda por vagas nas diversas etapas do ensino?

Objetivo 3 - Verificar como está o aproveitamento, a distribuição e a suficiência da estrutura física das redes de ensino municipais e estadual no atendimento a demanda por vagas (há necessidade de expansão ou de reorganização?)

□ Questão 4 - Há correlação entre a estrutura adotada pela rede de ensino e os indicadores de qualidade da educação, tais como IDEB, taxa de abandono escolar e distorção idade série?

Objetivo 4 - Verificar o impacto do planejamento da rede de ensino na qualidade do ensino ofertado.

□ Questão 5 - A matrícula dos alunos nas redes de ensino atende ao que preconizam suas normas, no que tange à distância entre a localização da escola e o endereço do aluno?

Objetivo 5 - Verificar se a alocação da demanda pelas vagas existentes atende aos normativos sobre distâncias mínimas e máximas que podem ser percorridas por alunos (a pé ou por meio de transporte escolar) (p. 15-16).

O documento indica algumas limitações à sua execução (p. 16) que o COMECES entende como muito graves:

I. Os dados referentes aos anos de 2015 a 2018 foram extraídos do INEP e portanto, provenientes de fonte oficial. No entanto, os dados de 2019, obtidos por meio do questionário enviado aos jurisdicionados, são auto declaratórios, não tendo sido validados.

II. Não foi analisada, nem considerada nas análises, a infraestrutura das escolas.

III. Também não fizeram parte da análise informações relativas ao quantitativo de profissionais do magistério e sua distribuição dentro da rede.

IV. Não foram consideradas na análise as rotas de transporte escolar nem especificidades, tais como relevo, geografia, clima e urbanização. Por tal razão, as distâncias utilizadas nas análises se referem à distância em linha reta, e não à distância viária.

V. Em reuniões prévias, realizadas com algumas Secretarias de Educação na fase de planejamento do trabalho, houve narrativas de escolas preteridas pelos alunos, por problemas de infraestrutura, entre outros. Tal informação não foi apurada para fim de consideração nas análises.

VI. Para a análise proposta foram utilizadas unicamente as matrículas. Não foi considerada a demanda manifesta nem a busca ativa.

VII. A informação da distância do aluno em relação à escola ficou prejudicada, uma vez que a maioria dos municípios não possui a geolocalização/endereço dos alunos, de forma centralizada na Secretaria de Educação.

VIII. Houve dificuldade de obtenção de dados confiáveis sobre as redes de ensino. A título exemplificativo, mesmo no censo escolar (microdados-INEP) observa-se ausência de algumas informações, como matrículas sem a indicação da série. As informações identificadas como incompletas foram excluídas das análises.

IX. Nos dados encaminhados por meio das planilhas, foram identificadas informações preenchidas com metodologia diversa dentro de um mesmo município, adotando diferentes parâmetros de preenchimento para escolas pertencentes a uma mesma rede. Isso indica que as informações referentes às escolas podem ter sido preenchidas por mais de uma pessoa. Portanto, os dados devem ser interpretados com certa reserva, principalmente pelo fato de não terem sido validados, conforme já informado (p.16-17).

No item relativo à análise dos dados, é importante que cada município busque aqueles que lhe dizem respeito, procurando verificar até que ponto os limites apontados acima possam ter prejudicado o perfil traçado.

O relatório aponta algumas conclusões a partir das análises desenvolvidas, ressalvadas as limitações ao Levantamento elencadas na Metodologia:

- “Há uma deficiência de comunicação entre as redes municipais e a rede estadual para fins de colaboração para o planejamento da oferta de vagas no ensino público” (item 4.1)
- “Há um grande número de escolas concorrentes (escolas pertencentes a redes de ensino distintas que ofertam a mesma etapa de ensino) com distância de até 3 km uma das outras, indício de má distribuição da oferta entre as redes estadual e municipais” (item 4.1.1)
- “Na maioria das vezes, em caso de concorrência de etapa de ensino entre a rede estadual e uma rede municipal, há a preferência, por parte da população, pela rede municipal. Exceção a esta regra ocorrem nos municípios de Mimoso do Sul e Muniz Freire” (item 4.3.1)
- “As redes de ensino municipais, com exceção dos municípios de Boa Esperança, Divino de São Lourenço, Linhares, Nova Venécia e Vitória não possuem sistema informatizado de gestão da educação que centralize e atualize as informações da rede, permitindo o planejamento de oferta e demanda, tomadas de decisões e gestão” (item 4.2)
- “Como reflexo da ausência de adoção de sistema informatizado de gestão da educação, a maioria dos municípios não possui, de forma detalhada e atualizada, informações sobre as escolas pertencentes a sua rede de ensino. A ausência de informações atualizadas e centralizadas na Secretaria de Educação sobre quantitativo de salas, de vagas e de matrículas dificulta o planejamento da oferta de vagas necessárias para atender à demanda existente” (item 4.3)
- “Sem um planejamento para a oferta de vagas na rede de ensino municipal, verificou-se a existência de grande número de redes de ensino em situação de lotação ou de subaproveitamento” (item 4.3.1)
- “Essa situação também ocorre na rede de ensino estadual, na qual há 28 (vinte e oito) escolas com taxa de ocupação inferior a 10%, consideradas as escolas estaduais com até 50 matrículas” (item 4.3.5)
- “Essa situação de lotação ou de subaproveitamento torna-se mais preocupante quando ocorre em ambas as redes de ensino dentro de um mesmo município, como, por exemplo, nos Anos Iniciais Ensino Fundamental em Itarana, com menos de 50% de ocupação na rede municipal e na rede estadual” (item 4.3.1)
- “Em relação ao atendimento ao limite de vagas permitido por turma (Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 3.777/2014), o desrespeito ao quantitativo ocorre, em sua maioria, na Educação Infantil, etapa com elevada demanda e oferta de vagas insuficiente” (itens 4.3.2 e 4.3.3)
- “O quantitativo de escolas municipais com turmas multisseriadas no Estado é de 27,5% do total de escolas existentes, chegando a 70,8% em relação às escolas rurais. O elevado quantitativo de escolas com turmas multisseriadas, somada à proximidade entre elas (distância de até 3 quilômetros), indica que estas estão sendo criadas em

situações distintas daquelas para as quais foram previstas (zonas rurais de baixa densidade populacional e que apresentam dificuldades para o atendimento do transporte escolar)” (item 4.3.4)

□ “Nos índices utilizados para medir a qualidade do ensino (IDEB, Taxa de Abandono e Taxa de Distorção Idade-Série), via de regra, os resultados apresentados pela rede municipal de ensino são melhores do que aqueles referentes à rede estadual local” (item 4.4)

□ “Apesar da função CORREL do Excel utilizada para analisar correlação entre indicadores não ter retornado relevância, isso não significa serem independente. Análises estatísticas mais elaboradas podem apontar para uma relação entre tais variáveis” (item 4.4.2)

□ “A política da rede de ensino estadual que permite ao aluno escolher em qual escola se matricular, independente da distância para sua residência, resulta em elevado número de alunos se locomovendo mais de 3 quilômetros para chegar a sua escola, sem direito a transporte escolar (ao optar por escola mais distante de sua residência, existindo escola próxima, o aluno não tem direito ao transporte escolar)” (item 4.5.1) (p. 83-85).

Sugere, diante das constatações:

i. “Determinar ao Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, com base no art. 1º, XVI da Lei Complementar nº 621/2012 c/c art. 329, §7º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, que defina e passe a adotar de modo permanente, no prazo máximo de 1 (um) ano, formas de colaboração com os municípios, visando o planejamento conjunto da oferta de vagas na educação pública e eventual redimensionamento das redes de ensino, em especial no Ensino Fundamental, conforme art. 10, II da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LD B);

ii. Recomendar aos municípios que não possuem sistema informatizado de gestão escolar a sua adoção, a fim de permitir o planejamento e a gestão de sua rede de ensino;

iii. Recomendar às Secretarias Municipais de Educação que passem a exigir de seus alunos, dentre a documentação obrigatória no momento da matrícula, os códigos de instalação elétrica ou de água/esgoto de sua residência, de forma a permitir a geolocalização dos alunos de sua rede;

iv. Recomendar o envio de cópia integral do relatório, incluindo anexos e apêndices pertinentes, ao secretário de estado da educação, prefeitos e secretários municipais de educação, para ciência do resultado apurado neste levantamento, e, sobretudo, para subsidiar o planejamento da rede educacional no Estado; e

v. Recomendar, por fim, ao Plenário deste Tribunal de Contas que dê ampla e irrestrita publicidade do presente levantamento, inclusive disponibilizando no portal ferramenta de acesso facilitado, para visualização dos dados (p.85-86).”

Diante do exposto, o Comitê de Educação do Campo do ES manifesta sua preocupação diante da posição tomada por alguns governantes de que o Tribunal de Contas estaria mandando fechar escolas do campo. Não se trata disso, como podem comprovar.

O Levantamento SUGERE a necessidade de aprimorar as relações do estado com os municípios para que o atendimento à educação da população não fique prejudicada.

O caso de escolas concorrentes, assim denominadas aquelas que se encontram numa distância igual ou inferior a 3 km, devem ser estudadas caso a caso pois o que importa é a distância entre as residências e as escolas e não entre as escolas. Menos ainda se essa distância é medida em linha reta.

Esse Levantamento não pode ser tomado como argumento para justificar o fechamento de escolas do campo no Espírito Santo.

Reiteramos aqui nosso apoio às comunidades, na luta contra o fechamento de escolas, pela garantia do direito à Educação do Campo, inclusive na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

28 de janeiro de 2020.

Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo

ANEXO Q – NOTA TÉCNICA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ES (MPCES)

JUSTIFICATIVAS PARA RECURSO FRENTE AO TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO – TAG- PROCESSO 1295 2022 TCE-ES.

Considerando o Manifesto contra o Termo de Ajuste de Gestão sobre as redes escolares públicas do ES protocolado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo em 07/03/2023;

Considerando o diálogo realizado entre Comitê da Educação do Campo, o Movimento Sem Terra e o relator Rodrigo Coelho do Carmo, no dia 07 de março de 2023;

Considerando, que ao longo dos últimos 38 anos, as escolas de assentamentos vêm construindo uma pedagogia própria e colhendo resultados exitosos em escolaridade e formação humana. São 25 escolas que seguem todos os parâmetros de ensino da rede estadual. Se municipalizadas será desmontado toda essa pedagogia, porque grande parte das secretarias municipais de educação, não tem um projeto de educação do campo para dar continuidade ao que essas escolas têm construído, além da perda da unidade na gestão e concepção das escolas.

Nós Movimento Sem Terra do Espírito Santo, afirmamos que somos contra o TAG porque para nós ele não se trata apenas de uma reorganização da rede, mas do fim de uma concepção pedagógica transformadora, de um projeto de educação do Movimento Sem Terra e das escolas do Campo, em geral, dos princípios políticos, pedagógicos e filosóficos fundamentados a partir da luta e da construção dos territórios camponeses.

Precisamos que o Procurador do Ministério Público de Contas tenha um olhar sensível às especificidades da Educação do Campo, regulamentadas pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo Res. CEE Nº 6596/2022, onde as escolas trabalham a partir da realidade dos povos do campo. **Manter todas as escolas do Campo fora do TAG é fundamental para a continuidade de um projeto de vida que é o projeto de Educação do Campo e da Agricultura Familiar.**

Assim, reivindicamos que seja retirado do pacote do TAG – TCEE/ES, as escolas estaduais do campo, dentre elas as escolas de assentamento, para que permaneçam na rede Estadual de Ensino.

ANEXO R– MANIFESTO MST



MANIFESTO CONTRA O TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO SOBRE AS REDES ESCOLARES PÚBLICAS DO ES

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra repudia o Termo de Ajuste de Gestão que o Tribunal de Contas do ES está impondo ao estado e aos municípios como estratégia para atingir melhores resultados para a educação do estado, e pede a sua imediata anulação com base nos seguintes argumentos:

1. Os artigos 70 da Constituição Federal e 71 da Constituição Estadual citados pelo relator referem-se à apreciação de contas dos entes federados como responsabilidade dos Tribunais de Contas. Não há qualquer menção à competência desse órgão para definir políticas públicas de educação. Essas são de competência dos municípios e estados que gozam de autonomia, dentro dos parâmetros legais, para fazê-lo;
2. O referido relatório de Levantamento corroborado pelo Voto do Relator Rodrigo Coelho considera indicadores que são insuficientes para mensurar o desempenho educacional em qualquer rede de ensino e reconhece limitações (p. 16 e 17) que o descredibiliza como instrumento para subsidiar qualquer decisão acerca da política educacional no Espírito Santo;
3. O regime de colaboração proposto ignora a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) 2/2021 que trata do tema, colocando o conceito apenas nos referenciais que são de interesse próprio do órgão;
4. Os termos do TAG omitem qualquer referência ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, ambas leis em vigor onde estão traçadas metas de implementação gradual de um regime de colaboração;
5. A municipalização imposta pelo TAG parece ignorar que cada município tem condições particulares para cumpri-lo, tanto nas ações que prevê quanto no prazo que firma para realizá-las. Desconsiderar essas condições, impondo uma medida igual para todos os municípios, comprometerá certamente a capacidade de realizar um bom regime de colaboração;
6. A municipalização indiscriminada dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem sido motivo para que gestores municipais estejam afirmando que fecharão as escolas do campo que forem transferidas para sua responsabilidade devido à falta de condições estruturais para manter mais escolas, mesmo que recursos financeiros a eles possam ser repassados;
7. A fragmentação do Ensino Fundamental em Anos Iniciais e Anos Finais para efeitos de atribuição de responsabilidades específicas a municípios e estado, é um modelo inadequado em sua dimensão pedagógica, além de já ter sido um mecanismo superado pela lei 5692/71 com o propósito de garantir à população um tempo de escolaridade sem interrupções. O retorno ao modelo anterior a 1971 significa um retrocesso que afetará especialmente as populações do campo que já encontram sérias dificuldades de acesso à escola;
8. É um sério equívoco atribuir uma relação de forma direta, única e inequívoca do gestor escolar com os resultados alcançados pela escola nos testes em larga escala. Esses resultados decorrem de vários outros fatores como nível de escolaridade das famílias dos estudantes, as condições de acesso

a bens culturais, as condições estruturais e pedagógicas de cada escola, entre outras questões bastante explorados por estudos da área;

9. O TAG omite outros critérios de qualidade amplamente conhecidos tanto pela produção científica sobre o tema, como normas já existentes como a Resolução 04 de 2010 do CNE/CEB nos artigos 8º e 9º que ultrapassam uma visão quantitativista impregnada no Termo;

10. A indicação de uma câmara regional de compensação para disponibilização de servidores entre redes parece ignorar as dificuldades que decorreram de um processo de ampla municipalização, em passado recente em nosso estado, que foram desde atritos na gestão de profissionais com vinculações trabalhistas distintas num mesmo espaço de trabalho, até a decorrente sobrecarga para os municípios que acabaram tendo que recompor os quadros quando um profissional com vínculo estadual se afastava de uma escola recém-municipalizada. São condições que o mero repasse de recursos financeiros do estado para o município não serão suficientes para superar as dificuldades de gestão que a medida impõe;

11. O sucesso de qualquer política pública, não apenas a de natureza educacional, depende de um cuidadoso processo de avaliação durante e após sua realização como forma de se verificar tanto a adequação de seus princípios e procedimentos quanto a adequação do uso do recurso público que a envolve. No entanto, o TAG exige que os compromissários renunciem a todo e qualquer direito de questionar os termos ajustados;

12. Pode-se antecipar que o prazo para a apresentação de Planos de Ação será insuficiente para que os municípios e o estado possam realizar uma análise criteriosa das condições reais e, particularmente, diante das fragilidades que apresentam para dispor de dados conforme apresentado no Relatório de Levantamento. Um bom diagnóstico é fundamental para uma resposta positiva aos problemas da educação;

13. Em vários aspectos o Relatório de Levantamento e o da Auditoria não apresentam uma relação direta com os termos do TAG. Podemos citar, entre outros pontos, a indicação do Relatório de Levantamento de que os municípios viessem a ter um sistema informatizado de gestão, ponto não incluído no TAG, como também a inclusão no TAG de uma municipalização generalizada dos anos iniciais do Ensino Fundamental sem que qualquer dado dos Relatórios tivesse indicado a adequação da medida.

Enfim, entendemos que zelar pela lisura no trato das contas públicas é, sem dúvida, uma grande responsabilidade desse Tribunal. Porém, alertamos também que o direito à educação constitucionalmente estabelecido deve ser guardado sem prejuízo das populações do campo.

O MST, junto aos demais companheiros da Educação do Campo no estado, todos representados pelo Comitê de Educação do Campo do ES, está há mais de 40 anos construindo passo a passo a Educação do Campo que vai além da educação. É um projeto de vida no campo, de formação humana, de produção de alimentos saudáveis, de preservação dos bens da natureza, da agricultura familiar, de vida no campo que só se sustenta com o povo no campo. Um povo que precisa de escolas!

Vitória, 07 de março de 2023

ANEXO S - RECURSO PROTOCOLADO NO MPCES



RECURSO CONTRÁRIO À PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO – TCE-ES

PROCESSO Nº 1295, 2022 TCE-ES.

Do Comitê de Educação do Campo do ES – COMECES
Ao Ministério Público de Contas

Considerando o Manifesto contra o Termo de Ajuste de Gestão sobre as redes escolares públicas do ES, protocolado pelo Movimento Sem Terra junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo em 07/03/2023;

Considerando o diálogo realizado entre Comitê da Educação do Campo, o Movimento Sem Terra e o relator Rodrigo Coelho do Carmo, no dia 07 de março de 2023;

Considerando o diálogo realizado entre Comitê da Educação do Campo, o Movimento Sem Terra e o Procurador Luiz Henrique, do Ministério Público de Contas, no dia 09/03/2023;

Considerando, que ao longo dos últimos 14 anos, o Comitê de Educação do Campo vem se reunindo e mantendo a unidade dos movimentos sociais camponeses, para refletir sobre o acesso, permanência e qualidade da Educação do Campo que contribua na afirmação da cultura camponesa, e de povos tradicionais como quilombolas, pomeranos e ribeirinhos;

Considerando que grande parte das secretarias municipais de educação, ainda não têm um projeto de educação do campo que contemple/garanta suas especificidades, na perspectiva da valorização da agricultura familiar.

Nós do Comitê de Educação do Campo do ES - COMECES, reafirmamos que somos contra o TAG, dentre várias singularidades, pelos motivos ora expostos:

- a) O TAG não se trata apenas de uma reorganização da rede de ensino, mas do fim de uma concepção pedagógica transformadora, equitativa e inclusiva de populações com características específicas que outrora foram alijadas do acesso à educação, seja pela negação de tal direito ou por processos pedagógicos excludentes. A execução do TAG corresponde a inviabilização de um projeto, em curso, de educação das escolas do Campo, nelas incluídas as escolas do Movimento Sem Terra e outras presentes em territórios ocupados por povos tradicionais. A existência destas escolas em suas localidades, com proximidade de acesso e forte vínculo comunitário, dialoga com a concepção educacional que possui área de pesquisa e formulação científica, calcado na legislação e em princípios políticos, pedagógicos e filosóficos fundamentados a partir da mobilização e da construção dos territórios camponeses, conforme as Diretrizes

Operacionais, recentemente aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação (Res. CEE Nº 6596/2022);

- b) a municipalização indiscriminada dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem sido motivo para que gestores municipais estejam afirmando que fecharão as escolas do campo que forem transferidas para sua responsabilidade devido à falta de condições estruturais para manter mais escolas, mesmo que recursos financeiros a eles possam ser repassados

Nesse sentido, reivindicamos que o Ministério Público de Contas tenha um olhar sensível às especificidades da Educação do Campo, regulamentadas pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo (), onde as escolas trabalham a partir da realidade dos povos do campo. **Manter todas as escolas do Campo fora do TAG é fundamental para a continuidade da Educação do Campo, modalidade amparada pela (legislação) que se constitui enquanto direito dos povos do Campo e dever do Estado.**

Assim, reivindicamos que, assim como as escolas de assentamento, todas as demais escolas do campo sejam retiradas do TAG do TCEE/ES.

Vitória, 23 de março de 2023.

Maria Geovana Melim Ferreira
Coordenação Colegiada

Composição do Comitê de Educação do Campo do ES – COMECES – 2023

Coordenação Colegiada:

RACEFFAES - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do ES

MST/ES - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - ES

MPA/ES - Movimento de Pequenos Agricultores - ES

FÓRUM EJA/ES -Fórum de Educação de Jovens e Adultos -ES

Membros:

NEJA/UFES -Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - UFES

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Coordenação Estadual Quilombola Zacimba Gaba

FETAES - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo

Comitê Municipal de Educação do Campo de São Mateus

Comitê Municipal de Educação do Campo de Vila Valério

Comitê Municipal de Educação do Campo de Pinheiros

Comitê Municipal de Educação do Campo de Colatina

Comitê Municipal de Educação do Campo de Jaguaré

Comitê Municipal de Educação do Campo de São Gabriel da Palha

Comitê Municipal de Educação do Campo de Boa Esperança

Comitê Municipal de Educação do Campo de Sooretama

Licenciatura em Educação do Campo/UFES-Vitória

Licenciatura em Educação do Campo/UFES- São Mateus

CEIER de Boa Esperança

CEIER de Vila Pavão

CEIER de Águia Branca

ANEXO T - HISTÓRICO ENCAMINHADO À DIPECEEI / SECADI



Os primeiros momentos

Logo após tomar ciência do Processo 03330/2019 do Tribunal de Contas do ES datado de 09 de dezembro de 2019, o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, o COMECES, fez uma análise em 28 de janeiro de 2020 do Relatório de Levantamento com o voto do Relator Rodrigo Coelho do Carmo com o propósito de provocar uma discussão nos municípios do estado quanto à fragilidade dos procedimentos adotados na coleta de dados e nos argumentos defendidos pelo relator e algumas consequências que o Termo de Ajustamento de Gestão – TAG - dele decorrente viriam afetar as condições de garantia do Ensino Fundamental nas redes escolares públicas do estado.

Os objetivos do TAG estão expressos em 4 pontos:

- eliminação da concorrência entre as redes de educação básica estadual e municipal;
- otimização e o reordenamento das redes de educação básica estadual e municipal;
- definição de critérios mínimos exigidos para a escolha do servidor que desempenhará as funções relativas à gestão escolar;
- criação de uma câmara regional de compensação para disponibilização de servidores entre as redes de educação básica.

O manifesto do COMECES analisa cada um dos objetivos, relacionando-os aos dados da coleta de dados feita pelo Tribunal de Contas (Anexo I).

A sociedade civil se manifesta contrária ao TAG

Com previsão de assinatura no ano de 2022, a primeira versão do TAG (Anexo II), gerou um Manifesto (Anexo III) por parte dos movimentos sociais, sindicais e entidades de Educação do Campo do estado que integram o COMECES. O Manifesto foi subscrito pelo Fórum Nacional da Educação do Campo – FONEC – e por diversas associações acadêmicas nacionais, grupos de estudos e pesquisas locais, sindicatos, entre outras entidades da área da educação que apoiavam a defesa da suspensão do Termo de Ajustamento de Gestão em sua totalidade.

A partir de movimentos de comunidades, do Centro de Educação da Universidade Federal, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME (ANEXOS IV E V), outros manifestos contrários à adesão ao TAG vêm surgindo em todo o estado, buscando das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores e do Ministério Público a abertura de um diálogo até então negado a profissionais da educação e famílias dos estudantes.

Alterações no texto do TAG

Não tardaram também a chegar ao Tribunal de Contas manifestações das Prefeituras ressentidas com a medida uniforme e impositiva, especialmente no que se refere à municipalização do primeiro segmento do Ensino Fundamental. O relator do processo obteve,

então, acatamento dos demais membros do TC para conceder uma escuta às Secretarias de Educação. Daí foi aprovado um novo texto com alterações na 1ª versão do TAG em agosto de 2022 (ANEXO VI). Dele, apresentamos alguns destaques: adiamento do prazo para a municipalização para final de 2023; oferta de anos finais a ser consensuado pelos municípios e estado até final 2023; criação de uma câmara de compensação para disponibilização de servidores entre as redes; ingresso do Ministério Público como interveniente no TAG com a responsabilidade de monitoramento pelas comarcas, e a criação de legislação específica para plano de reordenamento e de infraestrutura mínima das escolas. Permanece no texto da nova versão do TAG o compromisso de renúncia dos compromissários do direito de questionar os termos ajustados.

As alterações feitas não chegaram a provocar mudanças substantivas nos termos do TAG. Foram apenas alguns ajustes nas condições particulares dos municípios. Mas as condições das escolas do campo já começaram a sofrer impactado antes mesmo das adesões formais das Secretarias de Educação. Um discurso de que o TCES estava mandando fechar as escolas multisseriadas do campo foi se alastrando e muitas prefeituras começaram a agir dessa forma, justificando a rápida adesão, desrespeitando até mesmo a portaria do MEC e a Resolução do Conselho Estadual de Educação que definem procedimentos prévios necessários para tal medida. Essa situação só agravou o descontentamento de comunidades que, além de perderem um dos pontos de referência social e cultural com o fechamento da escola, tiveram que aceitar o deslocamento dos estudantes para outras comunidades, algumas delas em zonas urbanas e aceitar submeter suas crianças às frágeis condições do transporte escolar e do ônus que passaria a recair sobre elas e sobre todas as famílias como condição de ter acesso aos estudos. O COMECES solicitou uma audiência com o Tribunal de Contas mas não teve seu pedido atendido. As conversas do COMECES com a Ministério Público tampouco trouxeram resultados favoráveis.

Uma 3ª versão do TAG (ANEXO VII) foi apresentada pelo relator aos demais Conselheiros do TC, gerando novo Acordão em 16 de fevereiro deste ano. Por solicitação da Secretaria de Estado da Educação foi incluído nessa versão um item que, em caso de necessidade de nucleação de unidades escolares, deve ser considerada a distância máxima de deslocamento a ser fixada pelo Conselho de Educação competente pela rede e, além disso, ficou vedada a nucleação de unidades escolares do campo com unidades escolares da cidade, a chamada nucleação extracampo. Assim, as escolas do campo começam a ser tratadas de modo mais específico.

Além das demandas das comunidades pela abertura de diálogo com a prefeitura e o Ministério Público, algumas delas com a participação do COMECES, movimentos sociais continuavam manifestando-se contra o TAG. No dia 07 de março deste ano, membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, com o apoio de alguns parlamentares, foram recebidos pelo conselheiro relator que recebeu um manifesto (ANEXO VIII) que pareceu se sensibilizar pela perda do projeto pedagógico de quase 40 anos no estado que resultaria da municipalização das escolas de assentamentos e acampamentos. A conversa foi concluída com a indicação de excluir do Termo as escolas em territórios do Movimento. Dois dias depois houve a entrega de um documento ao Ministério Público de Contas para o registro formal das demandas do Movimento que entrou com um recurso, solicitando a exclusão do TAG de todas as escolas do campo, inclusive as dos assentamentos do MST. Esse movimento resultou em uma “análise de contexto” por parte do Conselheiro Relator que acatou parcialmente o recurso do MP. Assim, nova versão do TAG (ANEXO IX) originou o Acordão 198 de 14 de março de 2023 que incluiu mais um item na Cláusula Quinta: Excetuam-se deste Termo de Ajustamento de Gestão as Escolas localizadas em assentamentos organizados e assistidos pelo movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Mas a exclusão das escolas de assentamentos e acampamentos do MST não foi suficiente tendo em vista a extensão e a diversidade de demandas que eram expressas pela sociedade

civil. No dia 02 de maio deste o Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo promoveu junto à representação capixaba da Campanha pelo Direito à Educação e o COMECES um debate do qual participaram várias outras entidades como o Sindicato de Professores das escolas públicas e a UNCME, além de parlamentares (vereador de Vitória, deputadas estaduais e deputado federal pelo ES). Desse debate, foram definidas algumas ações a serem tomadas no sentido de fortalecer a luta pela derrubada do TAG no estado.

No dia 04 de maio o COMECES realizou um grande movimento que reuniu camponeses, professores e famílias de escolas do campo de vários pontos do estado para manifestar seu repúdio ao TAG. Foram, então, recebidos pelo presidente do Tribunal e Contas do ES que declarou a importância da escuta dessa parcela da população capixaba.

Em síntese

O Termo de Ajustamento de Gestão do Tribunal de Contas tem demonstrado a impropriedade de se colocar como definidor de políticas públicas de educação do estado por várias perspectivas que vão desde a falta de relação das medidas definidas com os propósitos de um equivocado relatório inicial que pretendeu apresentar um diagnóstico da educação pública capixaba até a adoção imprópria de medidas uniformes a todos os municípios quanto à gestão do ensino fundamental público, comprometendo, em desacordo com o que expõe como seu propósito a garantia do direito à educação da população.

Montanha, maio de 2023

LISTA DE ANEXOS:

ANEXO I – Anotações sobre Relatório de Levantamento
ANEXO II – TAG 1
ANEXO III – Nota de Repúdio ao TAG
ANEXO IV – Manifesto da UFES
ANEXO V – Manifesto da UNCME
ANEXO VI – TAG 2
ANEXO VII – TAG 3
ANEXO VIII – Manifesto do MST
ANEXO IX – TAG 4